



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 127 – QUARTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (P DT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁸⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁶⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³¹⁾ Flexa Ribeiro ^(7,32) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁴⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Flexa Ribeiro ^(7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ^(19,51) Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 5 Blairo Maggi ^(19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 153ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE AGOSTO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 1.032, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Ofício “S” nº 51, de 2011..... 42986

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Arquivamento do Ofício “S” nº 51, de 2011 (Ofício nº 206/2012-CMA). 43004

1.2.3 – Comunicação

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 26, 32 e 35/2012, com posterior envio ao Arquivo (Ofícios nºs 207 a 209/2012). 43004

1.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.059/2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.179, de 2012, proferido nos autos do processo TC 004.525/2012-4, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam..... 43004

1.2.5 – Mensagens da Presidente da República

Nº 67/2012 (nº 365/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui. 43025

Nº 68/2012 (nº 366/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Sra. WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh..... 43050

Nº 69/2012 (nº 367/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da

Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa. 43071

Nº 70/ 2012 (nº 368/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Sra. ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia..... 43107

Nº 71/ 2012 (nº 369/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta. 43146

Nº 72/ 2012 (nº 370/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo..... 43187

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 754, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre (APAE). 43224

Nº 755, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)..... 43224

Nº 756, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à empresa Agrale. 43224

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações acerca dos problemas e desafios econômicos do País. 43224

SENADOR JORGE VIANA – Manifestação pela melhora da educação no Estado do Acre..... 43226

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Apoio à postura do Governo Federal no caso do jornalista Julian Assange; e outro assunto..... 43230

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Preocupação com a situação dos aposentados no País; e outros assuntos..... 43232

SENADOR *ALVARO DIAS* – Expectativa em torno dos trabalhos da CPMI do “caso Cachoeira”. 43234

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* – Alerta quanto à fiscalização do uso inadequado da máquina pública no processo eleitoral. 43236

SENADOR *TOMÁS CORREIA* – Comentários sobre o investimento que tem sido realizado para a ampliação e manutenção da estrutura viária do Estado de Rondônia. 43240

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Tramitação autônoma do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008; 176 e 177, de 2009; 660, de 2011; 4, 38 e 111, de 2012, que foram anexados ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, conforme comunicado proferido na sessão do dia 15 do corrente..... 43241

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *CIDINHO SANTOS* – Considerações acerca da proposta de emenda à Constituição que veda o pagamento de subsídio a vereadores e altera os limites de despesa do Poder Legislativo nos municípios com até cinquenta mil habitantes. 43242

SENADOR *JOSÉ PIMENTEL* – Registro do lançamento, ontem, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, no Estado do Ceará; e outros assuntos. 43244

1.2.10 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 576, de 2012 (**Ofício nº 154/2012**). *Designação do Senador Paulo Bauer, como titular, para compor a referida Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passa à condição de suplente.* 43247

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada “Iguais a tudo o que está aí”, publicada na revista *Época*, edição de 25 de junho último. 43249

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Registro do artigo intitulado “Menos marketing, mais qualidade”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 8 de março último..... 43252

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 12, apresentadas ao Projeto de Lei nº 22, de 2012-CN..... 43253

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3.1 – BANCADAS DOS PARTIDOS NO SENADO FEDERAL

3.2 – POR ORDEM ALFABÉTICA

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

5 – LIDERANÇAS

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 43285

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 43290

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 43296

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 43301

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 43306

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 43316

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 43322

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 43330

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 43336

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 43341

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 43344

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 43346

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 43347

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 43349

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 43349

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 43350

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 43352

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 43354

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 43356

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 43358

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) ... 43363

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007) 43365

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 43366

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 43367

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 43371

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 43372

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 43373

Ata da 153ª Sessão, Não Deliberativa, em 21 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy, do Sr. Eduardo Suplicy, da Sra. Ana Amélia, e dos Srs. Tomás Correia e Sérgio Souza.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 16 horas e 53 minutos.)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT –

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

SP) – Declaro aberta a sessão.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.032, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Ofício "S" nº 51, de 2011 (Ofício nº 2-0498, na origem), do Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito daquele Município, referente ao segundo trimestre de 2011.

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y**
RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON DIAS**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Ofício "S" nº 51, de 2011 (Ofício nº 2-0498, de 5 de agosto de 2011, na origem), do Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que encaminha relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito daquele Município, referente ao segundo trimestre de 2011.

O ofício encaminhado pelo Secretário de Governo é acompanhado de extensa documentação relativa às atividades de gestão do SUS no Município, complementada por gráficos, tabelas e fotografias pertinentes.

O envio da matéria à apreciação do Senado Federal foi fundamentado no art. 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.

A matéria foi distribuída à apreciação da CAS e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

II – ANÁLISE

A competência da CAS para deliberar sobre matérias relativas à saúde está consignada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Não obstante, o envio do referido ofício a esta Casa Legislativa está apoiado em interpretação equivocada das normas legais relativas à prestação de contas da gestão do SUS.

Diferentemente do que informa o Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Sr. Maurício Soares de Almeida, o assunto não é regido pelo art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011, que contém apenas dois artigos, mas pelo art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, com a redação dada por aquele diploma legal.

Com efeito, a redação original do dispositivo dispunha que os gestores municipais e estaduais do SUS deveriam apresentar, trimestralmente, o relatório circunstanciado de sua atuação no período aos respectivos conselhos de saúde e ao órgão do Poder Legislativo. Dessa forma, o gestor municipal apresentaria seus relatórios à câmara de vereadores e o gestor estadual, à assembleia legislativa.

Inconformado com a diferença de tratamento conferido ao gestor nacional do SUS – que era isento da obrigação de apresentar o relatório – e ciente da relevância do papel fiscalizador do Congresso Nacional, o Senador Tião Viana apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 71, de 2003, com o intuito de estender a regra à esfera federal. O mérito inquestionável da proposição pode ser atestado pelo fato de ter sido aprovada por esta Casa e pela Câmara dos Deputados sem qualquer alteração, sendo sancionada pela Presidente Dilma Rousseff e convertida na Lei nº 12.438, de 2011.

Com a nova redação do art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, o Ministro da Saúde deverá apresentar, a cada trimestre, relatório de sua gestão ao Conselho Nacional de Saúde e, em audiência pública, às duas Casas do Congresso Nacional.

Essa foi a inovação jurídica implementada pela Lei nº 12.438, de 2011.

Não há, no texto legal, qualquer menção ao suposto papel do Congresso Nacional como órgão fiscalizador da gestão do SUS pelos Estados e Municípios brasileiros. Ademais, qualquer interpretação legal nesse sentido estaria eivada de inconstitucionalidade, por violação do pacto federativo, pois o Poder Legislativo Federal estaria usurpando, dos poderes legislativos dos demais entes federados, sua competência constitucional de fiscalização.

Destarte, é a Câmara de Vereadores de São Bernardo do Campo, e não o Senado Federal, que tem a prerrogativa de deliberar sobre o conteúdo da documentação ora submetida à apreciação da CAS.


III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pelo **arquivamento** do Ofício “S” nº 51, de 2011, e pela comunicação ao autor do teor da decisão desta Comissão.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente


Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS**OFÍCIO "S" Nº 51, de 2011**

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 11/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *Senador Jayme Campos***RELATOR:** *Relator Substituído pelo Relator "Ad hoc"*

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT) <i>[Signature]</i>	1. Eduardo Suplicy (PT) <i>[Signature]</i>
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT) <i>[Signature]</i>	3. José Pimentel (PT)
Wallington Dias (PT) <i>[Signature]</i>	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>[Signature]</i>	6. Cristovam Buarque (PDT)
Massa Grazziotin (PC DO B) <i>[Signature]</i>	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) <i>[Signature]</i>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP) <i>[Signature]</i>
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) <i>[Signature]</i>	1. Aécio Neves (PSDB)
Luiz Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyrol Miranda (PSDB) <i>[Signature]</i>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <i>[Signature]</i>	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR)

Of. nº 206/2012/CMA

Brasília, 08 de agosto de 2012.

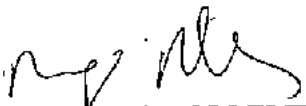
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de matéria

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que OFS 51/2011, lido na reunião do dia 10 de Julho de 2012, transcorrido o prazo previsto no Ato 2/2009/CMA, não houve manifestação dos membros da Comissão, motivo pelo qual foi determinado o arquivamento da matéria.

Respeitosamente,



Senador RODRIGO ROLLEMBERG
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e
Fiscalização e Controle do Senado Federal

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO*

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

NOTA TÉCNICA (ATO Nº 2, DE 2009-CMA)

Da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**, sobre o Ofício "S" Nº 51, de 2011 (Ofício Externo nº 2-0498/2011-SG-A, de 05/08/2011, na origem), do Secretário de Governo de São Bernardo do Campo, que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, prestação de contas dos recursos de Fundo Nacional de Saúde, referentes ao primeiro trimestre de 2011.

Relator: **Senador**

1 RELATÓRIO

Por meio do Ofício "S" Nº 51, de 2011 (Ofício Externo nº 2-0498/2011-SG-A, de 05/08/2011, na origem), o Secretário de Governo de São Bernardo do Campo, encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, nos termos do art. 1º da lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, prestação de contas dos recursos de Fundo Nacional de Saúde, referentes ao primeiro trimestre de 2011.

A Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, altera a Lei no 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.

O artigo 1º da Lei nº 12.438/2011 estabelece que "o art. 12 da Lei no 8.689, de 27 de julho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação: "art.12. O gestor do Sistema Único de Saúde, **em cada esfera de**

governo, apresentará, trimestralmente, ao conselho de saúde correspondente e, respectivamente, em audiência pública, às câmaras de vereadores, às assembleias legislativas **e às duas Casas do Congresso Nacional** relatório circunstanciado referente à sua atuação naquele período. Parágrafo único. O relatório deverá destacar, dentre outras, informações sobre montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas no período e oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada".(g.n.)

2 ANÁLISE DA MATÉRIA

O art. 1º da Lei nº 12.438/2011 é claro, ao dispor que "o gestor do Sistema Único de Saúde, **em cada esfera de governo**, apresentará, trimestralmente, ao conselho de saúde correspondente e, respectivamente, em audiência pública, às câmaras de vereadores, às assembleias legislativas **e às duas Casas do Congresso Nacional** relatório circunstanciado referente à sua atuação naquele período.

Assim, por extensão de raciocínio, as prefeituras municipais encaminharão tais relatórios às respectivas câmaras de vereadores, os governos estaduais às suas assembleias legislativas e o Governo Federal às duas Casas do Congresso Nacional. Não faz sentido que os cerca de 5.560 municípios existentes no País encaminhem trimestralmente às duas Casas do Congresso Nacional relatório circunstanciado referente à sua atuação naquele período, na gestão do Sistema Único de Saúde, como ocorreu no caso em análise.

Dessa forma, a Câmara de Vereadores de São Bernardo do Campo é a instância a que a Prefeitura de São Bernardo do Campo deva se reportar com relação ao assunto.

Aproveitamos o ensejo para corroborar o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, exarado sobre o assunto pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (fls.70 a 73), que originou o Ofício Nº 48/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, de 11 de abril de 2012, encaminhado ao Secretário de Governo de São Bernardo do Campo, comunicando o arquivamento do ofício em análise.

É o Relatório.

3 CONCLUSÃO

Pelo exposto, a conclusão é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2011.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2012.

ATO Nº 02/ 2009 – CMA

Dispõe sobre o tratamento a ser dado aos avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e de outros órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

Art. 1º Os avisos oriundos do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União e de outros órgãos e entidades da Administração Pública submeter-se-ão às seguintes regras de tramitação e apreciação no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal:

I – serão submetidos à análise preliminar pelo Presidente da Comissão, que exporá à Comissão a síntese do conteúdo de cada Aviso, através de quadro informativo preparado segundo o modelo do Anexo a este Ato;

II – o Presidente da Comissão fará a leitura da análise preliminar no início da primeira sessão deliberativa posterior à sua conclusão, fazendo distribuir o quadro informativo a todos os integrantes da Comissão;

III – o quadro contendo a análise preliminar constará da “pauta cheia” da Sessão em que for lida e da Sessão seguinte, bem como será publicado em anexo às Atas respectivas, ficando à disposição, pelo mesmo prazo, na Secretaria, para exame por qualquer Senador, que também poderá pedir vistas do processo, pelo prazo de 7 (sete) dias corridos;

Art. 2º A análise preliminar de que trata o inciso II do art. 1º conterà a apreciação do Presidente sobre os atos e fatos narrados pelo Aviso examinado, enquadrando-o necessariamente em alguma das seguintes categorias:

I - o Aviso relata irregularidades, falhas ou riscos de caráter amplo da Administração Pública, que recomendam o exame detalhado para fins de aperfeiçoamento da legislação ou a avaliação sobre a conveniência de destinar recursos orçamentários a programas, ações ou beneficiários específicos;

II – o Aviso contém recomendações ou proposições do órgão de controle para o Congresso Nacional, com objetivo de aperfeiçoar a legislação vigente;

III – o Aviso contém recomendações ou proposições normativas destinadas a órgão da Administração Pública com o objetivo de aperfeiçoar as normas, os processos de trabalho ou a formulação, a execução ou a avaliação de políticas públicas;

IV – o Aviso contém os relatórios de atividades dos próprios órgãos de controle ou relatórios específicos previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V – o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento;

VI – o Aviso limita-se a informar sobre ocorrências meramente processuais relativas a Avisos anteriormente recebidos pela CMA, sem qualquer inovação quanto ao conteúdo ou à apreciação dos atos e fatos tratados pelos Avisos originais;

VII – o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.

§ 1º Caso a análise preliminar proponha o enquadramento nos incisos I, II, ou III, concluirá obrigatoriamente pela proposta de nomeação de relator.

§ 2º A critério do Presidente da Comissão, poderá ser nomeado relator para qualquer matéria classificada nos demais incisos.

Art. 3º A Secretaria da Comissão adotará os seguintes procedimentos:

I) arquivará os quadros informativos de que trata o inciso I do art. 1º, agrupando-os por data da sessão de leitura.

II - juntará aos quadros arquivados os pareceres e outras proposições de mérito dos respectivos relatores, sempre que estes sejam aprovados pela Comissão;

III - encaminhará mensalmente ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional cópia dos relatórios que concluírem pela respectiva remessa, para fins de subsídio à apreciação dos projetos de leis de natureza orçamentária.

IV – havendo mais de um Senador interessado em ter vistas, serão abertas vistas conjuntas aos interessados, por prazo de 14 (quatorze) dias corridos, remetendo-se o processo ao gabinete do Senador que primeiramente pediu vistas;

V – será nomeado relator ao final do período de vistas, caso a análise preliminar tenha propugnado por essa nomeação ou, em qualquer hipótese, se houver requerimento de Senador pela relatoria, que poderá ser feito em até 7 (dias) contados do término do período de vistas;

VI – havendo proposição pelo arquivamento na análise preliminar e não tendo sido apresentado requerimento pela relatoria, o aviso e os documentos que o acompanham serão remetidos para o arquivo, com alusão ao presente Ato.

§ 1º A relatoria do aviso será atribuída a Senador segundo os seguintes critérios:

I - caso apenas um Senador apresente o requerimento previsto no inciso V do *caput* deste artigo, caberá a ele a relatoria do aviso;

II - na hipótese de mais de um Senador apresentar o requerimento previsto no inciso V do *caput* deste artigo, o sorteio da relatoria será feito entre os requerentes;

III – em caso de ser proposta a nomeação de um relator na análise preliminar, sem que nenhum Senador tenha apresentado requerimento pela relatoria, serão seguidas as regras regimentais de escolha.

Art. 4º Submetem-se ao presente Ato os processos em andamento, inclusive aqueles em que os relatores entenderem ser desnecessária a discussão sobre a matéria e o aprofundamento do exame.

Art. 5º Este Ato entra em vigor a partir da publicação da Ata da sessão de aprovação.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2009.



Senador RENATO CASAGRANDE

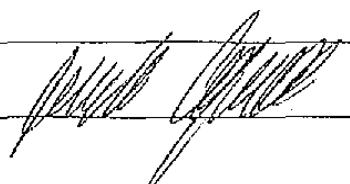
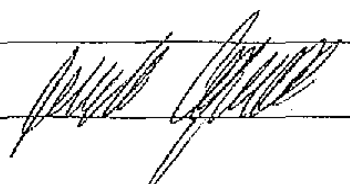
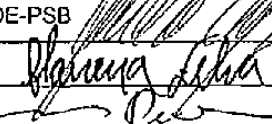
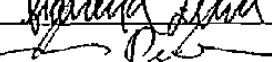
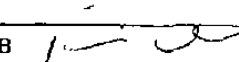
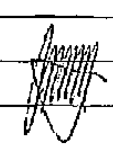
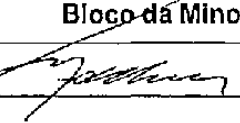
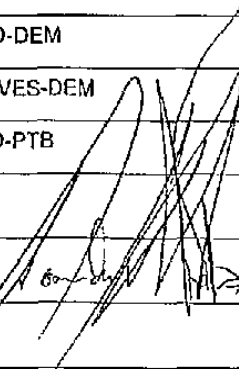

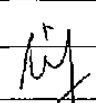

ANEXO- MODELO DE QUADRO DE ANÁLISE PRELIMINAR DE AVISO

AVISO (número do processado)	Origem	Descrição sintética das constatações e conclusões contidas no Aviso	Enquadramento nas hipóteses do art. 2º do Ato 02/2009-CMA	Proposta da análise preliminar
			<p>() I - o Aviso relata irregularidades, falhas ou riscos de caráter amplo da Administração Pública, que recomendam o exame detalhado para fins de aperfeiçoamento da legislação ou a avaliação sobre a conveniência de destinar recursos orçamentários a programas, ações ou beneficiários específicos;</p> <p>() II - o Aviso contém recomendações ou proposições do órgão de controle para o Congresso Nacional, com objetivo de aperfeiçoar a legislação vigente;</p> <p>() III - o Aviso contém recomendações ou proposições normativas destinadas a órgão da Administração Pública com o objetivo de aperfeiçoar as normas, os processos de trabalho ou a formulação, a execução ou a avaliação de políticas públicas;</p> <p>() IV - o Aviso contém os relatórios de atividades dos próprios órgãos de controle ou relatórios específicos previstos na Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);</p> <p>() V - o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento;</p> <p>() VI - o Aviso limita-se a informar sobre ocorrências meramente processuais relativas a Avisos anteriormente recebidos pela CMA, sem qualquer inovação quanto ao conteúdo ou à apreciação dos atos e fatos tratados pelos Avisos originais;</p> <p>() VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.</p>	<p>() Que a CMA tome conhecimento da matéria e envie o processado ao arquivo</p> <p>() Pela designação de relator para a matéria</p> <p>() Outro (especificar)</p> <p>OBS: "§ 4º Caso a análise preliminar proponha o enquadramento nos incisos I, II, III ou VI do parágrafo terceiro deste artigo, concluirá obrigatoriamente pela proposta de nomeação de relator."</p>

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: Ata Nº 2 DE 009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/12/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. RENATO CASAGRANDE)	
RELATOR: 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT
MARINA SILVA-PV 	CÉSAR BORGES-PR
JOÃO PEDRO-PT 	INÁCIO ARRUDA-PC DO B 
JOÃO RIBEIRO-PR	DELÍCIO AMARAL-PT
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA-PMDB	ROMERO JUCÁ-PMDB
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB 
GILVAM BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
GILBERTO GOELNNER-DEM 	ADELMIR SANTANA-DEM
KATIA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
FACILITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM
ELISEU RESENDE-DEM	OSVALDO SOBRINHO-PTB
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB 
MARISA SERRANO-PSDB 	MÁRIO COUTO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO 	SÉRGIO ZAMBIAZI
PDT	
JEFFERSON PRAIA 	CRISTOVAM BUARQUE

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA Nº 9.

Às onze horas e vinte minutos do dia dez de julho de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ASSIS GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO VICENTE CLAUDINO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovada. Após, comunica o recebimento dos seguintes ofícios: 1) comunicado do Sr. Marco Antonio Bologna – CEO da TAM S.A e da TAM Linhas Aéreas S.A, informando o nascimento do grupo “LATAM Airlines”, fruto da união da TAM S.A e da LAN Airlines; 2) comunicado da Global Canopy Programme – GCP, que envia o relatório Pense PINC sobre segurança alimentar, hídrica e energética no Brasil; 3) ofício nº 5257/2012/GAB/SENACON/MJ, que informa a criação da Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON; 4) relatório anual de atividades de 2011 da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; 5) ofício da Liderança do PDT, comunicando a substituição do Senador Acir Gurgacz pelo Senador Assis Gurgacz como membro da comissão. **LEITURA DE AVISOS E OFÍCIOS “S”. EM CONFORMIDADE AO ATO Nº 2, DE 2009-CMA.** A Presidência faz a leitura dos seguintes Avisos e Ofícios “S”, em conformidade à análise prévia, nos termos do Ato nº 2, de 2009-CMA: **1) AMA 12/2012**, de 28 de março de 2012 (encaminha Aviso nº 210/2012- SESES – TCU- Plenário). Encaminha o Acórdão 482/2012-TCU- Plenário (TC-022.631/2009-0), sobre avaliação que indica problemas nas multas aplicadas pelas agências reguladoras, inclui sugestão legislativa; **Aviso nº 654/2012- SESES- TCU- Plenário**. Encaminha o Acórdão 1404/2012-TCU- Plenário (TC-034.633/2011-1), sobre o processo de internalização das políticas públicas voltadas para a RIO-92; e **AVS nº 34, de 2012** (Aviso nº 590/2012- SESES-TCU- Plenário, na origem), que encaminha o Acórdão 1210/2012-TCU- Plenário (TC-007.130/2012-0), sobre as contas da Presidência da República no exercício de 2012. **Conforme análise prévia, serão designados relatores para as matérias; 2) Ofício “S” nº 51, de 2011**, do Secretário de Governo de São Bernardo do Campo, que encaminha ao Senado, para conhecimento, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, prestação de contas dos 2009 dos recursos de Fundo Nacional de Saúde, referentes ao primeiro trimestre de 2011. **O Ofício “S” estará à disposição dos Senhores Senadores pelo prazo de 7 dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, seguirá ao arquivo; 3) Aviso nº 511/2012- SESES- TCU- Plenário**. Encaminha o Acórdão 1404/2012-TCU- Plenário (TC-034.633/2011-1), da implantação da ferrovia EF 334, ligando o Porto-Sul-Bahia; **Aviso nº 503/2012- SESES – TCU - Plenário**. Encaminha o Acórdão

1224/2012-TCU- Plenário (TC-014.089/2012-2). Obras do PAC em Santarém-PA; **AVS 25, de 2012** (Aviso nº 477/2012- SESES – TCU - Plenário, na origem). Encaminha o Acórdão 1168/2012-TCU- Plenário (TC- 021.871/2011-6). Irregularidades na Universidade Federal de Tocantins e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do TO; **Aviso nº 725-GP/TCU-Relatório de Atividades do TCU, 1º trimestre de 2012; Aviso nº 1175-GP/TCU** (Aviso nº 1493 na origem-TCU), autuado na corte de contas como processo nº TC-019.639/2011-2, em resposta ao ofício nº 82/2011/CMA. O Aviso foi encaminhado para relatoria do Senador Jorge Viana que votou: “Diante da resposta do Tribunal de Contas da União e do disposto no inciso VI do art. 3º do Ato nº 2/2009-CMA e como não há providências a tomar propomos o arquivamento do presente aviso”; **Aviso nº 763/2012- SESES-TCU- Plenário**, que encaminha o Acórdão 1538/2012-TCU- Plenário (TC-010.765/2010-7); **AVS nº 35, de 2012** (Aviso nº 668 e 669/2012- SESES-TCU- Plenário, que encaminham o Acórdão 1457/2012-TCU- Plenário (TC-026.570/2011-4), sobre auditoria operacional na CODEVASF; **Conforme análise prévia, estes avisos estarão à disposição dos senhores senadores pelo prazo de 7 dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados. Passa-se à PAUTA, destinada à DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 54, de 2012**, que “Em aditamento ao Requerimento nº 44, de 2012-CMA, que solicitou a realização de Audiência Pública “para debater formas de utilização dos recursos oriundos da renovação a título oneroso, por prorrogação ou nova licitação, de concessões de geração de energia elétrica, especialmente na destinação, em parte, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias” requeiro seja convidado para participar dos debates o Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, senhor Marcelo Moraes”. Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 55, de 2012**, que “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de debater com as empresas de telefonia celular, que operam na Paraíba, a prestação do serviço oferecido aos clientes. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. Carlos Zenteno, Presidente da Claro; Sra. Andrea Mangoni, Presidente da TIM; Sr. Antônio Carlos Valente, Presidente da VIVO; Sr. Francisco Valim, Presidente da Oi”. Autoria do Projeto: Senador Cicero Lucena. Resultado: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 56, de 2012**, que “Nos termos do § 1º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidada a Senhora Ministra do Meio Ambiente, IZABELLA TEIXEIRA para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 57, de 2012**, que “Nos termos do § 1º, do art 50, da Constituição Federal, combinado com o inciso III, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja convidado o Senhor Ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos”. Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. **ITEM 6) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2012 - Não Terminativo**, que dispõe “Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Waldemir Moka (Substituído por Ad Hoc).

Relatoria Ad Hoc: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Apresentado voto em separado pelo Senador Pedro Taques, propondo o conhecimento e arquivamento do aviso, bem como a apresentação de requerimentos de informações ao Ministro de Estado do Esporte e ao Tribunal de Contas da União. Resultado: Rejeitado o relatório do Senador IVO CASSOL, foi designado relator do vencido o Senador PEDRO TAQUES. Colocado em votação o voto em separado, foi aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento, e pela apresentação de requerimento de informações ao Ministro de Estado do Esporte e ao Tribunal de Contas da União. **ITEM 7) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 5, de 2012 - Não Terminativo**, que dispõe “Relatório de auditoria de natureza operacional. Renúncia fiscal instituída pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do aviso, bem como pela apresentação de requerimentos de informações aos Ministros de Estado de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, da Fazenda; ao Secretário Especial de Portos e ao Advogado-Geral da União. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do aviso, bem como pela apresentação de requerimentos de informações aos Ministros de Estado de Minas e Energia, dos Transportes, da Integração Nacional, da Fazenda; ao Secretário Especial de Portos e ao Advogado-Geral da União. **ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 35, de 2012 - Não Terminativo**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento. Assume a Presidência da reunião o Senhor Senador Aníbal Diniz. **ITEM 9) OFÍCIO “S” Nº 3, de 2012 - Não Terminativo**, que “Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”. Autoria: Autoridade Pública Olímpica - APO. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento. Retorna à Presidência da reunião o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2006 - Não Terminativo**, que “Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CCJ e com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2011 - Não Terminativo**, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”. Autoria: Deputado Jefferson Campos. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2011 - Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a obrigação de os laboratórios farmacêuticos inserirem nos rótulos dos medicamentos alerta sobre a existência da lactose na composição de seus produtos”. Autoria: Deputado Sandro Mabel. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2007 - Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 - Não Terminativo**, que “Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças

climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos”. Autoria: CMESP - Mudanças Climáticas - 2007 (CMESP). Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Concedida vista ao Senador Sérgio Souza, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011 - Não Terminativo**, que “Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com “cláusulas de fidelização” do assinante”. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Clovis Fecury (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, de 2011 – Terminativo**, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência”. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Retirado de Pauta. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: 1) **REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 58, de 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de Senadores para participarem, como representantes desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da COP 11 - Décima-primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que acontecerá no período de 8 a 19 de outubro de 2012, em Hyderabad, Índia”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. **ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 59, de 2012**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir o Protocolo de Nagoya, como atividade preparatória para a COP 11 - Décima-primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que acontecerá em outubro deste ano, em Hyderabad, Índia”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: Aprovado. Ficam adiadas os itens 3) **REQUERIMENTO S/N, DE 2012-CMA**; 11) **PLC 90/2011**; 17) **PLS 79/2012**; 18) **PLS 143/2012**; 19) **PLS 438/2007**; 20) **PLS 606/2007**; 21) **PLS 55/2008**; 22) **PLS 353/2011**; 24) **PLS 738/2011**; e 25) **PLS 90/2012**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 10/07/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 28ª e 29ª reuniões.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Informo o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão:

– comunicado do Sr. Marco Antonio Bologna – CEO da TAM S.A e da TAM Linhas Aéreas S.A, informando o nascimento do grupo “Latam Airlines”, fruto da união da TAM S.A e da Lan Airlines;

– comunicado da Global Canopy Programme (GCP), que envia o relatório Pense Pinc sobre segurança alimentar, hídrica e energética no Brasil;

– Ofício nº 5257/2012/GAB/Senacon/MJ, que informa a criação da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon);

– relatório anual de atividades de 2011 da agência nacional de telecomunicações – Anatel;

– ofício da Liderança do PDT, comunicando a substituição do Senador Acir Gurgacz pelo Senador Assis Gurgacz como membro da comissão.

Leitura de avisos, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

– AMA 12/2012, de 28 de março de 2012 (encaminha Aviso nº 210/2012 – Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão nº 482/2012–TCU–Plenário (TC-022.631/2009-0), sobre avaliação que indica problemas nas multas aplicadas pelas agências reguladoras e inclui sugestão legislativa;

– Aviso nº 654/2012–Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão 1404/2012–TCU–Plenário (TC-034.633/2011-1), sobre o processo de internalização das políticas públicas voltadas para a Rio-92; e

– AVS nº 34, de 2012 (Aviso nº 590/2012–Seses–TCU–Plenário, na origem), que encaminha o Acórdão 1210/2012–TCU–Plenário (TC-007.130/2012-0), sobre as contas da Presidência da República no exercício de 2012. Conforme análise prévia, serão designados relatores para as matérias.

– De 2011, prestação de contas de 2009 dos recursos do Fundo Nacional de Saúde, referentes ao primeiro trimestre de 2011. O Ofício “S” estará à disposição dos Srs. Senadores pelo prazo de 7 dias na secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, seguirá ao Arquivo.

– Aviso nº 511/2012–Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão 1404/2012–TCU–Plenário (TC-034.633/2011-1), da implantação da Ferrovia EF 334, ligando o porto-sul-bahia;

– Aviso nº 503/2012–Seses–TCU–Plenário. Encaminha o Acórdão 1224/2012–TCU–PLENARIO (TC-014.089/2012-2). Obras do PAC em Santarém–PA;

– AVS nº 25, DE 2012 (Aviso Nº 477/2012–Seses–TCU–Plenário, na origem). Encaminha o Acórdão 1168/2012–TCU– Plenário (TC- 021.871/2011-6). Irregularidades na Universidade Federal de Tocantins e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de TO;

– Aviso nº 725–GP/TCU– Relatório de Atividades DO TCU, 1º trimestre de 2012;

– Aviso nº 1175–GP/TCU (Aviso nº 1493 na origem–TCU), autuado na Corte de Contas como Processo nº TC–019.639/2011-2, em resposta ao Ofício nº 82/2011/CMA. O aviso foi encaminhado para Relatoria do Senador Jorge Viana, que votou: “Diante da resposta do Tribunal de Contas da União e do disposto no inciso V do art. 3º do Ato nº 2/2009–CMA e como não há providências a tomar, propomos o arquivamento do presente aviso”.

– Aviso nº 763/2012–Seses–TCU–Plenário, que encaminha o Acórdão 1538/2012–TCU– Plenário (TC-010.765/2010-7);

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.032, de 2012**, da Comissão de Assuntos Sociais, concluindo pelo arquivamento do **Ofício nº S/51, de 2011**.

A Presidência comunica que recebeu da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o **Ofício nº 206, de 2012**, concluindo pelo arquivamento do **Ofício nº S/51, de 2011**, nos termos do Ato nº 2/2009-CMA.

É o seguinte o Ofício:

OF.nº 206/2012/CMA

Brasília, 8 de agosto de 2012

Assunto: Arquivamento de matéria

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que OFS 51/2011, lido na reunião do dia 10 de julho de 2012, transcorrido o prazo previsto no Ato 2/2009/CMA, não houve manifestação dos membros da Comissão, motivo pelo qual foi determinado o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O **Ofício nº S/51, de 2011**, vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, os **Ofícios nºs 207 a 209, de 2012**, comunicando o arquivamento dos **Avisos nºs 26, 32 e 35, de 2012**, nos termos do Ato nº 2/2009 – CMA, após ter sido dado conhecimento aos membros daquele órgão do inteiro teor das referidas matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Of.nº 207/2012/CMA

Brasília, 8 de agosto de 2012

Assunto: Arquivamento de matéria

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que AVS 35/2012, lido na reunião do dia 10 de julho de 2012, transcorrido o prazo previsto no Ato 2/2009/CMA, não houve manifestação dos membros da Comissão, motivo pelo qual foi determinado o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Of. nº 208/2012/CMA

Brasília, 8 de agosto de 2012

Assunto: Arquivamento de matéria

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que AVS nº 32/2012, lido na reunião do dia 10 de julho de 2012, transcorrido o prazo previsto no Ato nº 2/2009/CMA, não houve manifestação dos membros da Comissão, motivo pelo qual foi determinado o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Of. nº 209/2012/CMA

Brasília, 8 de agosto de 2012

Assunto: Arquivamento de matéria

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que AVS nº 26/2012, lido na reunião do dia 10 de julho de 2012, transcorrido o prazo previsto no Ato nº 2/2009/CMA, não houve manifestação dos membros da Comissão, motivo pelo qual foi determinado o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As matérias vão ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 1.059-Seses-TCU-Plenário, de 2012**, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.179/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 004.525/2012-4, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.059–Seses–TCU–Plenário

Brasília-DF, 15 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 004.525/2012-4, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 15-8-2012, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Respeitosamente, – Senador **Benjamin Zymler** Presidente.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 004.525/2012-4

ACÓRDÃO Nº 2179/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 004.525/2012-4.
2. Grupo II – Classe V - Assunto Relatório de Auditoria (Fiscobras 2012).
3. Interessado/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Congresso Nacional (CN)
 - 3.2. Responsáveis: Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00) e Rodrigo Luiz Caires Araújo (624.472.705-34).
4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 4 (Secob-4).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos que tratam de Levantamento realizado nos atos e procedimentos relacionados às obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Lote 3: Trecho Riacho Jacaré - Rio das Contas - no estado da Bahia, no âmbito do Fiscobras 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. classificar o achado 3.1 do relatório de fiscalização 138/2012 como grave que não prejudique a continuidade (IG-C) das obras referentes ao trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Lote 3: Trecho Riacho Jacaré - Rio das Contas - no estado da Bahia;

9.2. determinar à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal:

9.2.1. relatório e documentação comprobatória da execução de prospecção de sondagens indiretas, por meio de método geofísico por eletro-resistividade, em todo corte em que não foi executada sondagem durante a elaboração do projeto executivo, conforme informado na Nota Técnica Valec 37;

9.2.2. documentação comprobatória de revisão dos quantitativos de material a escavar e da adequação da distribuição dos volumes a serem compensados no projeto de terraplenagem, de acordo com as três categorias de material, conforme informado na Nota Técnica Valec 37;

9.2.3. documentação comprobatória de realização de sondagens complementares em todas as obras de arte especiais em quantidade e localização compatíveis com a extensão e número de apoios de cada ponte ou viaduto, conforme informado na Nota Técnica Valec 37;

9.2.4. documentação comprobatória de avaliação da necessidade de alteração da inclinação dos taludes em cortes nos quais se verifica a ocorrência de material de 3ª categoria, notadamente, na transição entre materiais desta categoria e os de 2ª categoria, conforme informado na Nota Técnica Valec 37;

9.2.5. estudo conclusivo sobre as interferências construtivas existentes no eixo da ferrovia, conforme informado na Nota Técnica Valec 37;

9.2.6. cópias dos projetos executivos das obras de arte especiais elaborados com base nos resultados das sondagens complementares e nas avaliações técnica, econômica e ambiental das soluções adotadas;

9.2.7. ajuste nos quantitativos dos transportes de materiais (brita para lastro e sublastro) e nos preços contratados para execução de serviços nos quais são utilizados os insumos areia e brita, com o objetivo de adequar as distâncias de transporte pactuadas às extensões reais de transporte;

9.2.8. ajuste nos preços contratados para produção de concretos, com o objetivo de adequar seus custos de produção à execução por meio de método construtivo mais econômico e usualmente adotado em obras de médio e grande porte;

9.2.9. exclusão na planilha de quantitativos e preços da previsão dos serviços por administração;

9.2.10. elaboração de novo orçamento da obra, demonstrando os acréscimos e supressões em relação ao contrato 62/2010;

9.3. promover a oitiva da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre:

9.3.1.. alteração dos critérios de medição e pagamento dos bueiros pré-fabricados previstos na Norma 80-ES-028A-19-8008-Valec, por meio do Memorando-Circular 183/2011-Diren, que passaram a ser efetuados no canteiro industrial e não mais no momento de sua aplicação nas obras (achado 3.3);

9.3.2. alteração dos critérios de medição e pagamento do fornecimento de brita para lastro previstos na Norma 80-FM-033A-58-8006-Valec, por meio do Memorando 268/2011-Diren (achado 3.3);

9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao interessado.

10. Ata nº 31/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 15/8/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2179-31/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WEDER DE OLIVEIRA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral, em exercício

GRUPO II – CLASSE V – Plenário**TC 004.525/2012-4****Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscobras 2012)****Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.****Responsáveis: Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida (341.332.917-00) e Rodrigo Luiz Caires Araújo (624.472.705-34)****Interessado: Congresso Nacional (CN)****Advogado constituído nos autos: não há**

SUMÁRIO: FISCOBRAS 2012. VALEC. FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE. IRREGULARIDADES NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO. CLASSIFICAÇÃO DAS IRREGULARIDADES COMO IG-C. DETERMINAÇÕES CORRETIVAS. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA.

Relatório

Adoto como relatório, com os ajustes pertinentes, a instrução elaborada pela unidade técnica (peça 109):

“Trata-se de inspeção (Fiscalis 804/2012), realizada com fulcro na Portaria Segecex 4/2012, para analisar a manifestação preliminar da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT quanto às irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P), para fins de cumprimento do art. 91, § 9º, da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), detectadas na obra de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Lote 3: Trecho Riacho Jacaré - Rio das Contas - no Estado da Bahia no âmbito do Fiscobras 2012 (Fiscalis 138/2012).

HISTÓRICO

No âmbito da Fiscalização 138/2012 do Fiscobras, foram constatados os seguintes indícios de irregularidades no lote 3F da Fiol:

- a) Projeto executivo deficiente ou desatualizado. (IG-P)
- b) Inadequação das providências adotadas pela Administração para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra. (IG-C)
- c) Avanço desproporcional das etapas de serviço. (IG-C)

Por meio do Ofício 399/2012-TCU/SECOB-4, de 27/6/2012, em conformidade com o disposto no art. 91, § 9º, da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), foi solicitada manifestação preliminar da Valec acerca dos indícios de irregularidades graves que se enquadram no conceito estabelecido pelo inciso IV, § 1º, art. 91 da aludida lei, apontados no Relatório de Fiscalização (item 3.1). Para subsidiar a resposta à comunicação processual, foi encaminhado o referido relatório (peça 98).

EXAME TÉCNICO

Em resposta ao Ofício 399/2012-TCU/SECOB-4, de 27/6/2012, a Valec enviou o Ofício 1037/2012-PRESI, de 12/7/2012, que encaminhou os Memorandos 248/2012-DIPLAN, de 10/7/2012, 529/2012-DIREN, de 12/7/2012, e 242/2012-SUPRO, de 12/7/2012, com manifestação acerca dos indícios de irregularidades graves apontadas no Relatório de Fiscalização.

Entretanto, nesta instrução, somente será analisada a manifestação preliminar da Valec acerca das irregularidades graves apontadas no item 3.1 do relatório, em conformidade com o

solicitado no Ofício 399/2012-TCU/SECOB-4. As justificativas para essas irregularidades foram apresentadas por meio da Nota Técnica 33/2012 da Superintendência de Projetos, encaminhada pelo Memorando 242/2012-SUPRO.

As irregularidades identificadas nos projetos básico e executivo do lote 3F foram:

- I) alterações de traçado da ferrovia;
- II) insuficiência dos estudos geotécnicos;
- III) inadequação dos quantitativos de terraplenagem;
- IV) inadequação dos projetos de obras de arte especiais;
- V) interferências construtivas não totalmente quantificadas;
- VI) inadequação dos estudos para definição de jazidas;
- VII) seleção de método construtivo antieconômico; e
- VIII) previsão de serviços sem detalhamento.

Inicialmente, a Valec registrou a importância da Ferrovia de Integração Oeste-Leste para geração de emprego, crescimento de renda e desenvolvimento local e regional. Afirmou que a paralisação da obra para reavaliar todos os processos seria atitude confortável sob o ponto de vista dos novos administradores: 'Poderíamos, com calma implementar as alterações na estrutura organizacional, reavaliar projetos e contratos de obras, promover auditorias (...) em outros necessários ao bom funcionamento da empresa e sua carteira de projetos' (peça 104, p. 26). Entretanto, pondera que está implantando as ações exequíveis e que a paralisação da obra traria consequência não desejáveis à Administração. Assim, a Valec não contesta a possível recomendação originária do TCU, mas pugna pela não paralisação das obras por entender que seria mais prejudicial à Administração Pública a suspensão dos serviços (peça 104, p. 26).

A análise das justificativas apresentadas pela Valec em relação às irregularidades identificadas no achado '3.1 – Projeto executivo deficiente ou desatualizado' será realizada nesta instrução.

Alterações de traçado da ferrovia

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012 da Superintendência de Projetos de 12/7/2012 (peça 104, p. 30-31).

Inicialmente, a Valec diferencia ajuste de traçado e variante. Alega que o primeiro caso consiste de pequenas alterações e o segundo de alterações significativas relacionadas a interferências não previstas e de difícil mitigação. Afirmar que, no caso em questão, ocorreram nove ajustes de traçado (equivalentes a 14% da extensão do traçado) com afastamento médio de 80m em relação ao eixo do projeto básico e uma variante que apresentou um afastamento máximo de cerca de 1.000m (equivalente a 6,4% da extensão do traçado).

Entretanto, ao contrário do argumentado pela Valec, as alterações não ocorreram em função de interferências não previstas e de difícil mitigação. De acordo com o relatório do projeto executivo, as alterações de traçado ocorreram, dentre outros motivos, devido à proximidade do eixo da ferrovia com faixas marginais de cursos hídricos e com áreas de preservação permanente; e à existência de um cemitério dentro da faixa de domínio. Ou seja, fatores de fácil detecção que deveriam ser previstos no projeto.

Em relação às investigações geotécnicas realizadas no eixo da ferrovia na fase do projeto executivo, a Valec alegou que em todos os segmentos de ajuste de traçado foi realizado um significativo número de sondagens. Entretanto, informou que 'em alguns cortes em que não foram realizadas sondagens, a caracterização dos materiais foi feita considerando segmentos homogêneos' (grifo nosso) (peça 104, p. 31).

Porém, a alegação da Valec não afasta a irregularidade apontada, pelo contrário, confirma a insuficiência das sondagens. A ausência de diversas sondagens em função da consideração de

segmentos homogêneos não apresenta embasamento técnico normativo, principalmente quando existem alterações de traçado significativas, como as verificadas no caso em questão, no qual a afastamento máximo foi da ordem de 1.000m. Mesmo em segmentos homogêneos, é necessário executar sondagens nos cortes, com base em espaçamentos definidos em normas e em projeto. Esta questão será aprofundada na análise do próximo tópico: Insuficiência de Estudos Geotécnicos.

Diante do exposto, as irregularidades apontadas no relatório de fiscalização não foram afastadas. Essas irregularidades impendem a correta quantificação e orçamentação da obra, contrariando o art. 6º e o art. 12 da Lei 8.666/1993.

Insuficiência dos estudos geotécnicos

O relatório de auditoria apontou insuficiência nos estudos geotécnicos no eixo da ferrovia e nas obras de arte especiais (OAE), tanto no projeto básico, quanto no projeto executivo.

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 31-53).

Investigações geotécnicas do projeto básico – eixo da ferrovia

O relatório de fiscalização apontou que as investigações geotécnicas não observaram as especificações da própria Valec (80-EG-000A-29-0000), especialmente no tocante à exigência de sondagem a percussão nos cortes típicos onde a sondagem a trado central alcança o impenetrável a trado.

A este respeito, a Valec não se manifestou. Assim, persistem as irregularidades apontadas pelo relatório de auditoria.

Investigações geotécnicas do projeto executivo - eixo da ferrovia

O relatório de fiscalização apontou diversas deficiências nas investigações geotécnicas realizadas no eixo da ferrovia na fase de projeto executivo. A equipe de auditoria constatou que a quantidade, os tipos e as profundidades dos furos das sondagens não são suficientes para a correta quantificação de serviços e para a definição de soluções locais e globais.

Segmentos onde o traçado do projeto executivo é idêntico ao do projeto básico

No caso dos cortes onde não foram realizadas sondagens e nos casos onde não foram realizadas sondagens mistas quando alcançado o 'impenetrável', a Valec alegou que como o projeto dispunha de sondagens em cortes adjacentes, o projeto caracterizou os trechos com base em considerações de segmentos homogêneos com o auxílio de mapas pedológicos e geomorfológicos (peça 104, p. 32-34). A título de exemplificação, a seguir serão transcritas as justificativas apresentadas pela Valec para a ausência de sondagem no corte do km 1.219+300 ao km 1.219+540 e para ausência de sondagens mistas quando alcançado o impenetrável no corte do km 1.184+000 ao km 1.184+380.

Km 1219+300 a Km 1219+540: corte com 240m de extensão e 4m de altura do pico do corte.

Para o corte imediatamente posterior a este, a 1590m de distância foi realizada uma sondagem a trado. De posse destas informações e em conjunto com estudos geológicos preliminares com utilização de mapas pedológicos e geomorfológicos que subsidiaram as investigações diretas e indiretas, o mesmo pode ser enquadrado no conceito de segmento homogêneo e assim ter suas características definidas. (grifos nosso) (peça 104, p. 33).

Km 1184+000 a Km 1184+380: corte com 380m de extensão e 5m de altura do pico do corte.

Neste corte a sondagem a percussão parou no impenetrável. Portanto com as informações da sondagem mista SM-E-32 realizada em um corte a 340m de distância deste e de posse das informações do mapa geológico do trecho, pode se aferir que se trata de material de 3 a categoria assim como foi verificado no corte anterior. (grifos nosso) (peça 104, p. 33).

No caso da insuficiência no número de sondagens por corte, a Valec confirmou que não foi realizado o número de furos de acordo com a especificação Valec 80-EG-000A-29-0000, mas afirmou que os trechos foram bem caracterizados: ‘apesar de não terem sido sondados os pontos de passagem entre o corte e os aterros, podemos afirmar que o trecho foi devidamente caracterizado (...)’ (peça 104, p. 34).

É importante destacar que o Manual de Implantação Básica do DNIT (IPR-742) – 3ª Edição – não prevê a realização de sondagens amostrais, como o constatado no projeto executivo da Valec. Até mesmo para o projeto básico, prevê que deve se ter, no mínimo, uma sondagem em cada corte, atingindo a profundidade de 1,0 m abaixo do greide do projeto geométrico. As sondagens nos cortes para verificação do NA devem apresentar, no mínimo, três furos, um em cada ponto de passagem e outro no meio do corte. No tocante ao projeto executivo, este manual prevê a necessidade da realização de sondagens, em segmentos de corte, com espaçamentos variáveis de no máximo 150 m, respeitando, de acordo com a extensão dos cortes, o seguinte número mínimo de furos: (i) até 120 m: 1 furo; (ii) de 120 a 200 m: 2 furos; (iii) de 200 a 300 m: 3 furos; (iv) de 300 a 400 m: 4 furos; e (v) superior a 400 m: 1 furo a cada 150m.

Dessa forma, no caso do corte do km 1.219+300 ao km 1.219+540 (240m de extensão), considerando os critérios previstos no manual supracitado, seriam necessários, no mínimo, três furos de sondagens para sua caracterização. O projeto não apresenta nenhum furo de sondagem. É importante ressaltar, também, que não é possível fazer a caracterização e avaliação das quantidades sem a realização de sondagens, apenas com base em considerações de trechos homogêneos com sondagens adjacentes a mais de 1.500 m de distância, como afirmou a Valec.

A justificativa da ausência de sondagens e da não realização de sondagens mistas em cortes que alcançaram o ‘impenetrável’ em função da consideração de segmentos de homogêneos, como o descrito para o corte do Km 1.184+000 ao Km 1.184+380, não afasta a irregularidade. Não é possível determinar as características do corte, pois a região abaixo do greide da ferrovia não foi sondada.

Em relação ao número de sondagens insuficiente nos cortes apontados no relatório de fiscalização, a resposta da Valec, também não apresentou nenhum argumento que pudesse afastar a irregularidade, pelo contrário confirmou a infração à própria especificação.

Em resumo, as justificativas para a ausência de sondagens em diversos cortes e a não realização de sondagens mistas em outros, como apresentado pela Valec, foi devido à consideração de segmentos homogêneos obtidos por meio de mapas geológicos. Entretanto, destaca-se que a Valec não apresentou nenhum subsídio normativo que sustente tal consideração. Além disso, a afirmação que alguns trechos ficaram bem caracterizados, mesmo com quantidade de furos inferior à prevista em especificação, também carece de comprovação técnica.

Conforme exposto, constata-se que os argumentos apresentados não são amparados pela boa técnica de engenharia e estão em desacordo com as normas e manuais técnicos vigentes sobre o assunto. As deficiências de sondagens do projeto executivo, nos seguimentos onde não foi alterado o traçado, apontadas no relatório de auditoria, não foram afastadas pelas justificativas apresentadas pela Valec. As deficiências de sondagem possibilitam a ocorrência de erros grosseiros na caracterização dos trechos e na mensuração dos quantitativos, contrariando o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, bem como, impedindo que a administração saiba o real valor do contrato em execução.

Segmentos de traçado alterado na fase de projeto executivo

Nos segmentos onde ocorrem alterações de traçado na fase de projeto executivo, as justificativas da Valec foram semelhantes às apresentadas para os segmentos onde o traçado do projeto executivo é idêntico ao traçado do projeto básico.

A Valec alegou que a caracterização dos cortes em que não foram feitas sondagens foi feita com base em mapas pedológicos e geomorfológicos: ‘Os cortes acima relacionados foram

caracterizados conforme estudos geológicos preliminares com utilização de mapas pedológicos e geomorfológicos (...)’ (peça 104, p. 35).

Nos cortes onde não foram realizadas sondagens mistas, afirmou que:

Uma vez que seja conhecida a história de formação do maciço, suas características mecânicas, químicas e físicas não haveria necessidade de uma aplicação intrínseca das especificações geotecnológicas em termos de quantidade e espaçamento de sondagem em toda extensão e profundidade do maciço. (peça 104, p. 35)

Nos cortes onde não foram feitas quantidades suficientes de furos de sondagem, a Valec afirmou que: ‘Apesar de não terem sido sondados, os pontos de passagem entre o corte e os aterros, podemos afirmar que o trecho foi devidamente caracterizado (...)’ (peça 104, p. 35) (grifo nosso).

As justificativas da Valec para os trechos onde foi alterado o traçado também não apresentaram embasamento técnico normativo, apenas afirmações sem comprovação técnica. Na fase de projeto executivo, os cortes não podem ser caracterizados com base em estudos geológicos preliminares, nem com base na ‘história de formação do maciço’. Nessa fase, existe a necessidade de um profundo conhecimento das características do subsolo, sendo necessária a investigação do subsolo por meio de sondagens com espaçamento máximo definidos em normas e manuais.

Portanto, as deficiências de sondagens do projeto executivo, nos segmentos onde foi alterado o traçado, apontadas no relatório de auditoria também não foram afastadas pelas justificativas apresentadas pela Valec. As deficiências de sondagem possibilitam a ocorrência de erros na caracterização dos trechos e na mensuração dos quantitativos, contrariando o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, bem como, impedindo que a administração saiba o real valor do contrato em execução.

Investigações geotécnicas do projeto executivo – obras de arte especiais

O gestor alega que a equipe de auditoria ‘não teve acesso a todos os boletins de sondagem que comprovam claramente o desconhecimento das investigações realizadas para elaboração do projeto executivo definitivo’ (peça 104, p. 43). Entretanto, não apresentou os citados boletins, tampouco suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART), apresentou apenas tabelas que descrevem a suposta localização das sondagens. Portanto, fica pendente de comprovação a efetiva realização das sondagens. Desta forma, não foram afastadas as irregularidades apontadas durante a auditoria.

Ressalta-se que, durante a fiscalização, foi solicitado e reiterado, como apresentado a seguir, que a Valec encaminhasse o projeto executivo completo:

(ii) no Ofício de Requisição 2-138/2012/SECOB-4 de 23/3/2012, no item 3.6.1, foi solicitado que a Valec encaminhasse os: ‘Boletins e demais relatórios de sondagens realizados pelo consórcio construtor e pela supervisora’ (peça 14, p. 2);

(iv) no Ofício de Requisição 7-138/2012/SECOB-4 de 26/4/2012, no item 2.3.5, foi reiterado à Valec: ‘Encaminhar os projetos executivos das obras de artes especiais elaborados pelo consórcio construtor’ (peça 19, p. 2);

Inadequação dos quantitativos de terraplenagem

O relatório de auditoria apontou deficiências nos quantitativos de terraplenagem dos projetos básico e executivo por não refletirem a realidade das obras, nem minimizarem o risco de alterações contratuais durante a fase de execução da construção da ferrovia.

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência, de Projetos de 12/7/2012 (peça 104, p. 53).

A Valec respondeu que em um projeto geométrico de ferrovia e rodovia busca-se, sempre que possível, a compensação de massas. Sendo assim, o fato de o volume de material escavado

ter aumento em 14% isoladamente não representa prejuízo financeiro. Usando considerações que os materiais provenientes dos empréstimos também seriam escavados, chegou à conclusão que a diferença entre o volume total de escavação entre o projeto básico e executivo seria mínima, não configurando prejuízo ao erário.

As justificativas apresentadas pela Valec se resumem a afirmar que o volume de terraplenagem de corte não apresentou significativas alterações no projeto executivo em relação ao projeto básico, considerando para isso premissas pouco usuais. As justificativas desviaram o foco dos assuntos apontados e não elidiram as irregularidades apontadas no relatório de fiscalização. Para facilitar a compreensão, são descritos alguns dos aspectos tratados no relatório de fiscalização que não foram nem citados na resposta da Valec (peça 98, p. 20-21):

No entanto, a execução dos serviços de terraplenagem tem mostrado que a previsão do volume de materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias, tanto no projeto básico quanto no projeto executivo, não se encontram compatíveis com as medições dos serviços executados.

De acordo com o último boletim de medição (março de 2012), enquanto a execução física de terraplenagem está em apenas 18% do total, o volume acumulado de material de 3ª categoria já alcança 469.550,83 m³, representando 56,6% e 84% de todo volume previsto nos projetos básico e executivo, respectivamente. Em relação às áreas de cortes onde estão sendo executados os serviços de terraplenagem, o volume total medido já ultrapassa em 187% o volume total previsto especificamente no projeto executivo para as mesmas áreas de corte.

Esse valor tende a aumentar, pois alguns dos cortes nessas áreas ainda não estão finalizados e, também, porque está sendo discutida a necessidade de reduzir a inclinação dos taludes de 3ª categoria, devido à ocorrência de desmoronamentos. Supondo a manutenção desse percentual de 187% para todo o lote 3F, os serviços de escavação em 3ª categoria chegariam a R\$ 45,1 milhões, quase o dobro do previsto no contrato inicial, R\$ 22,7 milhões.

(...)

Portanto, tendo em vista que as obras ainda se encontram em estágio inicial, tudo indica que, no decorrer de sua execução, o volume total de material de 3ª categoria irá ultrapassar significativamente o volume previsto no projeto executivo. (...)

Assim, as irregularidades apontadas no relatório não foram esclarecidas pela Valec e o risco de grave dano ao erário permanece inalterado, pois a realidade da obra, no tocante ao volume de terraplenagem, conforme demonstrado nos boletins de medição, é bem distinta do retratado no projeto executivo, contrariando o art. 6º, incisos IX e X, da Lei 8.666/1993, implicando em possíveis alterações significativas dos quantitativos de serviços contratados e, por consequência, impedindo que a administração saiba o real valor do contrato em execução.

Inadequação dos projetos de obra Quanto as a de arte especiais (OAEs)

O relatório de fiscalização apontou diversas falhas nos projetos básico e executivo em relação às obras de arte especiais (pontes e viadutos). Apontou que estes projetos não apresentaram '(...) avaliações técnica, econômica e ambiental para as soluções de projeto adotadas, tais como modulação de vão vãos, forma dos pilares e tipo de fundação. Os relatórios de projeto apenas apresentam as soluções adotadas (...)’ (peça 98, p. 24). Dessa forma, foi constatado que os projetos executivos das OAEs não permitem o adequado dimensionamento de seus elementos estruturais, e por consequência, não permitem a correta quantificação dos serviços necessários à construção das pontes e viadutos.

A Valec se manifestou a respeito desse item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 53-54).

A Valec afirmou que irá comunicar aos projetistas quanto à necessidade de melhorar as justificativas, as memórias descritivas e as memórias de cálculo. Ainda afirmou que ‘as obras que tiveram alterações em suas infraestruturas sem qualquer justificativa apresentada em memória de cálculo durante a elaboração dos projetos serão comunicadas a realizar novas investigações (...)’ Por fim, concluiu que a carência de detalhamentos e ausência de memórias

seriam fatos de fácil correção e, dessa forma, não representariam riscos de prejuízos ao erário. (peça 104, p. 54)

Entretanto, a Valec não precisou o tempo necessário para realizar estas alterações nos projetos, nem o possível impacto nos custos das obras de arte especiais. Observa-se a reavaliação dos projetos pode implicar em alterações significativas. É importante destacar a grandeza dos valores envolvidos. As obras de arte especiais representam cerca de 20% do valor total contratado, ou seja, aproximadamente R\$ 89 milhões. Assim, tendo em vista as graves deficiências apontadas nos projetos executivos das OAEs e a magnitude dos valores envolvidos, o risco de dano ao erário não foi afastado pelas justificativas da Valec.

Interferências construtivas não totalmente quantificadas

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 54).

A Valec afirmou que: 'as principais interferências dos traçados da ferrovia no meio atravessado por sua diretriz foram devidamente previstas (travessias rodoviárias, rede aérea etc.)' (peça 104, p. 54). O gestor concluiu suas justificativas alegando que não vislumbra infração ao art. 6º da Lei 8.666 /1993, nem fato materialmente relevante que poderia ocasionar prejuízo ao Erário.

Entretanto, as justificativas da Valec carecem de comprovação e são contraditórias com as informações encaminhadas na resposta ao Ofício de Requisição 6-138/2012-TCU/SECOB-4: 'Existem no traçado da FIOL várias interferências construtivas, a exemplo de: estradas, bueiros, passagens de nível, passagens veiculares, travessias para irrigação, adutoras, redes elétricas. Contudo estes serviços não estão quantificados e orçados no custo da obra, na sua totalidade' (peça 43, p.1) (grifo nosso). A título de exemplificação, apenas no tocante ao remanejamento de estradas, a Valec afirma que foram identificados cerca de 40 pontos de remanejamento de estradas, correspondendo a 15 km, que sofrerão modificações: '(...) para estas modificações serão necessários desmatamento, movimento de terra, bueiros, etc. que deverão ser quantificados pela Superintendência de Projetos' (peça 43, p.1) (grifo nosso).

Portanto, não foram afastadas as irregularidades apontadas durante a auditoria, sendo necessário que a Valec identifique e quantifique todas as interferências construtivas existentes no eixo da ferrovia.

Inadequação dos estudos para a definição de jazidas e ocorrências de materiais

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 54-56).

A Valec afirmou que informações obtidas na fase de projeto executivo permitiram uma melhor adequação do projeto, sendo que 'otimizações são decorrentes do próprio processo de projetar uma obra de tal envergadura e são admitidos pela própria Lei, a qual possibilita a alteração dos contratos nos limites nela previstos.' (peça 104, p. 55). Além disso, a Valec alegou que o fato de admitir a hipótese de alteração contratual, durante o procedimento licitatório, não significa que ela já sabia, desde o início, que havia erros no projeto.

Analisando a resposta da Valec, percebe-se que esta não justificou o cerne do que foi apontado no relatório, apenas divagou que não sabia que as distâncias de transportes seriam alteradas durante a execução da obra e que respondeu aos licitantes apenas de forma hipotética. Entretanto, não respondeu as inconsistências apontadas no relatório de fiscalização (peça 98, p. 27), como por exemplo, os apontamentos a seguir:

O cotejo das distâncias de transporte previstas no projeto básico com as previstas no projeto executivo e as inconsistências identificadas são apresentados a seguir:

- a) fornecimento de areia (não comercial): redução de 31 km para 13,6 km.

A redução de preços estimada apenas com a adequação da DMT de areia, prevista no projeto executivo, para a produção de concretos ($F_{ck} = 15, 20, 25$ e 35 MPa) será da ordem de R\$ 500 mil, (...) (grifos nossos)

b) fornecimento de brita (não comercial): redução de 30,5 km para 27,8 km.

No entanto, na planilha de quantitativos do projeto executivo há a previsão de 300.000 m³ de brita para lastro e de 14.700.000 m³xkm para o momento de transporte, o que resulta numa DMT de 49,0 km, e não 27,8 km, conforme indicada no quadro de resumo de distâncias de transporte do Volume 1 do Relatório do Projeto Executivo. O ajuste dessa distância (para 27,8 km) acarretaria uma redução de R\$ 7,5 milhões no preço da obra. (grifos nossos)

(...)

A redução de preços estimada apenas com a adequação da DMT da brita nos outros tipos de concreto constantes na planilha contratual ($F_{ck} = 10, 15, 20, 25$ e 35 MPa) é da ordem de R\$ 1 milhão (...) (grifos nossos)

c) fornecimento de material para sublastro: redução da DMT de 29 km para 6,2 km.

Ao contrário do que ocorreu com o fornecimento de brita para lastro, a planilha de quantitativos de materiais de sublastro do projeto executivo reduz a DMT para 6,2 km, visto que há uma previsão de 194.566,46 m³ desses materiais, mas de apenas 1.196.583,73 m³xkm de momento de transporte. No entanto, convém registrar que o quadro de resumo de distâncias de transporte do Volume 1 do Relatório do Projeto Executivo indica a DMT de 32 km para o fornecimento de sublastro, em vez de apenas 6,2 km, evidenciando, assim, uma importante inconsistência do projeto executivo.

(...)

Há de se considerar ainda que a diminuição dos encargos incorridos pelo consórcio construtor, resultante da redução das DMTs do fornecimento de insumos em relação àquelas pactuadas, impõe a revisão do preço das obras com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato 62/2010, nos termos do art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei 8.666/1993. (grifos nossos)

Diante do exposto, as justificativas apresentadas pela Valec não afastam as irregularidades apontadas no relatório de fiscalização em relação à inadequação dos estudos para definição das jazidas e a consequente imprecisão das distâncias de transporte na fase de projeto executivo, contrariando o art. 6º, incisos IX e X, da Lei 8.666/1993, com consequente prejuízo potencial ao Erário.

Seleção de método antieconômico

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 56).

A Valec afirmou que está estudando a composição dos preços unitários para o concreto confeccionado em usina e que irá compará-lo com os custos dos serviços dos elementos de drenagem. Após estes estudos irá, se necessário, promover os devidos ajustes contratuais.

A manifestação da Valec não foi conclusiva sobre o assunto e não estipulou prazo para a conclusão dos estudos. Observa-se que este Tribunal no âmbito da fiscalização realizada nas obras da Fiol, referentes aos Lotes 5F, 5FA, 6F e 7F (TC 016.731/2011-5), por meio do Acórdão 3.301/2011-TCU-Plenário, de 17/11/2011, determinou à Valec: '9.2.3.2. elaborar composições de preços unitários para a produção dos diversos concretos com central fixa de concreto com produção de 180 m³/h, central móvel de concreto com produção de 60 m³/h e com caminhão betoneira no próprio local de aplicação'.

Diante do exposto, não foi afastada a irregularidade de previsão de método construtivo antieconômico mediante o emprego de betoneiras ao invés de usinas de concreto. Esse método

provoca distorções nos preços contratados, infringindo os elementos e requisitos para elaboração de projetos exigidos no art. 6º e no art. 12 da Lei 8.666/1993.

Previsão de serviços sem detalhamento

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 56).

A Valec afirmou que já está tomando todas as providências necessárias no sentido de sanar esta irregularidade: “Nesse sentido, anexamos o ofício onde esta empresa pública comunica ao consórcio responsável pelo Lote 3-F a supressão desse item e a resposta do consórcio acatando esta determinação” (peça 104, p.56).

Portanto, constata-se neste item que a Valec está tomando atitudes de modo a sanar a irregularidade apontada. No entanto, para efetiva comprovação da adoção da medida corretiva proposta no relatório de fiscalização, é necessário que a Valec encaminhe a este Tribunal cópia do termo aditivo que expurga do contrato os serviços sem detalhamento.

Consequências e riscos das deficiências dos projetos básico e executivo

O relatório de fiscalização apontou que, devido às incertezas relativas aos projetos básico e executivo, a Valec desconhece os custos reais de mais de 50% do valor total contratado das obras de construção do lote 3F, implicando em riscos à Administração (peça 98, p. 31).

A Valec se manifestou a respeito deste item na Nota Técnica 33/2012, da Superintendência de Projetos, de 12/7/2012 (peça 104, p. 56-57).

A Valec reconheceu que existem falhas no projeto básico e no executivo, embora afirme que o projeto executivo agregou melhoras ao básico. A Valec defendeu que a obra não deve ser paralisada, uma vez que o projeto executivo poder ser melhorando durante a execução do contrato de obra. Concluiu ainda que “não houve qualquer fato materialmente relevante que apresentasse potencialidade de ocasionar prejuízo ao Erário e que configure graves desvios relativamente aos princípios constitucionais (...)” (peça 104, p. 57).

Entretanto, conforme demonstrado nesta instrução, observa-se que as diversas deficiências do projeto básico não foram sanadas no projeto executivo, sendo sim, um fato materialmente relevante com potencialidade de ocasionar prejuízo ao Erário. Apenas para exemplificar o risco ao Erário, são citados a seguir os casos do Lote 03, Lote 04 e Lote 16 da Ferrovia Norte Sul, no quais os contratos terminaram, chegando ao limite legal de alterações contratuais, contudo sem que a obra fosse concluída, ou seja, sem cumprir seu fim social.

As informações a seguir foram transcritas do Relatório Gerencial da Obra da FNS de março de 2012 (Relatório Pacs Tomo III):

Lote 03 da FNS

Existem serviços pendentes de recuperação de taludes, drenagem, hidrossemeadura, cerca, conformação do corte 135 e obras no pátio de Santa Izabel. No entanto, como o contrato está encerrado e não existe saldo contratual, nem margem de acréscimo ao contrato, há necessidade de contrato complementar para que os serviços faltantes sejam executados. (p. 56) (grifos nossos)

Lote 04 da FNS

O contrato já totaliza 24,89% de acréscimo de valor em relação ao contrato inicial. Entretanto, para a conclusão da obra será necessária a adequação de serviços de hidrossemeadura, entroncamento, passagem de nível, remanejamento de rede elétrica que não constavam na planilha do atual contrato. Assim, a Valec deverá fazer uma nova licitação para conclusão desses serviços adicionais. (p. 37) (grifos nossos)

Lote 16 da FNS

Em função de não terem sido executados serviços de proteção vegetal nos taludes, visto que o contrato não possuía mais margem para aditivos de quantitativo e valor, ocorreram alguns deslizamentos ao longo da ferrovia. Assim, se faz necessária a contratação de empresa para refazer os pontos onde ocorreram erosões, realizando serviços de terraplenagem, proteção de talude, drenagem e serviços de superestrutura. Além disso, deve ser contratada a execução de mata burros, de passagens de nível e de remanejamento de rede rural. (p. 56) (grifos nossos)

Fato é que a maioria das obras referentes à Ferrovia Norte Sul não atendem ao fim social para os quais foram idealizadas. Por conta de graves deficiências nos projetos básico e executivo, por meio de inúmeros aditivos celebrados sob justificativa de adequar o contrato a realidade da obra, a maioria das obras perdeu parte do seu escopo original para priorizar a construção da linha principal.

Dessa forma, além da retirada de serviços essenciais para a integridade da obra, como drenagem e revestimento vegetal, foram suprimidos diversos pátios que são primordiais para a operação da ferrovia. Assim, em regra, os contratos de obra da FNS terminam, sem que a obra seja concluída, sendo necessários contratos complementares para dar integridade e funcionalidade a obra.

Portanto, como exposto acima, o risco de graves impactos na obra em função de projeto executivo deficiente não é remoto, pelo contrário, é alto, conforme visto em obras similares da Valec que também apresentaram projetos deficientes.

ANÁLISE DA PERTINÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR

Diante da materialidade e gravidade da irregularidade 3.1- projeto executivo deficiente ou desatualizado, em relação ao Contrato 062/2010, lote 3F, passa-se a analisar os requisitos para proposta de adoção de medida cautelar: (i) o perigo na demora e (ii) a fumaça do bom direito. Evidentemente, serão abordados ainda aspectos relacionados à existência, ou não, do dano reverso (perigo na demora reverso).

O achado '3.1 projeto executivo deficiente ou desatualizado' do relatório de fiscalização 138/2012 demonstra, claramente, que o projeto executivo do lote 3F da FIOL apresenta relevantes deficiências e que os estudos efetuados na fase de projeto executivo não suprem as falhas do projeto básico.

As graves deficiências do projeto executivo não permitem mitigar a necessidade de sua reformulação durante a fase de realização das obras, visto que apresenta diversas irregularidades, tais como: (i) insuficiência de sondagens nas áreas de cortes e nas obras de arte especiais (pontes e viadutos), o que impossibilita a adequada quantificação dos materiais de escavação; (ii) inadequação dos quantitativos de corpo de aterros e de serviços de escavação de materiais; (iii) inadequação dos projetos de OAEs, o que impede o adequado dimensionamento de todos os elementos estruturais das pontes e viadutos; e (iv) interferências construtivas existentes no eixo da ferrovia ainda não foram totalmente quantificadas, como redes elétricas e estradas vicinais. As graves irregularidades apontadas no relatório de fiscalização, deixam claro que o projeto executivo não atende aos preceitos previstos no art. 6º, incisos IX e X, c/c art. 12 da Lei 8.666/1993, visto que esse projeto não preenche os elementos e requisitos necessários à caracterização e execução das obras. Fica, assim, demonstrado o segundo requisito: a fumaça do bom direito.

Além disso, essas irregularidades impedem a adequada quantificação e orçamentação das obras, impondo risco à Administração Pública, que desconhece o custo real do objeto contratado. Esses fatos se mostram mais temerários quando se constata que o contrato firmado com a projetista contratada (Strata Engenharia Ltda.) para elaborar o projeto executivo encontra-se encerrado desde 15/6/2011, conforme informação fornecida pela Valec (Relação dos Contratos de Projeto Executivo), ratificada mediante consulta efetuada ao Portal da Transparência Pública. Logo, atualmente, a Valec não tem cobertura contratual para executar as modificações suficientes e necessárias para adequar o projeto executivo à realidade das obras, nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei 8.666/1993, visto que as soluções das principais

irregularidades apontadas passam necessariamente pela correção das deficiências do atudido projeto.

O risco de efetivo dano ao Erário é agravado quando se constata que o deficiente projeto executivo encontra-se concluído, aprovado e liberado para execução das obras pela Valec, conforme Memorando 107/2012/SUPRO, não obstante a própria estatal tenha informado que a sua versão final ainda está sendo analisada pela comissão instituída pela Portaria 277/2012-Valec, que foi incumbida de receber e analisar os projetos executivos concluídos da Fiol e da FNS, nos termos do art. 73, inciso I, alínea 'b', da Lei 8.666/1993.

Destaca-se que os prejuízos potenciais das irregularidades do projeto executivo deficiente, estão cada vez mais, se tornando prejuízos reais. A título de exemplificação, como apontado no relatório de fiscalização (peça 98, p. 20), no corte 6, não foi prevista no projeto executivo a presença de materiais de 3ª categoria, porém já foram medidos mais de 56 mil metros cúbicos desse tipo de material. Além disso, é grande o risco financeiro e estrutural de executar pontes e viadutos sem um projeto executivo adequado, uma vez que as OAEs podem estar superdimensionadas, ou pior, subdimensionadas, com consequências estruturais graves.

Percebe-se, então, que a demora de atuação do Tribunal poderá resultar na execução de serviços contrários a boa técnica de engenharia, uma vez que não serão amparados por um projeto executivo apropriado, podendo causar riscos financeiros e estruturais a integridade da obra. Fica, assim, demonstrado o segundo requisito: perigo da demora.

Por outro lado, o perigo na demora inverso para a Administração é pequeno, pois a obra se encontra em seu estágio inicial. Ou seja, a medida cautelar possibilitará a revisão do projeto executivo e, conseqüentemente, possibilitará maior agilidade e segurança na execução dos serviços quando for retomada.

Além disso, a cautelar ora proposta poderá ser adotada sem a oitiva prévia do responsável, conforme previsto no §3º do art. 276 do Regimento Interno do TCU.

CONCLUSÃO

A Valec, em resposta ao Ofício 399/2012-TCU/SECOB-4, se manifestou pela não paralisação da obra. Entretanto, observa-se que as irregularidades apontadas no item 3.1 do relatório de fiscalização não foram sanadas nem afastadas pelas justificativas apresentadas pela Valec, a saber: (i) alterações de traçado da ferrovia; (ii) insuficiência dos estudos geotécnicos; (iii) inadequação dos quantitativos de terraplenagem; (iv) inadequação dos projetos de obras de arte especiais; (v) interferências construtivas não totalmente quantificadas; (vi) inadequação dos estudos para definição de jazidas; (vii) seleção de método construtivo antieconômico; (viii) previsão de serviços sem detalhamento. Em relação ao último subitem mencionado '(viii) previsão de serviços sem detalhamento', a Valec afirmou que está tomando as medidas necessárias para sanar a irregularidade, porém não encaminhou a este Tribunal cópia do termo aditivo que expurga os serviços sem detalhamento do contrato.

As irregularidades constantes no projeto básico não foram sanadas no projeto executivo. O traçado foi alterado sem que estudos geotécnicos fossem feitos em diversos pontos. Existem inúmeros cortes sem sondagem, outros com sondagem apenas até o 'impenetrável'; outros com número insuficiente de furos para caracterizar o subleito. A Valec não comprovou a correta sondagem das obras de arte especiais. Os quantitativos de terraplenagem não condizem com as necessidades da obra, uma vez que os quantitativos reais, expressos nos boletins de medição, superam em muito os estimados no projeto para os trechos executados. Os projetos das pontes e dos viadutos não apresentam justificativas e memórias de cálculo suficientemente detalhadas. Existem diversas interferências construtivas que não foram quantificadas, como linhas aéreas de energia. Existem algumas distâncias médias de transportes (DMTs) dos materiais provenientes das jazidas que são inferiores às constantes no projeto. O projeto prevê a utilização de betoneiras ao invés de usinas de concreto, isto é, usando um método construtivo antieconômico.

Assim, o conjunto de irregularidades é mais do que suficiente para demonstrar que o projeto executivo não é capaz de orientar adequadamente a condução das obras, por não retratar a realidade da obra, impedindo que a administração saiba o real valor do contrato em execução.

Diante do exposto, é grande de o risco de que ao final do contrato, mesmo com a celebração de diversos aditivos em decorrência de falhas de projeto, que a obra não seja concluída, frustrando seu fim social, semelhantemente ao que ocorreu em diversos lotes da Ferrovia Norte Sul. Portanto, essas irregularidades configuram fato materialmente relevante em relação ao valor total contratado, com potencialidade de ocasionar prejuízos ao Erário, se enquadrando no conceito de IG-P, conforme o inciso IV, §1º, do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO 2012).

Por fim, em virtude do perigo da demora e na fumaça do bom direito, com base na materialidade e gravidade do indício apontado será proposta a adoção de medida cautelar de suspensão da execução do contrato 062/2010, em virtude do: (i) o perigo na demora e (ii) a fumaça do bom direito.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Após análise da manifestação preliminar da Valec, em cumprimento ao § 9º do art. 91 da Lei 12.465/2011 e com fulcro no item 9.6 do Acórdão 2.382/2011-TCU-Plenário, ante todo o exposto, somos pelo encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro-Relator Weder de Oliveira, com as seguintes propostas:

82.1. Rejeitar as justificativas da manifestação preliminar da Valec em relação ao achado '3.1 – Projeto executivo deficiente ou desatualizado' do Relatório de Fiscalização 138/2012.

82.2. Manter a classificação do achado 3.1 como grave com recomendação de paralisação (IG-P) em virtude da situação encontrada se enquadrar no inciso IV, §1º, do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO 2012), por configurar fato materialmente relevante em relação ao valor total contratado, com potencialidade de ocasionar prejuízos ao Erário, e em graves desvios aos princípios constitucionais a que está submetida a Administração Pública.

82.3. Determinar à Valec, em sede de medida cautelar, com fundamento no §3º do art. 276 do Regimento Interno do TCU, que adote providências imediatas no sentido de suspender a execução do contrato 062/2010 (lote 3F) que têm por objeto a execução de obras e serviços de engenharia da Fiol, até deliberação final por parte desta Corte de Contas;

82.4. Manter as demais propostas de encaminhamento constantes no relatório de fiscalização 138/2012 (peça 98, p. 58-61), a saber:

AUDIÊNCIA DE RESPONSÁVEL

2 - Com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, realizar, se ainda necessário, após a análise da manifestação preliminar da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., audiência do Sr. Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida, CPF 341.332.917-00, na condição de Superintendente de Projetos da Valec, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, apresente a este Tribunal suas razões de justificativa por encaminhar, por meio do Memorando 72/2010-Supro, a análise técnica que subsidiou a aprovação, pela Diretoria Executiva da Valec, do projeto básico do lote 3F da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, em que foram identificados indícios de irregularidade quanto à:

a) definição de segmentos do traçado da ferrovia em áreas de preservação permanente e/ou próximas à margem de cursos hídricos, contrariando o então vigente art. 4º da Lei 4.771/1965 (Código Civil), atualmente disciplinado pelo art. 8º da Lei 12.651/2012, e o art. 3º da Resolução Normativa 303/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (achado 3.1);

b) insuficiência de estudos geotécnicos, o que impossibilita a adequada identificação da espessura da camada dos solos e a classificação dos materiais nas áreas de corte e de fundações

de obras de arte especiais, e ocasiona risco de alterações durante as fases de elaboração do projeto executivo e de execução das obras de construção da ferrovia, em descumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX, c/c art. 12 da Lei 8.666/1993 e nas especificações técnicas da Norma 80-EG-000A-29-0000-Valec (achado 3.1);

c) inadequação dos quantitativos de terraplenagem e dos estudos para definição da inclinação de taludes, o que impossibilita a determinação adequada dos volumes de escavação de materiais e execução de corpo de aterros, e ocasiona risco de alterações durante a fase de execução das obras de construção da ferrovia, em descumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX, e c/c art. 12 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

d) inadequação dos projetos de obras de arte especiais, o que impossibilita o adequado dimensionamento e quantificação dos elementos estruturais e construtivos das pontes e viadutos, e ocasiona risco de alterações durante a fase de elaboração do projeto executivo e de execução das obras de construção da ferrovia, em descumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX, c/c art. 12 da Lei 8.666/1993 e nas especificações técnicas da Norma 80-EG-000A-11-0000-Valec (achado 3.1);

e) interferências construtivas existentes no eixo da ferrovia não totalmente quantificadas, o que impossibilita a adequada avaliação do custo das obras, por meio de orçamento detalhado, fundamentado, em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, em descumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX, c/c art. 12 da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

f) inadequação dos estudos para definição das jazidas e ocorrências de materiais, que resultou em distâncias de transporte de materiais superiores às extensões reais, com impacto nos preços do transporte de brita para lastro e de material para sublastro e nos preços contratados para execução de serviços nos quais há utilização dos insumos areia e brita, em descumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX, c/c art. 12 da Lei 8.666.1993 (achado 3.1);

g) seleção de método construtivo antieconômico e não usualmente aplicado nas obras ferroviárias para produção de diversos tipos de concretos, o que provocou distorções nos preços contratados, infringindo o art. 6º, inciso IX, c/c art. 12 da Lei 8.666.1993 (achado 3.1); e

h) previsão de itens (Serviços por Administração) sem detalhamento e sem identificação do objeto que se pretende executar, descumprimento ao disposto no art. 6º, incisos IX e X, c/c art. 12 da Lei 8.666.1993 (achado 3.1).

OITIVAS DA VALEC

3 - Com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, realizar, após a análise da manifestação preliminar, oitiva da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para que, no prazo de 15 dias, a contar da ciência, pronuncie-se a respeito dos seguintes fatos relacionados à construção do lote 3F da Fiol:

a) atraso do cronograma de execução das obras em virtude da não efetivação da desapropriação de imóveis afetados pela construção da ferrovia e do não cumprimento das condicionantes ambientais, encaminhando a este Tribunal o plano de providências adotado para mitigar essas interferências, que prejudicam o andamento das obras (achado 3.2);

b) impacto das interferências de desapropriação de imóveis e de licenciamento ambiental nas estimativas de distâncias de transporte dos volumes de terraplenagem, em função das limitações impostas por essas interferências na compensação dos volumes de corte e de aterro ao longo do eixo da ferrovia ou das áreas de empréstimos para corpo de aterros, encaminhando a este Tribunal toda documentação de suporte necessária para estimar os seus reflexos financeiros (achado 3.2);

c) alteração dos critérios de medição e pagamento dos bueiros pré-fabricados previstos na Norma 80-ES-028A-19-8008-Valec, por meio do Memorando-Circular 183/2011-Diren, que passaram a ser efetuados no canteiro industrial e não mais no momento de sua aplicação nas obras, o que favoreceu a antecipação do fornecimento de materiais/produtos sem observar o cronograma atualizado das obras (achado 3.3); e

d) alteração dos critérios de medição e pagamento do fornecimento de brita para lastro previstos na Norma 80-EM-033A-58-8006-Valec, por meio do Memorando 268/2011-Diren, que passaram a considerar a brita como fornecida quando depositada no próprio estoque da pedreira e não mais quando depositada nas obras, o que favoreceu a antecipação do fornecimento de materiais/produtos sem observar o cronograma atualizado das obras (achado 3.3).

DETERMINAÇÕES À VALEC

4 - Determinar à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., após a análise da manifestação preliminar, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

a) promova estudos com vistas à alteração da especificação de estudos geotécnicos para projetos (80-EG-000A-29-000), de forma a atender o disposto no art. 6º, incisos IX e X, da Lei 8.666/1993, especialmente no que se refere ao intervalo, a profundidade e o método das sondagens no corpo estradal, encaminhando a este Tribunal os resultados desses estudos no prazo de 45 dias, a contar da ciência, e, entretanto, adote, no mínimo, os parâmetros estabelecidos na Publicação IPR 742 - Manual de Implantação Básica de Rodovia, 3ª edição 2010, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (achado 3.1); e

b) promova estudos sobre o novo cronograma de execução das obras de construção do lote 3F da Fiol, contendo gráfico de Gantt, ABC de insumos, histograma de mão de obra e caminho crítico, de forma atender o disposto no art. 6º, inciso IX, c/c art. 12 da Lei 8.666/1993, bem como a fundamentar a viabilidade de conclusão das obras no prazo estipulado e a possibilitar a aquisição de materiais e a execução de serviços em consonância com o plano de execução das obras, encaminhando a este Tribunal os resultados desses estudos no prazo de 45 dias, a contar da ciência (achado 3.3).

CIÊNCIA À VALEC

5 - Dar ciência à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., após a análise da manifestação preliminar, acerca das seguintes ocorrências:

a) promover alterações contratuais de obras ferroviárias compensando os valores dos acréscimos com os valores de decréscimos, sem aplicar aos acréscimos totais e decréscimos totais, individualmente, os limites legais de 25% afronta o art. 65 da Lei 8.666/1993 e o entendimento adotado pelo TCU nos Acórdãos 749/2010, 2.819/2011 e 510/2012, todos do Plenário (achado 3.1);

b) não realizar estudos sobre a viabilidade técnico-econômica dos métodos construtivos mais vantajosos para execução de serviços previstos no projeto de obras ferroviárias afronta o art. 6º, inciso IX, alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd', da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

c) não realizar estudos sobre a existência de jazidas comerciais e não comerciais que atendam aos requisitos técnicos necessários e que se mostrem economicamente viáveis para a execução dos serviços previstos no projeto de obras ferroviárias afronta o art. 6º, inciso IX, alínea 'f', da Lei 8.666/1993 (achado 3.1);

d) autorizar a execução de obras ferroviárias com base em projeto executivo deficiente, que não contemple todos os elementos e requisitos necessários para a caracterização e execução das obras, afronta o art. 6º, incisos IX e X, e o art. 12 da Lei 8.666/1993 e a Súmula TCU 261/2010 (achado 3.1); e

e) autorizar a aquisição de materiais e/ou execução de serviços sem observar o cronograma atualizado de execução prejudica a gestão das obras ferroviárias, em afronta ao art. 6º, inciso IX, alínea 'e', da Lei 8.666/1993, ocasiona potenciais prejuízos na execução, conservação e operação das ferrovias, em ofensa ao art. 12, inciso III, da mesma lei, e favorece a ocorrência prejudicial de "jogo de cronograma", em inobservância aos princípios constitucionais da eficiência e economicidade, previstos nos arts. 37, caput, e 70, caput, da Constituição Federal (achado 3.3).

PROVIDÊNCIAS INTERNAS DO TCU

82.5. Comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. que as justificativas apresentadas pelo órgão gestor não afastaram os indícios de irregularidades graves que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), apontados no Contrato 62/2010, relativo à obra de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, (lote 317) trecho entre o Rio Jacaré (Manuel Vitorino/BA) e o Rio de Contas (Tanhaçu/BA), e que assim, subsistem os indícios e seu saneamento depende da adoção das seguintes medidas corretivas:

a) realizar sondagens complementares em todos os cortes, com intervalo, número mínimo de furos, profundidade e método de sondagem compatíveis com a extensão de cada corte, adotando, no mínimo, os parâmetros estabelecidos no Manual de Implantação Básica de Rodovia (IPR-742), 3ª edição, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com o objetivo de identificar adequadamente a espessura das camadas dos solos e a classificação dos materiais;

b) realizar sondagens complementares em todas as OAEs, em quantidade compatível com a extensão e número de apoios de cada ponte ou viaduto, com o objetivo de identificar adequadamente a espessura da camada dos solos e a classificação dos materiais nas áreas de fundações, para permitir a seleção do tipo e o dimensionamento das fundações, consoante última revisão da Norma 80-EG-000A-11-0000-Valec;

c) avaliar a necessidade de alteração da inclinação dos taludes de materiais de 3ª categoria, com o objetivo de quantificar o serviço de escavação em 3ª categoria e de evitar acidentes de trabalhos e futuros danos à ferrovia;

d) ajustar os quantitativos dos serviços de aterro e de escavação de materiais de 1ª, 2ª e 3ª categorias com base nos resultados das sondagens complementares, com o objetivo de quantificar o volume de serviços de terraplenagem compatível com a realidade das obras;

e) promover o detalhamento dos projetos executivos das OAEs com base nos resultados das sondagens complementares e nas avaliações técnica, econômica e ambiental das soluções de projetos adotadas, com o objetivo de determinar adequadamente o dimensionamento de todos os elementos estruturais das pontes e viadutos;

f) identificar e quantificar todas as interferências construtivas existentes no eixo da ferrovia que ainda não foram rotineiramente quantificadas, a exemplo de diversos serviços referentes às estradas vicinais e ao remanejamento de redes aéreas;

g) ajustar os quantitativos dos transportes de materiais (brita para lastro e sublastro) e os preços contratados para execução de serviços nos quais utilizam os insumos areia e brita, com o objetivo de adequar as distâncias de transporte pactuadas às extensões reais de transporte, impedindo o pagamento de distâncias de transporte maiores do que as distâncias reais, sem a devida compensação a favor da Administração Pública;

h) ajustar os preços contratados para produção de concretos, com o objetivo de adequar seus custos de produção à execução por meio de método construtivo mais econômico e usualmente adotado em obras de médio e grande porte, mas que estão sendo pagos sem a devida compensação a favor da Administração Pública;

i) excluir da planilha de quantitativos e preços a previsão dos Serviços por Administração, que inclui fornecimento de pessoal e equipamentos sem o devido detalhamento, semelhante à utilização de item como unidade em verba, impossibilitando a identificação precisa dos serviços contemplados pelo objeto e dos seus respectivos custos; e

j) avaliar, após todos esses ajustes do projeto executivo e dos preços contratados, a possibilidade de descaracterização do objeto originalmente licitado e de extrapolção do limite legal de 25% para alterações contratuais, estipulado no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993 e em consonância com a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 749/2010, 2.819/2011 e 510/2012, todos do Plenário), por meio de supressões e acréscimos de materiais e serviços nas planilhas orçamentárias do Contrato 62/2010.

82.6. Encaminhar cópia do Acórdão que o Tribunal vier a adotar, acompanhados do relatório e voto que o fundamentarem, à Secretaria de Controle Externo do Estado da Bahia, para ciência, e à 1ª Secretaria de Controle Externo, tendo em vista que as irregularidades levantadas poderão impactar as contas do órgão jurisdicionado (Valec) nos exercícios de 2010 a 2012."

É o relatório.

Proposta de Deliberação

Trata-se de análise da manifestação preliminar da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. quanto às irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P), para fins de cumprimento do art. 91, § 9º, da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), detectadas na obra de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Lote 3: Trecho Riacho Jacaré - Rio das Contas - no estado da Bahia, no âmbito do Fiscobras 2012 (Fiscalis 138/2012).

2. O valor total do contrato 62/2010, considerando o respectivo aditivo, é de R\$ 403.263.326,92.

3. A Secob-4 solicitou que a Valec apresentasse manifestação quanto ao item 3.1 do relatório de fiscalização (Projeto executivo deficiente ou desatualizado). Especificamente, as irregularidades identificadas foram (peça 109):

- "a) alterações de traçado da ferrovia;
- b) insuficiência dos estudos geotécnicos;
- c) inadequação dos quantitativos de terraplenagem;
- d) inadequação dos projetos de obras de arte especiais;
- e) interferências construtivas não totalmente quantificadas;
- f) inadequação dos estudos para definição de jazidas;
- g) seleção de método construtivo antieconômico; e
- h) previsão de serviços sem detalhamento."

4. Da leitura do relatório da unidade técnica e das repostas do gestor, depreende-se que as falhas nos projetos básico e executivo são decorrentes, majoritariamente, da insuficiência de sondagens realizadas na obra.

5. A equipe de auditoria detectou a inexistência de norma interna da Valec que regulamente a realização de sondagens em obras ferroviárias. Assim, adotou, como critério objetivo para averiguar a quantidade de sondagens requeridas, a norma do Dnit (Manual de Implantação Básica do DNIT - IPR-742 - 3ª Edição).

6. Apesar de ser norma dirigida à execução de obras rodoviárias, o IPR-742 pode ser utilizado, na ausência de norma específica, como referência para a averiguação da quantidade mínima de sondagens a serem realizadas na ferrovia, tendo em vista a menor complexidade das obras rodoviárias.

7. Ao cotejar os boletins de sondagens realizadas no lote 3F (peça 104) com o padrão estabelecido pelo IPR-742, a unidade técnica identificou que o número de sondagens realizadas encontrava-se abaixo do parâmetro estabelecido pela norma.

8. Os efeitos da baixa qualidade dos projetos básico e executivo, decorrentes, principalmente, da insuficiência de sondagens, manifestaram-se na evidência angariada pela equipe de auditoria ao analisar o boletim de medição da obra de março de 2012.

9. Naquele momento, a execução física de terraplenagem da obra atingia apenas 18% do total. Entretanto, o volume acumulado de material de 3ª categoria já alcançava 469.550,83 m³, o que representava 57% de todo o volume previsto no projeto básico. Em relação ao projeto executivo, o volume de 469.550,83 m³ de material de 3ª categoria representava 84% de todo o volume previsto.

10. Ademais, nas áreas de cortes em que estavam sendo executados os serviços de terraplenagem, o volume total medido já ultrapassava em 187% o volume total previsto no projeto executivo para as mesmas áreas de corte.

11. A evidência coletada pela equipe de auditoria, em pequeno trecho da obra, é um forte indício de que há grande desconhecimento, em razão da insuficiência de sondagens, do subsolo sobre o qual a ferrovia será construída.

12. Uma das consequências desse fato é a incerteza quanto ao orçamento da obra, já que há substancial variação no custo de extração dos materiais a depender da categoria em que enquadrem, sendo que o custo de extração de material de 3ª categoria supera em muito o custo de extração de material de 2ª categoria e assim sucessivamente.

13. A incerteza sobre as características do subsolo também prejudica o controle da obra por parte da administração, pois a fiscalização passa a depender, exclusivamente, da análise visual dos produtos extraídos e dos equipamentos e técnicas utilizados na operação, com maior propensão a erro e suscetibilidade a fraude nas medições.

14. O trabalho apresentado pela Secob-4 aponta, com propriedade, a existência de elevado risco de que o orçamento da obra, devido às falhas apontadas no relatório, seja em muito extrapolado, podendo ocorrer necessidade de celebração de aditivos em valores superiores ao percentual de 25% permitido pela Lei de Licitações.

15. Nessas condições, a administração costuma proceder a cortes no orçamento em itens que possam ser posteriormente contratados, por meio de novas licitações. Contudo, essa prática tem se revelado danosa. A obra termina por não ser entregue no prazo estabelecido, gerando prejuízos sociais e econômicos, conforme se observou nos casos dos lotes 3, 4 e 16 da Ferrovia Norte Sul, cujos projetos básicos e executivos também se revelaram deficientes (peça 109):

"Lote 03 da FNS

Existem serviços pendentes de recuperação de taludes, drenagem, hidrossemeadura, cerca, conformação do corte 135 e obras no pátio de Santa Izabel. No entanto, como o contrato está encerrado e não existe saída contratual, nem margem de acréscimo ao contrato, há necessidade de contrato complementar para que os serviços faltantes sejam executados. (p. 56).

Lote 04 da FNS

O contrato já totaliza 24,89% de acréscimo de valor em relação ao contrato inicial. Entretanto, para a conclusão da obra será necessária a adequação de serviços de hidrossemeadura, entroncamento, passagem de nível, remanejamento de rede elétrica que não constavam na planilha do atual contrato. Assim, a Valec deverá fazer uma nova licitação para conclusão desses serviços adicionais. (p. 37)

Lote 16 da FNS

Em função de não terem sido executados serviços de proteção vegetal nos taludes, visto que o contrato não possuía mais margem para aditivos de quantitativo e valor, ocorreram alguns deslizamentos ao longo da ferrovia. Assim, se faz necessária a contratação de empresa para refazer os pontos onde ocorreram erosões, realizando serviços de terraplenagem, proteção de talude, drenagem e serviços de superestrutura. Além disso, deve ser contratada a execução de mata burros, de passagens de nível e de remanejamento de rede rural. (p. 56)

Fato é que a maioria das obras referentes à Ferrovia Norte Sul não atendem ao fim social para os quais foram idealizadas. Por conta de graves deficiências nos projetos básico e executivo, por meio de inúmeros aditivos celebrados sob justificativa de adequar o contrato a realidade da obra, a maioria das obras perdeu parte do seu escopo original para priorizar a construção da linha principal.

Dessa forma, além da retirada de serviços essenciais para a integridade da obra, como drenagem e revestimento vegetal, foram suprimidos diversos pátios que são primordiais para a operação da ferrovia. Assim, em regra, os contratos de obra da FNS terminam, sem que a obra seja concluída, sendo necessários contratos complementares para dar integridade e funcionalidade a obra.

Portanto, como exposto acima, o risco de graves impactos na obra em função de projeto executivo deficiente não é remoto, pelo contrário, é alto, conforme visto em obras similares da Valec que também apresentaram projetos deficientes."

16. As irregularidades aqui tratados expõem a administração aos riscos de um orçamento subdimensionado e incompleto e devem ser enquadradas como irregularidades graves que não prejudicam a continuidade da obra (IG-C), nos termos do art. 91, § 1º, VI, da Lei 12.465/2011:

"Art. 91. A execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei ficará condicionada à prévia deliberação da CMO, observado o disposto no § 3º deste artigo e no § 4º do art. 95 desta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entendem-se por:

(...)

VI - indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade - IGC, aquele que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida nos incisos IV ou V do caput deste artigo;"

17. No dia 13/8/2012, a Valec protocolou em meu gabinete memorial em que discorreu sobre as providências que estão sendo tomadas para sanar as irregularidades apontadas pela equipe de auditoria:

“3. As providências quanto aos seguintes pontos constam da Nota Técnica nº 37 e anexos, exarada pelo SUPRO/DIPLAN, insertos no Anexo A deste ofício:

- a) Campanha de prospecção geotécnica nos cortes com deficiências de sondagens;
- b) Sondagens complementares nas obras de arte especiais com deficiências;
- c) Inclinação de taludes;
- d) Adequação de quantitativos dos serviços de aterro e de escavação;
- e) Projetos executivos de obras de arte especiais;
- f) Especificação para estudos geotecnológicos.

4. Em complemento, após identificadas as alterações decorrentes dos levantamentos complementares, serão analisadas as planilhas contratuais com vistas a verificar a conformidade do objeto contratual à luz da Lei 8.666/1993.”

18. Em relação à programação para a execução dos levantamentos geofísicos, a Valec apresenta cronograma (Nota Técnica 37) em que define a data de final de setembro para a conclusão dos trabalhos no lote 3F da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

19. Quanto às sondagens complementares em todas as obras de arte especiais em quantidade compatível com a extensão e quantidade de apoios de cada ponte ou viaduto, a Valec informou que os projetos executivos somente serão aprovados após análise da observância dessa condição. Afirmou, ainda, que este procedimento já foi exigido dos projetistas (correspondência constante do anexo III do memorial).

20. Para a avaliação da necessidade de alteração da inclinação dos taludes em cortes em que ocorre material de 3ª categoria, notadamente, na transição entre materiais desta categoria e os de 2ª categoria, a Valec informou que manterá o dimensionamento e recomendações constantes da seção-tipo do projeto de terraplenagem adotada na especificação da Valec, desenho nº 80-DES-0900G-20-1000.

21. No que se refere às interferências, a empresa informou:

“4. - Interferências

As interferências pertinentes aos remanejamentos de rede aéreas de transmissão de energia foram todas levantadas e foram contatadas as empresas concessionárias pertinentes.

Os contatos foram mantidos por meio das presidências dessas empresas e a presidência da Valec, estando acordado o pedido de celeridade no processo e auxílio à Valec, por meio de técnico da concessionária, com vistas à análise dos orçamentos decorrentes dos projetos. No anexo V consta o trâmite da documentação que motivou os contatos iniciais com as concessionárias de energia elétrica.

No que se refere às interferências com estradas vicinais, os estudos estão sendo ultimados com a revisão final do projeto.”

22. Tendo em vista o plano de ação apresentado pela Valec para sanar as irregularidades apontadas pela equipe de auditoria da Secob-4, cumpre assinar prazo para que a empresa encaminhe ao Tribunal informações sobre a implementação das ações.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do acórdão que submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em tagDataSessao.

WEDER DE OLIVEIRA

Relator

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 22 de agosto do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

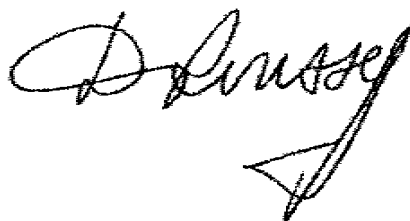
MENSAGEM
Nº 67, DE 2012
(nº 365/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Os méritos do Senhor Gustavo Martins Nogueira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



EM nº 00216/2012 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Maláui.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00216 /DP/DSE/SGEX/AFEP/G-MRE/APES

Brasília, 12 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de

GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Maláui.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA

CPF.: 470.836.033-91

ID.: 1200391 SSP-PI

1973 Filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira, nasce em 21 de março, em Picos/PI

Dados Acadêmicos:

1995 Direito pela Universidade Federal do Piauí
1996 Especialização em Relações Econômicas Internacionais. Tokai University, Kanagawa-ken, Japão
1999 PROFA-I - IRBr
2006 Master of Laws in International Legal Studies, pela Georgetown University, Washington-DC/EUA
2006 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, "A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas"

Cargos:


1997 Terceiro-Secretário
2004 Segundo-Secretário
2007 Primeiro-Secretário
2011 Conselheiro, por merecimento

Funções:

1999 Divisão de Programas de Divulgação Cultural, assistente
2000 Divisão do Pessoal, assistente
2002 Embaixada em Harare, Terceiro-Secretário em missão transitória
2003 Divisão da América Meridional II, assistente
2004 Missão Junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
2007 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2011 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2011 Secretaria de Planejamento Diplomático, Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico

Publicação:

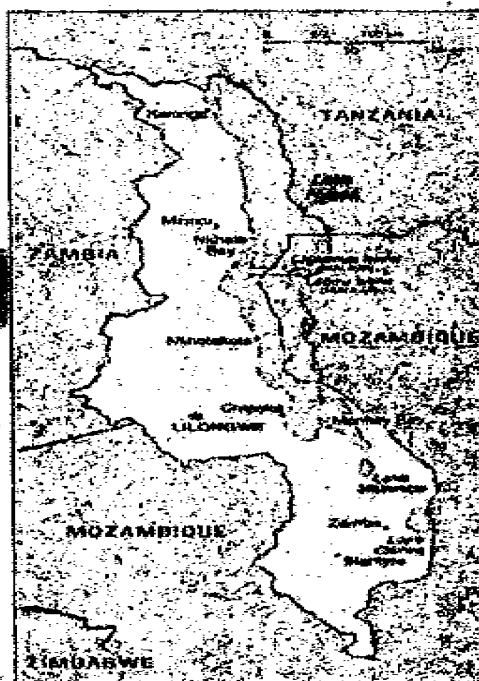
1996 The First WTO Appellate Body Review: United States – Standards for reformulated and conventional gasoline, in Journal of World Trade. 30/6, Genebra



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

República do Maláui



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS
PERFIL BIOGRÁFICO
RELAÇÕES BILATERAIS
COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES
DÍVIDA EXTERNA
POLÍTICA INTERNA
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
POLÍTICA EXTERNA
ATOS BILATERAIS - MALÁUI
ANEXOS

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Maláui
GENTÍLICO	Malauiano
CAPITAL	Lilongue
ÁREA	118.484 km ² (pouco maior que o estado de Pernambuco)
POPULAÇÃO (ONU)	15,8 milhões (21º na África)
IDIOMAS	Inglês e chicheua (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2008)	Cristianismo (82,7%); islamismo (13%); outros (1,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Joyce Hilda Banda (desde abr/2012)
MIN. DE RELAÇÕES EXTERIORES	Ephraim Mganda Chiume (desde abr/2012)
PIB (2011, Banco Mundial)	US\$ 5,6 bi (Brasil: US\$ 2,49 trilhões)
PIB PPP (2011, Banco Mundial)	US\$ 13,78 bi (Brasil: US\$ 2,29 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2011, Banco Mundial)	US\$ 350 (Brasil: US\$ 12,788)
PIB <i>per capita</i> PPP (2010, Banco Mundial)	US\$ 863 (Brasil: US\$ 11,769)
VARIAÇÃO DO PIB (EIU)	5,3% (2011); 6,7% (2010); 9,4% (2009); 11,5% (2008); 11,2% (2007)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	74,5%
IDH (2011, PNUD)	0,400 (171º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD)	54,2 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Kwacha malauiano (USD 1,00 = MWK 253,00 em 10/06/2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro oficial de brasileiros no Maláui
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francis Moto (desde ago/2011)

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL - MALÁUI	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 até maio
Intercâmbio	5.903	7.633	5.485	3.042	8.154	2.776	9.078	5.606	4.501	2.471
Exportações	3.317	4.214	1.004	870	3.495	2.516	4.344	2.363	2.356	649
Importações	2.585	3.419	4.481	2.172	4.659	259	4.734	3.243	2.145	1.821
Saldo	732	795	-3.477	-1.302	-1.163	2.256	-390	-879	210	-1.171

PERFIL BIOGRÁFICO**Joyce Hilda Banda***Presidenta*

Nascida em 12 de abril de 1951, Joyce Banda possui histórico de ativista dos direitos das mulheres e de educadora. Entre 2004 e 2006 foi Ministra do Gênero, da Infância e dos Serviços Comunitários. Foi Ministra dos Negócios Estrangeiros entre 2006 e 2009 e, de 2009 e 2012, Vice-Presidente do Maláui. Em dezembro de 2010 foi expulsa do Partido Popular Democrático (DPP), do Presidente Bingu wa Mutharika. Formou então, em 2011, seu próprio partido, o Partido Popular (PP).

Assumiu a presidência em 7 de abril de 2012, após a morte de seu antecessor. É a primeira mulher a ocupar o cargo e a segunda mulher a comandar um país africano (a primeira foi Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da Libéria desde 2006).

Ephraim Mganda Chiume**Ministro de Relações Exteriores**

Nasceu em 1953. Bacharel em Arquitetura na University of South West, Reino Unido. Na iniciativa privada, trabalhou em sua área de competência no Reino Unido, na Zâmbia, Botsuana e Maláui. Filiado ao "Democratic Progressive Party" (DPP), foi eleito membro do Parlamento em maio de 2009 pela prbíncia de Nkhata Bay North. Secretário-Executivo ("Deputy Minister") de Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente (2009-2011). Ministro da Justiça e Assuntos Constitucionais (2011-2012). Em abril de 2012, com a posse da Presidenta Joyce Banda, foi designado Ministro de Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais são incipientes, mas vêm ganhando impulso após a visita do Presidente Mutharika ao Brasil (set/2009) e abertura das Embaixadas residentes do Maláui em Brasília (em funcionamento desde 2010) e do Brasil em Lilongue (criada pelo Decreto nº 7.349, de 27 de outubro de 2010, deverá ter sua instalação iniciada em 2012).

Em setembro de 2009, durante visita do então Presidente Mutharika a Brasília, foram discutidas possibilidade de cooperação em agricultura, esportes e HIV/AIDS, bem como o potencial para investimentos brasileiros em infraestrutura, turismo, mineração, energia e comércio no Maláui. Além disso, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países (já ratificado pelo Brasil; no momento, aguarda-se ratificação pelo lado malauiano).

Em 2010, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou, como parte da “Série Relações Diplomáticas”, selos que homenageiam o Maláui, apresentando imagens dos peixes Ciclídeos¹ do Lago Maláui.

Comércio e investimentos

A corrente de comércio Brasil-Maláui ainda é pequena, uma média de US\$ 6 milhões anuais entre 2007 e 2011. Ainda que o montante absoluto do intercâmbio bilateral seja baixo, cabe destacar os dados comerciais Brasil-Maláui do ano de 2009, quando, apesar do impacto da crise internacional, as exportações brasileiras cresceram 72% e as importações, 1780%. Em 2010, o intercâmbio total Brasil-Maláui atingiu a marca de US\$ 5,6 milhões. Em 2011, contudo, o montante total do comércio entre os dois países foi de US\$ 4,5 milhões, uma queda de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior, representando apenas 0,2% do intercâmbio comercial global do Maláui.

As exportações brasileiras para o Maláui são integralmente de produtos manufaturados, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo, e máquinas agrícolas. O Maláui, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil. O amplo potencial de crescimento do comércio bilateral pode ser aquilatado pelos dados da corrente de comércio do Brasil com os países vizinhos. Em 2011, enquanto a corrente de comércio do Brasil com o Maláui foi de US\$ 4,5 milhões, com a Zâmbia, foi de US\$ 11 milhões; com o Zimbábue, foi de US\$ 32 milhões; com a Tanzânia, foi de US\$ 66 milhões; e com Moçambique, foi de US\$ 85 milhões.

A Vale e o Corredor de Nacala

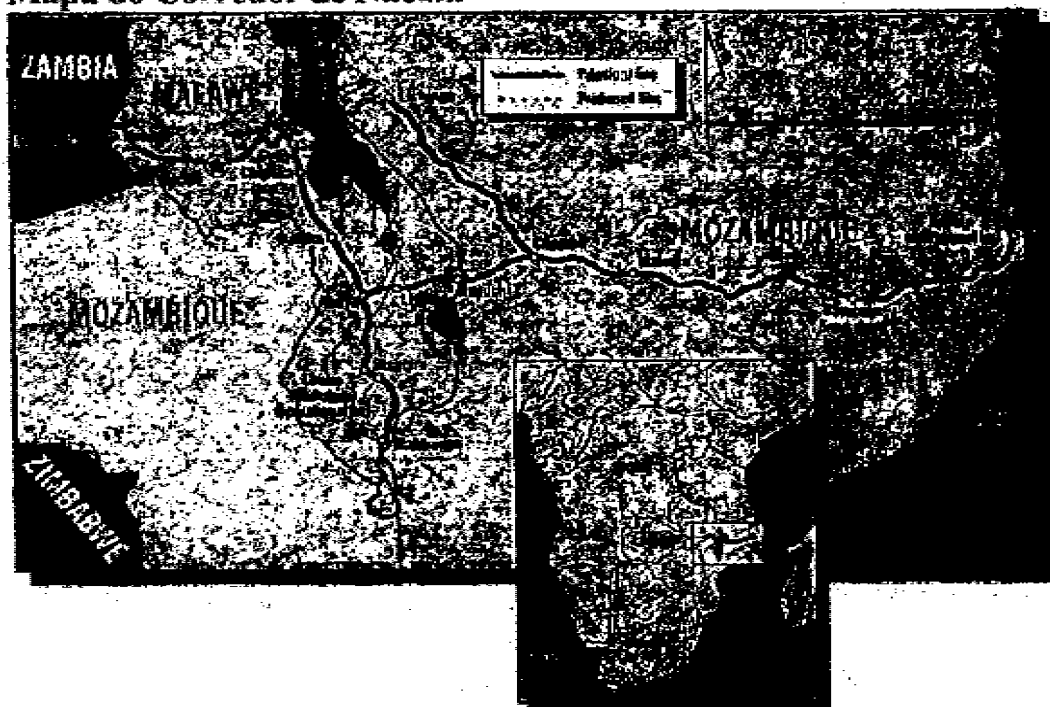
O Banco Central não tem registro de investimentos diretos brasileiros no Maláui. Não há, tampouco, registro de investimentos diretos do Maláui no Brasil. Entretanto, a presença brasileira no Maláui tenderá a elevar-se consideravelmente com os investimentos da empresa mineradora Vale em linhas férreas naquele país, no âmbito do plano de expansão da presença da empresa na região da África Austral. A Vale pretende interligar suas minas de cobre na Zâmbia aos complexos de produção e aos terminais de escoamento de minérios no litoral de Moçambique.

¹ Ciclídeos: peixes de água doce da ordem Perciformes, que compõe cerca de 105 gêneros e 1.900 espécies. Os Ciclídeos representam, em termos quantitativos, a maior família de peixes e cerca de 5% dos vertebrados existentes na Terra. Muitas dessas espécies são criadas e comercializadas como peixes ornamentais ou exploradas na pesca comercial e esportiva. A região africana do Vale do Rift (Lagos Maláui, Tanganica e Vitória) se destaca pela diversidade de espécies da família Ciclídeos, que se caracterizam pela exuberante coloração.

O envolvimento da Vale e a ativação de corredores de escoamento de produtos (minérios, e também produtos agrícolas) representará importante estímulo ao crescimento do intercâmbio comercial com o Maláui (e com a Zâmbia, via Maláui). No contexto de suas atividades em Moçambique, a Vale adquiriu, em setembro de 2010, concessão para desenvolver o "Corredor de Nacala". O projeto prevê a construção de ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique, ao Porto de Nacala, naquele país, passando pelo território do Maláui. Um passo fundamental para a implementação do Corredor de Desenvolvimento de Nacala foi tomado em dezembro de 2011, quando a Vale assinou acordo com o Governo do Maláui sobre infraestrutura associada ao Corredor. O acordo prevê a construção de 138,5 km de novo trecho ferroviário e a reabilitação de 98,6 km de trecho existente.

Os planos de investimentos da Vale em infraestrutura de transporte no Maláui e em Moçambique alcançam aproximadamente US\$ 8 bilhões, montante superior ao PIB do Maláui (US\$ 5,6 bilhões em 2011, segundo o Banco Mundial).

Mapa do Corredor de Nacala



Cooperação Técnica

Como o PAC para o Brasil, o Projeto *Green Belt* – que tem por objetivo a exploração dos abundantes recursos hídricos, terras férteis e matérias-primas do setor primário na área próxima ao lago Maláui – representa para o Maláui uma prioridade econômica e política. O projeto envolve a instalação de sistemas de irrigação em área de um milhão de hectares, diminuindo a ameaça à segurança alimentar em períodos de seca. O governo do Maláui tem manifestado interesse em estabelecer projetos de

cooperação com o Governo brasileiro que permitam ao país explorar as oportunidades econômicas do cinturão agrícola que está sendo criado naquela região.

Em abril de 2011, esteve no Maláui missão de prospecção de projetos de cooperação técnica, integrada por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Pesca Aquicultura, do Ministério da Saúde, da Embrapa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A partir das possibilidades de cooperação levantadas durante a missão, foram realizadas as seguintes atividades:

- Em fevereiro de 2012, técnicos malauianos vieram ao Brasil conhecer a política de saúde pública brasileira em matéria de HIV/AIDS. O Ministério da Saúde deverá apresentar proposta de projeto de cooperação a ser realizado com a parte malauiana;
- Em março de 2012, foi realizada, no Brasil, atividade de capacitação para técnicos malauianos na área de produção, processamento e comercialização de tilápias, com o objetivo de aprimorar técnicas e manejos empregados na área da aquicultura no Maláui.

Além disso, estão sendo organizadas, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), atividades de capacitação de técnicos malauianos para o desenvolvimento de políticas de apoio à inserção da produção agrícola familiar na alimentação escolar do Maláui. Planeja-se, ainda, oferecer a técnicos malauianos atividade de capacitação para sobre políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário na área de fortalecimento da agricultura familiar.

Assistência Humanitária

Em 2010, o Governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), contribuiu com US\$ 30 mil para a assistência aos flagelados pelo terremoto em Karonga (dez/2009). Em outubro, o Brasil realizou nova contribuição ao PMA, no valor de US\$ 200 mil para o financiamento de programas de alimentação escolar no Maláui.

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro oficial de brasileiros vivendo no Maláui atualmente. A presença brasileira naquele país, entretanto, vem-se ampliando consideravelmente em razão dos investimentos da VALE na África Austral e, em especial, do início das obras para construção do trecho da ferrovia que, cruzando o Maláui, ligará Tete (Moatize) ao Porto de Nacala.

Atualmente, o Setor Consular da Embaixada do Brasil em Harare é o responsável pelos assuntos de natureza consular relacionados ao Maláui, função que será assumida pela Embaixada em Lilongue, tão logo seja instalada.

Em 2009, acidente fatal vitimou explorador brasileiro nas montanhas de Parque Nacional no Maláui. As autoridades do país prestaram apoio aos familiares e representantes do Brasil enviados para acompanhar o caso.

DÍVIDA EXTERNA

Não há créditos do Maláui sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POÍTICA INTERNA

O Maláui tem atravessado período de consolidação de sua trajetória democrática, construída ao longo dos últimos vinte anos, que registraram quatro eleições presidenciais e três transferências de poder, sempre de modo pacífico.

A recente transição política, precipitada pelo falecimento do Presidente Bingu wa Mutharika, embora tenha registrado tentativa de subverter os preceitos constitucionais relativos à sucessão, não resultou em ruptura da ordem democrática, o que parece evidenciar o fortalecimento de instituições próprias de um estado democrático, como Poder Judiciário independente e Forças Armadas subordinadas ao poder civil, para além do dinamismo do setor privado e da sociedade civil.

Em 2014, haverá novo processo eleitoral para a Presidência da República e para escolha de membros do Parlamento.

As exigências próprias à gestão democrática do Estado, levada à prova no episódio da sucessão de Mutharika, têm assegurado benefícios de governabilidade e transparência que fazem do Maláui um dos países africanos com bom nível de avaliação, por exemplo, no *Ibrahim Index of African Governance*, considerado o principal índice de avaliação da governança em países africanos. Em 2011, de acordo com o índice, o Maláui estava no 17º lugar entre os 53 países do continente africano, com a sétima mais alta avaliação entre os 12 países da África Austral.

Contexto histórico

O Maláui (antiga Niassalândia) tornou-se independente do Reino Unido em 1964, sob a liderança de Hastings Kamuzu Banda, do *Malawi Congress Party* (MCP). Banda implantou um regime autoritário e unipartidário e permaneceu no poder até 1994, quando, sob forte pressão interna e internacional, autorizou o multipartidarismo e concordou com a realização de eleições.

A Constituição do Maláui, de 1995, estabeleceu sistema híbrido, com elementos presidencialistas e parlamentaristas, e garantiu sistema multipartidário.

Eleições presidenciais são realizadas a cada 5 anos, permitida uma reeleição. O Presidente é Chefe de Estado e de Governo. O Parlamento, unicameral, é composto por 193 membros e o Presidente, eleitos por voto direto, simultaneamente às eleições presidenciais.

As primeiras eleições do Maláui foram vencidas por Bakili Muluzi, líder da Frente Democrática Unida (UDF), em 1994. Reeleito em 1999, Muluzi teve o mérito de ter restaurado a democracia no Maláui e iniciado reformas que levaram o país a crescimento econômico da ordem de 9% em alguns anos da década de 1990. Por outro lado, seu governo foi marcado por escândalos de corrupção, inclusive desvio de recursos de assistência humanitária destinados ao Maláui, razão pela qual o FMI e vários países doadores suspenderam a ajuda ao país em 2002.

As últimas eleições ocorreram em 2009, quando foi reeleito Bingu wa Mutharika, tendo Joyce Banda como sua vice.

Governo Bingu wa Mutharika

Bingu wa Mutharika foi eleito Presidente do Maláui em 2004, com 36% dos votos, pelo *United Democratic Front* (UDF). Em 2009, foi reeleito com 66% dos sufrágios pelo *Democratic People's Party* (DPP), partido que criou em fevereiro de 2005. John Tembo, do *Malawi Congress Party* (MCP), força política dominante nos 30 anos de governo de Hastings Kamuzu Banda (1964-1994), obteve o segundo lugar no escrutínio presidencial naquele ano, cabendo à UDF de Muluzi apenas o quarto lugar.

Em seu primeiro mandato, Mutharika deu prioridade ao saneamento financeiro do Estado e o combate à corrupção. O Maláui ocupa hoje a 85ª posição na lista do IPC (Índice de Percepção da Corrupção) da Transparência Internacional.

No campo econômico, o Governo Mutharika buscou estimular o crescimento do país, com destaque para o setor de fertilizantes, o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar. As recorrentes secas (2001-2002, 2005) causaram sérios problemas humanitários e penalizaram a população do Maláui. Nesse contexto, o programa de subsídios à compra de fertilizantes (sobretudo para o cultivo de milho, base da dieta alimentar da população do Maláui), aliado a condições climáticas favoráveis, logrou ampliar sensivelmente a produtividade agrícola do país.

No âmbito das relações externas, em 2011, o Presidente Mutharika passou a enfrentar fortes críticas, após crise diplomática com o Reino Unido. Em abril daquele ano, o Alto Comissário britânico para o Maláui foi declarado "persona non grata", em decorrência de referências negativas ao Presidente da República malauiano feitas em comunicação interna que veio a público. O episódio levou o Reino Unido, ex-metrópole colonial e país responsável pela maior parcela da assistência humanitária concedida ao Maláui, a suspender a ajuda prevista para esse ano, medida seguida pela maioria dos países doadores.

A retirada de recursos de doadores internacionais, aliada à queda no preço do tabaco, principal produto de exportação do país (55% do total das exportações em 2010), gerou situação de carência de moeda estrangeira e de consequente escassez de diversos produtos, sobretudo combustíveis. A oposição criticou a postura intransigente de Mutharika em relação aos doadores internacionais, sobretudo após o anúncio, em junho, da proposta "orçamento déficit zero", que excluía o montante correspondente à ajuda financeira internacional e previa redução de aproximadamente 40% da receita do país. Em julho, foram organizadas manifestações populares de protesto. Além de se oporem à proposta restritiva de orçamento, setores malauianos apresentaram queixas quanto ao cerceamento da imprensa, restrições aos movimentos organizados e ingerência em atividades docentes. Os embates entre grupos pró e contra o Governo teriam causado, segundo dados divulgados na imprensa malauiana, a morte de 18 pessoas e número significativo de feridos nas principais cidades do país.

Em meio à crise política, Mutharika dissolveu o Gabinete ministerial (ago/2011) e, em seguida, nomeou 32 novos Ministros (set/2011). Entre eles, nomeou seu irmão, Peter Mutharika, como Ministro de Relações Exteriores.

Governo Joyce Banda

Em 05 de abril de 2012 o Presidente Mutharika faleceu em Lilongue, vítima de ataque cardíaco. A então Vice-Presidenta Joyce Banda assumiu a Presidência em 07 de abril. Em 26 de abril, anunciou a formação de seu Gabinete, empossado em 30 de abril.

A Presidenta Joyce Banda tem pela frente o desafio de recuperar a confiança dos doadores internacionais. Em seus dois primeiros meses de gestão, Joyce Banda tem dado sinais encorajadores de empenho em fortalecer as relações com a comunidade internacional, tendo cumprido intensa agenda internacional, que incluíram visitas à África do Sul, à Libéria, a Moçambique, ao Reino Unido e aos Estados Unidos. Seu governo desistiu de sediar a Cúpula da União Africana, prevista para ter lugar em Lilongue, em julho próximo, em função da insistência da Comissão da UA em convidar o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, condenado pelo Tribunal Penal Internacional por genocídio e crimes contra a humanidade.

Além do apoio internacional, a recuperação da economia malauiana dependerá de medidas macroeconômicas austeras, como aquelas já anunciadas por Joyce Banda (desvalorização acentuada da moeda, venda do avião presidencial).

A Presidenta Joyce Banda confirmou presença no Segmento de Alto Nível da Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, 20-22 de junho corrente).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Maláui integra a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), juntamente com África do Sul, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Integra também o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). No âmbito da COMESA, o Maláui integra área de livre comércio que inclui outros dez países (Burundi, Djibouti, Egito, Quênia, Madagascar, Ilhas Maurício, Ruanda, Sudão, Zâmbia e Zimbábue). O comércio com os demais membros da COMESA (Comoros, RD Congo, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagascar, Ilhas Seicheles, Suazilândia e Uganda) está sujeito a uma tarifa média de 4,3%. No âmbito da SADC, as importações da África do Sul são beneficiadas por tarifas reduzidas (média de 10,2%).

O país é beneficiário do *African Growth and Opportunity Act*, iniciativa do Governo norte-americano que prevê a diminuição de barreiras tarifárias para exportações provenientes de países africanos, com vistas a favorecer o ingresso de investimentos estrangeiros na região. Ao abrigo dessa iniciativa, produtos do Maláui, inclusive têxteis, têm acesso ao mercado norte-americano livres de tarifas ou quotas.

O Maláui é ainda beneficiário da iniciativa europeia "Everything-But-Arms", que prevê redução de barreiras tarifárias para exportações de países de menor desenvolvimento relativo.

O PIB do país tem crescido a taxas vigorosas, num contexto marcado por esforços de combate à pobreza. Cerca de 40% do orçamento nacional, no entanto, seguem oriundos de doações internacionais.

País de menor desenvolvimento relativo, o Maláui é o 153º entre os exportadores e 154º entre os importadores, o que corresponde a menos de 0,01% do comércio mundial em ambos os casos.

Embora estatísticas oficiais apontem que apenas 2,7% dos malauianos entre 15 e 24 anos estejam desempregados, o desemprego entre os jovens permanece um desafio. Os dados oficiais não refletem a real dimensão do problema (oficialmente, o cidadão que trabalhe pelo menos uma hora por semana é considerado empregado), sobretudo dadas as condições de sub-emprego e os baixos salários praticados. Analistas independentes estimam que o desemprego entre os jovens em 57%, chegando a 70% em áreas urbanas.

Em 2004, quando a taxa de prevalência do HIV alcançou 14% da população adulta e a expectativa de vida caiu para 36 anos, o Governo lançou programa de distribuição gratuita de antirretrovirais, o qual se expandiu rapidamente. Em 2009, a UNAIDS estimava que 11% da população adulta do país fosse portadora do vírus HIV.

Agricultura

A base da economia malauiana é a agricultura, responsável por 35% do PIB, 85% do emprego e 90% das exportações. Os produtos mais importantes são o milho,

base da alimentação da população, e o fumo, que representa em torno de 80% das exportações nacionais. O Maláui exporta ainda açúcar, chá e algodão.

A região sul é a mais densamente povoada do Maláui, contando também com maior desenvolvimento industrial e comercial. O norte é esparsamente povoado e, no centro, localizam-se as melhores terras do país.

O setor industrial ainda é pouco desenvolvido, mas o Maláui tem atraído a atenção de investidores por seu potencial na área de mineração. Recentemente, foram descobertas no país reservas de urânio, bauxita, ouro e metais pesados. Em 2011, empresa australiana começou a explorar reserva de urânio no norte do país.

Durante a Guerra Fria, o Maláui colheu os benefícios do alinhamento com o campo capitalista sob a forma de assistência financeira. Após a democratização do país, essa tendência refletiu-se em políticas liberalizantes. Um dos resultados dessa postura foi a instituição do *Malawi Investment Act*, norma que estabelece amplas garantias a investidores estrangeiros. O país não impõe qualquer obrigação de participação local nos investimentos estrangeiros e assegura amplo direito de repatriação de recursos.

A condução da política econômica do Maláui também é fortemente condicionada pelo alto grau de dependência das instituições financeiras internacionais, em particular o FMI e o Banco Mundial.

Diante da indisciplina fiscal e das acusações de corrupção do Governo Muluzi, o FMI interrompeu seus desembolsos entre 2000 e 2004. O início do Governo Mutharika mudou esse panorama, e, em 2006, o FMI e o Banco Mundial perdoaram US\$ 2,6 bilhões da dívida malauiana (cerca de 90% do total devido). O Governo lançou então um programa econômico, intitulado *Strategy for Malawi Growth and Development*.

Sob Mutharika, o Maláui logrou aumentar a arrecadação, o que, aliado à redução de investimentos, permitiu uma redução do déficit para menos de 2% do PIB nos últimos anos. Já a inflação, que poucas vezes ficou com menos de dois dígitos anuais nas últimas duas décadas, atingiu a marca de 8% em 2007, 8,7% em 2008 e 8,4% em 2009, voltando a cair para 8% em 2010, segundo estimativa do FMI.

Apesar da instabilidade gerada pela grande participação da agricultura não-irrigada no PIB, que implica variações anuais segundo as condições climáticas, o PIB do Maláui tem crescido constantemente nos últimos anos: 5,3% (2011); 6,7% (2010); 9,4% (2009); 11,5% (2008); 11,2% (2007).² A renda per capita passou, em menos de dez anos, de 200 para 350 dólares, e a pobreza extrema foi reduzida, no mesmo período, em cerca de 15%. Conforme dados do *Reserve Bank of Malawi*, em fevereiro do corrente ano, as reservas internacionais do Maláui montavam a US\$ 186,2 milhões, o equivalente a 1,4 mês de importações.

O Governo Mutharika buscou adotar medidas no sentido de transformar o perfil da economia malauiana, ora predominantemente importador/consumidor, para uma orientação exportadora/produtora. Para tanto, o país tem procurado agregar valor à produção tradicional (tabaco, chá), bem como explorar novas possibilidades econômicas (mineração, turismo).

² Dados da *Economist Intelligence Unit*.

Em 2005, a baixa produtividade agrícola, em decorrência da estiagem e da baixa qualidade dos nutrientes no solo, levou a população do Maláui a depender de ajuda alimentar emergencial. O governo Mutharika deu prioridade à modernização do sistema de produção agrícola do país através da mecanização, do fomento de sistemas de irrigação e dos subsídios em fertilizantes, sementes e adubos aos camponeses, através do *Farm Input Subsidy Programme*, com o objetivo de ampliar a produtividade agrícola e garantir segurança alimentar. O principal elemento da iniciativa consistiu em subsídios a fertilizantes (ureia, nitrogênio, fósforo e potássio) para o cultivo de milho por cerca de 1,5 milhão de pequenos agricultores. Também foram subsidiados fertilizantes para o plantio de tabaco, legumes e sementes, bem como pesticidas para o plantio de algodão. O programa teve resultados positivos imediatos. No primeiro ano, a produtividade média do milho passou de menos de uma tonelada por hectare para mais de duas toneladas por hectare. Em anos recentes, o programa tem sido co-financiado por doações internacionais.

Paralelamente, a União Européia estabeleceu programa de longo prazo no valor de 45 milhões de euros para financiar a agricultura familiar, apoiar a silvicultura e atividades de irrigação, desenvolvendo também a infra-estrutura regional nos setores hidráulico, energético e de transportes.

A partir do segundo mandato de Mutharika, entretanto, e no contexto da crise de governabilidade que afetou as relações do Maláui com os principais países doadores, tornou-se mais difícil o diálogo entre o governo e o FMI. As divergências culminaram com a suspensão, em junho de 2011, por divergências quanto à condução da política econômica, do programa "*Extended Credit Facility*", que envolvia o repasse escalonado de US\$ 79,4 milhões de contribuição ao equilíbrio das contas do país.

Política econômica do governo Joyce Banda

Desde que tomou posse, em 7 de abril de 2012, a Presidenta Joyce Banda tem envidado esforços para relançar as relações do Maláui com a comunidade de doadores internacionais, o Banco Mundial e o FMI, enviando sinais políticos importantes, seja em declarações à imprensa, seja em sua intensa agenda internacional, bem como demonstrando disposição em adotar medidas macroeconômicas austeras, em linha com as recomendações dos principais parceiros internacionais.

Em recente avaliação periódica do Maláui, em abril de 2012, técnicos do FMI concluíram que a severa escassez de moeda estrangeira contribuiu para uma redução da atividade econômica em 2011 (crescimento médio do PIB de 8,3% entre 2007 e 2010 foi reduzido para 4,5% em 2011). Segundo avaliaram os especialistas do FMI, a moeda sobrevalorizada teria contribuído para o crescimento das importações em ritmo mais acelerado que o das exportações, com níveis muito baixos de reservas internacionais, ressaltando a vulnerabilidade da economia a choques externos. As reservas internacionais do Maláui alcançavam apenas US\$ 186,2 milhões em fevereiro de 2012, o equivalente a 1,4 meses de importações. Entre as recomendações do FMI estava a de que fosse adotado regime de câmbio flutuante, como forma de sustar a contração da produção e das exportações e reduzir a pressão inflacionária.

Outros países africanos, incluindo Gana, Tanzânia e Uganda, teriam obtido resultados positivos com reformas centradas na liberalização do regime de taxas de câmbio, que desestimularam o mercado de câmbio paralelo. A missão recomendou ainda maior uso de políticas de juros para reduzir o excesso de liquidez no sistema financeiro e tornar o panorama econômico mais favorável ao controle inflacionário.

Em abril, de acordo com as recomendações do FMI, e apenas dias após ter assumido o cargo, a Presidenta Joyce Banda desvalorizou o kwacha em 49% e instituiu regime de câmbio flutuante. As negociações para garantir novos repasses do FMI foram retomadas. Nova missão do FMI, em maio, registrou os avanços alcançados, sobretudo na questão cambial, e indicou a retomada das negociações de novos repasses, no âmbito da *External Credit Facility*, da ordem de US\$ 157 milhões.

Transportes

País sem acesso ao mar, o Maláui depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Cerca de 60% das exportações do Maláui são escoadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira e, em menor medida, pelo porto sul-africano de Durban. Atualmente, embora a opção de menor custo seja o escoamento por via ferroviária pelo Porto de Nacala, a imprevisibilidade do período de trânsito e de conclusão dos trâmites portuários faz com que essa alternativa seja menos utilizada pelos exportadores.

O Governo malauiiano está construindo rodovia entre Blantyre e Nsanje, bem como porto fluvial nesta última localidade, a um custo de US\$ 20.5 milhões.

Comércio exterior

Em 2011, a corrente de comércio exterior do Maláui chegou a US\$ 2,6 bilhões, com déficit de US\$ 623 milhões. O destino das exportações do Maláui é bem diversificado. Em 2011, o Canadá foi o principal destino dos embarques do Maláui, respondendo por 12% das exportações do país. Outros destinos principais foram a África do Sul (9%), o Zimbábue (9%) e a Alemanha (8,7%). As importações são mais concentradas, e têm como origem, sobretudo, a África do Sul (40% em 2011). Destacam-se ainda entre os países que mais venderam ao Maláui em 2011: Índia (8%), Zâmbia (8%) e China (8%).

Biocombustíveis

O Maláui desenvolve experiências na área de biocombustíveis desde a década de 1970. Em 1982 passou a produzir etanol. Hoje, 90% da produção é destinada ao setor de transporte, dos quais metade é absorvida pelo restrito mercado local e o restante exportado para outros países africanos, como Tanzânia, Quênia, Uganda, Moçambique, Zâmbia e Botsuana. Os crescentes gastos com a importação de combustíveis derivados do petróleo são uma das preocupações do Governo malauiiano.

Atualmente, o Maláui produz cerca de 18 milhões de litros de etanol ao ano. As companhias ETHCO e Presscane têm capacidade futura de aumentar a produção para

32 milhões de litros ao ano, com potencial para expansão do plantio de cana-de-açúcar, sobretudo nas regiões de Dwangwa, Kasinthula e Nchalo.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o governo de Hastings Kamuzu Banda, o Maláui se notabilizou por sua proximidade da África do Sul aparteista. O país estabeleceu relações oficiais com o regime do apartheid em 1967, e o Presidente Banda foi o único Chefe de Estado africano a realizar visita oficial à África do Sul naquele período. Ademais, Banda desenvolveu política de boa vizinhança com Portugal, entre 1964 e 1974, a fim de garantir acesso aos portos moçambicanos, fundamentais para o escoamento de seus produtos e a importação de combustíveis. Essas questões contribuíram para isolar o Maláui no contexto africano até o início da democratização, em 1994.

Hoje, o Maláui mantém boas relações com seus vizinhos e é membro da União Africana (Mutharika ocupou a presidência de turno da UA em 2010), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). As relações são naturalmente mais intensas com os vizinhos Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, além da importante relação com a África do Sul, o maior parceiro comercial do país (9% das exportações e 40,8% das importações malauianas em 2011).

China

Por 41 anos, o Maláui privilegiou o reconhecimento de Taiwan,³ reflexo da política de alinhamento malauiana com o bloco capitalista durante a Guerra Fria, o que gerou fluxo considerável de capital norte-americano e europeu desde a independência do país. Em 2008, o Maláui estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China, abrindo caminho para investimentos chineses no país, sobretudo em infra-estrutura e agricultura. A nova sede do Parlamento do Maláui, recém-inaugurada, foi construída por empresa chinesa. A China investe ainda na produção de algodão no Maláui.

Moçambique

Com o fim da Guerra Fria e o êxito do processo de paz em Moçambique, as relações entre os dois países melhoraram. O Presidente Guebuza compareceu à posse de Mutharika (2009) e este, em visita a Maputo (ago/2009), discutiu diversos projetos de interconexão entre os dois países.

O acesso ao mar e o suprimento de combustível para o Maláui permanecem temas sensíveis da agenda bilateral. Em setembro de 2010, repercutiu na imprensa moçambicana a declaração do Ministro da Informação e Educação Cívica do Maláui, Symon Vuwa Kaunda, de que a demora na reabilitação da ponte Samora Machel em Tete seria “uma sabotagem à economia do Maláui”. A ponte é um dos principais gargalos no transporte de combustíveis dos portos moçambicanos ao Maláui. Em julho do mesmo ano, repercutiu igualmente mal em Moçambique a suspensão, pelo

³ A mais importante missão diplomática de Taiwan no continente africano está em Uagadugu, Burkina Faso. Taiwan mantém ainda Embaixadas em Banjul, São Tomé e Mbabane (Suazilândia), e Escritórios de Ligação ou de Representação na África do Sul, Líbia e Nigéria.

Presidente Mutharika, da negociação para importação de energia elétrica da hidrelétrica moçambicana de Cahora Bassa.⁴

A Comissão Mista Moçambique-Maláui (14/10/2010) não logrou mitigar a tensão diplomática entre os dois países, e novos incidentes relacionados à questão da navegabilidade dos rios Chire e Zambeze (hidrovia Nsanje – Chinde) ocasionaram escalada de declarações entre autoridades dos dois países. O lançamento do projeto do porto fluvial de Nsanje, logo em seguida à Comista (23/10), foi marcado por controvérsias: o PR de Moçambique, Armando Guebuza, não compareceu, à cerimônia (o lado moçambicano afirma que Guebuza não teria sido convidado formalmente), e a polícia moçambicana interceptou a embarcação malauiana que deveria chegar a Nsanje após navegar todo o trajeto da hidrovia. Além da hidrovia Nsanje-Chinde, o Maláui teria anunciado, unilateralmente, os projetos de construção de oleoduto entre o porto da Beira e Nsanje, e de uma linha férrea entre Lilongue e Harare, a qual atravessaria território moçambicano.

Na questão da hidrovia Nsanje-Chinde, Moçambique recebe o apoio de associações ambientalistas, contrárias ao uso dos rios Chire e Zambeze como rota comercial. Em termos econômicos, a hidrovia representa riscos consideráveis para Moçambique, na medida em que o corredor fluvial poderia desviar tráfego do Corredor de Nacala (ligação ferroviária entre Moatize e Nacala). Haveria, ademais, considerável risco ambiental, bem como possibilidade de menor controle sobre o transporte de carga e passageiros, o que poderia resultar em incremento no tráfico ilegal de bens e pessoas. O Maláui, por sua vez, teria o apoio dos demais países mediterrâneos da África Austral, da SADC e do COMESA.

Moçambique, por seu turno, depende da colaboração do Maláui para viabilizar o Corredor de Nacala, projeto do qual a VALE participa como sócia majoritária. A nova conexão ferroviária será vital para o comércio do Maláui e de Moçambique e poderá constituir oportunidade para encaminhar uma solução à questão que está na raiz das desconfianças recíprocas. Trata-se, portanto, de oportunidade para que os dois países africanos superem diferenças históricas, tornando-se sócios e beneficiários de um projeto de desenvolvimento regional.

Em maio de 2012, a Presidenta Joyce Banda realizou visita a Moçambique, no marco de um esforço de relançamento das relações bilaterais após a mudança de governo no Maláui. Na ocasião, foram firmados acordos nas áreas de energia e de consultas político-diplomáticas. Os Presidentes Joyce Banda e Armando Guebuza comprometeram-se a retomar entendimentos para a importação, pelo Maláui, de energia elétrica produzida pela hidrelétrica de Cahora Bassa.

Zimbábue

O Maláui manteve postura discreta durante o desenrolar da crise zimbabuana, participando das reuniões da SADC sobre o tema, mas evitando manifestar qualquer opinião isoladamente. O Presidente Robert Mugabe participou das duas cerimônias de posse de Bingu Wa Mutharika, em 2004 e em 2009.

⁴ Embora já estivesse em fase avançada de negociação, e contasse inclusive com garantia de financiamento do Banco Mundial e outras instituições, o projeto foi rejeitado por Mutharika, que considerou abusivas as condições oferecidas para fornecimento ao Maláui de energia elétrica de Cahora Bassa, as quais incluíam compromisso de pagamento mínimo de US\$ 1 milhão mensais à estatal moçambicana que opera a hidrelétrica, independentemente do consumo elétrico. Especialistas salientaram, contudo, que seriam bem mais significativas as perdas em termos de produtividade industrial do Maláui decorrentes da escassez de energia elétrica disponível no país.

Acos Bilaterais - Maláui

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui.	16/09/2009	09/12/2011	Decreto Legislativo 289, de 15/09/2011. Nota malauiense recebida em 08/11/2011. Em processo de promulgação.

ANEXOS**Cronologia das Relações Bilaterais**

1991: Decreto de criação da Embaixada do Brasil no Maláui, inicialmente cumulativa com Embaixada do Brasil em Lusaca.

1998: O Embaixador do Maláui em Washington, Willie Chokani, solicita cooperação brasileira em saúde, esporte, mineração e tabaco.

2000: O Ministro da Agricultura e Irrigação do Maláui, Leonard K. Mangulana, visita o Brasil a convite da Associação de Fumicultores de Santa Cruz do Sul.

2004: Embaixada não-residente do Brasil no Maláui passa a ser cumulativa com Embaixada do Brasil em Harare.

2005: O Presidente Mutharika recebe as credenciais do Embaixador George Ney Fernandes, residente em Harare.

2008: O Presidente Mutharika recebe as credenciais do Embaixador Raul de Taunay, residente em Harare.

2009: Visita oficial do Presidente Mutharika ao Brasil; assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Maláui (ratificado pelo Brasil; aguardando ratificação pela parte malauiana).

2010: Abertura da Embaixada do Maláui em Brasília.

2010: Decreto de criação da Embaixada residente do Brasil em Lilongue (Decreto 7.349, de 27 de outubro).

2011: Cerimônia de apresentação de credenciais do Embaixador Francis Moto (ago).

Cronologia Histórica

- 1891: Reino Unido estabelece o protetorado da Niassalândia.
- 1915: Revolta contra o domínio britânico é reprimida.
- 1944: Criação do partido nacionalista *Nyasaland African Congress*, depois rebatizado *Malawi Congress Party* (MCP).
- 1953: Criação da Federação Centro-Africana, unindo os atuais Maláui, Zâmbia e Zimbábue.
- 1959: Hastings Banda torna-se líder do MCP.
- 1961: O MCP recebe 94% dos votos em eleições legislativas.
- 1963: A Federação Centro-Africana é dissolvida e o Maláui recebe autonomia.
- 1964: Independência do Maláui, sob a liderança de Banda.
- 1966: Constituição estabelece Estado unipartidário.
- 1971: Banda é designado presidente vitalício.
- 1978: Primeiras eleições do Maláui independente, mas só com candidatos do MCP pessoalmente aprovados por Banda.
- 1992: A Igreja Católica condena o Governo de Banda; organização da oposição e começo da abertura.
- 1993: Referendo rejeita Estado unipartidário.
- 1994: Primeiras eleições democráticas; Bakili Muluzi (UDF) eleito.
- 1997: Morte de Hastings Banda.
- 1999: Bakili Muluzi reeleito.
- 2004: Bingu Wa Mutharika (UDF) eleito Presidente.
- 2005: Mutharika funda novo partido, o *Democratic Progress Party* (DPP).
- 2009: Mutharika é reeleito Presidente pelo DPP.
- 2010: A Vice-Presidente Joyce Banda rompe com o Presidente Mutharika e funda novo partido, o *People's Party* (PP).
- 2012: Morte do Presidente Mutharika. Joyce Banda assume a presidência. (abril)

Dados Econômico-Comerciais

MALAUÍ: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República de Malauí
Superfície	118.484 Km²
Localização	Sudeste da África
Capital	Lilongwe
Principais cidades	Lilongwe, Blantyre, Mzuzu, Zomba
Idiomas oficiais	Chichewa, Inglês (oficial)
Moeda	Malawi kwacha (MK)
População (2011)	16,1 milhões de habitantes

Malauí está localizado no continente africano, ao leste da Zâmbia e ao norte de Moçambique. A população total de cerca de 16,1 milhões habitantes está distribuída em uma extensão de 118 mil Km².

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 5,9 bilhões
Crescimento real do PIB	5,3%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 370
PIB PPP	US\$ 15,5 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 963
Inflação	9,8%
Reservas internacionais	US\$ 263 milhões
Dívida externa	US\$ 1,3 bilhões
Câmbio (MK / US\$)	165,50

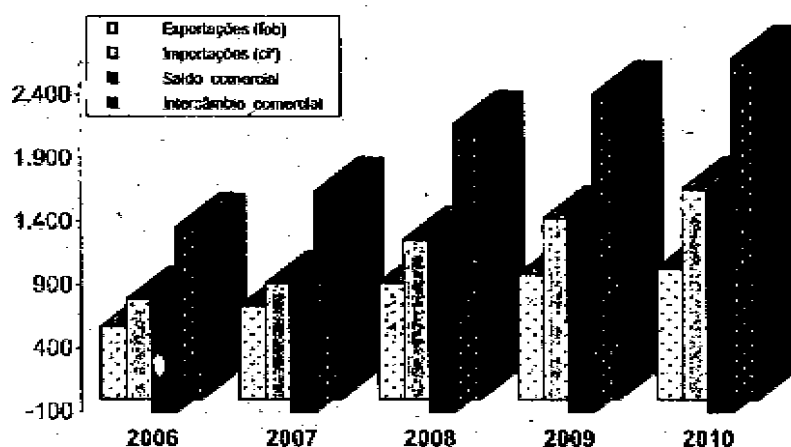
Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 5,9 bilhões e crescimento de 5,3% em 2011, a economia de Malauí é predominantemente agrícola com 80% da população localizada na área rural. No ranking do PIB/FMI Malauí posicionou-se como 144ª economia mundial.

MALAUÍ: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	573	734	914	983	1.032
Importações (cif)	785	906	1.256	1.421	1.655
Saldo comercial	-211	-172	-342	-438	-623
Intercâmbio comercial	1.358	1.640	2.170	2.404	2.687

Elaborado pelo MRE-DPR-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, April 2012



O comércio exterior de Malawi apresentou, em 2011, variação de 98% em relação a 2007, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 2,7 bilhões. No ranking do FMI de 2011, Malawi figurou como o 158º principal mercado mundial, sendo 157º na exportação e 145º na importação.

MALAWI: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Canadá	71,1	7,2%	127	12,3%
África do Sul	83,2	8,5%	93	9,0%
Zimbábue	81,8	8,3%	92	8,9%
Alemanha	137,1	10,9%	90	8,7%
Estados Unidos	69,1	7,0%	62	6,0%
Rússia	73,9	7,5%	62	6,0%
Reino Unido	38,2	3,9%	43	4,1%
China	28,6	2,9%	42	4,1%
Egito	35,6	3,6%	40	3,9%
Bélgica	21,4	2,2%	36	3,5%
...				
Brasil	3,2	0,3%	2,1	0,2%
Subtotal	613,0	62,4%	687,8	66,6%
Outros países	370,0	37,6%	344,2	33,4%
Total	983,0	100,0%	1.032,0	100,0%

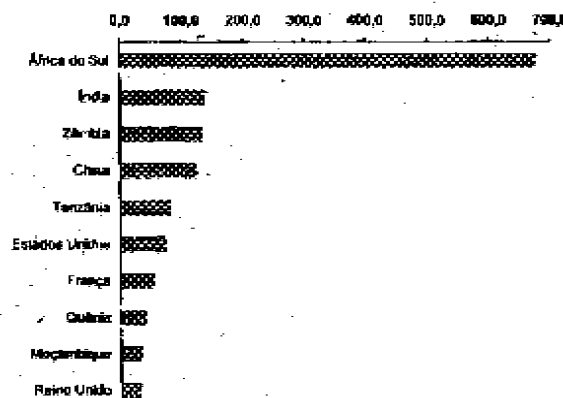
Fonte: Relatório do FMI sobre o comércio exterior, Malawi, 2011. O relatório foi atualizado em 2012.

O destino das exportações do país é bem diversificado. O Canadá obteve 12% da pauta em 2011, seguido da África do Sul (9%); Zimbábue (9%); Alemanha (9%); Estados Unidos (5%); e Rússia (6%). O Brasil obteve o 47º lugar entre os principais compradores em 2010, participando com 0,2% do total.

MALAUÍ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	603,2	42,4%	675,6	40,8%
Índia	101,0	7,1%	137,4	8,3%
Zâmbia	112,9	7,9%	133,6	8,1%
China	88,1	6,2%	124,4	7,5%
Tanzânia	72,2	5,1%	80,9	4,9%
Estados Unidos	40,8	2,9%	72,8	4,4%
França	64,2	4,5%	55,2	3,3%
Quênia	35,0	2,5%	39,2	2,4%
Moçambique	29,7	2,1%	33,2	2,0%
Reino Unido	28,6	2,0%	31,7	1,9%
Brasil	2,6	0,2%	2,6	0,2%
Subtotal	1.178,3	82,9%	1.385,6	83,8%
Outros países	242,7	17,1%	268,4	16,2%
Total	1.421,0	100,0%	1.655,0	100,0%

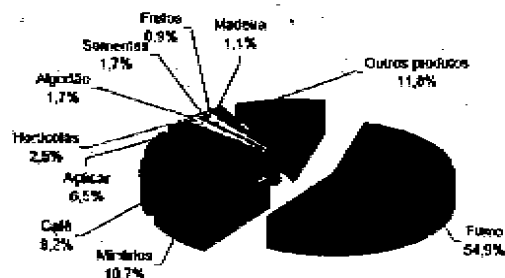


A África do Sul é o principal vendedor para Malaui. Em 2011 representou 41% da pauta. Destacaram-se também a Índia (8%); Zâmbia (8%); e China (8%). O Brasil obteve o 30º lugar, com 0,2% do total.

MALAUÍ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - em US\$ Milhões

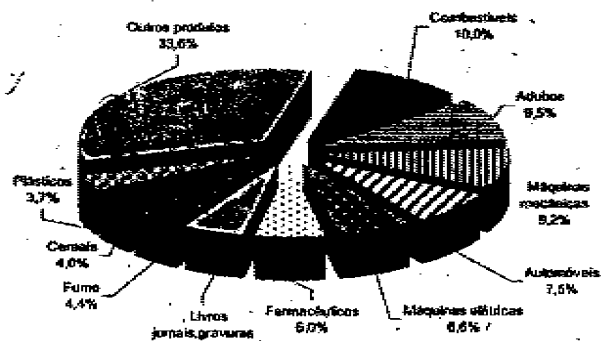
Descrição	2010	% no total
Fumo	0,59	54,9%
Minérios	0,11	10,7%
Café	0,09	8,2%
Açúcar	0,07	6,5%
Hortícolas	0,03	2,5%
Algodão	0,02	1,7%
Sementes	0,02	1,7%
Frutos	0,01	0,9%
Madeira	0,01	1,1%
Subtotal	0,94	88,2%
Outros produtos	0,13	11,8%
Total	1,07	100,0%



Fumo é o principal produto da pauta de exportação e respondeu por aproximadamente 55% do total em 2010. Em seguida destacaram-se os minérios (11%); café (8%); açúcar (7%) e hortícolas (3%).

MALAUÍ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2010 - em US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Combustíveis	0,2	10,0%
Adubos	0,2	9,5%
Máquinas mecânicas	0,2	9,2%
Automóveis	0,2	7,5%
Máquinas elétricas	0,1	6,6%
Farmacêuticos	0,1	6,0%
Livros, jornais, gravuras	0,1	5,4%
Fumo	0,1	4,4%
Cereais	0,1	4,0%
Plásticos	0,1	3,7%
Subtotal	1,4	66,4%
Outros produtos	0,7	33,6%
Total	2,2	100,0%



Elaboração: VRE/OPR/DC. Dados de 2010, 2011 e 2012 com base em dados do MDIC/SECEX/Arcestat

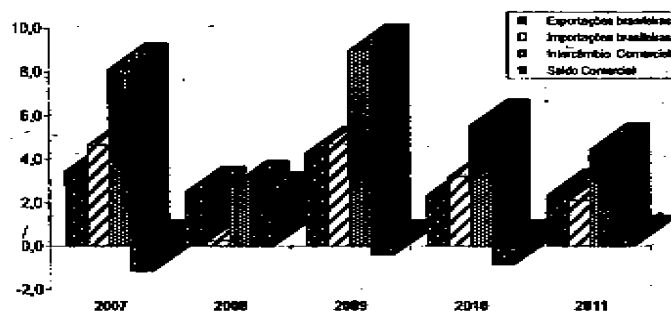
As importações de Malauí foram bem diversificada, cuja participação registraram destaque em três grupos de produtos (combustíveis, adubos e máquinas mecânicas) que juntos representaram 29% das compras. Na sequência foram: automóveis (8%), máquinas elétricas (7%); farmacêuticos (6%); livros, jornais, gravuras (5%); e fumo (4%).

BRASIL-MALAUÍ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mar)	2012 (jan-mar)
Exportações brasileiras	3,5	2,5	4,3	2,4	2,4	0,1	0,6
Variação em relação ao ano anterior	301,1%	-28,4%	72,0%	-45,1%	-0,4%	-99,8%	370,3%
Importações brasileiras	4,7	0,3	4,7	3,2	2,1	0,0	1,8
Variação em relação ao ano anterior	114,3%	-94,6%	1760,0%	-31,9%	-34,1%	-99,9%	179900,0%
Intercâmbio Comercial	8,1	2,8	9,0	5,6	4,5	0,1	2,4
Variação em relação ao ano anterior	167,8%	-66,2%	227,3%	-38,2%	-19,8%	-99,8%	1661,9%
Saldo Comercial	-1,2	2,3	-0,4	-0,8	0,2	0,1	-1,2

Elaboração: VRE/OPR/DC. Dados de Intercâmbio Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Arcestat

No ranking do comércio exterior brasileiro Malauí figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país registrou decréscimo da ordem de 45%, passando de US\$ 8 milhões em 2007, para US\$ 4,5 milhões em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil no último ano do quinquênio analisado, registrou superávit de 0,2 milhões em 2011.

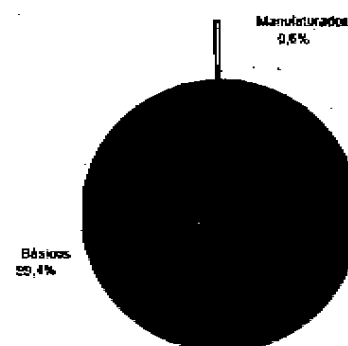
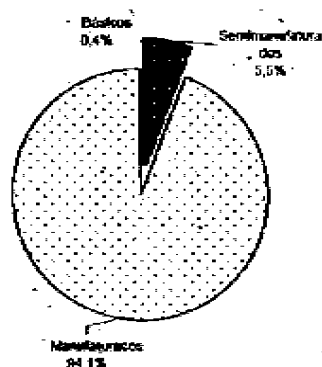


BRASIL-MALAUI: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,4%	2,1	99,5%
Semimanufaturados	0,1	5,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	2,2	94,5%	0,01	0,6%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	2,4	100,0%	2,11	100,0%

Elaborado pelo MRE/PR.D.O. - Divisão de Int. ger. e Com. - com base em dados do MDO.

As exportações brasileiras para Malaui são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 95% das vendas em 2011, com destaque para automóveis. Em seguida estão os semimanufaturados com 5,5% e os básicos 0,4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representados pelo fumo equivalem quase a totalidade da pauta com 99,5%.

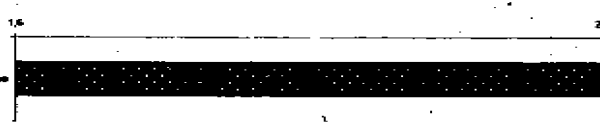


BRASIL-MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações Brasileiras para Malaui, 2011
			Valor	% no total	
Automóveis	1,1	1,2	1,2	50,9%	
Máquinas mecânicas	2,8	0,3	0,5	20,9%	
Borracha	0,4	0,3	0,3	10,6%	
Farmacêuticos	0,2	0,1	0,2	6,6%	
Gomas vegetais	0,0	0,0	0,1	4,3%	
Subtotal	4,3	1,9	2,2	93,1%	
Outros produtos	0,0	0,4	0,2	6,9%	
Total	4,3	2,4	2,4	100,0%	

Automóveis representam mais da metade dos itens brasileiros exportados para Malaui, ou seja, 51% da pauta. Em seguida destacaram-se: máquinas mecânicas (21%); borracha (11%); produtos farmacêuticos (7%) e gomas vegetais (4%).

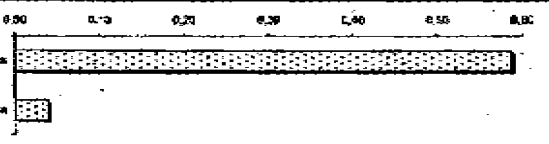

BRASIL-MALAUÍ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		importações brasileiras originárias de Malauí, 2011
			Valor	% no total	
Fumo	2,1	3,2	2,1	99,4%	
Subtotal	2,1	3,2	2,1	99,4%	
Outros produtos	2,6	0,0	0,0	0,6%	
Total	4,7	3,2	2,1	100,0%	

Elaborado pelo MNE/OPNDIC, com base em dados da COMITRA, com ajuste em dados do OPND/SECEX/ANEXO.

As importações brasileiras originárias de Malauí apresentaram alta grau de concentração, sendo fumo 99,9 % das compras em 2011.

BRASIL-MALAUÍ: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-mar)	2012 (jan-mar)		Exportações brasileiras para Malauí em 2012 (jan-mar)
		Valor	% no total	
Exportações				
Máquinas mecânicas	0,10	0,59	90,4%	
Borracha	0,00	0,04	6,1%	
Subtotal	0,10	0,63	96,5%	
Outros produtos	0,04	0,02	3,4%	
Total	0,14	0,65	100,0%	
Importações				Importações brasileiras originárias de Malauí em 2012 (jan-mar)
Fumo	0,00	1,80	100,0%	
Subtotal	0,00	1,80	100,3%	
Outros produtos	0,00	0,00	-0,3%	
Total	0,00	1,80	100,0%	

Elaborado pelo MNE/OPNDIC, com base em dados da COMITRA, com ajuste em dados do OPND/SECEX/ANEXO.

Aviso nº 712 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malauí.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

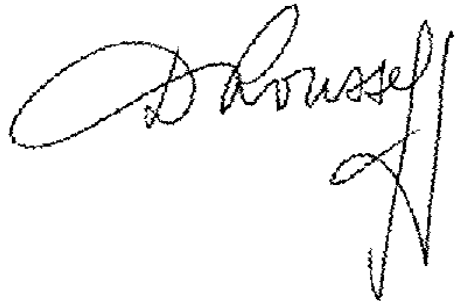
MENSAGEM
Nº 68, DE 2012
(nº 366/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Os méritos da Senhora Wanja Campos da Nóbrega que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



EM nº 00220/2012 MRE

Brasília, 18 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República Popular de Bangladesh.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00220 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República Popular de Bangladesh.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de WANJA CAMPOS DA NÓBREGA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE WANJA CAMPOS DA NÓBREGA**

CPF.: 151.766.811-53

ID.: 8614 MRE

1959 Filha de Raimundo Pereira Nóbrega e Wanice Campos de Miranda Nóbrega, nasce em 12 de fevereiro, em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

1981 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1983 CPCD - IRBr
1986 Pós-graduação em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Canberra
1993 CAD - IRBr
2006 CAE, IRBr, O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação.

Cargos:

1984 Terceira-Secretária
1989 Segunda-Secretária
1996 Primeira-Secretária, por merecimento
2003 Conselheira, por merecimento
2007 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

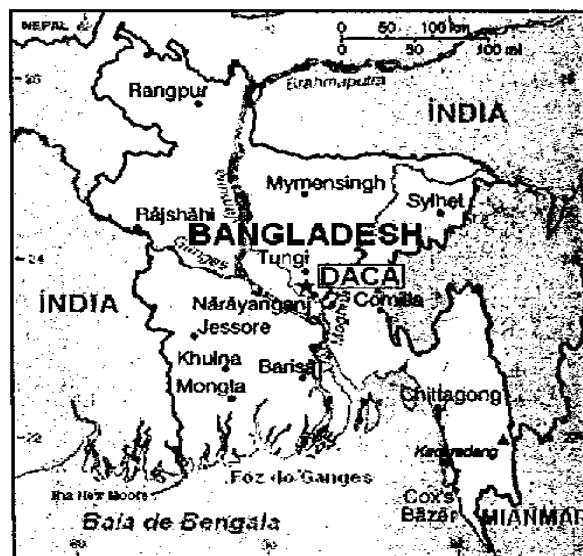
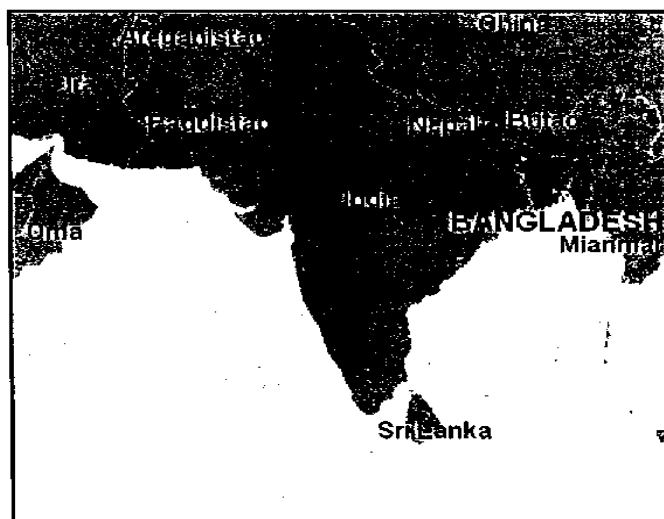
1985 Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
1987 Embaixada em Paramaribo, Terceira e Segunda-Secretária
1989 Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Adjunto
1992 Embaixada em Argel, Segunda-Secretária
1994 Consulado-Geral em Roma, Encarregada do Consulado-Geral em missão transitória
1994 Departamento do Serviço Exterior, assessora
1996 Consulado-Geral na Cidade do Cabo, Encarregada do Consulado-Geral em missão transitória

- 1997 Embaixada em Washington, Primeira-Secretária e Cônsul
- 2001 Ministério do Meio Ambiente, Gerente de Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e Mercosul (SGT-6)
- 2001 XX a XXII Reunião do Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente do Mercosul - SGT-6, Montevideu e Buenos Aires, Chefe de delegação (2001 e 2002)
- 2002 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessora
- 2004 Divisão de Feiras e Turismo, Subchefe
- 2004 Divisão de Informação Comercial, Chefe
- 2004 SIAL - Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, Paris, França, Chefe de delegação
- 2004 XXVIII e XXX Sessão da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (REPCCM), Rio de Janeiro e Assunção, Chefe de delegação (2004 e 2005)
- 2005 Encontro Empresarial MERCOSUL/SICA/CARICOM, Cidade do Panamá, Chefe de delegação
- 2005 Feira Internacional de Tecnologia, Informação, Telecomunicação, Software e Serviços (CEBIT), Hannover, Chefe de delegação e Coordenadora do estande MERCOSUL
- 2005 Seminário Programa de Substituição Competitiva de Importação: Uma Nova Política de Estimulo ao Comércio na América do Sul, Assunção, Chefe de delegação
- 2006 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto e Chefe do SECOM
- 2006 Ethnic Food & Beverage Fair, Toronto, Chefe de delegação
- 2007, 2009 e 2010 Salão Internacional de Alimentação e Bebidas - SIAL, Montreal, Chefe de delegação

Condecorações:

- 2000 Medalha do Mérito da Aeronáutica Santos Dumont, Brasil, Oficial
- 2001 Medalha do Exército Pacificador Duque de Caxias, Brasil, Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA POPULAR DE BANGLADESH**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE**DADOS BÁSICOS****PERFIS BIOGRÁFICOS***PRESIDENTE**PRIMEIRA-MINISTRA**MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**EMBAIXADOR DE BANGLADESH (NÃO-RESIDENTE)***RELAÇÕES BILATERAIS****DADOS HISTÓRICOS****POLÍTICA INTERNA****POLÍTICA EXTERNA****ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS****ANEXOS***CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**CRONOLOGIA HISTÓRICA**ATOES BILATERAIS**DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS***DADOS BÁSICOS**

NOME OFICIAL	República Popular de Bangladesh
CAPITAL	Daca
ÁREA	147.570 km ² (pouco maior do que o Estado do Amapá)
POPULAÇÃO (2010)	166,7 milhões (7º país mais populoso do mundo, alta densidade demográfica)
IDIOMAS	Bengali (oficial) e inglês
RELIGIÕES	Islamismo (83%), hinduísmo (16%), outras (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Zillur Rahman
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Sheikh Hasina Wajed
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Dipu Moni
PIB (2011)	Nominal: US\$ 108,1 bilhões (Brasil: US\$ 2,09 trilhões) PPP: US\$ 267 bilhões (Brasil: 2,15 trilhões)
PIB per capita (BM, 2011)	Nominal: US\$ 648 (Brasil: US\$ 10.710) PPP: US\$ 1.599 (Brasil: US\$ 11.000)
Variação do PIB	7,0% (2011); 6,7% (2010); 5,7% (2009)
IDH (2011)	0,500 – 146ª posição (Brasil: 0,718 – 84º)
UNIDADE MONETÁRIA	Taca
EMBAIXADOR DO BRASIL EM DACA	Fausto Martha Godoy
EMBAIXADOR DE BANGLADESH (NÃO-RESIDENTE)	Akramul Qader (sediado em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA	20 brasileiros (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - BANGLADESH	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	287	256	317	626	626	1.334
Exportações brasileiras para Bangladesh (fob)	275	231	237	607	538	871
Importações brasileiras procedentes de Bangladesh (fob)	12	25	80	79	88	157
Saldo	263	206	157	528	450	721

Elaborado pelo MRE/PRUDIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alcomob.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Zillur Rahman

Presidente da República

Zillur Rahman nasceu em 9 de março de 1929. Obteve, em 1954, o título de Mestre em História e de Bacharel em Direito pela Universidade de Daca.

Participou de movimentos políticos e sociais em defesa da cultura bengali. Foi um dos líderes da guerra de libertação contra o Paquistão, em 1971. No ano seguinte, tornou-se membro da Assembleia Constituinte do recém-criado Bangladesh, sendo um dos responsáveis pela elaboração da Constituição de seu país. Foi Parlamentar e exerceu a função de líder do Congresso até 2001. Em dezembro de 2008, elegeu-se Parlamentar pela sexta vez.

Em fevereiro de 2009, tomou posse como Presidente da República.

Sheikh Hasina Wazed

Primeira-Ministra

Sheikh Hasina nasceu em 28 de setembro de 1947. É filha de Sheikh Mujibur Rahman, fundador do Bangladesh independente e conhecido, em seu país, como "Pai da Nação".

Graduou-se, em 1973, pela Universidade de Daca. Após viver seis anos no exílio, depois da morte de seu pai, em 1975, retornou a Bangladesh, onde se tornou líder da oposição no Parlamento. Em 1991, foi uma das responsáveis pela mudança do sistema político do país, que voltou a adotar o Parlamentarismo, após 16 anos de Presidencialismo.

Ao assumir o cargo de Primeira-Ministra – que ocupou de 1996 a 2001 –, passou a adotar políticas de desenvolvimento em favor da nação bengali. Detém diversos títulos e premiações internacionais, como o de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Bruxelas; o Prêmio *Houphouet-Boigny* da Paz, da UNESCO; e a Medalha *Ceres*, da FAO, por sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura.

Em janeiro de 2009, tomou posse para seu segundo mandato como Primeira-Ministra, ocupando também a chefia das pastas de Defesa; Forças Armadas; Mulheres e Crianças; Moradia e Obras Públicas; Energia; e Religião.

Dipu Moni*Ministra dos Negócios Estrangeiros*

Dipu Moni nasceu em Daca, em 1965. É filha de M. A. Wadud, um dos fundadores da Liga Awami. Médica de formação, com mestrado pela Universidade Johns Hopkins, tem especializações em Negociação e Resolução de Conflitos pela Universidade de Harvard.

Atuou como Secretária de Assuntos para as Mulheres e como membro do Sub-Comitê de Relações Exteriores da Liga Awami. No pleito de 2008, elegeu-se Parlamentar pelo distrito de Chandpur.

Em 2009, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh. Compõe o quadro de Advogados da Suprema Corte bengalesa.

Visitou o Rio de Janeiro, em maio de 2010, por ocasião do III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações.

Akramul Qader*Embaixador de Bangladesh (não-Residente)*

O Embaixador Akramul Qader estudou História Islâmica na Universidade de Daca.

Ingressou no Serviço Exterior paquistanês, em 1968, antes da independência de Bangladesh em 1971.

Ocupou diversos postos nas áreas econômica e política do Ministério dos Negócios Estrangeiros bengalês. Atuou como Diretor da Divisão da Ásia Meridional e Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos Multilaterais. Serviu nas representações diplomáticas de seu país na ex-URSS, em Mianmar, no Paquistão e na Bélgica. Atuou, como Alto-Comissário, na Índia, na Tailândia e na África do Sul, além de ter sido Representante Permanente na Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP).

Desde 2009, exerce o cargo de Embaixador em Washington.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bangladesh estabeleceram relações diplomáticas em 1972. A Embaixada bengalesa em Brasília foi aberta no ano seguinte. A presença oficial brasileira em Bangladesh iniciou-se com a abertura da Embaixada em Daca em 1974. A instalação de uma representação diplomática brasileira, a primeira de um país latino-americano em Bangladesh, revestiu-se de grande importância para a aproximação política entre os dois países. Em razão de dificuldades orçamentárias, porém, a Embaixada em Daca foi desativada em 1998, e a Embaixada de Bangladesh em Brasília, em 2002.

A Embaixada em Daca foi reaberta em janeiro de 2010. O Presidente Zillur Rahman manifestou a intenção de seu Governo de reabrir a Embaixada de Bangladesh em Brasília. O Embaixador de Bangladesh em Washington, Akramul Qader, apresentou credenciais ao então Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 5 de maio de 2010.

É pequeno o número de cidadãos brasileiros em território bengalês – a comunidade brasileira no país é estimada em 20 indivíduos. O intercâmbio comercial bilateral tampouco é expressivo. Ambos os Governos têm, entretanto, procurado estabelecer vínculos positivos de cooperação técnica. Em setembro de 2009, o Governo bengalês manifestou interesse em explorar modalidades de cooperação bilateral no setor de Saúde, para o estabelecimento de laboratórios e centros de diagnósticos em território bengalês.

Em maio de 2010, a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão a Bangladesh, com o objetivo de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para elaboração de estudo de viabilidade de implantação de empreendimentos semelhantes no Brasil. O *Grameen Bank* também participa de projetos de cooperação internacional, por meio do *Grameen Trust*, com o objetivo de beneficiar os mais pobres e aliviar a pobreza, fornecendo-lhes acesso a crédito e outros serviços financeiros. Atualmente, o *Grameen Trust* opera diretamente em treze países, entre os quais China, Coreia do Sul, Índia, Nepal e Paquistão.

A Delegação brasileira visitou projetos de criação de animais a tecelagem e projeto-piloto para o fornecimento de água potável aos habitantes da região. Conheceu igualmente a cadeia de produção da fábrica de iogurtes *Grameen Danone Foods*, outro empreendimento social – cujo principal objetivo é melhorar a nutrição da população local – do qual participa o *Grameen Bank* em conjunto com a multinacional francesa.

Em 31 de maio de 2011, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 mil toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar, ampliando as doações previstas a um total de até 710 mil toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh.

A Subsecretária-geral de Assuntos Políticos para Ásia e Oceania do Itamaraty, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, realizou visita a Daca em junho de 2011. Na ocasião, propôs às autoridades locais a assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e de Acordo de Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Foram divulgados projetos em curso no Brasil na área social nos quais Bangladesh já manifestou interesse para fins de cooperação, sobretudo os voltados ao combate à fome e à pobreza.

Bangladesh faz parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília, em novembro de 2011, em parceria do Governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho do Centro tem por objetivo de incentivar o desenvolvimento de capacidades no domínio da segurança alimentar, da nutrição e da alimentação escolar.

O Ministro das Indústrias reiterou o interesse de Bangladesh em comprar açúcar brasileiro, e o Vice-Ministro da Agricultura disse pretender enviar missão ao Brasil para prospecção de oportunidades comerciais, especialmente em função da iminente implementação, no Brasil, do mecanismo de "duty-free; quota-free" acordado na Cúpula de Hong Kong da OMC.

A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço e do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas Bilaterais deverá ser realizada no próximo encontro bilateral de alto nível.

Bangladesh é signatário do projeto de resolução do G-4 sobre a expansão do CSNU. Houve manifestações favoráveis de Bangladesh ao pleito brasileiro a assento permanente no CSNU, mas sem apoio explícito. Como membro da Organização da Conferência Islâmica, Bangladesh defende o aumento da representação de países em desenvolvimento e que haja um país muçulmano como membro permanente, além de propor o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.

Bangladesh apoiou a candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO na segunda rodada de votações.

Cooperação

Há grande potencial de cooperação a ser explorado entre os dois países. Ambos têm diversas iniciativas bem-sucedidas na área social voltadas ao combate à pobreza que poderiam ser adaptadas às peculiaridades de cada um. Brasil e Bangladesh enfrentam desafios semelhantes e podem beneficiar-se do intercâmbio de experiências nessa área.

Os dois países estão expostos a períodos de enchentes e seria mutuamente benéfico o intercâmbio de informações acerca de medidas de mitigação dos efeitos de desastres naturais adotadas em cada um.

Há interesse do lado bengalês em receber cooperação técnica do Brasil em uma diversidade de campos, com ênfase nos programas sociais de combate à fome e à pobreza e agricultura familiar, bem como de capacitação profissional em gestão pública. Outras áreas de interesse seriam a de recenseamento e estatística e organização eleitoral.

O principal interesse é na área agrícola. Projetos de cooperação poderiam ser desenvolvidos por meio de diálogo entre a EMBRAPA e o "*Bangladesh Agriculture Research*".

Há grande potencial a ser explorado no setor de Energia, em especial as reservas de gás natural recentemente descobertas em Bangladesh e a larga experiência brasileira em matéria de energias renováveis, particularmente nos campos das tecnologias de hidreletricidade e biocombustíveis. Bangladesh poderá beneficiar-se ainda da experiência brasileira em geração de energia elétrica em áreas rurais.

A Comissão de Regulação Energética de Bangladesh enviará missão técnica ao Brasil, em data a ser acordada, para recolher informações sobre o setor elétrico brasileiro; planejamento do sistema elétrico; energias renováveis – hidráulica, solar, eólica e biomassa; eficiência energética; leilões de compra de energia elétrica; universalização da energia elétrica – Programa Luz Para Todos; transmissão e distribuição de gás natural; exploração de óleo e gás em águas profundas; combustíveis renováveis; gás liquefeito de petróleo e gás natural liquefeito/comprimido.

O Brasil dispõe de capacidade técnica para a construção de grandes obras de engenharia civil (pontes, estradas) e poderia contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura de Bangladesh.

Comércio bilateral

Apesar de registrar valores relativamente modestos, as trocas comerciais entre os dois países vêm aumentando significativamente. Em 2011, seguindo trajetória ascendente, a corrente de comércio atingiu o recorde histórico de US\$ 1 bilhão, valor 18 vezes maior do que o registrado em 2002.

Apesar do incremento substancial a partir de 2007, nota-se que as importações de produtos bengaleses pelo Brasil se encontram em patamares bem inferiores aos alcançados pelas exportações brasileiras. Desde 1986 são registrados superávits para o Brasil. Em 2011, as exportações do Brasil para Bangladesh atingiram US\$ 877 milhões, e o superávit brasileiro foi de US\$ 720 milhões.

Do lado bengalês, a pauta de mercadorias exportadas para o Brasil concentra-se, sobretudo, em artigos têxteis e urcia.

Do lado brasileiro, há concentração em açúcares, óleo e grãos de soja. A partir de 2007, Bangladesh tornou-se, igualmente, importante destino de exportação de algodão brasileiro.

Com vistas a tentar atenuar o déficit comercial do lado bengalês, este deseja explorar a possibilidade de aproveitar a capacidade industrial bengalesa na área de farmacêuticos. A indústria farmacêutica de Bangladesh concentra-se, sobretudo, na produção de remédios genéricos, de baixo custo e alta qualidade. A indústria, cujo tamanho atualmente está calculado em US\$ 800 milhões, supre 97% da demanda interna do país, além de exportar para 80 países da Europa, África e Ásia. Os principais produtores contam com certificação, dentre outras agências, da Agência Reguladora para Remédios e Produtos de Saúde do Reino Unido (UK-MHRA).

Atualmente, 80% da matéria prima para os remédios produzidos localmente é importada. No entanto, investimentos pesados estão previstos para o setor nos próximos anos. Está prevista para 2012 a inauguração de parque industrial para ingredientes farmacêuticos ativos (API), que dará importante impulso à capacidade de produção. Estima-se que em 10 anos a indústria farmacêutica de Bangladesh - intensiva em tecnologia, conhecimento e pesquisa, e portanto, importante para o desenvolvimento nacional - possa ultrapassar a indústria de vestuário. Como PMDR, o país beneficia-se, até pelo menos 2016, de facilidades previstas no acordo TRIPS.

Durante visita a Brasília em agosto último, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh, Mijarul Quayes, declarou que gostaria de ver investimentos brasileiros em Bangladesh na construção de pontes, aeroportos, energia e drenagem de rios. Indicou, também, que o mercado de Bangladesh, além de ser atrativo por seu próprio tamanho, é aberto e desregulamentado e poderia servir de ponto de entrada para investimentos brasileiros nos demais países da SAARC.

Assuntos consulares/ Comunidade Brasileira

A assistência consular brasileira naquele país é feita pelo setor consular da Embaixada do Brasil em Daca. Atualmente, há cerca de 20 brasileiros vivendo em Bangladesh.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registros de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para Bangladesh.

DADOS HISTÓRICOS

Ao chegar o fim da colonização britânica no Subcontinente Indiano, nasceram dois Estados, em agosto de 1947 – a Índia, de maioria hinduísta, favorável a um governo secular, e o Paquistão, de maioria muçulmana, inclinada a um governo de valores islâmicos. O Paquistão subdividia-se, então, em duas partes: o Paquistão Ocidental, a noroeste da Índia, e o Paquistão Oriental, na planície deltaica do Ganges-Brahmaputra. As duas regiões do Paquistão estavam separadas por 6 mil quilômetros de território indiano.

As relações entre a Índia e o Paquistão logo se deterioraram, principalmente em torno da questão da Caxemira, região ainda disputada por ambos os países. A parte oriental do Paquistão da época também participou dos combates, com maior ou menor grau de envolvimento durante os conflitos entre as duas nações.

A configuração dada ao Paquistão em 1947 revelou-se de difícil sustentação, dadas as contradições internas e o conflito externo com a Índia.

Na parte ocidental, havia quatro grupos étnicos principais, cada um com sua língua própria: os penjabis, os pakhtuns, os sindhis e os beluchis. Na parte oriental, onde estava a maioria absoluta da população do país, praticamente só havia uma etnia: os bengalis. Graças ao rico solo banhado pelo Delta do Ganges-Brahmaputra e à abundância de água, o Paquistão Oriental, apesar do atraso de sua agricultura, podia produzir razoável quantidade de alimentos e gerar divisas por meio da exportação de jute.

A Guerra Indo-Paquistanesa de 1965 estimulou a rivalidade entre o Paquistão oriental e o ocidental. Após o término do conflito, vultosos recursos do Paquistão Oriental teriam sido drenados para a reconstrução de áreas mais atingidas da parte ocidental. Nesse contexto, Sheikh Mujibur Rahman, líder da Liga Awami, maior Partido político do país, tornou pública uma plataforma que defendia maior autonomia ao Paquistão Oriental, com ênfase em três pontos: a constituição de uma Federação que outorgava ao Governo central tão-somente a responsabilidade pela defesa e pela política exterior e a criação de duas moedas ou de dois bancos centrais. Diante da amplitude e do caráter emancipatório da proposta, o Governo central determinou a prisão de Sheikh Mujibur Rahman.

Só em 1969, Rahman liderou a Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país em 1970, nas quais logrou conquistar 167 das 169 cadeiras alocadas ao Paquistão Oriental na Assembleia Nacional. O melhor resultado no Paquistão Ocidental havia sido obtido pelo *Pakistan People's Party*, que obteve 83 assentos. Diante desse resultado, caberia à Liga Awami formar o novo Governo, mas essa expectativa não se concretizou.

Impedido de assumir o poder, Rahman convocou greve geral no Paquistão Oriental. O Governo central decretou toque de recolher, desobedecido pela população. As tropas aquarteladas em Daca atacaram a universidade local e outros focos de agitação em 25 de março de 1971. O então major Ziaur Rahman (futuro Presidente da República) proclamou a independência do país em 26 de março de 1971. O Paquistão Oriental passa a denominar-se Bangladesh.

Os combates decorrentes da independência, que contaram com ajuda militar da Índia, perduraram até 16 de dezembro daquele ano, com saldo de três milhões de mortos. Cerca de 10 milhões de bengaleses fugiram para a Índia. Em 1975, Sheikh Mujibur Rahman tomou para si todos os poderes ao institucionalizar sistema de partido único. Foi assassinado por oficiais das Forças Armadas em 15 de agosto de 1975.

Bangladesh foi governado por regimes militares até o início da década de 1990, quando teve início processo de redemocratização de suas instituições. Nas eleições de 1991, o Partido Nacionalista de Bangladesh saiu-se vitorioso, tendo à frente Khaleda Zia, que governou o país por cinco anos. Em 1996, Sheikh Hasina Wajed, filha de Sheikh Mujibur Rahman, assumiu o cargo de Primeira-Ministra, igualmente por período de cinco anos.

Khaleda Zia voltou ao governo em 2001, até ser sucedida por governo de transição em 2007. Como ocorrera em 1996 e 2001, a administração interina não-partidária foi formada com encargo de organizar as

eleições gerais, em mandato de três meses. Nessa ocasião, porém, o Governo de transição declarou estado de emergência e adiou, por dois anos, as eleições inicialmente previstas para janeiro de 2007.

Com o retorno do processo democrático, eleições gerais foram realizadas em janeiro de 2009 e Sheikh Hasina tornou-se, pela segunda vez, Primeira-Ministra de Bangladesh.

POLÍTICA INTERNA

País de maioria muçulmana, Bangladesh está entre as nações mais densamente povoadas do mundo, com altos índices de pobreza e desnutrição. Desde a independência, em 1971, o cenário político do país tem-se caracterizado por intensa instabilidade.

Os dois principais partidos políticos de Bangladesh são a Liga Awami (AL) e o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). Registre-se, igualmente, a existência de terceira força política, o *Jatiya Party* (Partido Nacional), de tendência centrista, criado, em 1986, pelo então Presidente Ershad.

A Liga Awami é o partido político mais tradicional do país e conta com ampla penetração social. Mantém laços estreitos com a Índia, que apoiou, militarmente, o processo de independência bengalês. Sua líder há mais de vinte anos é a atual Primeira-Ministra Sheikh Hasina Wajed, filha mais velha do primeiro líder político de Bangladesh. No poder entre 1996 e 2001, a Liga Awami, apesar de ser partido de centro-esquerda e defensor da intervenção estatal na economia, trouxe certa estabilidade ao país ao adotar políticas de cunho mais liberal.

O BNP foi criado, em 1978, pelo então Presidente da República Ziaur Rahman para dar-lhe sustentação política e fazer frente à tradicional Liga Awami. A líder do BNP, desde os anos 1980, é Khaleda Zia, viúva de Ziaur, assassinado em 1981, quando exercia a presidência do país. É considerado um partido de centro-direita, nacionalista, conservador e militarista, bastante popular entre as classes mais altas da sociedade bengalesa. O BNP possui caráter secular, mas costuma formar coalizões com partidos islâmicos, pois considera o islamismo parte integrante da identidade bengalesa. No que tange à política externa, o partido defende maior autonomia e menor vinculação à Índia.

A Liga Awami e o BNP se alternam no Governo desde 1991, com exceção do período de 2007-2008, quando estado de emergência foi declarado por um Governo de transição que, de acordo com a Constituição do país, assume a cada período pré-eleitoral. Em 2011, com apoio da Primeira-Ministra Sheikh Hasina, o Parlamento bengalês aprovou emenda à constituição que eliminou essa figura de governo de transição antes da realização de eleições. A oposição argumenta que, apesar do ocorrido em 2007, a convocação de um governo de transição apolítico seria importante para garantir a neutralidade das próximas eleições, previstas para 2013.

Em janeiro de 2012, o Governo de Bangladesh anunciou haver desmantelado tentativa de golpe de Estado no país, alegadamente tramado por correntes islâmicas extremistas. O BNP procurou distanciar-se da ação e declarou que “apoia a alternância de poder somente por meio do processo democrático”.

Incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo, Bangladesh procura manter boas relações com todos os países, sobretudo com o mundo árabe, em decorrência da primazia do islamismo entre a população local. Os países do Oriente Médio absorvem volumoso contingente de trabalhadores bengaleses, e as remessas de recursos por parte desses emigrantes constitui fonte importante de divisas para o país.

As relações internacionais de Bangladesh estão pautadas pelos princípios do respeito à soberania nacional, da não-intervenção nos assuntos internos, da solução pacífica de controvérsias e do respeito ao Direito Internacional. Cabe ao Estado bengalês, como planejador e executor de política externa, consolidar, preservar e fortalecer as relações com o mundo islâmico.

Após a independência, em 1971, as relações com o Paquistão foram hostis em um primeiro momento, mas melhoraram com o reconhecimento da independência bengalesa pelo Paquistão (1974) e com o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (1976).

Tradicionalmente, as relações de Bangladesh com a Índia tornam-se mais estreitas sob governo da Liga Awami e mais estreitas com o Paquistão sob governo do BNP, de viés islâmico.

Em face da proximidade geográfica e da identidade cultural e histórica que os caracteriza, Índia e Bangladesh têm intensa relação bilateral. O bengali é também falado na Índia por mais de 50 milhões de pessoas no Estado de Bengala Ocidental, contíguo a Bangladesh.

Há em vigor mecanismos de diálogo sobre segurança comum, terrorismo, administração de fronteiras (4.156 quilômetros compartilhados), imigração ilegal, comércio e economia (a Índia é o segundo país que mais exporta para Bangladesh). Os dois países têm procurado incentivar a conectividade e o uso comum das vias fluviais e terrestres e promovem o investimento mútuo e a cooperação tecnológica bilateral. Há vários projetos indianos em Bangladesh, nos setores de geração e transmissão de energia, de produção de fármacos e têxteis e de construção civil. Em 2011, a Índia concedeu isenção tarifária a 61 itens da pauta bilateral, sendo 46 produtos têxteis, setor de grande interesse para o lado bengalês.

Em 2011 os dois países também assinaram acordo de demarcação de fronteiras que está contribuindo para solucionar a questão de 50 enclaves bengaleses no território da Índia e 111 enclaves indianos no território de Bangladesh.

A China é, atualmente, o país que mais exporta para Bangladesh (e este é seu terceiro maior parceiro comercial na Ásia Meridional). Além de investir nos setores energético e têxtil bengaleses, a China também é importante fornecedora de equipamentos militares ao país.

Os Estados Unidos são os maiores compradores de produtos bengaleses – absorvem cerca de um quarto das exportações de Bangladesh – particularmente peças de vestuário. Os investimentos norte-americanos, concentrados nos setores de exploração de gás natural e geração de energia, vêm aumentando progressivamente, apesar das dificuldades referentes à infra-

estrutura bengalesa. Os Estados Unidos também são grandes doadores de ajuda humanitária a Bangladesh.

Na década de 1980, em busca de relações políticas e econômicas mais intensas com países do entorno geográfico, Bangladesh teve papel fundamental na criação da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC). Fazem parte da Organização, criada em 1985, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Ilhas Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Desde seu ingresso nas Nações Unidas, em 1974, Bangladesh integrou o Conselho de Segurança como membro não-permanente em duas ocasiões, nos períodos de 1979-1980 e 2000-2001. O país costuma contribuir com grande contingente para missões de manutenção da paz das Nações Unidas, sendo que Bangladesh fechou 2011 como o maior contribuinte individual de tropas e policiais, com contingente de 10.394 soldados.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), Bangladesh defende os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo. É, também, membro da Organização da Conferência Islâmica e da Comunidade Britânica de Nações. Em março de 2010, Bangladesh tornou-se o primeiro país da Ásia Meridional a ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Bangladesh é um dos países mais pobres do mundo, com dificuldades para prover alimentos a seus mais de 160 milhões de habitantes. A magnitude das dificuldades econômicas reflete-se no baixo padrão de vida de sua população, apesar de significativo crescimento registrado, com média de cerca de 6% desde 2003.

O setor agrícola, fundamental para o desenvolvimento econômico do país, é responsável por 20% do PIB e pelo emprego de 52% da força de trabalho. Cerca de 80% da população vive na área rural e dedica-se à rizicultura de subsistência, com poucos recursos financeiros e técnicos. No que tange às rendas obtidas com a exportação, a agricultura contribuiu com mais de US\$ 1 bilhão. A produção de arroz cresceu 150% desde meados dos anos de 1970, apenas em função do aumento de produtividade. A cultura de trigo é a segunda mais importante e as plantações de milho, chá e juta constituem culturas relevantes para a economia do país. A criação de gado, apesar de representar apenas 2,4% do PIB, exerce papel vital no setor primário e emprega diretamente 25% da população nacional. Além de fornecerem couro, os animais criados nas zonas rurais são responsáveis pela aragem da terra e pelo transporte de pessoas e mercadorias.

Bangladesh importa gêneros para suplementar uma produção frequentemente afetada por secas, inundações e ciclones. Em decorrência da irregularidade do abastecimento, o Governo bengalês procura desenvolver programas que visam a reduzir a pobreza e a construir sistema de segurança alimentar sustentável.

A contribuição do setor secundário para a economia do país tem aumentado continuamente. A indústria responde por 30% do PIB. O setor têxtil contribui com cerca de dois terços da renda auferida com as exportações (Bangladesh é o terceiro maior exportador de produtos têxteis). A atividade industrial está fortemente concentrada nas principais cidades do país, Daca e Chittagong, sedes das chamadas zonas de processamento de exportações que recebem incentivos fiscais para atrair investimentos estrangeiros.

O aumento da participação da indústria e a constante contribuição do setor de serviços, em torno de 49% ao ano, refletem nítida transformação estrutural por que passa a economia bengalesa.

Comércio

Bangladesh padece de crônico déficit na balança comercial em razão da dependência da importação de alimentos e de insumos para sua produção industrial e petrolífera. O país importa a maior parte das mercadorias da China, da Índia, de Cingapura e da Malásia. No que tange à exportação, os principais mercados para os produtos bengaleses são os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido e a França.

A forte dependência de importação de insumos agrícolas e industriais prejudica o balanço de pagamentos de Bangladesh na medida em que impõe limites ao valor agregado pela produção local e expõe suas empresas a flutuações da taxa de câmbio e dos preços das matérias-primas. Mesmo com aumento da produção de gás natural, o país despende grandes somas com importação de combustível. Nesse contexto, o Governo bengalês procura diversificar a economia por meio de políticas de incentivo a indústrias de tecnologia da informação e de processamento agrícola.

A ajuda internacional constitui importante fonte de receita para o país. Os capitais provenientes de instituições internacionais e regionais de desenvolvimento e de agências de cooperação são fundamentais para financiar o crescimento econômico e remediar o déficit alimentar de Bangladesh. Entre seus principais doadores, encontram-se os Estados Unidos, o Japão, a Arábia Saudita, a União Européia, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A economia do país conta, ainda, com recursos financeiros enviados por bengaleses que trabalham no exterior, principalmente na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos. De julho de 2009 a fevereiro de 2010, essas remessas atingiram US\$ 7,3 bilhões, o que representou aumento de 19% em comparação com o mesmo período do ano fiscal anterior.

Investimentos

A contribuição do setor privado para o total de investimentos vem aumentando gradualmente, quando comparada à da participação do setor público, e a taxa de investimento tem crescido desde meados dos anos de 1990.

Apesar da carência de infraestrutura, Bangladesh tem recebido cada vez mais investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos, britânicos, chineses e indianos, atraídos, sobretudo, pelo tamanho e pela

desregulamentação do seu mercado interno. A quase totalidade dos recursos destina-se aos setores de exploração de gás natural, vestuário e construção civil, situados, em grande parte, nas zonas de processamento de exportação, nas cidades de Daca, Chittagong e Khulna.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais

- 1972 - Reconhecimento da República Popular de Bangladesh pelo Governo brasileiro e estabelecimento de relações diplomáticas (15 de maio).
- 1973 - Abertura da Representação diplomática de Bangladesh em Brasília.
- 1974 - Início da presença oficial brasileira em Bangladesh, com a criação da Embaixada do Brasil em Daca.
- 1984 - Visita oficial de delegação brasileira do Ministério da Aeronáutica a Bangladesh.
- 1989 - Reunião, em Paris, entre o então Presidente José Sarney e seu homólogo Hossain M. Ershad.
- 1992 - Participação bengalesa na Conferência do Rio (ECO 92), com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, A.S.M. Mostafizur Rahman, e do Ministro do Meio Ambiente e Florestas.
- 1994 - Vinda ao Brasil do Ministro da Juta, A.S.M. Hannan Shab, e do Ministro da Indústria de Bangladesh, A.M. Zahiruddin Kahn.
- 1998 - Fechamento da Embaixada do Brasil em Daca (1º de agosto).
- 2002 - Fechamento da Embaixada de Bangladesh em Brasília (31 de agosto).
- 2009 - Reabertura da Embaixada do Brasil em Daca (18 de fevereiro).
- 2010 - Apresentação de credenciais ao Presidente de Bangladesh, Zillur Rahman, pelo Embaixador em Daca, Ricardo Luiz Viana de Carvalho (14 de janeiro).
 - Apresentação de credenciais ao ex Presidente Lula pelo Embaixador de Bangladesh em Washington, Akramul Qader (5 de maio).
 - Missão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a Bangladesh (maio).
- 2011 - O Congresso Nacional aprovou Medida Provisória, no dia 31 de maio, autorizando a doação de até 710 mil toneladas a países em situação de insegurança alimentar, entre eles Bangladesh.
 - Visita da Senhora SGAP II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, a Bangladesh (12 a 14 de junho).
 - Missão de prospecção comercial liderada pelo Vice-Chanceler Mijarul Quayes ao Brasil, em 1º e 2 de agosto, oportunidade em que também se procurou fazer avançar o processo de abertura da Embaixada em Brasília.

Cronologia histórica

- 1757 - Período de dominação britânica do Subcontinente Indiano (até 1947)
- 1947 - Término da Lei Britânica sobre a Colônia indiana e consequente formação dos Estados da Índia e do Paquistão (agosto).
- 1949 - Estabelecimento da Liga Awami com vistas à autonomia do Paquistão Oriental frente ao Paquistão Ocidental.
- 1965 - Guerra Indo-Paquistanesa.
- 1970 - O Governo do Paquistão Ocidental rejeita a vitória do líder da Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país.
- 1971 - Declaração de independência da parte oriental do Paquistão (26 de março) e início à Guerra de Independência, que durou até 16 de dezembro.
- 1975 - Institucionalização de sistema de partido único pelo então Presidente Sheikh Mujib, assassinado em golpe militar.
- 1981 - Assassinato do então Presidente Ziaur Rahman em frustrada tentativa de golpe militar.
- 1982 - Golpe de Estado liderado pelo General Mohammad Ershad, que assume a Presidência do país.
- 1991 - Khaleda Zia torna-se Primeira-Ministra e membro do Partido Nacionalista de Bangladesh (até 1996).
- 1996 - Primeiro governo de Sheikh Hasina Wazed, filha de Sheikh Mujibur Rahman e representante da Liga Awami (até 2001).
- 2000 - Acirramento das relações com o Governo paquistanês.
- 2001 - Confrontos fronteiriços com a Índia.
- 2001 - Segundo Governo de Khaleda Zia (até 2006).
- 2007 - Estado de emergência decretado por governo de transição encarregado de organizar eleições gerais (adiadas até fins de 2008).
- 2008 - Vitória da Liga Awami nas eleições parlamentares.
- 2009 - Segundo Governo de Sheikh Hasina e posse do Presidente Zillur Rahman.
- 2010 - Ratificação do Estatuto de Roma por Bangladesh.
- 2011 - Emenda à Constituição elimina figura do "Governo de transição" com função de organizar eleições gerais.
- Bangladesh e Índia assinam acordo de demarcação de fronteiras que encaminhará a questão de enclaves de um país no território do outro.
- 2012 - Exército de Bangladesh anuncia desmantelamento de plano para derrubar o governo da PM Sheikh Hasina.

Atos bilaterais

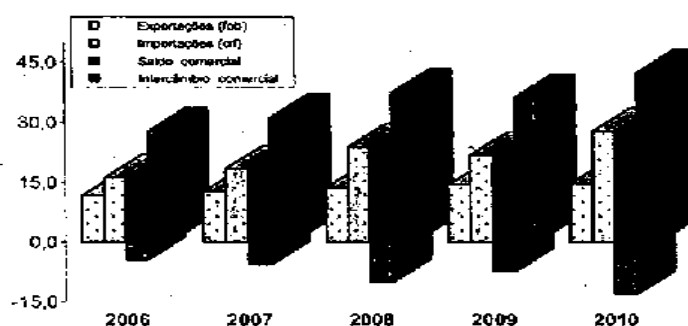
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Comércio	13/02/1976	19/07/1976	78348	31/08/1976
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/09/1988	26/11/1991	402	26/12/1991

Dados Econômico-Comerciais

BANGLADESH: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	11,6	12,7	13,6	14,4	14,7	13,9
Importações (cif)	16,1	18,5	23,8	21,8	27,8	24,5
Saldo comercial	-4,5	-5,8	-10,2	-7,4	-13,1	-10,6
Intercâmbio comercial	27,7	31,2	37,4	36,2	42,4	38,4



O comércio exterior de Bangladesh apresentou, em 2010, variação de 53% em relação a 2006, passando de US\$ 28 bilhões para US\$ 42 bilhões. No ranking do FMI Bangladesh figurou como o 67º mercado mundial, sendo o 57º principal exportador e o 70º importador.

BANGLADESH: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

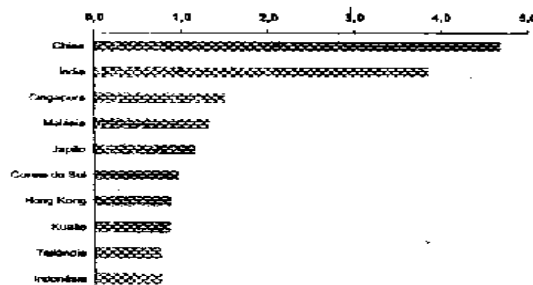
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	3,2	22,1%	2,9	20,9%
Alemanha	2,1	14,1%	2,1	15,4%
Reino Unido	1,2	8,5%	1,2	8,8%
França	1,0	6,8%	1,0	7,2%
Países Baixos	0,9	6,1%	0,7	4,8%
Itália	0,6	3,8%	0,6	4,4%
Canadá	0,6	3,8%	0,7	4,8%
Espanha	0,5	3,5%	0,6	4,4%
Turquia	0,5	3,4%	0,5	3,7%
Bélgica	0,4	2,4%	0,4	3,0%
...				
Brasil	0,1	0,4%	0,1	0,5%
Subtotal	11,0	74,8%	10,9	78,1%
Outros países	3,7	25,2%	3,0	21,9%
Total	14,7	100,0%	13,9	100,0%

Aproximadamente 1/4 das exportações de Bangladesh são destinadas aos Estados Unidos. Em 2010, as importações norte-americanas somaram 22% do total, seguido da Alemanha (14%); Reino Unido (9%); França (7%); Países Baixos (6%). O Brasil obteve o 29º lugar entre os principais destinos em 2010, participando com 0,4% do total.

BANGLADESH: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

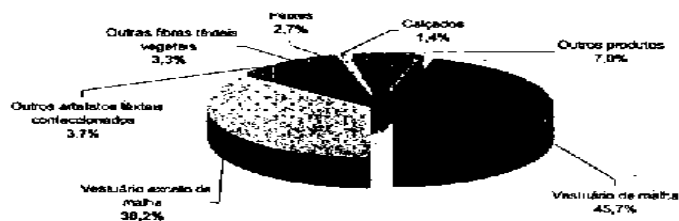
Descrição	2010	% no total	2011 (Jan-ago)	% no total
China	4,7	16,9%	4,4	18,1%
Índia	3,9	13,9%	3,2	13,1%
Cingapura	1,5	5,4%	1,0	4,1%
Malásia	1,3	4,7%	1,3	5,5%
Japão	1,2	4,2%	0,9	3,5%
Coreia do Sul	1,0	3,5%	0,9	3,7%
Hong Kong	0,9	3,1%	0,5	2,0%
Kuaitê	0,9	3,1%	0,9	3,6%
Taiilândia	0,8	2,7%	0,8	3,2%
Indonésia	0,8	2,7%	0,6	2,3%
Brasil	0,4	1,5%	0,7	2,7%
Subtotal	17,1	61,7%	15,1	61,7%
Outros países	10,6	38,3%	9,4	38,3%
Total	27,8	100,0%	24,5	100,0%



A China é o principal fornecedor de bens à Bangladesh. Em 2010 respondeu com 17% do total, seguido da Índia (14%); Cingapura (5%); Malásia (5%); Japão (4%); Coreia do Sul (4%); Hong Kong (3%) e Kuaitê (3%). O Brasil posicionou-se no 19º lugar, com 1,5% da demanda importadora do país.

BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - Em %

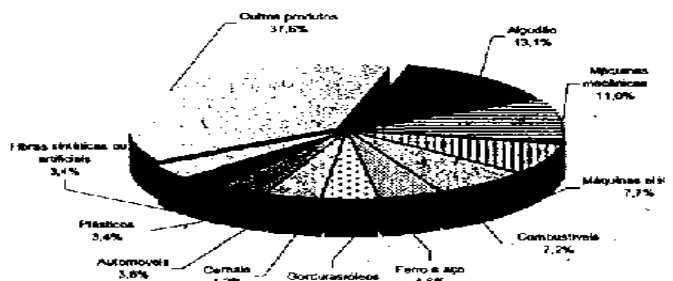
Descrição	% no total
Vestuário de malha	45,7%
Vestuário exceto de malha	36,2%
Outros artefatos têxteis confeccionados	3,7%
Outras fibras têxteis vegetais	3,3%
Peixes	2,7%
Calçados	1,4%
Subtotal	93,0%
Outros produtos	7,0%
Total	100,0%



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram os vestuários (de malha e exceto de malha), que correspondem por 82% da pauta. Outros artefatos têxteis confeccionados corresponderam com 4% e outras fibras têxteis vegetais com 3% do total.

BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - Em %

Descrição	% no total
Algodão	13,1%
Máquinas mecânicas	11,0%
Máquinas elétricas	7,7%
Combustíveis	7,2%
Ferro e aço	4,6%
Gorduras/óleos	4,2%
Cereais	4,2%
Automóveis	3,6%
Plásticos	3,4%
Fibras sintéticas ou artificiais	3,4%
Subtotal	62,4%
Outros produtos	37,6%
Total	100,0%

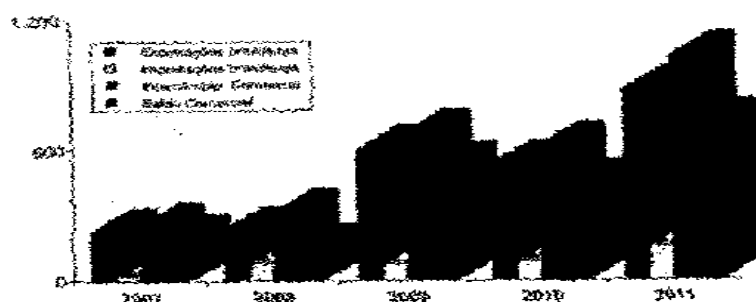


A pauta de importação de Bangladesh é bastante diversificada. Os principais produtos importados pelo país em 2010 foram: algodão (13%), máquinas mecânicas (11%), máquinas elétricas (8%), combustíveis (7%), e ferro e aço (5%).

BRASIL-BANGLADESH: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	231	237	607	538	877
Varição em relação ao ano anterior	-15,9%	2,5%	156,2%	-11,4%	63,1%
Importações brasileiras	25	80	79	88	157
Varição em relação ao ano anterior	110,8%	216,2%	-1,4%	12,2%	77,8%
Intercâmbio Comercial	206	317	686	626	1.034
Varição em relação ao ano anterior	-10,6%	23,5%	116,6%	-8,7%	65,1%
Saldo Comercial	206	157	529	450	721

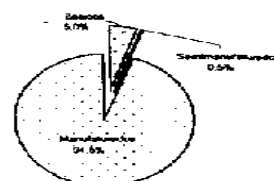
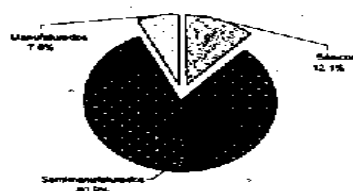
Bangladesh foi o 52º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 301%, passando de US\$ 256 milhões, para US\$ 1 bilhão, sendo 736% nas exportações e 522% nas importações. A participação de Bangladesh no comércio exterior brasileiro foi de 0,2% em 2011.



BRASIL-BANGLADESH: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART %	VALOR	PART %
Básicos	106	12,1%	8	5,0%
Seminanufacturados	710	80,9%	1	0,5%
Manufaturados	62	7,0%	148	94,5%
Total	877	100,0%	157	100,0%

As exportações brasileiras para Bangladesh são compostas em sua maior parte por produtos semimanufacturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar e gorduras sólidas. Em seguida estão os produtos básicos, com 12% e os manufaturados com 7%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 95% do total em 2011, seguida dos produtos básicos com 5%.



BRASIL-BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2011	2011		Exportações Brasil para Bangladesh 2011
			Valor	% total	
Apêças	406	420	612	89,7%	
Gorduras/Óleos	97	33	130	16,6%	
Cereais	0	0	38	4,4%	
Algodão	6	26	27	3,0%	
Sementes/grãos	53	19	20	3,0%	
Subtotal	562	497	833	94,9%	
Outros produtos	45	41	44	5,1%	
Total	607	538	877	100,0%	

Apêças é a principal item brasileiro exportado para Bangladesh. Juntamente com gorduras/óleos representam 85% do total. Em seguida destacaram-se: cereais (4%), algodão (3%) e sementes/grãos (3%).

BRASIL-BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2011	2011		Importações brasileiras de Bangladesh 2011
			Valor	% total	
Vestário de malha	34	49	70	44,3%	
Vestuário exceto de malha	17	22	46	29,7%	
Adubos	14	0	18	10,1%	
Outras fibras têxteis vegetais	2	10	15	9,7%	
Subtotal	66	81	148	94,3%	
Outros produtos	13	7	9	5,7%	
Total	79	88	157	100,0%	

As importações brasileiras originárias de Bangladesh apresentam alto grau de concentração. Os vestuários de malha e exceto de malha representam quase 75% das compras em 2011. Adubos correspondem pela 3ª posição da pauta com 10% no total das compras.

Aviso nº 713 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

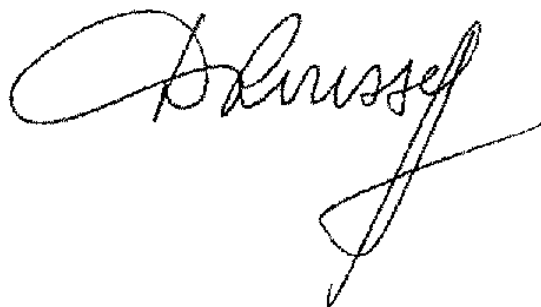
MENSAGEM
Nº 69, DE 2012
(nº 367/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Os méritos do Senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



EM nº 00222/2012 MRE

Brasília, 25 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 222 /DP/AFEPA/G-MRE/APES


Brasília, 25 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT

CPF.: 380.374.167-04

ID.: 1818 MRE

1944 Filho de João Baptista de Alencastro Massot e Estesia Pessanha Massot, nasce em 9 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1965 CPCD - IRBr
1966 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1970 Pós-graduação sobre Comunidades Europeias do Instituto Internacional de Administração Pública, Paris e Bruxelas
1982 CAE - IRBr, África Meridional - Coordenação para a Independência Econômica e para o Desenvolvimento. Uma Nova Dimensão da Luta de Liberação

Cargos:

1967 Terceiro-Secretário
1970 Segundo-Secretário
1976 Primeiro-Secretário
1979 Conselheiro
1985 Ministro de Segunda Classe
1995 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1967-68 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente do Chefe
1968-70 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente do Chefe
1970-73 Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo-Secretário
1973-76 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
1976-79 Embaixada em Nairobi, Primeiro-Secretário
1979-1981 Departamento da África, Ásia e Oceania, Assessor do Chefe
1980 Missão Especial precursora ao Zimbábue, Chefe de delegação
1981 Instituto Rio-Branco, Professor de Orientação Profissional
1981-85 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
1983 Reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, (VII Relatório), Genebra, Chefe de delegação
1984 Representação Especial para Direitos Humanos em Nova York, Chefe do Escritório
1985-86 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
1986-91 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
1991-93 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
1993-96 Departamento Consular e Jurídico, Chefe
1994 Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Portugal, Lisboa, Chefe de delegação
1994 Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Londres, Chefe de delegação
1994 Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com a França, Paris, Chefe de delegação
1994 Reunião para Negociação e Rubrica dos Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Penal com a França, Paris, Chefe de delegação
1995 VII Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, Brasília, Chefe de delegação
1995 Reunião para Criação do Grupo Executivo para Documentação de Brasileiros no Paraguai, Assunção, Chefe de delegação
1995 Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Bolívia, Santa Cruz de La Sierra, Chefe de delegação
1995 Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com a Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação
1996 Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais com o Uruguai, Montevideu, Chefe de delegação
1997 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete
1999 Embaixada na Haia, Embaixador

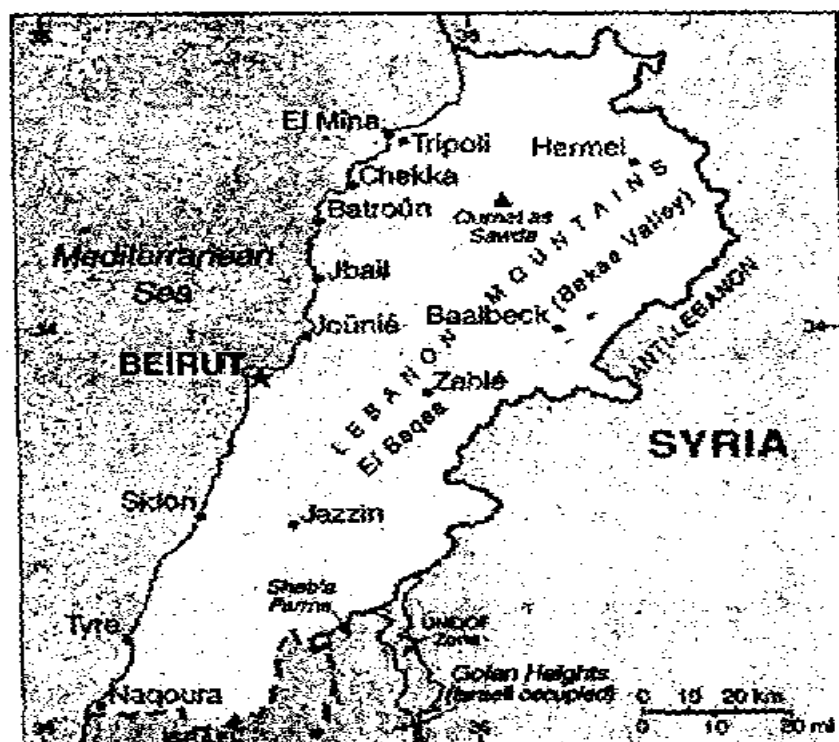
- 1999-03 Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), Haia, Representante Permanente
1999 Conselho da Corte Permanente de Arbitragem, Haia, Membro
1999 XV a XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação (1999 a 2003)
1999 IV a VII Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe da delegação (1999 a 2003)
2001 1ª Conferência Especial dos Estados Partes da CEPAQ, Haia, Chefe da delegação
2001 Conferência de Direito Internacional Privado, Haia, Representante Permanente
2003-08 Embaixada em Praga, Embaixador
2008-10 Embaixada em Atenas, Embaixador
2010 Embaixador Extraordinário para Assuntos Migratórios
2011- Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo

Condecorações:

- 1986 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Grande Oficial
1996 Legion d'Honneur, França, Comendador
1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
1997 Ordem de São Miguel e São Jorge, Grã-Bretanha, KCMG
1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, promoção a Grã-Cruz
1998 Ordem del Libertador San Martín, Argentina, Grã-Cruz
2003 Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Grã-Cruz
2010 Ordem da Fênix, Grécia, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA LIBANESA**



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012**

Índice

DADOS BÁSICOS

PERFIS BIOGRÁFICOS

RELAÇÕES BILATERAIS

Comunidade Brasileira no Líbano

Cooperação Bilateral

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

POLÍTICA INTERNA

Principais Temas da Política Libanesa

POLÍTICA EXTERNA

ANEXOS

Cronologia Histórica

Cronologia das Relações Bilaterais

Acordos Bilaterais

Principais Indicadores

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Libanesa
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km ²
POPULAÇÃO (estimativa 2011)	4,3 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	59,7% muçulmanos (xiitas, sunitas, drusos e outros), 39% cristãos (maronitas, gregos-ortodoxos e outros), 1,3% outros ¹
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista de cunho confessional
CHEFE DE ESTADO	General Michel Sleiman (cristão maronita)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Najib Mikati (muçulmano sunita)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Adnan Mansur (muçulmano xiita)
PIB (2011 ²)	US\$ 39,039 bilhões
PIB PER CAPITA (2011)	US\$ 9.862
PIB PPP (2011)	US\$ 61,444 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2011)	US\$ 15.522
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Libanesa (LBP)
CHEFE DA EMBAIXADA DO LÍBANO NO BRASIL	Secretário Jimmy Douaihy, Encarregado de Negócios, a. i.
EMBAIXADOR DO BRASIL NO LÍBANO	Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)³

Brasil ⇄ Líbano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-mar)
Intercâmbio	100	129,8	185,2	240,9	327,3	312	245	305,2	67,7
Exportações	89,8	124,3	178,5	226	273,8	310,6	243,3	303,2	67,3
Importações	10,2	5,5	6,7	14,9	53,5	1,4	1,7	2,018	0,4
Saldo	79,6	118,8	171,8	211,1	220,3	309,2	241,6	301,2	66,9

¹ Fonte: CIA World Factbook, April 2012.

² Fonte: Dados econômicos – Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook Database, April 2012.

³ Fonte: SECEX/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michel Sleiman
Presidente da República
(*Amchit*, 1948)

Cristão maronita, formou-se segundo-tenente pela Academia Militar libanesa em 1970. Graduiu-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade Libanesa em 1980. Comandante do Exército libanês de 1998 a 2008, Sleiman é considerado líder forte e figura unificadora no atual contexto político local.

Tradicionalmente pró-Síria, no conturbado período compreendido entre o assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri e a sua posse como Presidente (2005-2008), Sleiman empregou sua liderança à frente do Exército na proteção da democracia libanesa. Foi peça-chave no processo que culminou com o fim da ocupação síria, em 2005. Sua reputação cresceu quando se recusou a empregar as forças sob o seu comando na dispersão de grande demonstração popular antissíria, ocorrida dias após o assassinato de Hariri.

Com a sua liderança, o Exército libanês logrou acalmar a violência sectária no país e passou a atuar em tradicionais redutos do Hezbollah, angariando aprovação recorde por parte da população. A atuação do Exército nesse período, principalmente com o combate à milícia Fatah Al-Islam, transformou o General Sleiman em figura política com envergadura para aspirar à Presidência do país.

Em maio de 2008, decisões controversas do Conselho de Ministros desencadeiam escalada de violência e radicalização da oposição armada, levadas a termo com solução de compromisso adotada em Doha. Graças ao Acordo de Doha, Sleiman sagrou-se Presidente e distendeu o fragmentado cenário político libanês.

Sleiman visitou o Brasil em 2010 quando se avistou com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Senhor Vice-Presidente da República, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados.

Najib Miqati
Primeiro-Ministro
(Trípoli, 1955)

Empresário e político, Miqati, muçulmano sunita, é graduado pela Universidade Americana de Beirute (AUB). Cursou mestrado em Administração de Negócios, também na AUB. É cofundador da M1 Group, “holding” familiar com interesses em diversos setores, como telecomunicações, mercado imobiliário, financiamento de aeronaves, moda e energia.

Em 2000, foi eleito deputado por Trípoli, no norte do Líbano. Em abril de 2005, foi designado pelo Presidente Emile Lahoud para o cargo de Primeiro-Ministro, sucedendo a Omar Karamé, que se viu forçado a deixar a chefia de Governo na esteira dos protestos que se seguiram ao atentado que vitimou o ex-Premiê Rafiq Hariri.

Ocupou, então, o cargo de Primeiro-Ministro por noventa dias, período durante o qual acompanhou as primeiras investigações locais e internacionais sobre o assassinato de Hariri e organizou as eleições parlamentares de maio de 2005, que resultaram na vitória da coalizão do “14 de março”. Em janeiro de 2011, após a renúncia de onze Ministros da oposição que levou à queda do Gabinete de Sa’ad Hariri, Najib Miqati foi designado Primeiro-Ministro e formou novo Governo em junho.

Miqati esteve em Brasília em 2005, como chefe da delegação libanesa à I Cúpula América do Sul-Países Árabes.

Adnan Mansur
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados
(Borj El-Barajné, 1946)

Muçulmano xiita, Adnan Mansour, Doutor em Ciências Políticas, formou-se em Ciências Administrativas e Políticas pela Université Saint-Joseph, em Beirute. Diplomata de carreira desde 1974, serviu em Cartum, Atenas, Melbourne e Alexandria.

Foi Embaixador em Kinshasa (1990-1994) e em Teerã (1999-2007). Entre 2007 e 2010, foi Embaixador na Bélgica e em Luxemburgo, além de Chefe da Missão libanesa junto às Comunidades Europeias e Coordenador do Líbano na União para o Mediterrâneo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas e encontros entre altas autoridades

O relacionamento político bilateral tem sido correto e cordial, desprovido de contenciosos de qualquer natureza. As relações diplomáticas remontam a 1920, ano em que o Brasil instalou Consulado em Beirute. Os primeiros contatos datam do século XIX, quando D. Pedro II realizou visita de caráter privado ao Oriente Médio, em 1876, passando diversas cidades do Líbano.

Em 1944, o Governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano e, em 1946, acreditou Ministro Plenipotenciário junto ao Governo libanês. O primeiro mandatário libanês a vir ao Brasil foi o Presidente Camille Chamoun, em 1954. Nessa ocasião, a Legação libanesa foi elevada à categoria de Embaixada.

Devido à numerosa comunidade de libaneses e descendentes instalada no Brasil, é prática dos Chefes de Estado do Líbano visitar o País. Em 1997, foi a vez do Presidente Elias Hraoui, acompanhado de numerosa comitiva, em périplo que contemplou Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Foz do Iguaçu e Fortaleza.

O ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri visitou o Brasil em duas ocasiões, em 1995 e 2003, acompanhado de numerosa comitiva governamental e empresarial. O Presidente Émile Lahoud, antecessor do atual Presidente, também visitou oficialmente o Brasil, em 2004. Em novembro de 2005, o então Deputado e posteriormente Primeiro-Ministro Saad Hariri (filho de Rafik Hariri) visitou Brasília, São Paulo e Foz do Iguaçu, tendo sido recebido, na ocasião, pelo Senhor Presidente da República e pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Em dezembro de 2003, ainda em seu primeiro ano de mandato, o Presidente Lula realizou histórica visita ao Líbano. Acompanhado do Ministro Celso Amorim, o Presidente da República avistou-se com seu homólogo, Emile Lahoud, com o Primeiro Ministro Rafiq Hariri, e com Nabih Berry, Presidente da Assembleia Nacional Libanesa, onde o Presidente Lula proferiu discurso em sessão plenária, antes de se encontrar com representantes da comunidade brasileira no Líbano.

Após a viagem do Presidente Lula, o então Chanceler Celso Amorim voltaria ao Líbano em duas ocasiões: em fevereiro de 2005 e agosto de 2006. Nesta última ocasião, o Ministro de Estado foi a segunda autoridade estrangeira a chegar ao Líbano após o final das hostilidades com Israel, dois dias após o cessar-fogo estabelecido pela Resolução 1701 (2006).

Em setembro de 2008, os Presidentes Lula e Sleiman encontraram-se em Nova York, à margem da 63ª AGNU, ocasião em que o Chefe de Estado libanês foi convidado a visitar o Brasil. Voltaram a se avistar em março de 2009, em Doha, por ocasião da II Cúpula ASPA, quando Sleiman manifestou interesse em atender ao convite do Presidente brasileiro.

Entre os dias 21 e 26 de abril de 2010, o Presidente Sleiman, realizou visita de Estado ao Brasil. Sua vinda coincidiu com as comemorações dos 130 anos da imigração árabe para o Brasil. Em Brasília, o Presidente libanês manteve reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi recebido pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a agenda do Presidente Sleiman contemplou encontros com autoridades locais e com representantes da comunidade libanesa.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores manteve reunião com o Ministro de Negócios Estrangeiros do Líbano, Adnan Mansur, em 24 de setembro de 2011, à margem da 66ª AGNU. Os principais temas discutidos consistiram no pedido palestino de admissão nas Nações Unidas e a situação na Síria. Mansur sublinhou a credibilidade que o Brasil possui junto ao mundo árabe, inclusive em razão do apoio ao pleito palestino por reconhecimento internacional e admissão nas Nações Unidas. Comentou os laços que unem o Brasil à região, em particular a numerosa população brasileira de origem libanesa e síria. Acrescentou, ainda, que o Brasil desempenha papel político e econômico fundamental e preponderante no mundo. O Senhor Ministro de Estado realçou o desejo brasileiro de aprofundar as relações econômicas com o mundo árabe e destacou as oportunidades abertas pela cúpula ASPA e a intensificação de rotas aéreas diretas entre o Brasil e países do Oriente Médio.

O Vice-Presidente Michel Temer, acompanhado de comitiva de parlamentares e empresários, cumpriu extenso programa de contatos durante sua visita ao Líbano, de 18 a 22 de novembro de 2011, ocasião na qual participaram de aproximadamente 15 eventos, entre os quais inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano, a cerimônia de recebimento da Fragata "União" e o desfile militar em comemoração da Data de Independência libanesa. Encontrou-se com as mais altas autoridades libanesas, entre elas o Presidente Michel Sleiman, o Primeiro-Ministro Nagib Mikati e o Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Nabih Berry. A extensa e diversificada programação realizada e a importância atribuída pelas autoridades libanesas à visita do Senhor VPR atestam o importante papel que o Brasil vem desempenhando no Oriente Médio, ao ser interlocutor reconhecido e apreciado por sua isenção e verdadeiro interesse na pacificação regional. O envio de fragata para compor o componente marítimo da UNIFIL, o convite para participar da Parada Nacional por ocasião da Data Nacional do Líbano como convidado de

honra, os encontros com as mais altas autoridades libanesas e a inauguração do primeiro Centro Cultural no exterior durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff são testemunhas da vontade dos dois países de estreitarem ainda mais seus laços históricos.

O Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, realizou visita ao Líbano de 19 a 21 de maio. Na ocasião, integrou as cerimônias organizadas pelo Contra-Almirante Wagner Zamith (Comandante da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL) para marcar a substituição, da fragata "União" pela "Liberal", como nau-capitã da força. Manteve encontros com o Presidente da República, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados e com o Comandante do Exército, General Jean Kahwaji; com o Ministro da Defesa Fayez Ghosn; e com o Presidente do Parlamento, Nabih Berry. Entre os assuntos tratados durante os encontros estiveram a possibilidade de adensamento da cooperação militar e de criação de Adidância em Beirute, e as possíveis visitas ao Brasil do Ministro da Defesa, ao Comandante do Exército; e reiterado convite para que a Presidenta Dilma Rousseff visite o Líbano.

Comunidade libanesa no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, expressiva quantidade de libaneses (então sob o domínio otomano) emigrou para o Brasil. Hoje, encontra-se no Brasil a mais numerosa comunidade de origem libanesa em todo o mundo, estimada entre 7 e 10 milhões de pessoas.

Além do serviço consular de sua Embaixada em Brasília, a República Libanesa mantém dois Consulados-Gerais no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e dois consulados honorários, em Curitiba e Porto Alegre.

COMUNIDADE BRASILEIRA NO LÍBANO

A comunidade no Líbano é estimada em cerca de 10 mil brasileiros, em sua maioria descendentes de libaneses que emigraram para o Brasil ao longo do século XX. A grande maioria está bem integrada à sociedade libanesa e domina o idioma árabe. Segundo estudiosos da comunidade estabelecida no Líbano, o número de brasileiros sem a dupla cidadania equivaleria a, no máximo, cerca de duas centenas, grupo este composto por cônjuges de nacionais libaneses e alguns funcionários de empresas multinacionais e/ou funcionários de organismos internacionais.

Embora os brasileiros se encontrem distribuídos em quase todo o território libanês, a maioria dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (leste do país) e está empregada nos setores agrícola e de serviços. Destacam-se, nesse sentido, os diversos consulados itinerantes

realizados nessa área e que têm como objetivo levar à comunidade brasileira, que não pode se deslocar até Beirute, os serviços consulares.

A rede consular brasileira no Líbano consiste no Consulado-Geral do Brasil em Beirute, inaugurado em fevereiro de 2006, com jurisdição consular sobre todo o território. No momento, o Consulado-Honorário do Brasil em Kab Elias (no Vale do Bekaa) está em fase de instalação. A Cônsul-Honorária designada, Sra. Siham Harati, é membro do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE).

As principais questões consulares envolvem abdução de menores brasileiros, frutos de relacionamentos entre brasileiras e libaneses, pelos seus genitores oriundos do Líbano. Essas questões são acompanhadas e apoiadas pelo Consulado-Geral em Beirute.

Em novembro de 2009, foi criado o Conselho de Cidadãos Brasileiros no Líbano, responsável pela formulação de diversas iniciativas culturais e educacionais que beneficiam a comunidade nacional naquele país, destacando-se o Projeto Alecrim, que visa a manter as crianças brasileiras em contato com a língua portuguesa e com elementos do folclore brasileiro.

Evacuação de brasileiros do Líbano em 2006

No curso do conflito entre Israel e as forças do Hezbollah, em julho/agosto de 2006, o Governo brasileiro, que apoiou todas as iniciativas diplomáticas para a obtenção de cessar-fogo, viu-se obrigado a planejar e executar, em caráter emergencial, ampla operação de evacuação de nacionais brasileiros do Líbano. Essa operação possibilitou a retirada exitosa das zonas de conflito no Líbano de aproximadamente 4.510 brasileiros, além de nacionais de outros países da América Latina. O conflito, além de destruir parte significativa da infraestrutura do sul do Líbano, resultou na morte de mais de mil libaneses e nove brasileiros, entre eles três crianças.

Em 15 de agosto de 2006, apenas dois dias após a entrada em vigor do cessar-fogo, o então Ministro Celso Amorim realizou visita a Beirute, a fim de transmitir a solidariedade brasileira ao Governo e ao povo do Líbano e reiterar o compromisso do Brasil de participar do esforço da comunidade internacional para a reconstrução do país. Nessa ocasião, foram doados pelo Governo brasileiro medicamentos para o atendimento de necessidades emergenciais.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação militar

Em junho de 2011, foi formulada proposta de criação de uma adidância militar em Beirute. O objetivo é atender a solicitações do Governo libanês para a colaboração no sentido de fortalecer as Forças Armadas locais. Representaria mais uma demonstração da disposição do Brasil em contribuir para a consolidação do Estado libanês, no contexto da liderança brasileira na UNIFIL e do crescente envolvimento do país nas questões sobre o Oriente Médio. Eventual criação de adidância permitiria vislumbrar possibilidades de cooperação na área científica e tecnológica da defesa, mormente em engenharia e armamentos leves, podendo o Líbano vir a se constituir em interessante mercado regional para a indústria brasileira de defesa. Até o presente, não houve decisão sobre o estabelecimento da adidância.

A Marinha libanesa tem manifestado interesse em adquirir lanchas e navios-patrolha da empresa brasileira ENGEPRON, para patrulhamento de águas territoriais, como parte de estratégia ampla de renovação da força marítima libanesa. O tema da segurança marítima tem ganhado realce no Líbano com a descoberta de reservas de gás e petróleo em sua zona econômica exclusiva. O Líbano, em grande medida dependente do auxílio estrangeiro para aparelhar suas forças armadas, tem buscado diversificar seus parceiros e fornecedores de meios militares, com vistas a superar limitações impostas pelas peculiaridades políticas regionais e internas.

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

O Líbano possui território de 10.452 km², com cerca de 4,3 milhões de habitantes e PIB de US\$ 39 bilhões e com crescimento da renda nacional da ordem 8,5% em 2009, 7% em 2010 e 1,5% (estimativa) em 2011. Trata-se de um país de modestas dimensões, de economia majoritariamente terciária, importador por excelência, com déficit crônico da balança comercial, compensado por superávits na conta capital e financeira, que resultam tradicionalmente em superávits no balanço de pagamentos. A economia local tem-se mostrado resistente aos impactos da crise financeira de 2008/2009, com crescimentos significativos em 2009 e 2010, mas a instabilidade política regional, principalmente a crise Síria, pode afetar o delicado equilíbrio de forças da política libanesa, fundamental para a prosperidade de sua economia.

O volume das importações totais do Líbano atingiu US\$ 20,2 bilhões em 2011, valor 12,2% superior ao de 2010. O aumento deveu-se principalmente ao maior preço internacional do petróleo (o Líbano depende

das importações para quase todo seu consumo de energia). As receitas de exportação, em 2011, somaram US\$ 4,27 bilhões, um crescimento de apenas 0,3% em relação a 2010, o que resultou em expressivo déficit comercial de US\$ 15,9 bilhões.

A relações comerciais entre Brasil e Líbano são condicionadas pelas dimensões do mercado libanês e pela tendência importadora de sua economia. O Brasil é tradicionalmente superavitário no intercâmbio bilateral. Em 2011, as exportações brasileiras somaram US\$ 303 milhões, ao passo que as exportações libanesas atingiram a cifra de US\$ 2 milhões, proporcionando ao Brasil um superávit de US\$ 301 milhões (cerca de 98,7% da corrente total de comércio).

Entre 2004 e 2011, as exportações brasileiras cresceram 339%. O total do intercâmbio bilateral mais do que triplicou no mesmo período, crescendo de US\$ 100 milhões em 2004 para US\$ 305 milhões em 2011. As exportações brasileiras para o Líbano continuam a ter pouca expressividade relativa na participação das exportações brasileiras para o Oriente Médio – representam não mais do que 2% do total.

Os principais produtos brasileiros exportados para Líbano são café não torrado (NCM 09011110), carnes desossadas de bovino (NCM 02013000) e gado vivo (NCM 01029000). O Líbano exporta principalmente “preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas” (NCM 20081900) e monofilamentos de plásticos (NCM 39169010). O Líbano é um dos principais compradores mundiais de alguns produtos brasileiros: segundo maior comprador de gado em pé, décimo maior comprador de carne bovina “in natura” e terceiro maior comprador de castanha de caju.

Segundo dados do Banco Central, os investimentos libaneses no Brasil (Investimento Estrangeiro Direto – IED) somaram US\$ 2,22 milhões em 2007, US\$ 3,49 milhões em 2008 e US\$ 0,7 milhão em 2009. O Banco Central não possui registro de investimentos diretos brasileiros no Líbano. Ao menos três empresas brasileiras, no entanto, estão presentes naquele país: a fabricante de sapatos Dumond, do grupo Paquetá, e os frigoríficos Sadia e Minerva, que mantêm representantes comerciais em Beirute. A Embaixada do Brasil em Beirute identificou os seguintes setores como promissores para investimentos brasileiros: energia elétrica, petróleo e gás (prospecção e exploração), construção civil e agroalimentar.

À luz das recentes descobertas de jazidas de hidrocarbonetos na Bacia do Levante, empresas brasileiras como a Petrobrás mostraram-se interessadas no setor de petróleo e gás libanês. Esteve em Beirute, em março de 2012, missão de alto nível da Petrobrás, com o objetivo de dar seguimento às análises de viabilidade técnico-econômica dos potenciais investimentos no mar territorial libanês. Recorde-se que a área onde

residiriam as jazidas de gás ainda está em litígio entre Líbano, Israel e Chipre.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, não há registro de crédito oficial brasileiro para tomador soberano do Líbano.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos e financiamentos oficiais entre o Brasil e o Líbano.

POLÍTICA INTERNA

Evolução histórica

Desde sua independência, em 1943, o Líbano reflete, no quadro político-institucional, a diversidade religiosa de sua população. No país, o sectarismo define não apenas a composição do Parlamento, mas também a indicação de seus principais mandatários: O Presidente da República deve ser cristão maronita, o Primeiro-Ministro, muçulmano sunita, e o Presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita.

Em razão da aplicação do critério confessional na definição dos principais cargos públicos libaneses, a apuração da efetiva composição demográfica do país é tema de extrema sensibilidade. Desde a independência, nenhum censo foi realizado no país — o mais recente data de 1932, quando a população libanesa, de acordo com o levantamento, era composta por 54% de cristãos (aproximadamente a metade deles constituída de maronitas) e 46% de muçulmanos (divididos, quase que igualmente, entre sunitas e xiitas, destacando-se, dentre as minorias, os drusos). Além do fator demográfico, a primazia dos maronitas no cenário econômico-social libanês, à época, foi elemento determinante para a concessão de privilégios aos cristãos na conformação do quadro político.

A subrepresentação da comunidade muçulmana na política interna foi uma das principais razões da eclosão da Guerra Civil libanesa — fruto, também, da desestabilização promovida pelo influxo ao Líbano de milhares de integrantes da OLP e de outros grupos palestinos, expulsos da Jordânia no episódio conhecido como “Setembro Negro” (1970). A Guerra assolou o país por 15 anos (1975 a 1990), opondo cristãos a muçulmanos e as facções internas de cada uma das confissões entre si.

Ao final da Guerra Civil, em 1989, os Acordos de Taef levaram à reestruturação do Estado libanês, mantendo, no entanto, o caráter confessional da política interna: a proporção entre cristãos e muçulmanos na Assembléia Nacional passou a ser paritária, extinguíram-se quotas confessionais em diversos órgãos do serviço público e reduziram-se os poderes do Presidente da República (cristão), em proveito das atribuições do Primeiro-Ministro e do Presidente da Assembléia Nacional (muçulmanos sunita e xiita, respectivamente). Previu-se, ainda, o desarmamento de todas as milícias libanesas — ditame que o Hezbollah, que assumia o protagonismo da representação xiita no Líbano, não respeitou, sob o argumento de que é uma “força de resistência” a Israel.

Especula-se que, hoje, cerca de dois terços da população libanesa professam o islamismo (a maioria pertenceria à vertente xiita), enquanto o terço restante professa o cristianismo, em diversos ritos (maronita, grego-ortodoxo, grego-católico, armênio-ortodoxo, armênio-católico). Dentre as minorias religiosas, a comunidade drusa merece menção. Ademais, vivem em território libanês na condição de refugiados aproximadamente 427 mil palestinos.

Antecedentes

Em setembro de 2004, o Parlamento libanês aprovou a adoção de emenda à Constituição, permitindo a continuidade de Emile Lahoud, político pró-sírio, na Presidência da República. Na ocasião, o então Primeiro-Ministro Rafiq Hariri desgastou-se enormemente opondo-se à iniciativa, o que levou a sua renúncia, no mês seguinte. Em fevereiro de 2005, o ex-Premiê foi assassinado, junto com 22 pessoas, em ataque perpetrado contra seu veículo.

O assassinato do ex-Primeiro-Ministro e as suspeitas de participação da Síria no atentado deram vazio a intensa comoção popular no Líbano. A chamada “Revolução do Cedro” culminou com a retirada das tropas sírias do país. Rafiq Hariri, muçulmano sunita e líder do Partido Futuro, era um dos políticos mais importantes do país e talvez o principal responsável pela estabilização do Líbano — foi um dos patrocinadores de Taef — e pela reconstrução de Beirute, a cargo da empresa Solidère, de sua propriedade.

Com o fim da presença síria no Líbano, houve um realinhamento das forças políticas em duas coalizões: a “8 de março” (favorável à Síria e próxima do Irã) e a “14 de março” (pró-ocidental e mais ligada à Arábia Saudita). A coalizão “14 de março”, liderada pelo Movimento Futuro, agremiação política de Saad Hariri (filho de Rafiq), saiu vitoriosa nas eleições legislativas de 2005. Após o resultado eleitoral, tiveram início manifestações políticas e populares em Beirute, capitaneadas pelo “8 de março”. Com o passar dos meses, houve acirramento da situação, gerando

o bloqueio da sucessão presidencial: o mandato de Émile Lahoud chegava ao fim em novembro de 2007. A situação conduziu o Líbano à iminência de nova guerra civil.

Por sua vez, o Hezbollah, membro da oposição no Conselho de Ministros, estava descontente com o papel que lhe cabia. Também contrariou o Partido de Deus a decisão do Governo de dismantelar sua rede de telecomunicações clandestina e de restringir o controle que exercia sobre o aeroporto de Beirute, com o apoio do Amal (também xiita) e do Movimento Patriótico Livre, do General Michel Aoun (cristão). O Hezbollah voltou suas armas em direção a Beirute, em maio de 2008, confrontando os governistas do Movimento Futuro (sunita) e do Partido Socialista Progressista (druso).

O Acordo de Doha de 21 de maio de 2008, assinado pelas principais facções libanesas, evitou que o dissenso político e os choques armados viessem a se converter em uma nova guerra civil. O acordo pode ser considerado uma vitória do Hezbollah, que demonstrou incontestável superioridade militar no curso das escaramuças armadas. O Partido de Deus conseguiu que a oposição obtivesse o chamado “terço de bloqueio” no Conselho de Ministros (11 das 30 cadeiras) além de manter suas armas, sua rede particular de comunicações e a ingerência sobre o aeroporto de Beirute. O Acordo de Doha permitiu, ademais, que o General Michel Sleiman, nome de consenso, assumisse a Presidência do Líbano.

As eleições legislativas de 2009 contemplaram nova vitória da coalizão “14 de Março”. Incumbido pelo Presidente Sleiman de formar o novo Governo do país, Saad Hariri encontrou grandes dificuldades para estabelecer um Governo de União Nacional que contemplasse também a oposição. Após meses de negociações, acordou-se que o Conselho de Ministro seria composto pela fórmula “15+10+5” (quinze Ministros do “14 de março”, dez Ministros do “8 de março” e cinco Ministros indicados pelo Presidente), chegando-se a um acordo entre os dois principais blocos políticos libaneses. Saad Hariri assumiu a Chefia de Governo do Líbano em novembro de 2009.

Cenário atual

Em janeiro de 2011, a renúncia de dez ministros da coalizão “8 de Março” e a do Ministro Adnan Sayyed Hussein, que havia sido nomeado pelo Presidente Michel Sleiman, levou à queda do Governo de Saad Hariri. Segundo a Constituição libanesa, uma das circunstâncias previstas para a dissolução do Governo ocorre quando mais de um terço do Conselho de Ministros afasta-se do cargo. A justificativa para as renúncias consistiu no trabalho do Tribunal Especial para o Líbano que, se especulava (com razão,

como seria confirmado meses depois), denunciaria indivíduos ligados ao Hezbollah pelo atentado que vitimou o Rafiq Hariri.

Em 25 de janeiro, após dois dias de consultas parlamentares, o Presidente Michel Sleiman designou o sunita Najib Mikati para formar novo Governo. O Primeiro-Ministro designado venceu por 68 votos a 60 a disputa contra Saad Hariri. O resultado das consultas representou um fortalecimento dos xiitas e de seus aliados do “8 de março”, em detrimento dos sunitas e do “14 de março”, alterando o jogo político libanês.

Após meses de difíceis negociações, foi anunciada, em 13 de junho de 2011, a composição do novo Gabinete, formado por trinta ministros, inclusive os nomes do Primeiro-Ministro e do Vice-Primeiro-Ministro. Como prevê a Constituição, muçulmanos e cristãos dividem, paritariamente, os ministérios.

O voto de confiança, concedido pela Assembleia Nacional em 7 de julho, e a aprovação da Declaração Ministerial foram obtidos após três dias de acaiorados debates, em que o Tribunal Especial para o Líbano (STL) figurou como principal tema.

PRINCIPAIS TEMAS DA POLÍTICA LIBANESA

Tribunal Especial para o Líbano

O Tribunal Especial para o Líbano (STL, na sigla em inglês) foi criado pela Resolução 1757 (2007) do CSNU, para investigar e processar, ao amparo da lei libanesa, os responsáveis pelo assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri. O Tribunal iniciou seus trabalhos em março de 2009. Em 30/6/2011, o STL expediu mandados de prisão de quatro acusados vinculadas ao Hezbollah. Embora crítico da atuação do STL e determinado a impedir a prisão dos indiciados (obrigação legal do Estado libanês), o Partido de Deus não tem tomado atitudes para desestabilizar o país.

O Tribunal teve seu mandato renovado por três anos, a partir de 1/3/2012, por troca de cartas entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente do Conselho de Segurança (documentos S/2012/101 e S/2012/102). Em princípio de março, foi também indicado um novo promotor, o canadense Norman Farrell.

Embora a habilidade política do Primeiro-Ministro Mikati tenha permitido a superação das mais recentes crises relativas ao Tribunal (como a dívida já saldada de US\$ 33 milhões do governo libanês), o tema é ainda potencialmente controverso e pode ser parte de novas crises políticas no Líbano.

Diálogo nacional

Em 2006, por iniciativa do Presidente do Parlamento libanês, Nabih Berri, instalou-se no país o chamado “Diálogo Nacional”, instância supra-parlamentar de discussão congregando representantes de todas as correntes políticas e confessionais do Líbano, com vistas a debater os principais temas do cenário político interno e externo do país.

O Diálogo Nacional teve grande relevo por se tratar da primeira oportunidade, desde a eclosão da guerra civil libanesa, em 1975, de reunião das principais forças políticas libanesas, em seu território, sem pressões ou tutelas externas. Em fevereiro de 2010, o Presidente Sleiman anunciou nova composição da mesa do fórum, ampliando de 14 para 19 o número de participantes.

Desarmamento e desmobilização das milícias

Trata-se de exigência reiterada pela Resolução 1701 (2006) e de difícil exequibilidade, diante das incertezas do quadro político doméstico e regional. Esse tema está sendo considerado no âmbito do Diálogo Nacional, tanto na sua vertente palestina, quanto na dos grupos libaneses.

No caso dos palestinos, os campos de refugiados, exceto o de Nahr el-Bared, operam como enclaves autônomos dentro do Líbano, fora da jurisdição libanesa e, conseqüentemente, fora do alcance do aparato de segurança do país. Reconhecendo suas limitações, o Diálogo Nacional propôs que seja vedado aos grupos palestinos portar armas fora dos campos e que, dentro deles, suas lideranças velem pelo controle do armamento em circulação, mantenham a ordem e a lei, assim como ajudem as autoridades libanesas no combate ao crime organizado e ao terrorismo.

No caso dos grupos político-religiosos, todos contam com milícias, com graus diferentes de treinamento e equipamento. O Governo libanês entende que o Hezbollah (cuja capacidade bélica supera a das Forças Armadas Libanesas) integra as “forças de resistência”, empenhadas em recuperar os territórios ocupados por Israel (as fazendas de Sheba’a e a parte norte do vilarejo de Ghajar).

O Diálogo Nacional está a braços com o desafio de articular uma política de defesa que abarque os três componentes responsáveis pela preservação da soberania, independência e integridade territorial do país (Forças Armadas, Resistência e População). As posições estão, entretanto, polarizadas, inviabilizando avanços na matéria: enquanto o “8 de março” defende a coexistência e coordenação entre o Exército e o Hezbollah, sem subordinação entre ambos, o “14 de março” advoga a integração do Hezbollah no Exército e sua subordinação ao Estado libanês.

Extensão da autoridade estatal sobre todo o território nacional

A busca da extensão da autoridade libanesa sobre seu território encontra-se em progresso, no ritmo possível. No Líbano, predominam o sectarismo e o regionalismo, em detrimento do Governo central. A lealdade dos indivíduos é devida mais aos respectivos grupos e poderes locais do que ao Estado propriamente dito, o que dificulta a extensão da autoridade estatal para além de presença de tropas do Exército no terreno.

As autoridades civis, policiais e militares estão-se firmando, gradualmente, por meio de um processo de amadurecimento da identidade libanesa. Finalmente, a ausência de demarcação da fronteira com Israel e Síria, além da presença dos campos de refugiados e das bases palestinas na zona contígua à Síria, gera áreas nebulosas para o exercício da soberania.

Os temas das Fazendas de Sheba'a (22km²) e da porção norte da cidade de Ghajar tornaram-se dois dos mais conhecidos microconflitos dos quais se alimenta a tensão entre Líbano, Síria e Israel, com implicações sobre a extensão da autoridade estatal libanesa. A avaliação geral é de que a chave para a superação das controvérsias reside em Damasco, já que a Síria teria argumentos históricos para reivindicar os territórios em disputa.

Definição de fronteiras reconhecidas internacionalmente

Existe boa base de documentação para determinar o traçado da fronteira de 79km entre Líbano e Israel. Contudo, o Governo libanês condiciona a demarcação no terreno à celebração de um acordo de paz, no contexto de um acordo geral de paz entre Israel e seus vizinhos. A negociação bilateral é descartada por Beirute, embora seja algo desejado por Israel e pelos EUA. A avaliação local é que a "Primavera Árabe" deverá levar ao poder Governos árabes mais próximos da aspiração popular hostil a Israel, isolando cada vez mais Governo israelense na região.

O traçado de fronteira entre Líbano e Síria (de 375km) é mais complexo. No seguimento do estabelecimento de relações diplomáticas em 2008, os Governos criaram uma Comissão bilateral, que ainda não se reuniu.

Refugiados palestinos

A questão dos refugiados palestinos em território libanês — muitos deles há mais de 60 anos — é um dos principais problemas da política interna libanesa. Destacam-se três grandes levadas de palestinos para o país: a) logo após a criação do Estado de Israel, em 1948; b) após a Guerra dos Seis Dias, em 1967; e c) na sequência da confrontação armada que opôs o Exército jordaniano às forças palestinas, associadas à OLP, em 1970 ("Setembro Negro"). Segundo dados da UNRWA (Agência das Nações

Unidas para Refugiados Palestinos), existem, atualmente, cerca de 427.000 refugiados palestinos no país, distribuídos em doze campos.

Embora não reconheça a existência de Israel, o Líbano não admite conceder sua nacionalidade aos refugiados palestinos. Essa política fundamenta-se em duas premissas: a) a de preservar o direito de retorno do povo palestino às áreas que ocupavam antes da criação de Israel, em 1948, e b) a de impedir que o grande contingente de refugiados palestinos (cerca de 10% dos habitantes do Líbano, na sua maioria muçulmanos sunitas) altere a composição demográfica libanesa, com graves reflexos para a divisão do poder.

Os campos de refugiados palestinos, que estiveram no centro de alguns dos principais embates da guerra civil libanesa (entre eles, Sabra e Chatila), permanecem como foco de constante tensão. Para o Governo libanês, afora a ameaça de instabilidade interna, a presença de palestinos agregaria elementos de tensão nas relações com Israel.

Os palestinos, especialmente os das facções radicais e a FPLP-CG, têm estado envolvidos em lançamentos de foguetes do sul do Líbano contra o norte de Israel. As retaliações israelenses dão-se na forma de tiros de artilharia e na manutenção de voos de reconhecimento, gerando acaloradas trocas de ameaças entre os dirigentes dos dois países. Tel Aviv está consciente de que as autoridades libanesas não abonam os ataques de foguetes, mas as considera responsáveis pelas ocorrências, por partirem de território libanês.

UNIFIL

A UNIFIL (“United Nations Interim Force in Lebanon”) foi estabelecida pela Resolução 425 (1978) do CSNU. Seu mandato original previa a) a certificação da retirada de tropas de Israel do território do Líbano; b) a assistência ao Governo libanês no exercício da autoridade estatal em todo o território sujeito a sua jurisdição; e c) a garantia da paz e da segurança no sul do Líbano.

A Resolução 1701 (2006), adotada após a campanha militar israelense contra o sul do Líbano, acrescentou ao mandato da Missão, entre outros aspectos, os de apoiar as Forças Armadas libanesas e auxiliar o Governo em matéria de segurança das fronteiras, com vistas a evitar o ingresso ilegal de armas ou materiais correlatos. O Conselho de Segurança também decidiu criar uma Força-Tarefa Marítima (MTF) como parte da UNIFIL, em atendimento a solicitação do Governo libanês.

Desde fevereiro de 2011, o Brasil comanda a MTF, primeiro com o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli e, desde fevereiro de 2012, com o Contra-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, acompanhados de oficiais e praças brasileiros. Em atenção a solicitação das Nações Unidas, a

Senhora Presidenta da República decidiu contribuir com fragata com helicóptero embarcado e até trezentos militares. O Congresso Nacional autorizou o envio. A fragata União atracou no porto de Beirute em 15 de novembro. Em 19 de maio, a União será substituída pela Liberal, como contribuição brasileira à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL.

Soma-se a esse reforço militar a relevância das atribuições conferidas ao comandante brasileiro da MTF como ponto focal para as discussões entre Líbano e Israel sobre suas fronteiras marítimas. O exercício tem por objetivo estabelecer “medidas de segurança marítima” que visam a evitar a ocorrência de episódios de tensão entre os dois países.

Atuação libanesa no CSNU

O Líbano foi membro eletivo do Conselho de Segurança no biênio 2010-2011. Em fevereiro de 2011, a delegação libanesa reapresentou projeto de resolução, que havia sido circulado em dezembro de 2010, condenando a expansão dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados após a guerra de 1967. O texto, que contou com o co-patrocinio brasileiro, recebeu voto favorável de 14 dos 15 membros do CSNU, mas foi vetado pelos EUA.

O Líbano ocupou a presidência do CSNU em setembro de 2011, mês em que a Palestina apresentou seu pedido de admissão como membro das Nações Unidas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa libanesa norteia-se a) pela necessidade de manutenção do equilíbrio entre os agrupamentos religiosos que compõem o espectro político nacional e b) por constrangimentos regionais, que colocam o país na encruzilhada de interesses de forças político-militares importantes e antagônicas no Oriente Médio: Síria e Israel.

A atuação exterior de Beirute baseia-se, principalmente, a) no esforço de acomodação, no plano regional, de interesses frequentemente em contradição ao papel hegemônico que a Síria tradicionalmente busca desempenhar; b) na potencial fonte de conflito que representa a presença de mais de 427 mil refugiados palestinos, tanto por ameaçar o delicado equilíbrio confessional, quanto por atrair a indesejada atenção de Israel sobre o país; e c) na resistência oferecida pelo Hezbollah a Israel, que ocupa, ainda, a parte norte da vila de Ghajar e as Fazendas de Sheba'a (estas últimas reclamadas pelo Líbano).

O papel hegemônico da Síria

As atuais fronteiras do território libanês correspondem a uma estreita faixa litorânea, onde se localizam as principais cidades, e duas cadeias montanhosas, no meio das quais está o Vale do Bekaa.

Após a Primeira Guerra Mundial, um Reino Árabe da Síria foi criado sob o comando de Damasco (1920) e, ainda que tenha durado pouco mais de quatro meses, destacou-se como o primeiro Estado árabe moderno. A ideologia pan-arabista, que deitaria profundas raízes ao longo do século XX, espelha-se, em grande medida, nessa experiência pan-levantina do entreguerras. A constituição dos mandatos francês e britânico pôs fim, entretanto, às aspirações maximalistas de uma Grande Síria.

Sob o mandato francês (1920-1946), os territórios que hoje correspondem a Líbano, Síria e à província turca de Hatay foram divididos em seis unidades administrativas. Três delas foram largamente baseadas em divisões confessionais: Estado do Grande Líbano, majoritariamente cristão; Estado Alauíta e Estado Jabal Druz, druso. As demais (Estado de Aleppo, Estado de Damasco e “sanjak” de Alexandretta) eram religiosamente mais fragmentadas: embora habitadas majoritariamente por sunitas, incluíam importantes comunidades cristãs e judaicas, além de minorias curdas, armênias e assírias.

A formação territorial libanesa ocorreu, portanto, em paralelo ao estabelecimento de um Estado sírio que, em sua gestação durante o mandato francês, absorveu as demais divisões administrativas, sob a hegemonia de Damasco. Apenas o “Grande Líbano”, transformado em República Libanesa em 1943, logrou manter sua integridade territorial após a retirada das tropas francesas três anos depois, forjando sua identidade nacional separadamente à do vizinho sírio. No entanto, Damasco sempre considerou os Estados levantinos territórios perdidos em razão da ingerência internacional. Tal percepção aprofundar-se-ia com a assunção do regime ba’athista em Damasco (1963), de cunho pan-árabe.

Em 1976, um ano após a deflagração da guerra civil libanesa, tropas sírias intervieram no Líbano, alegadamente para restabelecer a paz no país. Os Acordos de Taef (1989), que permitiram o fim do confronto, conferiram à Síria o papel de garantidora da estabilidade libanesa. O regime sírio, que manteria suas tropas em território libanês por mais quinze anos, chegava ao auge de sua ingerência sobre o Líbano.

Em 2005, a alegada participação de Damasco no assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri, um dos principais responsáveis pela reconstrução de Beirute e opôsitor da presença síria no país, deflagrou a “Revolução do Cedro”. Intensas manifestações populares clamavam pela retirada das tropas sírias, já estipulada pela Resolução 1559 (2004) do

CSNU. A pressão internacional e o clamor popular levaram Damasco a retirar seus militares do país vizinho.

A saída das tropas não encerrou, contudo, a influência de Damasco sobre a política libanesa. Os integrantes da coalizão “8 de março”, composta, principalmente, pelos grupos xiitas Hezbollah e Amal, atualmente no poder, opunham-se à saída do Exército sírio e são tradicionais defensores do alinhamento entre os dois países.

Cabe destacar que Líbano e Síria estabeleceram relações diplomáticas apenas em 2008, com troca de Embaixadores no ano seguinte.

Posição libanesa em relação à crise síria

Com a eclosão da crise no país vizinho, o risco de a deterioração do quadro político resultar em catástrofe humanitária com perseguições sectárias tem levado todos os grupos libaneses a se posicionarem de forma cautelosa, quando não abertamente favorável à manutenção do regime ba'athista em Damasco.

A presença do Líbano no Conselho de Segurança no biênio 2010-11 coincidiu com a eclosão da “Primavera Árabe”. Sua atuação no tratamento da questão síria tem-se caracterizado por posições moderadas, que, ao mesmo tempo, reconhecem a gravidade da crise no país e traduzem o receio de que um ativismo internacional desmesurado leve ao transbordamento da instabilidade até o Líbano. Seu posicionamento tem-se aproximado ao dos países BRICS no tratamento da crise política de Damasco.

Em 4 de outubro de 2011, sessão do CSNU considerou projeto de resolução de autoria europeia sobre a Síria (Líbano e Brasil se abstiveram, China e Rússia votaram contra). Nas votações da Liga dos Estados Árabes (LEA) sobre a crise síria, o Líbano tem votado contra medidas críticas ao Governo de Bashar El-Assad ou se absterido.

O influxo de refugiados sírios preocupa particularmente o Líbano, dadas suas potenciais repercussões políticas e econômicas. Calcula-se em cerca de 20 mil o número de sírios que pediram refúgio no Líbano, distribuídos principalmente no norte do país e no Vale do Bekaa. Os refugiados podem contribuir para desestabilizar o quadro político libanês, e já houve atritos na fronteira. Ademais, representam um ônus considerável para o Governo do Líbano.

A questão palestina e a ocupação israelense

A criação do Estado de Israel, em 1948, teve reflexos diretos na sociedade libanesa, em razão do intenso fluxo de refugiados palestinos que ocorreu ao Líbano, intensificado em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, e

em 1970, na esteira do “Setembro Negro”, na Jordânia. Uma das principais preocupações das autoridades libanesas é de que a solução do conflito israelo-palestino seja realizada “às custas do Líbano”, ao se contemplar, eventualmente, a alocação definitiva dos refugiados em território libanês, o que ameaçaria o delicado equilíbrio confessional no país.

A utilização do território libanês por milícias palestinas como base de ataques contra o norte de Israel deu azo à invasão israelense em 1982. A ocupação logrou expulsar a OLP, então sediada em Beirute, e travou combates contra forças sírias estacionadas no país. Na ocasião, teve lugar o massacre de Sabra e Shatila, campos de refugiados palestinos invadidos por milícias cristãs, enquanto estavam cercados por Israel. Tropas israelenses permaneceram estacionadas no sul do Líbano (do rio Litani até a fronteira entre os dois países, onde estabeleceu “zona de segurança”), até 2000. A ocupação fomentou o surgimento de grupos paramilitares de resistência ao longo dos anos 1980, inclusive o Hezbollah, principal agremiação política da atualidade.

O Partido de Deus foi o único grupo paramilitar não palestino abertamente autorizado a reter suas armas após os Acordos de Taef, sob o argumento de opor resistência à ocupação israelense. A vertente militar do Hezbollah é considerada uma das principais preocupações de Israel.

Em julho de 2006, após a intensificação do lançamento de mísseis pelo Hezbollah contra cidades do norte de Israel e na sequência de ataque lançado contra comboio israelense, Tel Aviv lançou ofensiva militar contra o Líbano, causando milhares de mortes e a destruição da infraestrutura de cidades na região meridional do país. O conflito foi encerrado com a adoção da Resolução 1701 (2006) do CSNU, que ampliou a ação da UNIFIL no sul do Líbano.

Mesmo após o anúncio da retirada total de suas tropas do Líbano (2000), Israel segue ocupando as Fazendas de Sheba’a, território internacionalmente atribuído à Síria, mas que, em razão da falta de delimitação da fronteira sírio-libanesa, pode ser eventualmente considerado libanês. A manutenção de sua presença também na parte norte do vilarejo de Ghajar constitui violação à Resolução 1701 (2006), por envolver a ocupação de área do lado libanês da “Linha Azul”. Cabe notar que os habitantes do vilarejo são muçulmanos alaúitas e preferiam permanecer israelenses ou, alternativamente, tornar-se sírios.

Em 2007, novo conflito envolvendo refugiados palestinos eclodiu no Líbano. A atuação do grupo “Fatah Al-Islam” no campo de Nahr El-Bared levou à intervenção do Exército libanês, que não pôde manter o compromisso de não ingressar nos campos de refugiados.

O protagonismo iraniano

Teerã admite apenas prestar “apoio político e espiritual” ao Hezbollah. O Irã estaria envolvido na retomada das obras assistenciais do Hezbollah no Líbano, financiando, especialmente, a reconstrução de escolas, mesquitas e hospitais mantidos pelo Partido no sul do país. Há suspeitas, no entanto, de que o Irã se utilizaria de conexão síria para enviar armamento e transportar consultores militares para o Sul do Líbano. Cogita-se que tal apoio constituiria elemento fundamental da política iraniana em relação ao Líbano.

O alegado apoio prestado por Teerã constituiria um dos principais fatores para contribuir com o fortalecimento bélico, financeiro e político do Partido de Deus no Líbano. A oposição que o Hezbollah faz a Israel e, indiretamente, à Arábia Saudita, coincide com os interesses regionais iranianos:

O contraponto saudita

Nas últimas duas décadas — especialmente desde os Acordos de Taef —, a Arábia Saudita tem participado ativamente das tentativas de estabilização política do Líbano. Essa atuação responde, em linhas gerais, ao interesse saudita de elevar seu protagonismo regional, do qual também é exemplo a “Iniciativa Árabe de Paz” para o conflito israelo-palestino, e de ampliar a influência sunita no Oriente Médio, em detrimento do protagonismo iraniano.

Riade empenhou-se ativamente na busca de uma solução para a guerra civil no Líbano e patrocinou o Acordo de Taef, tornando-se, assim, subscritora do papel da Síria na garantia da segurança libanesa. Em 2005, o assassinato de Rafiq Hariri — com quem a Arábia Saudita mantinha fortes laços econômicos, financeiros e políticos — abalou, de início, a influência saudita sobre o Líbano. Em um segundo momento o episódio determinou a retirada das tropas sírias do país, constituindo uma janela de oportunidade para que o Governo saudita recuperasse seu prestígio em Beirute.

Em julho de 2006, a Arábia Saudita foi o único país árabe a criticar publicamente a ação do Hezbollah contra Israel, ao passo que a Síria declarou apoio aos ataques realizados pelo grupo. Encerradas as confrontações militares, Riade destinou US\$ 500 milhões para a reconstrução do Líbano e US\$ 1 bilhão ao Banco Central libanês para apoiar a economia da nação.

A NEXOS**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

1920 – Conferência de San Remo confere à França mandato sobre a Síria e o Líbano.
1926 – Promulgada a Constituição libanesa.
1936 – Assinado o Tratado de Independência do Líbano.
1943 – Parlamento libanês estipula o fim do mandato francês e firma o Pacto Nacional, acordo de divisão de poder entre cristãos e muçulmanos.
1948 – Líbano participa da coalizão árabe na Guerra de Independência de Israel.
1949 – Assinado armistício com Israel.
1958 – Conflito armado interno e intervenção americana.
1968 – Comandos palestinos entram no Líbano; Israel ataca o aeroporto de Beirute.
1969 – Forças de segurança abrem fogo contra manifestantes favoráveis à OLP.
1969 – Assinado o Acordo do Cairo entre o Governo libanês e a OLP.
1970 – Refugiados palestinos migram para o país, após o Setembro Negro na Jordânia.
1973 – Eclodem conflitos entre o Exército libanês e fedayin palestinos.
1975 – Hafez Assad visita o Líbano e oferece apoio sírio em caso de agressão israelense.
1975 – Tem início a Guerra Civil Libanesa.
1976 – Tropas sírias entram no Líbano.
1977 – Líder druso Kamal Jumblatt é assassinado.
1978 – Israel invade o sul do Líbano e estabelece “zona tampão” na região.
1978 – Criada a UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas para o Líbano; seu mandato seria modificado em 1982, 1990 e 2006.
1982 – Tropas israelenses chegam à periferia de Beirute.
1982 – Assassinado o Presidente eleito, Bashir Gemayel.
1982 – Massacres de Sabra e Shatila.
1990 – Acordo de Taef e fim da Guerra Civil – Reestruturação do sistema de divisão de poder no Líbano, em substituição ao Pacto Nacional de 1943.
1990 – Liga Árabe legitima presença militar síria no Líbano.
2000 – Israel retira suas tropas do sul do Líbano.
2004 – Aprovada a Resolução 1554 do CSNU, pedindo a retirada de todas

as forças estrangeiras do Líbano.
2005 – Assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafik Hariri.
2005 – Revolução dos Cedros e retirada de tropas sírias do Líbano.
2005 – Primeiras eleições legislativas pós-Guerra Civil sem ocupação estrangeira – Eleição do atual Premiê Rafik Hariri.
2006 – Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbolah, ataque israelense ao Líbano que durou 34 dias e em que morreram cerca de 1200 libaneses.
2006 – Resolução 1701 do CSNU põe fim ao conflito e o exército libanês, pela primeira vez em décadas, estaciona suas tropas em todo o país.
2007 – Conflito entre as Forças Armadas Libanesas e o grupo palestino extremista Fatah al-Islam, no campo de refugiados Nahr al-Bared.
2007 – Fim do mandato do presidente Emile Lahoud e impasse na escolha de seu sucessor, que gera meses de crise política.
2008 – Eleição do General Michael Sleiman em maio e formação de Governo de União Nacional em Junho, possibilitada pelos Acordos de Doha.
2009 – Eleições legislativas dão nova vitória ao grupo liderado por Saad Hariri.
2009 – Toma posse Governo de União Nacional.
2011 – Queda do Gabinete de Saad Hariri
2011 – Formação do Gabinete de Najib Mikati

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876 – Visita de D. Pedro II ao atual Líbano, então parte do Império Otomano;
1880 (c.) – Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos;
1930 – Abertura do Consulado do Brasil em Beirute;
1937 – O Consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral;
1945 – Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano;
1946 – O Consulado-Geral do Brasil passa a Legação;
1954 – Visita oficial do Presidente da República Libanesa , Sr. Camille Chamoun, ao Brasil;
1954 – Abertura de Embaixada libanesa no Rio de Janeiro;
1954 – Abertura de Embaixada brasileira em Beirute;
1961 – Transferência da Embaixada libanesa para Brasília;
1961 – Abertura do Consulado Honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994;

1975 – Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, dessa feita com grande participação de muçulmanos;
1995 – Visita oficial do então Primeiro Ministro libanês ao Brasil, Sr. Rafik Hariri;
1996 – Visita ao Brasil do então Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Sr. Nabih Berry;
1997 – Visita oficial do então Presidente da República libanesa, Sr. Elias Hraoui, ao Brasil;
1997 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luis Felipe Lampreia, ao Líbano;
2003 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano;
2003 – Visita oficial do então Primeiro Ministro libanês, de Rafik Hariri, ao Brasil;
2005 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano;
2005 – Visita oficial do Primeiro Ministro libanês, Najib Migati, ao Brasil;
2006 – Abertura do Consulado-Geral do Brasil em Beirute;
2006 – Visita do então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad;
2006 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbolah;
2009 – Visita do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, com Deputados Federais Jorge Tadeu Mudalem e Jorge Maluly Filho;
2009 – Visita do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto;
2009 – Visita do então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro César Asfor Rocha;
2009 – Visita do então Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa;
2010 – Visita de Estado do Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman;
2011 – Viagem do Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011 – Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012 – Visita do Ministro da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano

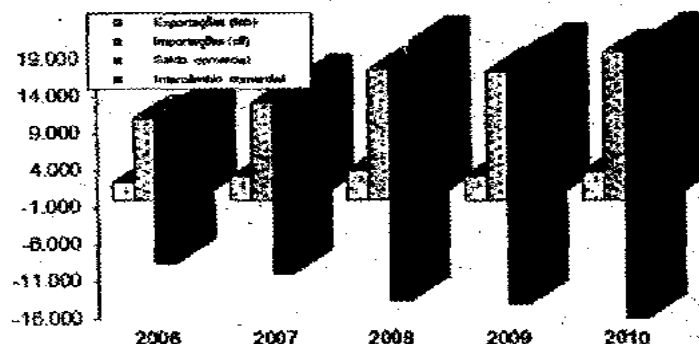
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	12/5/1954	16/1/1957	D.O.U. de 21/3/1957
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.	4/2/1997	3/11/2002	D.O.U. 226, de 22/11/2002
Acordo sobre Serviços Aéreos.	4/2/1997	3/3/1998	D.O.U. 77, de 24/4/1998
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins.	4/12/2003	31/3/2008	D.O.U. 51, de 14/3/2008
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	4/12/2003	16/05/2006	D.O.U. 173, de 06/07/2006
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	4/12/2003	02/04/2006	D.O.U. 66, de 04/04/2006
Acordo sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	4/10/2002	Decreto Legislativo 48/2006. Aguarda nota libanesa.	
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	4/10/2002	1/11/2011	Decreto Legislativo 266/2008. Notificação pelo Líbano em 12/09/2011. Aguarda promulgação.
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal	4/10/2002	Decreto Legislativo 50/2006. Aguarda nota libanesa.	
Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Líbano	4/10/2002	Decreto Legislativo 348/2008. Aguarda nota libanesa.	

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

LÍBANO: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

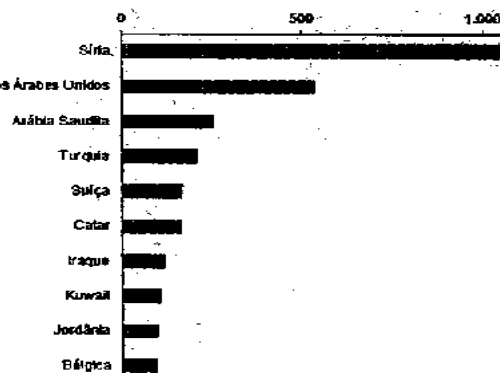
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Exportações (fob)	2.487	3.286	4.029	3.313	3.947	3.468
Importações (cif)	10.930	13.110	17.485	17.244	19.777	19.353
Saldo comercial	-8.443	-9.844	-13.458	-13.931	-15.830	-12.885
Intercâmbio comercial	13.417	16.376	21.514	20.557	23.724	19.821



O comércio exterior do Líbano apresentou, em 2010, variação de 77% em relação a 2006, passando de US\$ 13 bilhões para US\$ 24 bilhões. No ranking do FMI o Líbano figurou como o 81º mercado mundial, sendo o 75º principal exportador e o 110º importador.

LÍBANO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ milhões

Descrição	2010	no total	2011 (jan-set)	no total
Síria	1.068	27,1%	870	25,1%
Emirados Árabes Unidos	537	13,6%	453	13,4%
Arábia Saudita	255	6,5%	216	6,2%
Turquia	208	5,3%	206	5,9%
Suíça	167	4,2%	157	4,5%
Catar	165	4,2%	142	4,1%
Iraque	119	3,0%	102	2,9%
Kuwait	109	2,8%	93	2,7%
Jordânia	98	2,5%	68	2,0%
Bélgica	93	2,4%	104	3,0%
...				
Brasil	2	0,04%	1	0,0%
Subtotal	2.821	71,5%	2.422	69,8%
Outros países	1.126	28,5%	1.046	30,2%
Total	3.947	100,0%	3.468	100,0%

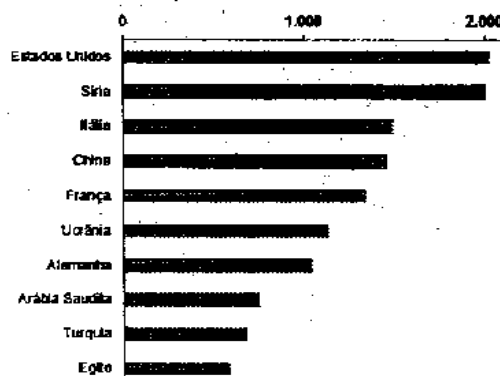


As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos da região: Síria, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Turquia. Esses países, somados, absorveram 52% da oferta libanesa em 2010. O Brasil obteve o 72º lugar entre os mercados de destino de 2010, participando com 0,04% do total.

LÍBANO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	2.024	10,2%	1.495	9,1%
Síria	2.008	10,2%	1.774	10,8%
Itália	1.491	7,5%	1.397	8,5%
China	1.458	7,4%	1.185	7,3%
França	1.345	6,8%	1.315	8,0%
Ucrânia	1.137	5,7%	924	5,7%
Alemanha	1.046	5,3%	785	4,7%
Arábia Saudita	751	3,8%	705	4,3%
Turquia	680	3,4%	556	3,4%
Egito	582	2,9%	488	3,0%
...				
Brasil	268	1,4%	249	1,5%
Subtotal	12.789	64,7%	10.855	66,4%
Outros países	6.988	35,3%	5.498	33,6%
Total	19.777	100,0%	16.353	100,0%

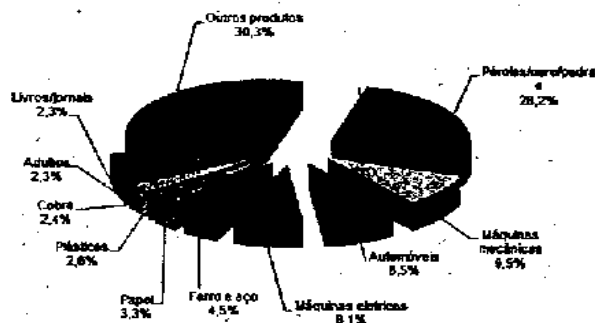


Percentual representativo das compras do país é originário dos vizinhos, mas Estados Unidos, Itália, China, França e Alemanha são também importantes compradores. Em 2010 os principais compradores dos produtos do Líbano foram: Estados Unidos (10%); Síria (10%); Itália (8%); China (7%); e França (7%). O Brasil posicionou no 18º lugar, com 1,4% da demanda libanesa.

LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

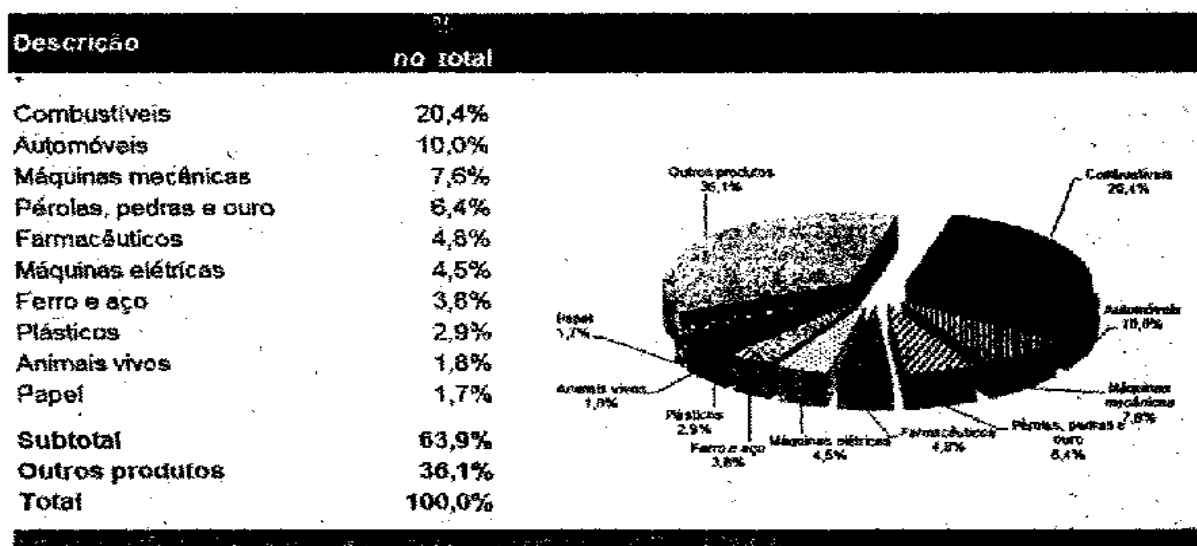
Descrição	% no total
Pérolas/ouro/pedras	26,2%
Máquinas mecânicas	9,5%
Automóveis	8,5%
Máquinas elétricas	8,1%
Ferro e aço	4,5%
Papel	3,3%
Plásticos	2,6%
Cobre	2,4%
Adubos	2,3%
Livros/jornais	2,3%
Subtotal	69,7%
Outros produtos	30,3%
Total	100,0%



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: pérolas/ouro/pedras (29%); máquinas mecânicas (10%); automóveis (9%); máquinas elétricas (8%); ferro e aço (5%). Esses itens em conjunto somaram 57% da pauta em 2010.

LIBANO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %



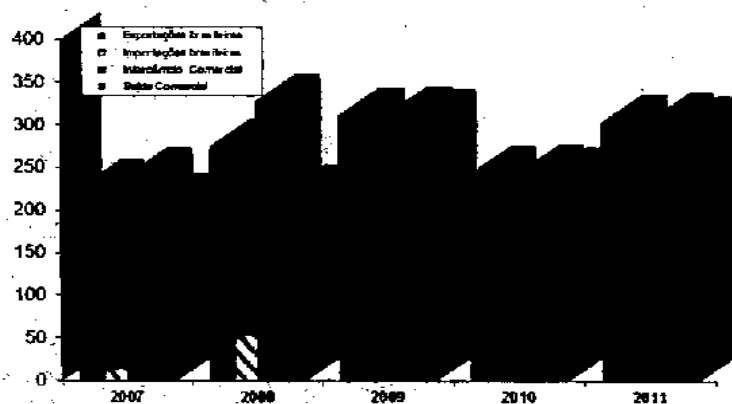
Os principais produtos importados por Líbano em 2010 foram: combustíveis (20%); automóveis (10%); máquinas mecânicas (8%); pérolas/ouro/pedras (6%) e farmacêuticos (5%).

BRASIL-LIBANO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan)	2012 (jan)
Exportações brasileiras	226	274	311	243	303	21	23
Variação em relação ao ano anterior	26,6%	21,2%	13,4%	-21,7%	24,6%	23,8%	9,6%
Importações brasileiras	15	54	1	2	2	0,1	0,1
Variação em relação ao ano anterior	120,9%	281,5%	-97,4%	14,3%	26,1%	-93,1%	-0,9%
Intercâmbio Comercial	241	327	312	245	305	21	23
Variação em relação ao ano anterior	30,0%	35,9%	-4,7%	-21,5%	24,6%	13,6%	9,6%
Saldo Comercial	211	220	309	242	301	21	23

Líbano foi o 81º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 27%, passando de US\$ 241 milhões, para US\$ 305 milhões, sendo 34% nas exportações. Nas importações houve um declínio de 86%. A participação do Líbano no comércio exterior brasileiro foi de 0,06% em 2011.

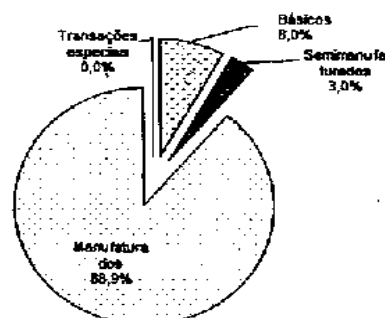
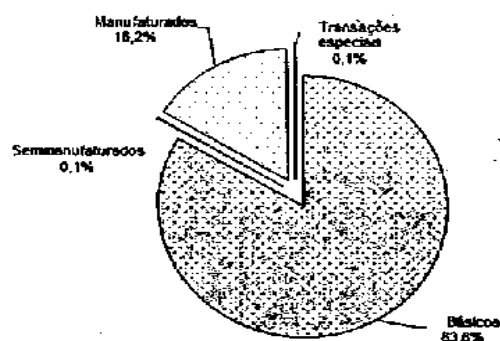


BRASIL-LÍBANO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	253,4	83,6%	0,16	8,0%
Semimanufaturados	0,4	0,1%	0,06	3,0%
Manufaturados	49,1	16,2%	1,79	88,9%
Transações especiais	0,3	0,1%	0,00	0,0%
Total	303,2	100,0%	2,02	100,0%

Fonte: Sistema SISTR, PRF, 2.º semestre 2011, dados em US\$ milhões.

As exportações brasileiras para o Líbano são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 84% das vendas em 2011, com destaque para carnes e animais vivos. Em seguida estão os bens manufaturados, com 16%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 89% do total em 2011.



BRASIL-LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Líbano - 2011
			Valor	% no total	
Carnes	118	116	108	35,7%	
Animais vivos	75	21	72	23,7%	
Café/chá	38	52	61	20,1%	
Açúcar	9	3	14	4,7%	
Frutas	9	11	8	2,0%	
Outs prod origem animal	2	1	6	1,9%	
Máquinas mecânicas	1	2	4	1,3%	
Calçados	2	3	4	1,4%	
Preps aliment. diversas	3	3	4	1,2%	
Preps carne	5	4	3	1,1%	
Subtotal	261	216	283	93,2%	
Outros produtos	50	27	21	6,8%	
Total	311	243	303	100,0%	

Carne bovina, animais e café/chá são os principais itens brasileiros exportados para o Líbano, juntos somaram 80% da pauta. Em seguida destacaram-se: açúcar (5%); frutas (2%); outros produtos animal.

BRASIL-LIBANO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Líbano 2011
			valor	no total	
Preps hortícolas/frutas	0,2	0,4	0,7	32,7%	0,7
Plásticos	0,6	0,5	0,4	19,8%	0,4
Máquinas mecânicas	0,1	0,1	0,2	10,7%	0,2
Bebidas	0,0	0,2	0,1	7,0%	0,1
Preps alimentícias	0,1	0,1	0,1	3,3%	0,1
Outros artefatos têxteis	0,0	0,0	0,1	3,2%	0,1
Frutas	0,0	0,1	0,1	2,8%	0,1
Gorduras	0,0	0,1	0,0	2,3%	0,0
Subtotal	1,0	1,3	1,7	81,8%	1,7
Outros produtos	0,4	0,3	0,4	18,2%	0,4
Total	1,4	1,6	2,0	100,0%	2,0

As importações brasileiras originárias do Líbano apresentaram alto grau de concentração nas preparações de produtos hortícolas e frutas, plásticos e máquinas mecânicas somaram 54% da pauta. Na sequência estão bebidas (7%); preparações alimentícias (3%); outros artefatos têxteis (3%); frutas (3%) e gorduras (2%).

BRASIL-LIBANO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan)	2012 (jan)		Exportações brasileiras para LIBANO em 2012 (jan)
		Valor	no total	
Exportações				
Carnes	5,5	5,8	25,4%	5,8
Café/Chá	5,2	5,7	25,0%	5,7
Açúcar	0,1	5,0	21,9%	5,0
Máquinas mecânicas	0,1	2,8	12,3%	2,8
Calçados	0,8	0,7	3,1%	0,7
Frutas	0,7	0,6	2,8%	0,6
Outs prod origem animal	0,2	0,8	2,7%	0,8
Fumo	0,0	0,3	1,3%	0,3
Máquinas elétricos	0,0	0,3	1,2%	0,3
Plásticos	0,1	0,2	0,9%	0,2
Subtotal	13	22	96,7%	22
Outros produtos	8	1	3,3%	1
Total	21	23	100,0%	23
Importações				
Preps produtos hortícolas	0,0	0,1	54,1%	0,1
Bebidas	0,1	0,0	24,8%	0,0
Outros artef. têxteis	0,0	0,0	17,4%	0,0
Subtotal	0,2	0,1	98,3%	0,1
Outros produtos	0,0	0,0	3,7%	0,0
Total	0,1	0,1	100,0%	0,1

Aviso nº 714 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

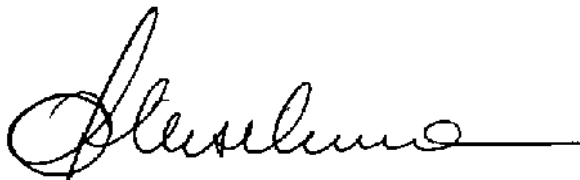
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

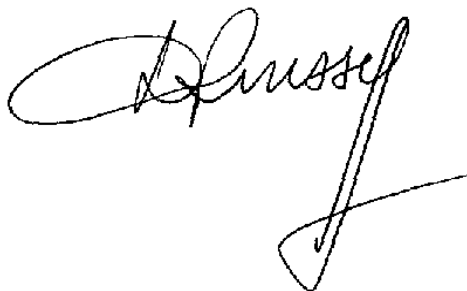
MENSAGEM
Nº 70, DE 2012
(nº 368/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Os méritos da Senhora Ana Maria Sampaio Fernandes que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



EM nº 00223/2012 MRE

Brasília, 25 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00223 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES

CPF.: 43294278772

ID.: 7292 MRE

1949 Filha de Octavio José Fernandes e Maria Aparecida Sampaio Fernandes, nasce em 24 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Letras, Português e Francês, pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1981 CAD, IRBr
2003 CAE, IRBr, Cooperação Fronteiriça. Aspectos Institucionais. Os Comitês de Fronteira

Cargos:

1977 Terceira-Secretária
1980 Segunda-Secretária
1986 Primeira-Secretária
1993 Conselheira
2004 Ministra de Segunda Classe

Funções:

1977 Divisão de América Meridional I, assistente
1979 Divisão de Informação Comercial, assistente
1983 Missão Junto à ONU, Nova York, Segunda-Secretária
1986 Embaixada em Santiago, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Coordenadora-Executiva, substituta
1992 Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos, assessora
1992 Divisão de Organismos Econômicos, Chefe, substituta
1993 Embaixada em Washington, Conselheira
1997 Embaixada em Montevidéu, Conselheira
2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Chefe
2004 Embaixada em Londres, Ministra-Conselheira
2008 Embaixada em Nairobi, Embaixadora

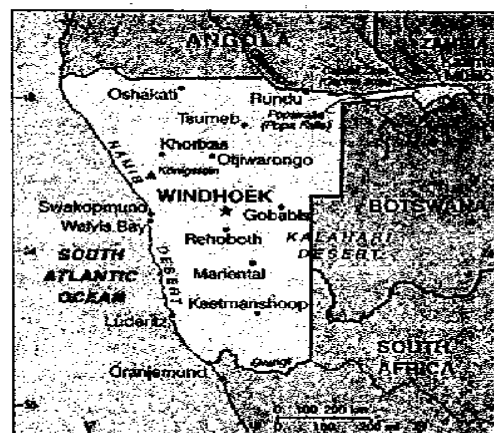
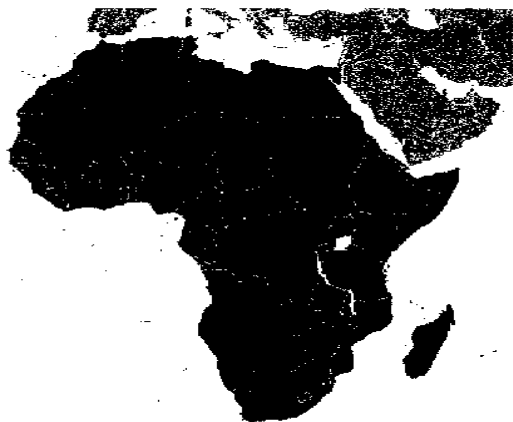
Condecorações:

1980	Orden del Águila Asteca, México, Insignia
1980	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Cavaleiro
1980	Orden de Mayo, Argentina, Gran Maestre
1987	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1993	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1997	Medalha do Pacificador, Brasil
2001	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003	Ordem de Rio Branco, Comendador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA NAMÍBIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	
PERFIS BIOGRÁFICOS	
RELAÇÕES BILATERAIS	
COMÉRCIO BILATERAL	
INVESTIMENTOS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	
COOPERAÇÃO NAVAL	
OUTROS TEMAS DE COOPERAÇÃO	
ASSUNTOS CONSULARES	
POLÍTICA INTERNA.....	
ECONOMIA	
POLÍTICA EXTERNA.....	
ANEXOS	
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PAÍS	
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
ACORDOS BILATERAIS	
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS.....	

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA (2010 – BM):	823.290 km ² (aproximadamente a soma das áreas de São Paulo e da região Sul do Brasil)
POPULAÇÃO (est. 2010 – BM):	2,283 milhões (aproximadamente a população do Estado de Sergipe)
IDIOMAS:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (oshiwambo, herero, nama, etc)
RELIGIÕES:	Luteranismo (50%); outras denominações cristãs (35%); religiões tradicionais africanas (15%)
SISTEMA POLÍTICO:	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Hifikepunye Pohamba (desde mar/2005)
CHEFE DE GOVERNO:	Nahas Angula (desde mar/2005)
CHANCELER:	Utoni Daniel Nujoma (desde mar/2010)
EMBAIXADOR EM WINDHOEK:	José Vicente Lessa (desde jun/2009)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Lineekela Mboti (desde nov/2010)
PIB (est. 2010 – BM):	US\$ 12,17 bilhões
PIB per capita (est. 2010 – BM):	US\$ 5.330,00
PIB PPP (est. 2010 – BM):	US\$ 14,78 bilhões
PIB PPP per capita (est. 2010 – BM):	US\$ 6.474,00
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar namibiano
IDH (2011 – PNUD):	0,625 (120º de 187 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011 – PNUD):	62,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011 – PNUD):	88,5%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	115 cidadãos

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL – NAMÍBIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	3,79	10,08	11,55	12,89	12,75	16,60	23,05	52,41	19,65	25,63
Exportações	3,79	9,92	11,46	12,87	12,64	16,53	22,98	52,41	19,43	24,37
Importações	-	0,15	0,08	0,02	0,11	0,07	0,07	-	0,21	1,26
Saldo	3,79	9,76	11,37	12,85	12,53	16,46	22,92	52,41	19,21	23,10

PERCURSOS BIOGRÁFICOS**Hifikepunye Lucas Pohamba**
Presidente

Nasceu em 18 de agosto de 1935. Em 1960, participou da fundação da SWAPO. Exilado e preso, acabou retornando com Sam Nujoma à Namíbia em 1966. De 1977 a 1989 foi Secretário de Finanças da *South Western Africa People's Organization* (SWAPO) e chefe das operações do grupo em Luanda (1982-89). Desde a independência, ocupou diversos postos ministeriais. Em 1997, foi eleito Secretário-Geral da SWAPO e, em 2002, com o apoio de Sam Nujoma, foi eleito vice-presidente da SWAPO. Foi eleito Presidente da República em 2004, com 76,4%. Em 2009, foi reeleito com 75% dos votos, para mandato até 2014.

Nahas Angula
Primeiro-Ministro

Nascido em 22 de agosto de 1943 em Onyaanya, Nahas Angula formou-se em Educação na Universidade da Zâmbia e realizou estudos de pós-graduação na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e na Universidade de Manchester, no Reino Unido. É membro de diversas associações de pesquisadores nas áreas de educação e promoção do desenvolvimento e da paz.

Nahas Angula tem tido atuação de destaque na vida política da Namíbia: liderou a delegação de oficiais do *People's Liberation Army of Namibia* (PLAN) responsável pela negociação do acordo de cessar-fogo entre a *South Western Africa People's Organization* (SWAPO) e a África do Sul, em 1989 e, como membro da Assembleia Constituinte, participou da elaboração da Constituição do país. Angula foi também um dos três nomes cogitados para ocupar a posição de candidato presidencial da SWAPO nas eleições de 2004.

Angula é o terceiro Primeiro-Ministro namibiano desde a independência do país, e o primeiro desde a assunção do Presidente Hifikepunye Pohamba, em março de 2005. Antes de assumir o cargo, foi Ministro da Educação da Namíbia e, sob os auspícios da ONU, foi Secretário para Educação e Cultura em Luanda, em 1981.

Utoni Daniel Nujoma
Ministro das Relações Exteriores

Filho mais velho do aclamado "fundador da pátria", Sam Nujoma, Utoni Daniel nasceu em 9 de setembro de 1952. Entre 1974 e 1987, foi combatente do *People's Liberation Army of Namibia*. De 1987 a 1991, Utoni Nujoma estudou Direito no Reino Unido e na Suécia. De volta à Namíbia, serviu no Ministério da Justiça. Emergiu como um dos mais votados em 2004 para a Assembleia Nacional e foi designado vice-ministro da Justiça. Os principais temas de interesse de Utoni Nujoma em sua carreira têm sido: Direito Internacional Público, Direitos Humanos, Comércio e empoderamento de comunidades historicamente desfavorecidas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a década anterior à independência da Namíbia, o Governo brasileiro mantinha contatos com a SWAPO (“Organização do Povo da África do Sudocste”), principal movimento libertador do país. Nesse contexto, Sam Nujoma, o principal líder da Organização, realizou visita ao Brasil em março de 1987, ocasião em que foi recebido pelo então Presidente da República, José Sarney. Em 1989, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito das Nações Unidas, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência da Namíbia.

Com a independência do país, em 1990, as relações bilaterais iniciaram-se formalmente, por meio da criação da Embaixada brasileira na Namíbia e da visita oficial do Presidente Fernando Collor a Windhoek, no ano seguinte. Ao longo da década de 1990, a relação entre os dois países adensou-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995, no contexto da Reunião da Comissão Mista, que se realizou em Brasília e contou com a presença do Ministro de Negócios Estrangeiros namibiano, Theo Ben-Gurirab. Ainda em 1995, o Presidente Sam Nujoma realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve compromissos oficiais em Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Quatro anos depois, o Presidente Sam Nujoma voltou a realizar viagem oficial a Brasília.

A década de 2000 também representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, por meio da assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Em 2003, além da abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais à Windhoek: em maio, do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e, em novembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, as relações bilaterais têm se aprofundado, inclusive na área comercial. Em junho de 2004, o Presidente Sam Nujoma esteve novamente no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do Governo, entre as quais o então Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação, Hifikepunye Pohamba.

Logo após sua eleição em 2004, o Presidente Pohamba afirmou que esperava que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o então Vice-Presidente José Alencar realizou visita à Namíbia, por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Namíbia. No ano seguinte, o Presidente Hifikepunye Pohamba também realizou visita ao Brasil. Finalmente, em julho de 2011, o Ministro Antonio Patriota esteve em Windhoek, ocasião em que foram passados em revista os principais temas

da relação bilateral, além de estendido convite ao Chanceler Utoni Nujoma para realizar visita ao Brasil. Este realizou visita oficial ao Brasil no dia 30 de maio do corrente, ocasião em que manteve encontros com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, bem como com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella. Entre os principais temas abordados durante os encontros, podem ser destacados a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana; a atuação da Petrobras e da HRT na Namíbia e a expectativa de que a presença brasileira no país possa ser estendida para setores como mineração, beneficiamento de diamantes e a modernização do porto de Walvis Bay; o interesse namibiano em tornar-se membro-observador da CPLP; e as perspectivas de realização de missões técnicas na área da pesca e da aquicultura. O Ministro Nujoma transmitiu, ademais, convite do Presidente Pohamba à Presidenta Dilma Rousseff, para realizar visita à Namíbia oportunamente.

Comércio Bilateral

O intercâmbio comercial bilateral em 2011 alcançou US\$ 25,6 milhões, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior. Em 2009, havia sido atingido o maior fluxo comercial entre os países, no valor de US\$ 52,4 milhões e crescimento de 127% em relação a 2008. No âmbito regional o fluxo bilateral é pouco representativo: a participação da Namíbia no total das trocas brasileiras com a África Subsaariana, em 2011, foi de apenas 0,1%.

Em 2011, as exportações brasileiras para a Namíbia cresceram 25% em relação a 2010, passando de US\$ 19,4 milhões para US\$ 24,4 milhões. Bens manufaturados prevalecem, tradicionalmente, na pauta exportadora bilateral brasileira. Embarcações flutuantes foram os produtos com maior representatividade (25%), seguidas por móveis (20%); açúcares e produtos de confeitaria (12%); e máquinas mecânicas (11%). Segundo o MDIC, cem empresas efetivaram vendas para a Namíbia em 2011, com destaque para a Empresa Gerencial de Projetos Navais, a Agrale, a Energy, a Sadia e a Conex Móveis.

No ano passado, as importações brasileiras originárias da Namíbia cresceram 477% em relação a 2010, saltando de US\$ 219 mil para US\$ 1,3 milhão. A pauta de produtos provenientes daquele país, em 2011, foi concentrada em produtos básicos. Os principais produtos adquiridos foram peixes e crustáceos, US\$ 976 mil, representando 77% do total (crescimento de 380% em relação ao ano anterior); e plantas industriais e medicinais, US\$ 274 mil, equivalentes a 22% do total (crescimento de mais de dois mil por cento). As empresas que mais se destacaram foram a Leardini Pescados e a Anidro Indústrias Alimentícias e Farmacêuticas.

O saldo da balança comercial é, portanto, historicamente favorável ao Brasil, com superávits de US\$ 52,4 milhões em 2009; US\$ 19,2 milhões em 2010; e, US\$ 23,1 em 2011.

O setor de maquinário e insumos agrícolas tem se mostrado especialmente promissor para o comércio bilateral, em virtude da opção por equipamentos agrícolas brasileiros como "standards" nos planos de desenvolvimento agrário da Namíbia. Por ocasião do Encontro Brasil-África de Ministros de Agricultura, o Ministério namibiano manifestou desejo de firmar um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no campo da agricultura que possibilite respaldo jurídico para a compra de máquinas e equipamentos brasileiros por parte de estatais namibianas. O aludido Memorando foi assinado com a ABIMAQ ainda em 2010 e alguns equipamentos já foram adquiridos. Em setembro de 2011, delegação namibiana chefiada pelo Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Sr. Andrew Ndishishi, visitou o Brasil, com vistas a adquirir e inspecionar o embarque de equipamentos e insumos agrícolas das empresas *Agrale*, *Jumil* e *Baldan* e analisar oportunidades de investimento. Na ocasião, o Governo namibiano demonstrou interesse em beneficiar-se do Programa "Mais Alimentos África", gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e que prevê a destinação de créditos sob a forma de equipamentos agrícolas a países possuidores de política de fomento à agricultura familiar.

O interesse namibiano na intensificação das trocas comerciais bilaterais manifestou-se ainda pelo anúncio de abertura de um escritório de representação do *Walvis Bay Corridor Group* no Brasil em 2012. A iniciativa de promover o porto de *Walvis Bay*, especializado em manuseio de cargas, logística e serviços de transportes, é essencial ao projeto de elevar a Namíbia à condição de grande via de escoamento de mercadorias na África Austral.

Durante a Comista de julho de 2011, os países comprometeram-se a trocar seus calendários anuais de feiras e exposições. A Namíbia ainda convidou o MDIC a enviar uma missão comercial no primeiro semestre de 2012. Outro interesse namibiano manifestado na Comista de 2011 foi o de que se finalize a minuta de Memorando de Entendimento entre Apex-Brasil e Namíbia Investment Centre (NIC), cujas negociações foram iniciadas em 2008.

Ainda em 2011, a empresa aérea Air Namíbia arrendou três aeronaves da Embraer para recompor sua frota, e manifestou interesse em adquirir futuramente mais uma.

Apesar das boas perspectivas de ampliação do comércio bilateral, tem havido constante preocupação da Namíbia com dificuldades relativas à validação de suas cartas de crédito pelos bancos brasileiros, em razão da ausência de um convênio interbancário entre os dois países. Tais dificuldades têm constituído empecilho à intensificação do comércio bilateral, na medida em que oneram os custos de operação.

Investimentos

Em 2007, o Banco Mundial considerou a Namíbia o terceiro país africano mais amigável ("most-friendly country") à atração e à garantia de investimentos externos, atrás de Ilhas Maurício e África do Sul. Segundo dados da UNCTAD, em 2010, o fluxo de investimento para a Namíbia somou US\$ 858 milhões. No mesmo ano o estoque de IED totalizou US\$ 5,29 bilhões.

Durante o evento "Namibia International Investment Forum", realizado em Windhoek em novembro de 2011, o Presidente da Namíbia, Sr. Hifikepunye Pohamba, enumerou os vários campos que, ao lado dos tradicionais setores do turismo, da agricultura e da mineração, se abrem aos investimentos externos: "as novas fronteiras são os serviços, a construção de estradas, a modernização das telecomunicações, a geração de eletricidade, a mineração do urânio, o gás e os hidrocarbonetos". As empresas brasileiras *HRT*, *Petrobras* e *Queiroz Galvão* participaram do referido fórum.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o Brasil investiu US\$ 31 milhões na Namíbia em 2011, e não há registro de investimentos diretos da Namíbia no Brasil. Os capitais brasileiros invertidos na Namíbia concentram-se especialmente em projetos de prospecção de petróleo e em obras de infraestrutura.

Petróleo - O Brasil teve participação na recente descoberta de possíveis depósitos de petróleo na plataforma marítima da Namíbia, por meio do consórcio *HRT Oil and Gas*, formado pela brasileira *HRT* e pela canadense *Universal Power Corp.* O consórcio ganhou concessão de permissão de prospecção de petróleo em três blocos localizados na plataforma continental namibiana. O contrato de prospecção prevê investimento inicial de US\$ 150 milhões. Em parceria com a empresa namibiana *UNX Energy Corporation*, a *HRT* prevê investimentos de US\$ 750 milhões para exploração de petróleo. Esse investimento seria o maior no setor petrolífero namibiano até o presente momento. Estima-se que cerca de 10 mil barris diários possam ser produzidos a partir de 2013.

A *Petrobrás*, por sua vez, mediante parceria assinada em maio de 2009 com a subsidiária da empresa britânica *Chariot Oil and Gas (Enigma Oil and Gas)* e com a *British Petroleum*, é a operadora na exploração do bloco 2714A (área de aproximadamente 5,5 km²), na bacia de Orange. Em outubro de 2011, representantes da empresa estiveram em Windhoek para ultimar entendimentos com o Ministério de Minas e Energia para instalação de escritório da Petrobras naquela capital e dar início a suas atividades no país.

Criada em 2006, a *Cowan Petróleo e Gás S.A.*, braço do grupo mineiro *Cowan*, adquiriu em novembro deste ano dois blocos na bacia de Lüderitz, no pré-sal da Namíbia. Tem 85% dos blocos em associação com a *Namcor*, empresa estatal namibiana.

Os depósitos descobertos podem chegar a quase 12 bilhões de barris de petróleo, aos quais se somam estimativas de mais 16 bilhões de barris sob a área de exploração da empresa britânica Chariot Oil and Gas. Ao todo, o Ministério de Minas e Energia namibiano estima as reservas potenciais de petróleo em cerca de 44 bilhões de barris, o que colocaria a Namíbia entre os cinco maiores produtores de petróleo do continente africano, juntamente com Angola, Nigéria, Líbia e Argélia. Estima-se que, junto às reservas petrolíferas "offshore", possam ser descobertas grandes reservas de gás natural, de maneira a viabilizar comercialmente a produção de gás no país. O único campo com reservas comprovadas de gás natural segue sendo o de Kudu, na costa sul do país (39,6 bilhões de m³).

Infraestrutura - Importante alvo dos investimentos brasileiros, a construção de hidrelétrica no rio Cunene é objeto de interesse de consórcio de empresas brasileiras - *Eletrobrás*, *Odebrecht*, *Furnas* e *Engevix*. O consórcio submeteu aos Governos de Angola e da Namíbia proposta de financiamento de anteprojeto para a construção da usina e, em 2007, retomou a elaboração de estudo da bacia do rio Cunene, ampliando trabalhos que haviam sido realizados anteriormente, de modo a abranger também avaliação do impacto ambiental da hidrelétrica e do aproveitamento da água do reservatório pelos dois países. Autoridades de ambos os países manifestaram interesse no desenvolvimento do projeto e, em 24 de junho de 2008, o consórcio brasileiro assinou contrato com os governos da Namíbia e de Angola para o estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Baynes, no rio Cunene. Entretanto, em 2010, *Furnas* e *Eletrobrás*, insatisfeitas com a morosidade com que os estudos iniciais do projeto vêm sendo desenvolvidos (mormente em razão da importância diferenciada conferida à iniciativa pelos lados angolano e namibiano), passaram a manifestar interesse em se retirar da parceria.

A *Odebrecht* confirmou, em março de 2011, ter desistido de participar de outro projeto hidrelétrico na Namíbia, em consórcio com firmas namibiana e espanhola. A decisão da *Odebrecht* teria decorrido da atual indisponibilidade de recursos técnicos e humanos, mas seria resultado, também, de alteração das condições propostas inicialmente para a participação da empresa brasileira. Durante a Comista de julho de 2011, no entanto, o interesse na construção foi reafirmado por ambos os governos.

Mineração - Autoridades namibianas têm manifestado reiteradamente interesse em receber investimentos brasileiros na área de mineração. Embora rico em recursos minerais (como urânio), o país carece de know-how e capitais. A exploração do fosfato marinho, por exemplo, é uma vertente nova e altamente promissora no panorama da indústria mineradora da Namíbia. A empresa namibiana *Polux Investments Ltda.* realizou contato com a *Vale*, no final de 2010, com vistas à instalação de uma fábrica de fosfato marinho no país. Para tanto, a *Polux* deseja formar uma joint venture, na qual a *Vale* aportaria recursos técnicos e/ou financeiros.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Namíbia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior.

Cooperação Naval

O relacionamento com a Namíbia está influenciado pela vocação atlântica dos dois países, e a cooperação naval constitui o principal tema da agenda bilateral. A Namíbia é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e tem interesse na dinamização de suas atividades. Para a Namíbia, a Organização é importante, na medida em que garante a desnuclearização do Atlântico e tem capacidade de induzir o crescimento da cooperação e do intercâmbio regional, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes.

A cooperação naval existente entre os países inclui treinamento de pessoal, construção de base naval, construção naval e o apoio técnico para o levantamento da plataforma continental. O Acordo de Cooperação Naval, assinado entre o Brasil e a Namíbia em 1994 e renovado em dezembro de 2001, embasa as demandas namibianas. Sob a proteção do referido acordo, o Contra-Almirante namibiano Peter Vilho participou da expedição brasileira à Base Comandante Ferraz, em fevereiro de 2012.

Treinamento de Pessoal - Todos os postos de comando das forças navais da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Ao longo dos últimos anos, 566 oficiais e praças foram formados e completaram estágio em diversos estabelecimentos de ensino e navios da Marinha do Brasil. Os oficiais frequentaram cursos em diferentes áreas – formação de marinheiros, formação de sargentos, guerra anfíbia, controle de tráfego marítimo e enfermagem médico-cirúrgica – em 10 OMs (Organizações Militares brasileiras) distintas.

Construção Naval - O navio-patrolha “Brendan Simbwaye” foi entregue em 2009, em Fortaleza, em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Defesa da Namíbia. Está sendo negociado e prestes a ser firmado, ademais, contrato para aquisição de armamentos para a embarcação, assim como de navio-patrolha brasileiro. Durante a Comissão Mista de julho de 2011, o Brasil ofereceu à Namíbia a possibilidade de aquisição de um novo navio por intermédio de linha de crédito específica.

Além disso, por ocasião da visita do Presidente Lula à Namíbia, em novembro de 2003, foi feita doação (efetivada em 2005) de embarcação brasileira às Forças de Defesa namibianas.

Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) - No que respeita ao LEPLAC, o Governo da Namíbia solicitou apoio do Governo brasileiro para realizar, à luz dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o delinçamento de sua plataforma continental jurídica (PCJN). Ressalta-se o grande interesse namibiano no tema, visto que suas maiores riquezas (além do gás natural) localizam-se, sobretudo, na zona costeira do país, de grande potencial ainda inexplorado.

Em 2002, foi firmado contrato com o governo namibiano para execução do LEPLAC. Com a ajuda da empresa brasileira EMGEPRON, o projeto, orçado em US\$ 12 milhões, resultou na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas, que foi apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU em maio de 2009. Em visita em maio de 2011, o Ministro de Terras e Reassentamento da Namíbia solicitou continuidade do apoio do Ministério da Defesa brasileiro na preparação de resposta aos questionamentos que deverão ser feitos pela Comissão quando da análise do relatório namibiano.]

Outros temas de cooperação

A visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Namíbia, em novembro de 2003, constituiu um marco para a cooperação técnica bilateral. Na ocasião, firmaram-se oito instrumentos de cooperação, nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, esportes, pesquisa mineral, educação, saúde e cultura. Nos últimos anos, missões foram realizadas de parte a parte, com resultados parciais encorajadores. Não obstante, alguns contatos foram descontinuados em virtude de dificuldades de agenda, com adiamentos *sine die* de novas missões destinadas a implementar diversos projetos e ações concebidas nos encontros prévios.

Nesse cenário, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia realizada em 11 e 12 de julho de 2011, constituiu ocasião ideal para proporcionar novo estímulo à cooperação, com base nos grandes temas de interesse da Namíbia: 1) cooperação agrícola, especialmente a importação de máquinas e equipamentos; 2) cooperação em políticas sociais; 3) cooperação em pesca e aquicultura; 4) cooperação na área da saúde; 5) promoção de investimentos brasileiros na Namíbia, com destaque para o setor mineral; e 6) utilização do porto de *Walvis Bay* como porta de entrada de produtos brasileiros para a África austral.

Defesa - Com escopo mais amplo do que o Acordo de Cooperação Naval de 1994, foi assinado, em 1º de junho de 2009, por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim à Namíbia, Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. O acordo abre uma nova frente de atuação sul-sul, permitindo a elaboração de uma posição estratégica conjunta para a exploração de riquezas do Atlântico Sul. Em julho

de 2011, o Brasil ratificou o Acordo, que depende da ratificação namibiana para entrar em vigor.

Agricultura - Em 2006 executou-se projeto intitulado "Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas", que tinha por objetivo fomentar a capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da cultura de frutas subtropicais e da produção de leguminosas para o consumo humano e animal. Desde o ano de 2009 o Governo namibiano vem solicitando uma segunda etapa do projeto de frutas subtropicais e leguminosas. Conforme acordado na Comista de julho de 2011, a ABC aguarda a definição do Ministério da Agricultura da Namíbia, quanto ao escopo do novo projeto.

O Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Águas e Florestas (MAWF), Andrew Ndshishi, solicitou o apoio da Embaixada para obter a assistência de dois especialistas em "desenvolvimento institucional" da Embrapa na reorganização do *Namibian Agricultural Research System*, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica, de 23 de outubro de 1998. Espera-se que a cooperação com a Embrapa tenha agora também uma dimensão de cooperação institucional, dado que, em fins de 2009, o Gabinete autorizou o MAWF a consolidar o sistema nacional de pesquisa num novo Instituto de Pesquisa Agrícola da Namíbia, com mandato para coordenar todas as atividades no país. Durante a II Reunião da Comista, a Embrapa informou que um especialista no assunto poderia integrar futura missão ao país para avaliar possibilidades de cooperação na área.

O Ministro de Terras e Reassentamento da Namíbia, Alpheus Naruseb, visitou o Brasil entre os dias 16 e 20 de maio de 2011. Durante a visita, encontrou-se com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, a quem transmitiu o interesse namibiano de cooperar na área de reforma agrária, principalmente com o empoderamento dos cidadãos recém-assentados. Ademais demonstrou interesse especial no 'Programa Mais Alimentos África'. Em novembro de 2011, por solicitação do Governo namibiano, a ABC enviou missão a Windhoek com o objetivo de negociar a participação daquele país no 'Programa Mais Alimentos África'. Ademais de apresentar o escopo do programa – que inclui aquisição de maquinário agrícola –, iniciaram-se negociações para a implementação do projeto "Capacitação e transferência metodológica para o Programa Mais Alimentos África na Namíbia", com o objetivo de capacitar e transferir tecnologia para a promoção de ações de desenvolvimento agrícola local e de apoio à agricultura familiar. Apesar do interesse manifestado na ocasião, a cooperação ainda depende de uma posição oficial do Governo namibiano.

Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento de Resíduos Sólidos - O Ajuste complementar relativo ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia deu origem a projetos de cooperação nos setores de: construção de moradias para população de baixa renda, inclusive formulação de políticas habitacionais correspondentes; e de gerenciamento de resíduos sólidos. Os projetos, coordenados pela ABC e executados

pela Caixa Econômica Federal, desenvolveram-se com notável dinamismo, através de cursos, palestras, apresentações e trabalhos de campo, reunindo equipes do Brasil e da Namíbia.

Entre 28 de novembro e 5 de dezembro de 2009, missão conjunta ABC/CEF esteve na Namíbia para a apresentação da Fase II do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia”, com ênfase na construção de habitações solo-cimento. O projeto já está assinado. O Ajuste Complementar que o respalda foi assinado durante a II Reunião da Comista e a Caixa Econômica já se colocou à disposição para iniciar o projeto.

Atendendo a solicitação do Governo namibiano, a ABC enviou missão à Namíbia em maio de 2010, juntamente com representantes da UFRJ, a fim de elaborar proposta de projeto na área de gestão de resíduos sólidos. A referida demanda refere-se especificamente à cooperação nas áreas de coleta e eliminação de resíduos sólidos; reciclagem, reutilização, redução e recuperação de lixo; segregação de lixo; envolvimento de grupos comunitários no manuseio de resíduos sólidos; tipos diferentes de lixões e da operação de manuseio deles; e manuseio de resíduos sólidos em práticas ambientais sustentáveis. O Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Gestão de Resíduos Sólidos na Namíbia” foi assinado em maio de 2011. A execução da primeira atividade realizou-se em outubro de 2011, com a vinda de 8 técnicos namibianos ao Brasil. A próxima atividade prevê a ida de engenheiros da UFRJ a Namíbia, que deverá ocorrer em abril de 2012.

Saúde - Na área de combate ao HIV/AIDS, as tentativas de implementação do Memorando de Entendimento e do Protocolo de Intenções encontram dificuldades referentes à ausência de consenso sobre o estabelecimento de um protocolo de tratamento, à escassez de informações oferecidas pela parte namibiana e a carências locais para a aplicação de medidas profiláticas. Em maio de 2006, foi enviada missão técnica à Namíbia, que identificou áreas em que seria possível fixar um plano de trabalho. A cogitada visita de missão namibiana ao Brasil, contudo, ainda não se concretizou. Durante a II Reunião da Comissão Mista, os dois lados concordaram em retomar os contatos. Em novembro de 2011, foi realizada visita de estudos de 3 representantes do Ministério da Saúde da Namíbia ao Brasil, com o objetivo de conhecer o Programa Nacional de Combate ao HIV/AIDS, principal política brasileira na área.

Educação - O país faz parte dos Programas Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). No âmbito do PEC-G, de 2000 a 2012, o Brasil selecionou apenas 2 estudantes oriundos da Namíbia. No PEC-PG, foram selecionados também 2 estudantes no mesmo período. Destaque deve ser dado ao fato de que a Namíbia não tem candidatos selecionados para qualquer um dos Programas desde o ano de 2001.

Encontra-se vigente, desde 2003, Protocolo de Intenções Sobre Cooperação Educacional, que prevê, além da participação do país no PEC-G, a

transferência de metodologias brasileiras para evitar evasão escolar, o intercâmbio de experiências na área de educação à distância, o apoio à formação de professores, entre outros.

Por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, foram assumidos os compromissos de: a) cooperar em setores como desenvolvimento de currículos, garantia de qualidade, e financiamento e acesso ao nível superior; e b) promover o contato de instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países, mediante mobilidade acadêmica.

Esportes - Foi enviado pela parte namibiana, em janeiro de 2012, Projeto de Memorando de Entendimento sobre cooperação esportiva, atualmente em análise no Ministério do Esporte. O Memorando substituiria o anterior, firmado em novembro de 2003, que expirou em novembro de 2009.

Cooperação Jurídica - Encontram-se em fase inicial de negociação acordos bilaterais de cooperação jurídica em matéria penal e civil, assim como acordo de extradição. A iniciativa surgiu durante a II Comista de 2011, quando o Governo namibiano mostrou-se disposto a negociar acordos de extradição e de cooperação jurídica em matéria penal. Em janeiro de 2012, o Ministério da Justiça brasileiro foi consultado sobre o assunto, e demonstrou interesse em negociar os aludidos acordos, em especial o de extradição.

Difusão da Língua Portuguesa - Há uma grande demanda por estudos da língua, não apenas pela proximidade deste país com Angola, como também pela atração exercida pelo Brasil na comunidade empresarial local. A procura tende a fazer aumentar a oferta de cursos.

O Brasil avalia a possibilidade de abrir um Centro de Estudos Brasileiros em Windhoek para difundir o uso da Língua Portuguesa e expandir o número de estudantes em intercâmbio com instituições de ensino do Brasil, uma vez que o domínio da língua representa um dos maiores obstáculos para essa ampliação.

Transportes Aéreos - Representantes de Governo e da empresa *Air Namibia* manifestaram interesse em negociar Acordo de Serviços Aéreos com o Brasil, o qual deverá permitir o estabelecimento de rota Windhoek-São Paulo. O interesse namibiano foi levantado por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, em julho de 2011, ocasião em que autoridades de aviação civil dos dois países informaram já estarem avaliando minuta de Acordo Aéreo bilateral, que seria negociado durante a III Conferência da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) para Negociações de Acordos Aéreos (ICAN/2012). Em razão de restrições orçamentárias, no entanto, a ANAC não pôde participar da Conferência. Espera-se que as autoridades de aviação civil brasileira e namibiana retomem os contatos em 2012 com vistas ao agendamento de reunião negociadora.

Assuntos Consulares

Há no país 115 cidadãos brasileiros, que são assistidos pelo setor consular da Embaixada em Windhoek. Não há detentos brasileiros na Namíbia.

POLÍTICA INTERNA

A normalidade democrática e a hegemonia da SWAPO na política namibiana resultam em larga medida da condução do processo de libertação do país.

Desde sua independência, em março de 1990, a Namíbia constitui-se como uma sólida democracia, fundada no Estado de Direito, dotada de todas as instituições necessárias para assegurar a boa governança. Pratica-se o pluripartidarismo e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e as finanças públicas. A Comissão Anti-Corrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia encontra-se também comprometida com a liberdade de mercado, o respeito à propriedade e o estímulo à iniciativa privada. Projeto de reforma agrária elaborado desde os anos 90 exclui a expropriação arbitrária de terras, consagrando o princípio "*willing sellers, willing buyers*". Ao mesmo tempo em que busca criar mecanismos de promoção de populações historicamente desfavorecidas, o governo tem evitado adotar medidas que gerem confrontação social. Ressalte-se também que há plena liberdade de expressão, que se traduz numa imprensa livre e opinativa.

Ainda que consagre o multipartidarismo, o país tem sido governado ininterruptamente, desde a independência, pela *South Western Africa People's Organization* (SWAPO), caracterizada como partido dominante, detentor de mais de 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional. O segundo maior partido, resultante de uma cisão da SWAPO, não ultrapassa a marca de 10% dos assentos no Parlamento. Esta circunstância faz com que o sistema político namibiano seja, na prática, um regime de partido único. A manutenção de uma estrutura centralizada, baseada na autoridade histórica de líderes como San Nujoma, Hifikepunye Pohamba, Theo Ben-Gurirab e Hage Geingob, assegura grande estabilidade política no país.

O país destaca-se por figurar entre os principais investidores de todo o continente na área social, e por seus notórios esforços de combate à corrupção. Cerca de 30% do orçamento nacional é destinado à área social, especialmente educação e saúde. Dados do Banco Mundial de 2009 indicam que cerca de 13,1% da população

entre 15-49 anos de idade seja portadora do vírus HIV, cujo índice de prevalência vem caindo desde 2008. No relatório de 2010 da *Transparência Internacional*, o país obteve o sexto menor índice de corrupção na África (atrás apenas de Botsuana, Maurício, Cabo Verde, Seicheles e África do Sul). Conforme o relatório dos *Repórteres sem Fronteiras* de 2011, a Namíbia é o segundo país africano que mais respeita a liberdade de imprensa, ficando atrás apenas de Cabo Verde e empatando com a Bélgica.

Sam Nujoma permaneceu quinze anos na Presidência da Namíbia, tendo cumprido três mandatos sucessivos como Presidente. Goza de extrema popularidade. Em 2005, recebeu o título oficial de Pai Fundador da Nação Namibiana (*"Founding Father of the Namibian Nation"*). Sua administração foi norteadada pela busca da reconciliação nacional, redução da pobreza, resolução da questão da reforma agrária, diversificação da economia e pelo combate à pandemia do HIV/AIDS.

No final de 2003, Nujoma anunciou que não iria concorrer a um quarto mandato. Assim, em novembro de 2004, Hifikepunye Pohamba foi eleito Presidente da República. O fato não constituiu surpresa, uma vez que Pohamba ocupava a vice-presidência da SWAPO e sempre foi confiável parceiro de Sam Nujoma durante a luta pela libertação do país. Embora analistas vejam estilos de liderança distintos, os laços entre Pohamba e Nujoma favoreceram uma transição suave e estável, possibilitando ao "pai da nação" uma saída gradual da cena política.

Eleito em novembro de 2004, com 76,4% dos votos, e empossado em março de 2005, Hifikepunye L. Pohamba mantém, em linhas gerais, as prioridades da administração anterior. Em seu discurso de posse, comprometeu-se a preservar o legado de Nujoma e a complementá-lo, reforçando políticas de tolerância zero contra a corrupção; de crescimento econômico sustentável; de desenvolvimento social e de combate ao HIV/AIDS. Defende o aumento da produtividade e da eficiência no serviço público, e maior treinamento dos trabalhadores como pré-requisito para que a economia cresça e alcance os objetivos de desenvolvimento previstos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e "Visão 2030".

No IV Congresso Extraordinário da SWAPO (2004), além do afastamento de Sam Nujoma da cúpula partidária e da ascensão de Pohamba à presidência da SWAPO, assistiu-se à renovação de metade do Politburo, com a eleição de uma nova geração de integrantes que participarão das disputas legislativas de 2014.

Outra novidade no campo político namibiano foi a fundação, em novembro de 2007, de um novo partido, o *Rally for Democracy and Progress* (RDP), criado por Jesaya Nyamu, ex-Ministro da Indústria e Comércio. Nyamu apoiou Hidipo Hamutenya nas prévias para a eleição presidencial de 2004 e acabou sendo expulso da SWAPO, acusado de conspirar contra o ex-presidente Sam Nujoma. Ex-Ministro das Relações Exteriores (2002-2004) e também um dos principais líderes históricos da SWAPO, Nyamu acusou a agremiação de autocracia e culto à personalidade, e de ter-se desviado do compromisso com a democracia.

A despeito de tais mudanças no panorama político namibiano, Hifikepunye Pohamba foi reeleito em 2009, com 75% dos votos. Pohamba conta ainda com sólida maioria no Parlamento, uma vez que, nas eleições legislativas, a SWAPO obteve 55 dos 72 assentos da Assembleia Nacional, enquanto o maior partido oposicionista, o *Congress of Democrats* (CoD), obteve somente cinco cadeiras. A SWAPO controla, ainda, doze das treze regiões administrativas da Namíbia e goza de maioria nos conselhos locais.

O gabinete do segundo mandato dá continuidade ao gabinete anterior, o que revela o cuidado com que Pohamba pretende conduzir seu Governo, preservando o equilíbrio de forças nas fileiras da SWAPO. Quatorze ministros, inclusive o Primeiro-Ministro Nahas Angula, mantiveram-se em seus postos, enquanto outros cinco foram transferidos para novas posições. Dois nomes se destacam como astros em franca ascensão: Utoni Nujoma, cuja indicação a titular dos Negócios Estrangeiros praticamente põe o filho de Sam Nujoma em linha ascensional na cúpula governamental; e o novo Ministro da Educação, Abraham Iyanbo, de 39 anos, egresso do Ministério da Pesca, conhecido por sua eficiência à frente daquela pasta.

Os nove partidos oposicionistas que em janeiro de 2010 questionaram judicialmente os resultados das eleições legislativas e presidencial de 2009 foram derrotados na Justiça. Em fevereiro de 2011, a Alta Corte da Namíbia concluiu não haver evidências de que a condução do pleito tenha influenciado no seu resultado. A oposição havia considerado terem ocorrido "graves irregularidades" nos dois pleitos, e pretendia anulá-los.

O Presidente reafirmou seu compromisso com o programa estratégico "Vision 2030" e o II Plano Nacional de Desenvolvimento 2001-2005 (II PND). Adotado em 2004, o "Vision 2030" consiste num programa de longo prazo que enfoca oito temas principais: a desigualdade e o bem estar social; a paz e a estabilidade política; o desenvolvimento de recursos humanos e a construção de capacidade institucional; questões macroeconômicas; população, saúde e desenvolvimento; o setor de recursos naturais; o conhecimento, a informação e a tecnologia e fatores de ambiente externo. O objetivo da "Vision" é elevar a qualidade de vida do povo namibiano de forma significativa até o ano de 2030.

O II PND, por sua vez, era programa de curto prazo que tinha como objetivos prioritários o combate à pobreza, a redução da desigualdade e a promoção da igualdade de gênero. Entre os resultados produzidos durante a vigência do II PND, destacam-se os relativos à distribuição de renda do país: o coeficiente de Gini caiu de 0,7 em 1993/94 para 0,6 em 2003/4 (ainda elevado, se considerada a média de 0,43 dos países de renda média baixa) e a parcela dos extremamente pobres caiu pela metade nesse período, de 9% para 4%. Além disso, a participação feminina na Assembleia Nacional passou de 9% em 1993 para 27% em 2006, com avanços semelhantes nos âmbitos regional e local, resultados reconhecidos pelo PNUD.

Apesar desses avanços, continua alto o nível de desigualdade social na Namíbia – sobretudo se levado em conta o fato de tratar-se de país considerado de desenvolvimento humano médio, com um PIB per capita entre os maiores da África

subsaariana. Estimativas recentes mostram que 5% da população detém mais de 78,7% da renda e que os 7 mil mais ricos gastam tanto quanto os 800 mil mais pobres. Cerca de 90% da população namibiana vive em condições semelhantes aos nacionais dos países africanos de menor desenvolvimento relativo.

Em 2007, o Governo Pohamba lançou o III Plano Nacional de Desenvolvimento (2007/8-2011/12), que almeja reduzir a pobreza extrema de 4% para 2% e diminuir o desemprego de 36% para 30% até 2012. O foco consiste no crescimento econômico acelerado por meio da promoção do desenvolvimento rural. O novo plano procura, também, identificar maneiras de diminuir a mortalidade infantil e as taxas de declínio da expectativa de vida, de aumentar as taxas de emprego e de combater a existente disparidade sócio-econômica entre as áreas rurais e urbanas. Além disso, o Presidente expressou o desejo de assegurar que os primeiros resultados favoráveis quanto à estabilização das taxas de prevalência do HIV/AIDS sejam sustentados.

Em decorrência dos elevados índices de incidência da AIDS na Namíbia, a expectativa de vida da população sofreu declínio ao longo da década de 1990. Passou de quase 61 anos, em 1990, para 57 anos, em 2000. A partir de então, a expectativa de vida voltou a crescer consistentemente, refletindo a diminuição do índice de prevalência da AIDS no país. Segundo dados do PNUD, a expectativa de vida passou de 58,7 anos, em 2005, para 62,5, em 2011, enquanto o índice de prevalência da AIDS, conforme dados do Banco Mundial, diminuiu de 15,7% da população em 2005 para 13,7% em 2008 e 13,1% em 2009.

Do ponto de vista socioeconômico, juntamente com o problema da AIDS, a questão agrária tem constituído ameaça à estabilidade. Trata-se de desequilíbrio estrutural herdado do colonialismo – cerca de 4 mil fazendeiros detêm fazendas comerciais cujas terras equivalem, em extensão, à área de propriedades comunais administradas por 150 mil famílias. O programa de reforma agrária segue o princípio de “*willing-buyer, willing-seller*”, que prevê a compra de fazendas comerciais de brancos, sua divisão em unidades menores e posterior distribuição entre a população rural negra. A meta é adquirir cerca de 15 milhões de hectares de fazendas comerciais, a fim de assentar 26.727 famílias, até 2020. O programa de reforma agrária, um dos principais pilares da política social, avança em ritmo lento. O programa tende a ficar paralisado, uma vez que há resistências e inibições, particularmente de fazendeiros brancos. Windhoek tem-se empenhado em evitar uma radicalização semelhante à ocorrida no Zimbábue. A reforma agrária tem sido uma das bandeiras da SWAPO desde que assumiu o poder.

Desde os eventos de 2004 – luta interna à SWAPO e conseqüente criação do *Rally for Democracy and Progress* – o tema “sucessão presidencial” assumiu entre os quadros do partido majoritário a aura de um tabu. Desde então, Hifikepunye Pohamba firmou a convicção de que disputas internas à SWAPO em torno de ambições pessoais devem ser evitadas e combatidas com o máximo vigor. Com a aproximação do 5º Congresso da Swapo, em 2012, notícias de uma suposta campanha velada, feita sem a autorização formal do partido, alcançaram os meios

jornalísticos e irritaram profundamente o presidente Pohamba, que criticou os envolvidos em "campanhas secretas" para a definição de seu sucessor.

A eleição de Geingob à vice-Presidência da SWAPO durante o Congresso de 2007 o posicionara como virtual pré-candidato à sucessão de Hifikepunye Pohamba. Os possíveis nomes alternativos a Geingob (por suas posições relativas na estrutura do partido) são o da Secretária-Geral do Partido e Ministra da Justiça, Pendukeni Iivula-Ithana, e o do Primeiro-Ministro Nahas Angula. Político assertivo, o Primeiro-Ministro adota agora o papel auto-assumido do "Cidadão Angula", título com o qual assina na imprensa local uma série de artigos com pretensões teóricas, buscando evidenciar as "razões profundas" das mazelas econômicas e sociais do país.

Tanto Geingob quanto Iivula-Ithana negam haver qualquer tensão entre si e negam ter se engajado em qualquer tipo de campanha pela sucessão. Afirmam ignorar a existência de "comitês de campanha" em seu nome. Não obstante, membros da SWAPO, sob a proteção do anonimato, revelam certas táticas veladas de proselitismo político. Iivula-Ithana conta com ampla simpatia nos redutos mais radicais da SWAPO, onde se situa a *SWAPO Youth League* (SPYL). Em setembro de 2010, a SPYL encaminhou ao Comitê Central documento em que advogava a abertura do debate sobre a sucessão presidencial no âmbito do partido.

A despeito de toda tensão criada no partido sempre que as ambições e vaidades pessoais se entrecrocavam, Pohamba e a SWAPO prezam, acima de tudo, a continuidade dentro de regras hierárquicas estritas. O candidato à presidência tende a ser, nessa ordem, o vice-presidente do partido, cargo atualmente ocupado por Geingob. Geingob dispõe de uma vantagem adicional: seria o primeiro presidente não pertencente à etnia Oshivambo. Sem uma "clientela" tribal como base política, Geingob se coloca, como nenhum outro, em posição de atender a outro anseio das lideranças, em especial do presidente Hifikepunye Pohamba, a saber, o combate ao "tribalismo" e conseqüente reforço da idéia de uma Namíbia unida como nação.

ECONOMIA

A economia do país é, em boa medida, dependente da extração e do processamento de minerais para exportação. Cerca de 20% do PIB e de 50% das divisas recebidas pela Namíbia são decorrentes dessa atividade. O país é um dos principais produtores mundiais de diamante de aluvião, cuja média de valor por quilate é a maior do mundo; é o quarto maior produtor de urânio (responsável por cerca de 8% da oferta mundial do metal); extrai zinco em grandes quantidades e, em menor escala, outros metais como cobre e ouro. A variação dos preços internacionais desses minérios e a perspectiva de exploração de novas minas, especialmente de urânio, são fatores determinantes para a evolução da economia local nos próximos anos.

A exploração de jazidas de urânio apresenta perspectivas particularmente animadoras: desde 2009, o urânio tem disputado com o diamante o primeiro lugar na pauta exportadora namibiana. Anuncia-se a formação de um consórcio entre a *Rössing Uranium*, controlada pela britânica *Rio Tinto*, e a *Rössing South*, controlada pela australiana *Extract Resources*, para explorar novo depósito em Erongo com potencial de produzir cerca de sete mil toneladas de óxido de urânio por ano. Esta seria uma das três maiores minas de urânio no mundo. No total, espera-se que quatro novas minas entrem em operação até 2015, com a projetada criação de oito mil empregos.

Estimativa da "The Economist Intelligence Unit" (EIU) indica que o PIB namibiano, medido em 2011, foi de US\$ 13,11 bilhões (crescimento de 3,2% em relação a 2010), com PIB per capita de US\$ 6.941,00, considerado elevado em comparação com outros países da região. A distribuição de renda namibiana, no entanto, é uma das piores do mundo (Gini=0,68). Sustentado por relativa estabilidade macroeconômica e pela elevação dos preços internacionais dos minérios, o país cresceu a um ritmo constante entre 2003 e 2008. Em 2009, em virtude da crise financeira internacional, o PIB do país sofreu contração de 0,4%, mas, já em 2010, apresentou crescimento de 6,6%. Atribui-se a saída tranquila da Namíbia da situação de crise econômica às medidas anticíclicas adotadas pelo governo, que promoveu uma expansão fiscal sem precedentes entre os exercícios fiscais 2008-2009 e 2010-2011.

Para o biênio 2012-2013, projeta-se crescimento de 4,8% e de 5,7%, respectivamente. A composição do PIB do país, por setor, é a seguinte: agricultura, 7,3%; indústria, 34,3%; e serviços, 58,4%. A agricultura local é de subsistência e, apesar da pequena participação no PIB, emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país. A fim de incentivar o desenvolvimento de uma agricultura comercial competitiva e de coibir o elevado êxodo rural, o Governo Namibiano vem desenvolvendo o projeto "*Green Scheme Initiative*", que, desde outubro de 2004, tem promovido o uso intensivo de irrigação.

A política fiscal do governo deverá ser um dos sustentáculos do crescimento econômico nos próximos anos. Com um pacote de investimentos de quase US\$ 2 bilhões para o período 2011-2014, o governo espera combater a alta taxa de desemprego do país, oficialmente em 51% (analistas do setor privado acreditam haver superdimensionamento dos dados de desemprego), criando aproximadamente 100 mil novos empregos. O quarto Plano Nacional de Desenvolvimento, atualmente em planejamento e que terá vigência de 2012 a 2017, deverá priorizar medidas para a redução da pobreza e da desigualdade de renda. As autoridades namibianas reconhecem, no entanto, que o crescimento econômico do país ainda tem sido insatisfatório para atingir os objetivos do "Vision 2030" de redução significativa da pobreza e de conversão do país numa sociedade industrial. Os maiores entraves para o crescimento econômico acelerado e sustentável parecem ser a pouca diversificação da economia, excessivamente centrada em bens primários, e a ausência de mão-de-obra qualificada.

Em termos de infraestrutura, a principal limitação do país é a oferta de energia, com o resultante encarecimento deste insumo. A Namíbia depende do fornecimento de energia de seus principais vizinhos, em especial África do Sul e Angola, com os quais há projetos de interconexão das linhas de transmissão de energia sendo desenvolvidos. Entretanto, o país vem encontrando dificuldades nas negociações com a África do Sul, Botsuana, a Zâmbia e a RDC para ampliar sua cota de importação de energia elétrica. Ainda em termos de infraestrutura, busca-se a extensão e o aperfeiçoamento das malhas rodoviária e ferroviária e o aparelhamento e ampliação do porto de águas profundas de Walvis Bay (conclusão prevista para 2012).

De modo a encorajar investidores externos, o governo revogou parcialmente um pacote de aumento de impostos relacionados à mineração, de julho passado, e confirmou que a exigência de formação de joint-ventures com a mineradora estatal *Epangelo Mining Company*, determinada em abril passado, não se aplicará às licenças já existentes. Mesmo diante desses planos, o governo espera reduzir o déficit público de 9,1% do PIB em 2011 para 5,2% do PIB em 2012, mediante o aumento de receitas tributárias decorrentes do crescimento econômico e do aumento das receitas provenientes da SACU – Southern African Customs Union.

As projeções de crescimento do PIB para 2012 e 2013 são baseadas, também, na expectativa de aumento da produção de urânio, de manganês e, em menor medida, de diamante, na suposição de que os preços desses produtos se mantenham em níveis elevados. A produção industrial deverá crescer, estimulada pelo aumento das operações da planta cimenteira de Ohorongo.

A política cambial do país é vinculada à sul-africana, mantendo paridade entre o dólar namibiano e o rand sul-africano. A política monetária, por consequência, segue rumos parecidos nos dois países. Como a África do Sul deverá adotar política contracionista, tendo em vista que a inflação atingiu o teto da meta em 2011, a autoridade bancária namibiana deverá elevar a taxa básica de juros. Desse modo, a inflação deverá ser reduzida para cerca de 4,8% em 2012, ante 7% no ano passado, quando foi estimulada pela inflação sul-africana, origem da maior parte das importações do país, e pela alta dos preços internacionais das commodities.

O país importa boa parte de seus bens de capital de consumo, com destaque para máquinas e equipamentos elétricos (20,8%), equipamento de transporte (15,4%), alimentos e bebidas (14,2%), produtos químicos (13,1%) e petróleo (7,1%), segundo dados de 2009. Como produtos de exportação destacam-se metais, inclusive urânio (19%, em 2009), pescado (18,3%), diamantes (16,9%), zinco refinado e cobre (7,7%). Embora as exportações do país devam crescer, estimuladas pelo aumento das vendas de urânio, ouro, cobre e cimento, a balança comercial deverá seguir negativa, em razão das importações de bens de capital necessários aos projetos relacionados à mineração.

Desde 2008, não há informações consolidadas sobre os principais parceiros comerciais namibianos. Pressupõe-se que a África do Sul continue sendo o principal destino das exportações e origem das importações da Namíbia, tendo em

vista o histórico comercial entre os países, disponível até 2008. Naquele ano, as importações totais da Namíbia foram de US\$ 4,7 bilhões, dos quais 3,2 bilhões (cerca de 70%) foram provenientes da África do Sul, seguida de longe pelo Reino Unido (US\$ 373 milhões – 7%) e Índia (US\$ 162 milhões – 3%). No mesmo ano, as exportações da Namíbia totalizaram US\$ 4,8 bilhões. A África do Sul comprou US\$ 1,5 bilhão, cerca de 31%, seguida pelo Reino Unido (US\$ 710 milhões – 15%) e Angola (US\$ 405 milhões – 8,5%).

O déficit na balança comercial é compensado por superávits na conta de serviços, devido, em boa medida, ao turismo receptivo, e nas transferências internacionais, principalmente pelas receitas provenientes da SACU, as quais se espera cresçam nos próximos anos, motivadas pelo aumento das importações. Desse modo, a conta corrente do balanço de pagamentos namibiano é equilibrada, não registrando grandes resultados negativos ou positivos nos últimos anos. Projeta-se que o déficit em conta corrente seja ampliado de 0,3% do PIB, em 2011, para 0,5% do PIB, no ano corrente.

Como economia voltada para a exportação, a Namíbia dispõe de dois principais mecanismos destinados a atrair o Investimento Direto Estrangeiro: o “*Foreign Investment Act*” (implementado em 1990, estabelece igualdade de condições entre investidores locais e estrangeiros) e o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (de 1996, oferece benefícios como isenção fiscal, legislação trabalhista flexível, isenção do imposto de importação para a compra de maquinário e insumos básicos e permissão para manter conta corrente em moeda estrangeira nos bancos locais). Os investimentos externos têm se concentrado na área de exploração de minérios: Estados Unidos, Rússia, França, Cazaquistão e Índia possuem acordos com a Namíbia na área de exploração do urânio. O acordo com a Índia, assinado em 2009, prevê a construção de plantas nucleares e a capacitação de mão-de-obra namibiana. Ademais, diante das boas perspectivas em relação ao potencial petrolífero da plataforma marítima namibiana, o país tem recebido investimentos externos na área, inclusive por parte das brasileiras *Petrobrás* e *HRT Oil & Gas Exploration*. Também a estatal russa *Gazprom*, em parceria com a *Namcor*, firmou acordo para construção de Usina de Gás para gerar 800 megawatts em Walvis Bay, e tem planos para explorar petróleo *off-shore*.

A estabilidade política e a segurança jurídica são os dois grandes diferenciais que fazem da Namíbia um pólo de atração para investimentos estrangeiros. Em vista das particularidades do país, as melhores oportunidades de investimento estariam no campo dos minérios; da construção civil e projetos de engenharia; do processamento da pesca; e da geração de energia. Dependente da importação de energia, a Namíbia tem urgência na promoção de investimentos em fontes alternativas.

POLÍTICA EXTERNA

Um dos traços da política externa namibiana é a continuidade. O governo Pohamba mantém, em larga medida, as diretrizes da diplomacia do Governo Nujoma. Conforme explicitado em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba busca preservar não só o legado interno de paz, estabilidade, segurança e reconciliação nacional deixado pelo seu predecessor, mas também o legado externo de participação construtiva do país nas Nações Unidas, na União Africana, na SACU e na SADC, no Movimento Não-Alinhado e em outros organismos internacionais. A política externa namibiana caracteriza-se também por relações estreitas de amizade com países que lhe ajudaram materialmente durante as lutas pela independência tais como Cuba, a China e a Rússia, e por certa retórica anti-ocidental remanescente da luta contra o domínio colonial sul-africano e, como ressonância de um passado mais distante, do domínio alemão.

É também importante vetor da política externa namibiana a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. A administração Pohamba atribui à diplomacia a função de buscar criar condições externas que facilitem o desenvolvimento e propiciem o cumprimento das metas nacionais fixadas do III PND e do "Vision 2030".

Outro traço da política externa namibiana é o engajamento com o ideal de paz. O país apóia ativamente iniciativas multilaterais voltadas para estabelecer e garantir a paz regional e internacional. Entre 1999 e 2000, a Namíbia integrou o Conselho de Segurança da ONU e presidiu a 53ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Atualmente, o país tem participação, conquanto modesta, em quatro operações de paz das Nações Unidas no continente africano.

Ressalte-se a preocupação do Governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos líderes ao longo da luta pela emancipação política do país que hoje compõem os quadros diplomáticos do governo. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados ao país, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

União Africana

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo namibiano reconhece o apoio da Organização da União Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país.

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba acentuou que a Namíbia continuará a garantir o êxito da União Africana e de seu programa, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O país manterá seu apoio ao fortalecimento da capacidade da União Africana na prevenção, resolução e gerenciamento de conflitos em todo o continente. Como sintetizou o Presidente "uma

Namíbia pacífica necessita de vizinhos pacíficos, de um continente pacífico e de um mundo pacífico”.

SACU e SADC

Como entusiasta da integração regional, a Namíbia tem tido papel de destaque na SADC e na SACU. Como presidente de turno da SADC em 2010-2011, o Presidente Pohamba atuou de forma a enfatizar a cobrança de resultados e do tempestivo cumprimento da agenda comum.

Em 2007, a Namíbia chegou a rubricar Acordo provisório de Parceria Econômica com a União Européia, mas passou posteriormente a considerá-lo lesivo aos interesse nacionais. Em 2010, informou a UE de que não ratificaria o acordo rubricado. No momento, o país resiste à insistência europeia em assinar novo Acordo provisório de Parceria Econômica (EPA) até janeiro de 2014 – sob pena de perder acesso preferencial dos seus produtos ao mercado europeu. As autoridades namibianas argumentam que a assinatura do EPA implicaria concessões em pontos fundamentais da SACU – sobretudo no que diz respeito à proteção de indústrias nascentes - e fragilizaria os esquemas de integração regional da SADC.

A Namíbia ainda não concluiu seu processo de ratificação do ACP MERCOSUL-SACU, que segue sob a apreciação do Parlamento.

Conflitos na África

Em seus principais pronunciamentos de política externa, o Presidente Pohamba salienta que a paz e a segurança no continente são vitais para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo entendimento corrente na Chancelaria namibiana, a crise no Zimbábue tem dois pontos principais: a questão agrária e o não indiciamento dos atuais governantes. Conforme tal entendimento, a reforma agrária, embora justa e juridicamente correta, teria sido mal executada. A reação de Mugabe ao financiamento da oposição zimbabuana pelas potências ocidentais teria dado a britânicos e norte-americanos argumentos para ressaltar as violações aos direitos humanos. As sanções econômicas adotadas, a seguir, produziram caos econômico no país.

A Namíbia reconhece e apóia a República Árabe Saraaui Democrática (RASD), como questão de princípio, assim como a Frente Polisário, na condição de movimento de libertação. Mesmo antes da independência, a SWAPO e a Frente Polisário prestavam-se solidariedade mútua. A posição namibiana está, ademais, em consonância com a posição comum da SADC sobre a RASD. Tanto a RASD quanto o Reino do Marrocos mantêm relações diplomáticas com a Namíbia, por meio de embaixadas cumulativas sediadas em Luanda.

A atitude do Governo Pohamba quanto à crise na Líbia traduziu afinidades históricas e instrumentou-se na retórica anti-imperialista. O Presidente Pohamba, em discurso proferido no Dia da Independência (21 de março – poucos

dias após a Resolução 1973 do CSNU), afirmou que a Namíbia "deplora e lastima a invasão liderada por alguns países europeus, os Estados Unidos e o Canadá". Apontou que a Namíbia se pauta pela resolução do Conselho de Paz da União Africana segundo a qual "qualquer invasão estrangeira nos assuntos internos de qualquer nação africana deve ser condenada e rejeitada nos mais enérgicos termos".

Com respeito à crise sucessória na Costa do Marfim, Pohamba limitou-se a expressar "preocupação". À época, concitou as partes em conflito a iniciar um diálogo "fraterno no interesse supremo de seu país". Ao eximir-se de condenar Gbagbo - assim como evita condenar os métodos de governo de Robert Mugabe no Zimbábue -, Pohamba expôs-se a críticas internas que acusam a política externa namibiana de desprezo por valores democráticos e princípios constitucionais. A máxima "soluções africanas para problemas africanos" é sonoramente repetida na Namíbia.

África do Sul

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de persistir certa tensão, derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. Representa mais de 80% das importações namibianas e destino de cerca de 27% das exportações. A África do Sul é também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros.

A África do Sul exporta metade da energia elétrica e de todo o petróleo consumido pelo povo namibiano. Em 2006, a Namíbia assinou com a *Eskom*, estatal de eletricidade sul-africana, contrato de suprimento de energia sul-africana por quinze anos.

Alguns problemas na demarcação da fronteira, ao longo do rio Orange, chegaram a causar tensão nas relações com Pretória, mas atualmente há projetos de aproveitamento hidrelétrico comum do rio.

Angola

As relações com o Governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do Quartel-General do movimento independentista namibiano. As Forças Armadas da Namíbia, por sua vez, contribuíram para a queda final de Jonas Savimbi.

O Governo namibiano expressa reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o Governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. O Governo namibiano tem encorajado o setor privado do país a envolver-se na reconstrução e no processo de industrialização de Angola, particularmente nos campos de mineração, pesca marítima, agricultura, e infraestrutura. Dada a proximidade geográfica, a Namíbia tem sido uma importante rota de suprimentos e de investimentos para o sul

de Angola, onde grande parte da população se abastece nos entrepostos na fronteira namibiana.

Desde 2011, no entanto, decisão unilateral de Angola de adotar "moratória parcial" nas importações de produtos namibianos (cimento, produtos alimentícios e veículos usados), sob os argumentos da necessidade de esclarecer pontos relativos à regra de origem e de conter excesso de oferta, tem gerado desconforto entre os dois países. A suspensão das importações de cimento, produto que tinha no mercado angolano seu principal destino, é vista por empresários nacionais e pela *Namibia Manufacturers Association* (NMA) como mera proteção não-tarifária à economia angolana, historicamente deficitária na relação comercial com a Namíbia.

A fim de revigorar as relações econômicas e comerciais com o vizinho e superar o impasse, o Ministro da Indústria e Comércio, Hage Geingob, realizou visita a Luanda em julho de 2011. Apesar de o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial de 2004 ter instituído uma comissão bilateral para acompanhar sua implementação, esse comitê permanecia inativo. A contraparte angolana comprometeu-se a suspender a moratória às importações namibianas até o fim de 2011, embora, até o momento, a medida ainda se encontre vigente.

Ambos os países firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica na região fronteiriça.

Há cerca de 6.500 refugiados angolanos no norte da Namíbia. Esses refugiados já não seriam considerados refugiados políticos, como alegam, mas econômicos, visto que os conflitos armados no país foram superados há cerca de oito anos. Em verdade, os angolanos "refugiados" na Namíbia resistem à idéia de retornar a Angola, onde sua situação seria ainda mais precária. Os governos da Namíbia e de Angola negociam uma solução para o impasse.

Alemanha

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos pelo país no período colonial. Hoje a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infra-estrutura social e econômica do país. A Namíbia é o principal beneficiário *per capita* da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano. Em 2005, Berlim ofereceu 20 milhões de euros por ano em um período de dez anos, atendendo ao pleito de comunidades namibianas, a título de reparação pelas políticas opressivas adotadas durante a vigência do período colonial.

China

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é, hoje, uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa no país é considerável; cresceu constantemente nos últimos anos e continua a ampliar-se. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês.

A pauta de exportações chinesas para a Namíbia é cada vez mais diversificada; e compete, em vários itens, com a brasileira (têxteis, sapatos, equipamentos industriais). A ofensiva chinesa no setor de construção também pode, a médio e longo prazos, ameaçar interesses de empresas brasileiras.

Interessa ao governo namibiano, especialmente, atrair investimentos chineses em rodovias, portos, energia, telecomunicações, agricultura, pesca e mineração. É notável a participação chinesa em projetos de construção civil. Contaram com participação chinesa, entre outros, os projetos de construção da "State House" (complexo com escritórios e residência do Presidente da República); da Suprema Corte; da Corte de Magistrados de Katutura; e da "National Council", entre outros. Segundo estimativas da Embaixada chinesa em Windhoek, os investimentos chineses no país chegam a US\$ 35 milhões anuais, principalmente em construção, manufaturas, alimentos, saúde e desenvolvimento imobiliário.

A China vem-se firmando como parceiro privilegiado da Namíbia, e começa a ter ascendência no campo militar, inclusive naval, em concorrência direta com a presença brasileira. O país ofereceu navio para transporte de tropa e cursos de treinamento militar, que, por enquanto, não foram aceitos. Recentemente, doou 6,5 milhões de dólares para ampliação da escola de formação de oficiais da Força de Defesa da Namíbia. Ademais, ganhou concorrência para modernizar a base naval de *Walvis Bay*.

Assim, os chineses já superaram brasileiros na obtenção de licença para execução de pelo menos dois importantes projetos: modernização daquela base naval e para a construção de uma fábrica de cimentos.

Em pronunciamento recente, o presidente Hifikepunye Pohamba fez eloqüente defesa da presença chinesa na Namíbia, dizendo ser vergonhoso "que a comunidade empresarial negra local critique a atuação de empresários daquele país. Lembrou que os chineses são "amigos da Namíbia", pois deram seu apoio ao país durante as lutas de libertação. O Governo Pohamba busca mostrar a Pequim que seu governo não endossa hostilidades a empresas e aos investimentos chineses.

O ponto central do debate, porém, é a percepção de que a presença chinesa, ademais de competir com empresas namibianas, não tem trazido benefícios ao país em termos de capacitação, transferência de tecnologias, entre outros. Há ainda a percepção, corrente entre os vários comentaristas, de que os empresários chineses descumprem as leis trabalhistas assim como disposições legais sobre atividades bancárias e fiscais.

O Ministério da Indústria e Comércio anunciou em agosto de 2010 planos para coibir a entrada de estrangeiros que venham a atuar em pequenos e médios empreendimentos comerciais, em atenção à demanda da Câmara de Comércio e Indústria (NNCI), que vê na presença chinesa uma permanente ameaça à criação de empregos para namibianos.

Reforma da ONU

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba expressou a necessidade do fortalecimento das Nações Unidas para que a organização possa enfrentar os novos desafios e refletir a realidade contemporânea. Afirmou que a Namíbia continuará a apoiar os esforços para a reforma das Nações Unidas, incluindo a reforma do Conselho de Segurança, a fim de que este se torne mais representativo, democrático, legítimo e plenamente capaz de manter a paz e a segurança internacionais. Além disso, reiterou a urgência na reforma das instituições financeiras internacionais, para que atendam melhor às demandas dos países em desenvolvimento. Na AGNU, o Presidente Pohamba defendeu o incremento do papel e da autoridade da Assembleia Geral como principal órgão deliberativo e de "policy-making".

Embora tenha manifestado apoio ao pleito brasileiro ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a Namíbia deve seguir a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho. Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando 'assentos de segunda classe' para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

ANEXOS**Cronologia histórica do país**

1886-90 – Fronteiras internacionais atuais estabelecidas por tratados da Alemanha com Portugal e Reino Unido. A Alemanha anexa o território como África do Sudoeste.
1915 – A África do Sul ocupa o território após a Primeira Grande Guerra.
1920 – A Liga das Nações garante o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste.
1946 – As Nações Unidas não permitem a anexação da África do Sudoeste pela África do Sul. Esta, por sua vez, se recusa a manter aquela sobre tutela da ONU.
1958 - Herman Toivo Ya Toivo e outros criam o Congresso Popular Ovamboland, que se torna a South West Africa People's Organisation (SWAPO) em 1960.
1961 – Assembleia Geral das Nações Unidas pede que a termine seu mandato e estabelece a independência da África do Sudoeste como meta.
1966 – SWAPO lança luta armada contra ocupação sul-africana.
1968 – A África do Sudoeste é oficialmente nomeada Namíbia pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
1972 – A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecem a SWAPO como único representante legítimo do povo da Namíbia
1988 – África do Sul concorda com a independência da em troca da remoção das tropas cubanas de Angola.
1989 – Eleições para a Assembleia Constituinte da Namíbia supervisionadas pela ONU. SWAPO vence.
Março de 1990 – Namíbia se torna independente, com Sam Nujoma como primeiro presidente.
1994 – Enclave sul africano de Walvis Bay retorna à Namíbia.
1994 – Nujoma e a SWAPO reeleitos.
Dezembro de 1999 – Nujoma vence eleições para terceiro mandato presidencial.
Novembro de 2004 – Hifikepunye Pohamba, escolhido pelo Presidente Nujoma, vence eleições presidenciais. Ele é empossado em março de 2005.
Setembro de 2005 – Governo inicia desapropriação de terras pertencentes a fazendeiros brancos como parte do programa de reforma agrária.
2009 – Hifikepunye Pohamba é reeleito presidente para mais um mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987 – Visita de Dr. Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney, março.
1989 – Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, novembro.
1990 – Criação da Embaixada do Brasil em Windhoek e apresentação de credenciais do primeiro Embaixador brasileiro (Mario Augusto Santos).
1991 – Visita do Presidente Fernando Collor a Windhoek (setembro).
1994 – Assinatura de Acordo de Cooperação Naval, 4 de março.
1995 – Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros, Theo Ben-Gurirab, para Reunião da Comissão Mista, Brasília.
1995 – Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1995 – Visita oficial do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, (Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro).
1999 – Visita de Estado do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, Brasília.
2001 – Assinatura de Acordo sobre Cooperação Naval.
2003 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Windhoek.
2003 – Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília.
2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Windhoek.
2004 – Visita de trabalho do Presidente Sam Nujoma, São Paulo.
2005 – Visita do Vice-Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba.
2008 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, a Brasília.
2009 – Visita oficial do Presidente Hifikepunye Pohamba.
2009 – Visita do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Namíbia. Assinatura de Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa.
2011 – Visita do Ministro Antonio Patriota a Windhoek (julho); realização da II Reunião da Comissão Mista (11-12 de julho).
2012 – Visita do Ministro Utoni Nujoma a Brasília (maio)

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum	29/10/1992	28/11/1992
Acordo de Cooperação (Acordo Naval)	04/03/1994	Substituído
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval (substituiu o Acordo de 1994)	03/12/2001	11/07/2003
Memorandum de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	19/03/2003	19/03/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Urbano	29/09/2003	29/09/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia"	07/11/2003	07/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbia"	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	07/11/2003	Vigência de 5 anos, a partir de 07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação de Esporte	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional	08/11/2003	08/11/2003
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	17/09/2008	17/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Gestão de Resíduos Sólidos"	20/05/2011	20/05/2011
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	01/06/2009	Em ratificação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia – Fase II"	14/07/2011	14/07/2011

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

QUADROS COMPARATIVOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL COM FONTE BRASILEIRA E ESTRANGEIRA

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - NAMÍBIA	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	17,2	23,6	52,4	19,6	25,6
Exportações brasileiras para Namíbia (fob)	16,5	22,9	52,4	19,4	24,3
Importações brasileiras procedentes de Namíbia (fob)	0,7	0,7	0,0	0,2	1,3
Saldo	15,8	22,2	52,4	19,2	23,0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte de Namíbia

NAMÍBIA - BRASIL	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾
Intercâmbio	15,9	25,4	52,0	19,6	25,6
Exportações de Namíbia para o Brasil (fob)	0,05	0,1	0,0	0,2	1,3
Importações de Namíbia procedentes do Brasil (cif)	15,8	25,3	52,0	19,4	24,4
Saldo	-15,7	-25,2	-52,0	-19,2	-23,1

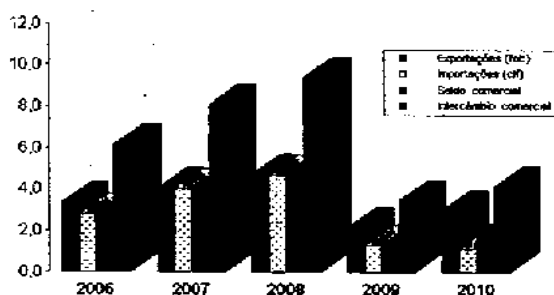
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, December 2011.

(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

NAMÍBIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	3,4	4,0	4,7	2,1	3,0
Importações (cif)	2,8	4,0	4,7	1,3	1,1
Saldo comercial	0,6	0,0	0,0	0,8	1,8
Intercâmbio comercial	6,2	8,1	9,4	3,4	4,1

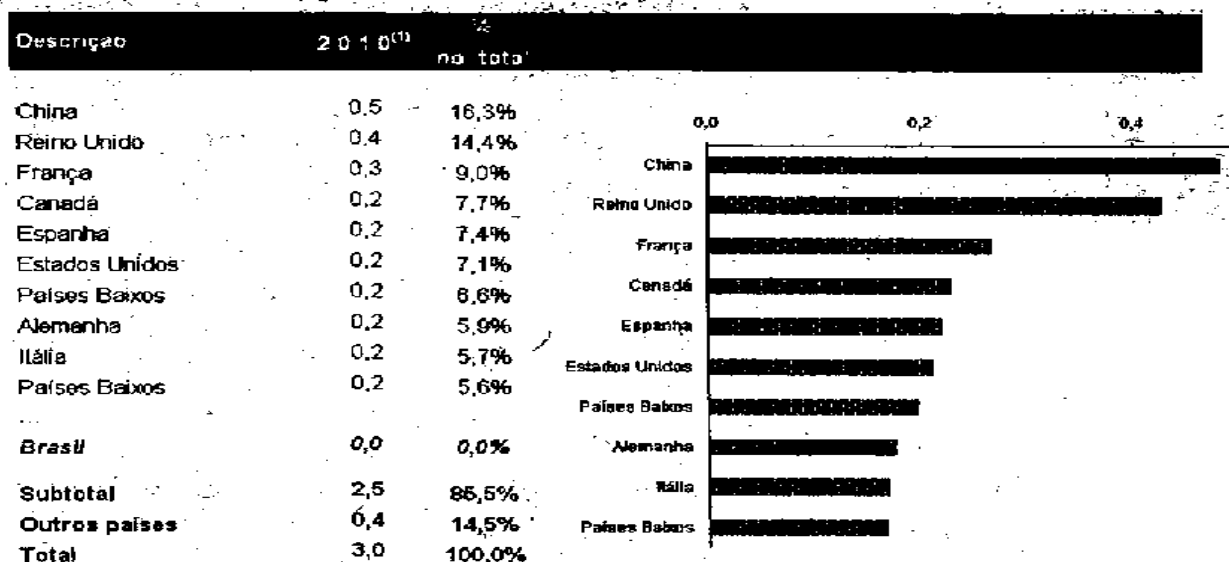
(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.



O comércio exterior da Namíbia apresentou, em 2010, um declínio de 34% em relação a 2006, passando de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 4,1 bilhões. No ranking do FMI a Namíbia figurou como o 147º mercado mundial.

NAMÍBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

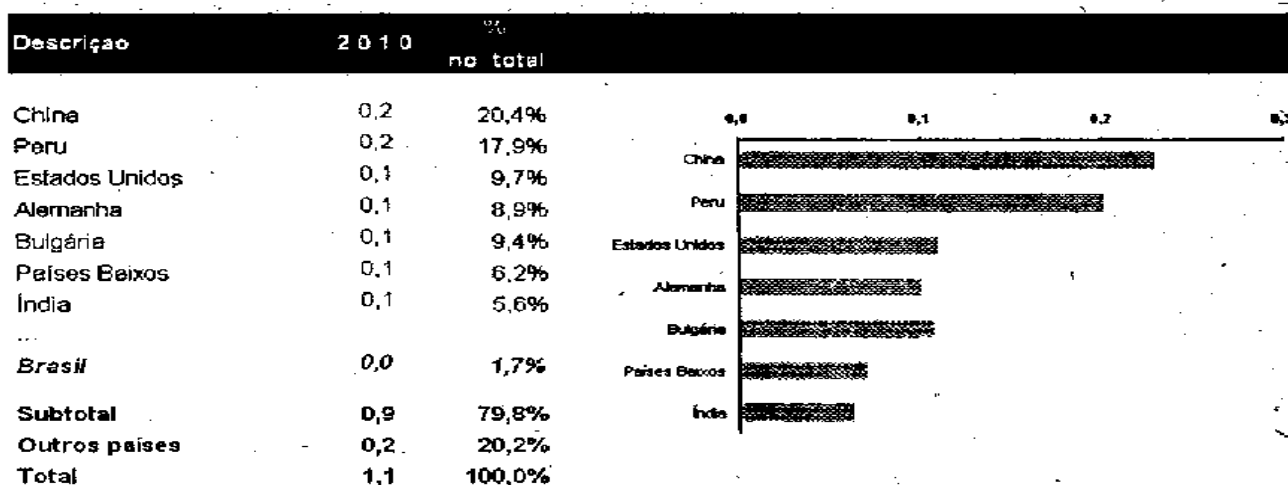


(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

As exportações da Namíbia à China e ao Reino Unido representam em torno de 30% da pauta em 2010⁽¹⁾. O Brasil obteve o 60º lugar entre os principais destinos em 2010.

NAMÍBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

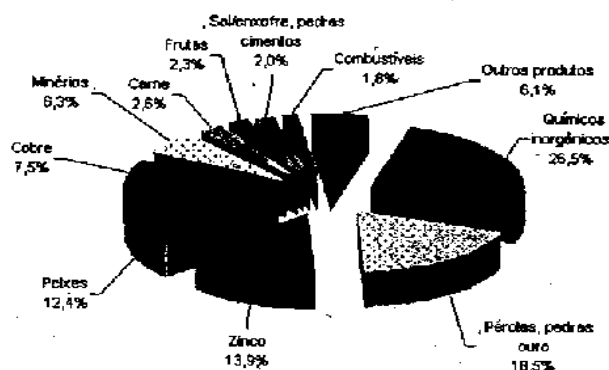


(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

China, Peru e Estados Unidos são os principais fornecedores de bens a Namíbia, em 2010⁽¹⁾ responderam por 48% do total. O Brasil posicionou no 12º lugar, com 1,7% da demanda importadora do país.

NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**2010 - Em %**

Descrição	% no total
Químicos inorgânicos	26,5%
Pérolas, pedras, ouro	18,5%
Zinco	13,9%
Peixes	12,4%
Cobre	7,5%
Minérios	6,3%
Carne	2,6%
Frutas	2,3%
Sal/enxofre, pedras, cimentos	2,0%
Combustíveis	1,8%
Subtotal	93,9%
Outros produtos	6,1%
Total	100,0%

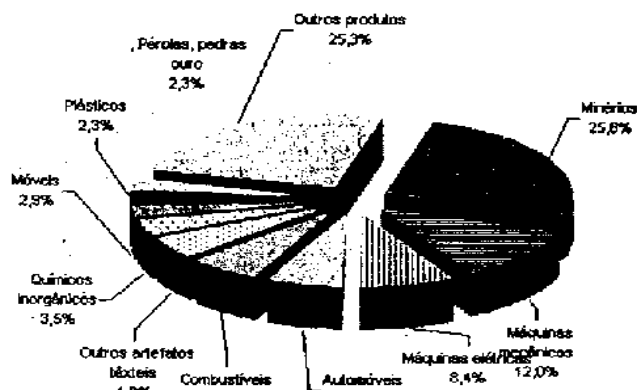


Elaboração: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA DA UFPA, com base nos dados do Ministério da Economia da Namíbia.

Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: químicos-orgânicos (27%); pérolas, pedras e ouro (19%); zinco (14%); peixes (12%); cobre (7,5%). Esses itens em conjunto somaram 79% da pauta em 2010.

NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES**2010 - Em %**

Descrição	% no total
Minérios	25,8%
Máquinas mecânicas	12,0%
Máquinas elétricas	8,4%
Automóveis	6,5%
Combustíveis	6,1%
Outros artefatos têxteis	4,8%
Químicos inorgânicos	3,5%
Móveis	2,9%
Plásticos	2,3%
Pérolas, pedras, ouro	2,3%
Subtotal	74,7%
Outros produtos	25,3%
Total	100,0%



Elaboração: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA DA UFPA, com base nos dados do Ministério da Economia da Namíbia.

Os principais produtos importados pela Namíbia em 2010 foram: minérios (26%); máquinas mecânicas (12%); máquinas elétricas (8%); automóveis (6,5%); combustíveis (6%).

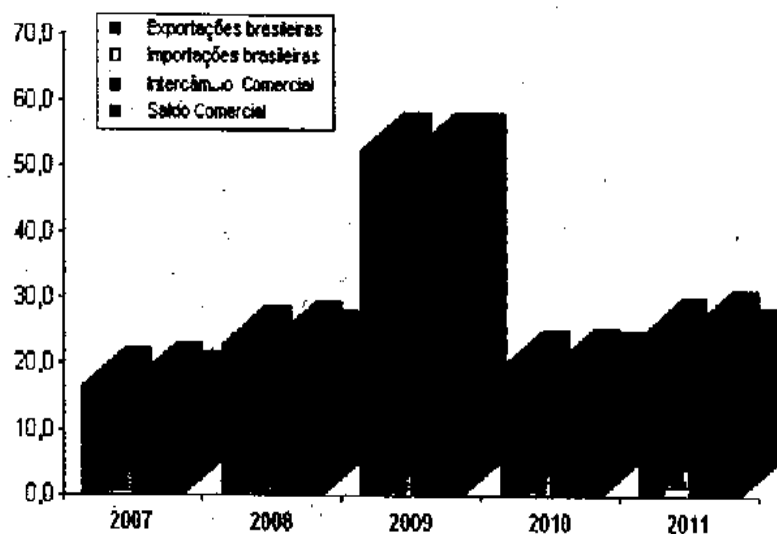
BRASIL-NAMÍBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	16,5	22,9	52,4	19,4	24,3
Variação em relação ao ano anterior	31,0%	38,8%	128,8%	-63,0%	25,3%
Importações brasileiras	0,7	0,7	0,0	0,2	1,3
Variação em relação ao ano anterior	503,6%	-3,0%	-99,7%	10800,0%	479,4%
Intercâmbio Comercial	17,2	23,6	52,4	19,6	25,6
Variação em relação ao ano anterior	35,1%	37,2%	122,5%	-62,6%	30,3%
Saldo Comercial	15,8	22,3	52,4	19,2	23,0

Elaborado pelo MPE-DF/RSI - Diretoria de Comércio Exterior, com base em dados do YB COMEX/ANEXO

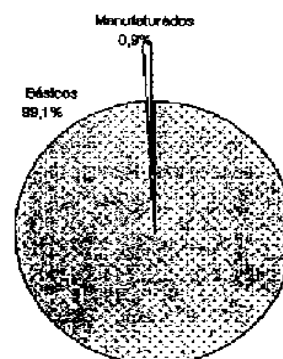
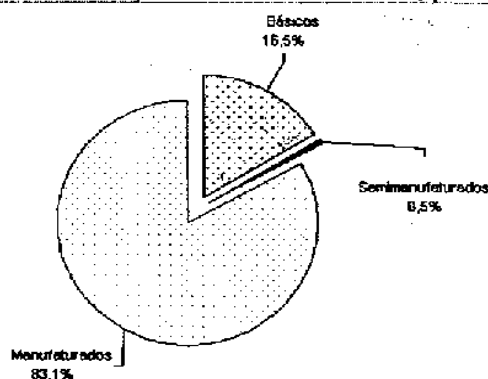
A Namíbia foi o 142º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 49%, passando de US\$ 17 milhões, para US\$ 26 milhões, sendo 47% nas exportações e 89% nas importações. A participação da Namíbia no comércio exterior brasileiro foi de 0,01% em 2011.



BRASIL-NAMÍBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	4,0	16,5%	1,2	99,1%
Semimanufaturados	0,1	0,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	20,2	83,0%	0,0	0,9%
Total	24,3	100,0%	1,2	100,0%

As exportações brasileiras para a Namíbia são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 83,1% das vendas em 2011, em seguida foram os básicos com 16,5% e os semimanufaturados com 0,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representados pelos peixes e sementes foram quase a totalidade dos bens importados com 99,1% da pauta.



BRASIL-NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Namíbia 2011
			Valor	% no total	
Embarcações flutuantes	23,8	0,0	6,0	24,7%	
Móveis	7,3	7,6	4,9	20,1%	
Açúcar	9,8	2,3	2,9	11,9%	
Máquinas mecânicas	0,6	1,5	2,6	10,8%	
Carnes	1,4	1,3	2,6	10,6%	
Cereais	0,0	0,4	1,4	5,7%	
Automóveis	0,1	0,0	1,2	4,7%	
Cerâmicos	0,3	0,4	0,4	1,7%	
Outros artefatos têxteis	0,0	0,2	0,1	0,6%	
Instrumentos médicos	0,0	0,0	0,1	0,4%	
Subtotal	43,2	13,7	22,2	91,2%	
Outros produtos	9,2	6,7	2,1	8,8%	
Total	52,4	19,4	24,3	100,0%	

As exportações para a Namíbia são bem diversificadas, sendo embarcações flutuantes o principal produto da pauta em 2011 (25%), os demais em destaque foram móveis (20%), açúcar (12%), máquinas mecânicas (11%), carnes (11%), juntos somarem 78% da pauta.

BRASIL-NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias da Namíbia, 2011
			Valor	% no total	
Peixes	0,0	0,2	1,0	77,2%	
Sementes	0,0	0,0	0,3	21,6%	
Subtotal	0,0	0,2	1,2	98,8%	
Outros produtos	0,0	0,0	0,0	1,2%	
Total	0,0	0,2	1,3	100,0%	

As importações brasileiras originárias da Namíbia foram representadas basicamente por dois produtos no ano de 2011: peixes com 77% da pauta em 2011 e sementes com 22%.

Aviso nº 715 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MENSAGEM
Nº 71, DE 2012
(nº 369/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Os méritos do Senhor Ricardo Neiva Tavares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



EM nº 00235/2012 MRE

Brasília, 2 de Julho de 2012

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 235/DP/AFEP/G-MRE/APES

Brasília, 2 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RICARDO NEIVA TAVARES

CPF.: 221.191.241-91

ID.: 7729 MRE

1957 Filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro-RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
1984 École Nationale d'Administration/ENA (Promotion Léonard de Vinci), Paris/FR
1985 CAD - IRBr
1997 CAE - IRBr, As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
1982 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário
1994 Conselheiro
2001 Ministro de Segunda Classe
2005 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1980-85 Divisão da Europa I, Assistente
1985-86 Divisão da Europa II, Assistente
1986-89 Embaixada em Paris, Segundo e Primeiro-Secretário

1989-93 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário
1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
1993-95 Secretaria-Geral, Assessor
1995-98 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
1998-01 Embaixada em Camberra, Conselheiro
2000 LII Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Adelaide, Chefe da Delegação
2001 Departamento Econômico, Assessor
2001-03 Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenador-Geral
2003-06 Assessoria de Comunicação Social, Chefe
2006-08 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
2008 Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, Embaixador
2008 I Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação
2008 II Reunião do Comitê Diretivo do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia, Bruxelas, Chefe da Delegação
2009 I Reunião de Altos Funcionários do Diálogo Estruturado sobre Migrações entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
2009 XXIX Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
2010 Missão do Brasil junto à União Europeia, Embaixador
2010 III Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação

Condecorações:

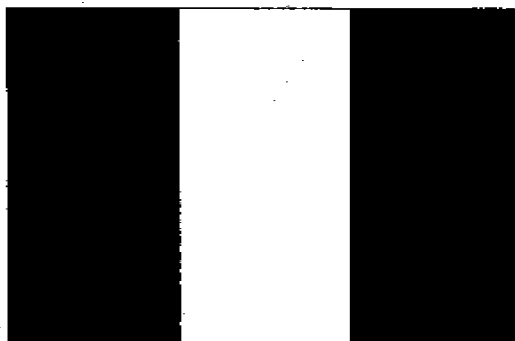
1985 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Comendador
2005 Ordem Al Alaoui, Marrocos, Comendador
2006 Ordem da Legião de Honra, França, Oficial
2008 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial
2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

1999 As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas, Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, Brasília


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA ITALIANA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Italiana
CAPITAL	Roma
ÁREA	301.333 km ²
POPULAÇÃO	59,9 milhões (est. 2009)
RELIGIÃO	Catolicismo (mais de 90%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Giorgio Napolitano (desde mai/06)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mario Monti (desde nov/11)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Giulio Terzi (desde nov/11)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gherardo La Francesca (desde ago/09)
EMBAIXADOR EM ROMA	José Viegas Filho (desde abr/09)
PIB (est. 2010)	US\$ 2,051 trilhões
PIB per capita (est. 2010)	US\$ 33,9 mil
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 1,908 trilhão
PIB PPP per capita (est. 2010)	US\$ 31,5 mil
MOEDA	Euro (€)

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL ITALIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (1-4-12)
Intercâmbio	4.958,5	5.504,9	6.406,8	7.811,6	9.378,0	6.679,8	9.072,9	11.663,7	1.695,4
Exportações	2.909,0	3.228,7	3.836,4	4.463,7	4.765,1	3.016,2	4.235,3	5.440,9	681,6
Importações	2.049,4	2.276,2	2.570,4	3.348,0	4.612,9	3.663,6	4.837,6	6.222,8	1.013,7
Saldo	859,6	952,5	1.266,0	1.115,7	152,1	-647,5	-602,3	-781,9	-332,1

Fonte: MDIC

DADOS BIOGRÁFICOS

Giorgio Napolitano
Presidente da República

Nascido em Nápoles, em 29 de junho de 1925. Casado, pai de dois filhos.

Formação acadêmica:

1947: Graduado em Direito pela Universidade de Nápoles

Atividade profissional e política:

1943: participa dos movimentos de resistência ao nazifascismo na região da Campânia.

1945: ingressa no Partido Comunista Italiano (PCI). Secretário federal em Nápoles e Caserta.

1953-1996: Deputado, reeleito em diversos mandatos, pela circunscrição de Nápoles.

1956: responsável pela Comissão Meridional do Comitê Central do PCI.

1960-1962: responsável pela seção do "Trabalho de Massa".

1963-1966: Secretário da Federação Comunista de Nápoles.

1966-1969: membro da Direção Nacional do PCI. Coordenador dos departamentos de Secretaria e Político do Partido.

1969-1975: responsável pela Política Cultural do PCI.

1976-1979: porta-voz do PCI junto ao Governo Andreotti. Responsável pelos temas de política econômica no PCI.

1981-1986: presidente do grupo parlamentar do PCI na Câmara dos Deputados.

1986: Diretor de política externa e relações internacionais do PCI.

1989-1992: eleito pelo PCI ao Parlamento Europeu.

1989: nomeado Ministro do Exterior do "Gabinete Sombra" do PCI.

1991: participa da fundação do Partido Democrático de Esquerda (PDS).

1992: nomeado Presidente da Câmara dos Deputados.

1996-1998: Ministro do Interior do Governo Prodi.

1999-2004: eleito pelo PDS ao Parlamento Europeu.

23 de setembro de 2005: nomeado Senador vitalício.

10 de maio de 2006: eleito Presidente da República.

Mario Monti
Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) e Ministro da
Economia e Finanças

Nascido em 19 de março de 1943, em Varese, foi membro da Comissão Europeia, responsável pelo mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais. Em 1965 graduou-se em Economia na Universidade Bocconi, em Milão.

Além de vários cargos no setor privado (conselhos de empresas como Fiat, Generali, Comit, onde foi vice-presidente de 1988 a 1990), Monti ocupou cargos de destaque em vários comitês governamentais e parlamentares. Em 1995 tornou-se membro da Comissão Santer, assumindo a chefia de mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais da Comunidade Europeia.

Colunista do *Corriere della Sera*, Monti é autor de numerosas publicações, dedicadas especialmente a questões de economia monetária e finanças, incluindo: "Questões de Economia Monetária" (1969) e "O Sistema Financeiro e de Crédito Italiano" (1982).

Em novembro de 2011, o Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano, nomeou Mario Monti Senador vitalício. Poucos dias depois, na sequência da crise política, econômica e internacional que levou à queda de Silvio Berlusconi, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros.

Giulio Terzi di Santa Agata
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália

Nascido em 09/06/1946, em Bérgamo (Lombardia).

Graduado em Direito, pela Universidade de Milão, onde especializou-se em Direito Internacional.

Experiência profissional:

1973: ingresso no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1973-1975: atuou no Cerimonial da República, na organização de visitas de delegações italianas ao exterior.

1975-1978: Embaixada da Itália em Paris (Primeiro Secretário, Setor Político).

1978: assessor especial do Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros.

1980-1986: Conselheiro Econômico e Comercial no Canadá.

1986: Cônsul-Geral em Vancouver, durante a "Expo 86".

1987-1989: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral de Assuntos Econômicos e Direção-Geral de Pessoal, Chefe de Divisão).

1990-1993: Representação da Itália junto à OTAN (Bruxelas), Conselheiro.

1993-1998: Representação da Itália junto às Nações Unidas (Nova York), Conselheiro, Ministro, Vice-Representante Permanente.

1999-2001: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Secretário-Geral Adjunto).

2002-2004: Embaixador da Itália em Tel-Aviv.

2004-2008: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diretor-Geral de Cooperação Política Multilateral e Direitos Humanos, Diretor Político).

2008-2009: Representante Permanente da Itália nas Nações Unidas (Nova York).

Outubro de 2009: Embaixador da Itália em Washington.

16/11/2011: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Mario Monti.

POLÍTICA INTERNA

A República Italiana é um Estado unitário de regime parlamentar. O Chefe de Estado é o Presidente Giorgio Napolitano, eleito em maio de 2006 para mandato de 7 anos. O Chefe de Governo é o Presidente do Conselho de Ministros Mario Monti, no cargo desde 16 de novembro de 2011, na condição de líder de um Executivo técnico de transição formado após crise de governabilidade durante a quarta gestão de Silvio Berlusconi. O atual Governo tem como mandato promover uma série de reformas econômicas, financeiras e sociais pactuadas com as instituições comunitárias em Bruxelas, a fim de fortalecer a Itália frente à crise europeia.

Como resultado das eleições de 2008, o Parlamento italiano conta hoje com a presença de seis partidos políticos e de considerável parcela de deputados e senadores pertencentes ao chamado “Grupo Misto” (sem partido). Ideologicamente, os partidos representados são, na centro-esquerda, o Partido Democrático (PD) e o movimento “Italia dei Valori” (IDV); na centro-direita, a Liga do Norte e o “Popolo della Libertà (PDL; o partido do ex-Premiê Berlusconi, formado pela fusão de seu antigo partido “Forza Italia” e da Aliança Nacional, com raízes na extrema direita); e, no centro “moderado”, a “União dos Democratas Cristãos e de Centro” (UDC), o “Futuro e Libertà per l’Italia (FLI, formado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Gianfranco Fini, após desentendimentos com Berlusconi) e a “Alleanza per l’Italia” (API, uma dissidência do Partido Democrático).

Recentes eleições provinciais demonstraram acentuada queda de popularidade dos partidos de direita. As próximas eleições legislativas, com subsequente escolha dos Chefes de Estado e de Governo, estão previstas para março de 2013.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Itália atravessa momento econômico de complexidade, no contexto da crise que ora afeta a zona do Euro. A economia italiana – que já vinha apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus há anos e uma dívida pública em torno de 120% do PIB – apresentou forte deterioração no contexto de agravamento da crise da zona do euro em fins de 2011, com crescente desconfiança dos agentes econômicos relativa à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos.

A seriedade do cenário econômico levou à substituição do então Presidente do Conselho de Ministros, Silvio Berlusconi, pelo economista Mario Monti, em novembro de 2011. O novo Chefe de Governo, que acumula o cargo de Ministro de Economia e Finanças, levou a cabo, então, amplo pacote de austeridade e reformas, com significativos cortes orçamentários e aumento de impostos.

Passados quase sete meses da posse de Monti, há sinais de recuperação, ainda que insuficientes para acalmar os mercados e afastar a instabilidade econômica. Com reformas nos setores tributário, trabalhista, previdenciário e no financiamento de obras públicas, Monti adotou “guerra declarada” à evasão fiscal e logrou implementar medidas para a simplificação burocrática e liberalização de profissões. Parecem ainda tímidas, porém, as ações para a retomada do crescimento nacional.

Recentes medidas deverão reduzir o consumo interno em 7,6%. Dados oficiais revelam quadro recessivo com previsão de que a carga tributária atinja, em 2012, 45,5% do PIB, cifra sem precedentes. A Confindustria acredita em uma retração do PIB de 1,6%, em 2012, e na manutenção do quadro recessivo em 2013, com possível perda de 800 mil postos de trabalho. A Comissão Europeia prevê crescimento negativo de 1,4% do PIB em 2012 – queda levemente menor do que a prevista pela Economist Intelligence Unit, de 1,9% – e recuperação em 2013, quando a economia italiana deverá crescer 0,4%. A Comissão projeta desemprego de 9,5% neste ano e 9,7% em 2013; inflação de 3,2% em 2012 e 2,3% no ano seguinte; e quedas no déficit público, de 2,0% para 1,1%, e da dívida, de 123,5% para 121,8%, naqueles anos.

Em 2011, o comércio exterior italiano cresceu 16% em relação a 2010, alcançando US\$ 1,04 trilhão. As importações italianas em 2011 aumentaram 15%, atingindo volume de cerca de US\$ 525 bilhões. Seus principais fornecedores foram Alemanha, França, China e Países Baixos. A UE é origem de 53% das importações da Itália. O Brasil está em 22º lugar entre os fornecedores à Itália.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Certamente contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de italo-descendentes fora da Itália), a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano). Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

As relações Brasil-Itália mantêm forte dinamismo em áreas tais como cooperação trilateral e comércio e investimentos. A Itália é a terceira maior parceira comercial do Brasil na UE, após a Alemanha e os Países Baixos; uma vez que os PB se acham nessa posição por conta do efeito concentrador do Porto de Roterdã, a Itália se encontra, na prática, na segunda posição entre os países da UE, com corrente total de US\$11 bilhões e exportações brasileiras de US\$5,4 bilhões.

Apesar do dinamismo do quadro geral das relações bilaterais, persistem diferenças de enfoque sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que a Itália se posiciona de forma contrária às propostas do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão). O relacionamento bilateral foi pontuado recentemente por dois temas: o bloqueio das contas das Missões brasileiras no país (os Tribunais de Milão e Siena decidiram em favor do Governo brasileiro e decretaram o fim da penhora) e o caso Battisti.

Não obstante detalhes pontuais, a relação política e econômica é extremamente sólida e produtiva. Os contatos de alto nível prosseguem: a Presidenta Dilma avistou-se com o PM Monti no dia 18/jun passado, em Los Cabos, no México. Registra-se fluxo regular de visitas Ministeriais e há realização constante de missões empresariais, que têm culminado em diversos projetos de investimento no Brasil de capital italiano.

Plano de Ação e Parceria Estratégica Brasil-Itália

Por ocasião do encontro entre o ex-Presidente Lula e o ex-Primeiro-Ministro Berlusconi em abril de 2010, em Washington, à margem da Cúpula de Segurança Nuclear, Brasil e Itália celebraram o Plano de Ação no âmbito da Parceria Estratégica bilateral, lançada em Declaração Conjunta do Presidente Lula e do então Primeiro-Ministro Romano Prodi, quando de sua visita ao Brasil em novembro de 2007.

O Plano prevê uma série de iniciativas para aprofundar o diálogo político bilateral e a cooperação em diversas áreas: espacial, de defesa, econômico-comercial, industrial, financeira, energética, cultural e acadêmica, entre outras. Na esfera política, o Plano prevê um diálogo de alto nível sobre temas relevantes e urgentes da agenda multilateral, com ênfase no compromisso de contribuir de forma positiva para uma reforma abrangente da ONU, inclusive do CSNU.

No documento, ambos os países sublinham a grande importância que atribuem ao diálogo construtivo, institucionalizado e regular entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para a moldura de uma nova arquitetura financeira internacional e ressaltam a relevância do G20F como foro de resposta a questões econômicas e de governança financeira internacional. No âmbito regional, os dois países reiteram no documento a importância da Parceria Estratégica entre Brasil e UE na construção de uma ordem internacional multipolar e defendem a retomada das negociações de um Acordo de Associação entre Mercosul e UE, na

expectativa de que se chegue a um entendimento ambicioso, equilibrado e abrangente.

O Plano de Ação também prevê o desenvolvimento de um relacionamento privilegiado na área de defesa, embasado na parceria industrial e na transferência de tecnologia. Na esfera econômico-comercial, o documento registra que Brasil e Itália pretendem utilizar, de forma crescente, suas agências de fomento para estimular os investimentos, a cooperação industrial e o comércio bilateral, no entendimento de que se devem estimular novos mecanismos financeiros para ampliar o acesso ao crédito e incrementar o comércio bilateral.

Assuntos Consulares

O Brasil é o país com o maior número de italodescendentes fora da Itália, com números estimados entre 28 e 35 milhões de nacionais brasileiros com origem italiana. Os dados mais recentes (2010-11) sobre brasileiros residentes na Itália contabilizam 77 mil nacionais (62 mil sob a jurisdição do Consulado-Geral em Milão e 15 mil no âmbito do Consulado-Geral em Roma).

Representações consulares brasileiras com suas respectivas jurisdições

O Brasil possui dois Consulados-Gerais na Itália – um em Roma, outro em Milão.

Ademais, há consulados honorários em Bari, Florença, Nápoles, Palermo, Bolonha, Gênova, Turim e Veneza.

Programa Ciência Sem Fronteiras

O programa deve levar 6 mil estudantes e pesquisadores brasileiros para a Itália nos próximos 4 anos (400 deverão chegar já a partir de agosto de 2012). O acompanhamento das atividades dos bolsistas será realizada, em coordenação com a CAPES/CNPq e o Itamaraty (por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma), pela Secretaria Técnica do CsF na Itália, sediada na Universidade de Bolonha.

A Itália é um dos cinco primeiros parceiros do Brasil no âmbito do Programa CsF. Quatorze reconhecidas universidades e centros de pesquisas públicos e privados (associados à empresa Itália Telecom, proprietária da TIM) da Itália formalizaram sua adesão ao programa.

Cooperação em ciência e tecnologia

A cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação é regida pelo “Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica” de 1997, em vigor desde 1999. Está previsto no acordo a criação de Comissão Mista Permanente, para

implementar o instrumento e acompanhar o andamento de iniciativas bilaterais em ciência & tecnologia (“C&T”). No Plano de Ação da Parceria Estratégica, as partes se comprometeram a reunir a I Comissão Mista de Cooperação em C&T no segundo semestre de 2010.

Em novembro de 2009, o Grupo de Trabalho sobre C&T reuniu-se no âmbito da IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, quando foram discutidas iniciativas de ação conjunta nas áreas de saúde, telecomunicações, metrologia, pesquisa agrícola, espacial, mecanismos de desenvolvimento limpo, cooperação acadêmica e universitária e biocombustíveis de segunda geração. Houve a aprovação de nove projetos no edital do “Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Itália 2008-2010” e a assinatura de convênio entre o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T e Inovação (CONSECTI) e a Embaixada da Itália em Brasília para realização no Brasil de seminários e outros eventos na área de C&T.

Cooperação técnica

Brasil e Itália celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 1972. Ao abrigo desse instrumento, está em execução, desde junho de 2004, “Programa para Prevenção e para o Controle de Incêndios na Floresta Amazônica” (“Amazônia sem Fogo”), em parceria com o IBAMA e o MMA.

Cooperação trilateral

Devido ao sucesso do programa “Amazônia sem Fogo” no Brasil, decidiu-se expandi-lo para outros países da Bacia Amazônica por meio da cooperação trilateral.

Cabe destacar ainda a importância do Projeto de “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo C”, no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo.

Do lado brasileiro, o projeto é patrocinado pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal. O projeto tem o apoio da Aliança de Cidades e insere-se na “Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo”.

Cooperação descentralizada

O “Projeto 100 Cidades”, ativo desde 2005, é promovido pela Cidade de Turim, pela ANCI (Associação Nacional de Prefeituras Italianas), pela Província de La Spezia, pela UPI (União das Províncias da Itália) e pela FNP (Frente Nacional de Prefeitos – Brasil). Conta com apoio institucional da Presidência da República e do Ministério das

Cidades. O objetivo é apoiar as políticas de descentralização administrativa e democracia participativa do Governo brasileiro, por meio de atividades de cooperação descentralizadas e de valorização das competências das administrações locais italianas e brasileiras. O Programa visa à construção de um quadro de referência institucional e temático, com vistas a facilitar o relacionamento, as parcerias e a coordenação das atividades de cooperação entre os entes locais brasileiros e italianos.

O Programa “Brasil Próximo” visa a apoiar o desenvolvimento local integrado no território, por meio da concertação e da pactuação dos entes federativos. Os eixos trabalhados pela iniciativa são o turismo; o cooperativismo; o desenvolvimento econômico local; e as políticas sociais. São dezenas de projetos em nove regiões brasileiras abarcando mais de sessenta municípios e oito estados brasileiros. Com duração de 2009 a 2011, o projeto foi criado a partir da parceria das regiões italianas da Umbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria e conta com apoio institucional e financeiro Chancelaria italiana e dos Governos locais, Estaduais e Federal do Brasil.

Cooperação cultural

Desde a assinatura do Acordo Cultural, em 1958, as relações Brasil-Itália sobre o tema tem ampliado seu escopo e substância. Uma série de atos bilaterais na área cultural foram assinados nas décadas seguintes, sobretudo nos últimos anos, com ênfase especial na área de co-produção cinematográfica, a exemplo dos Acordos sobre Co-Produção Cinematográfica, de 1974, e o Acordo de Cooperação Cultural, de 1997, que veio a substituir o Acordo Cultural de 1958.

“Momento Itália-Brasil”

O Governo italiano tem promovido, no período 2011-2012, o evento cultural “Momento Itália-Brasil”, com a finalidade de valorizar e divulgar a cultura italiana no Brasil. Tal iniciativa se baseia no exemplo do “Ano do Brasil na França” e deve traduzir-se na realização de uma série de atividades artísticas, culturais e de natureza acadêmica. Foram realizadas exposições, concertos, seminários, apresentações teatrais, mostras de cinema e debates.

Cooperação universitária

Entendimentos mantidos entre a Embaixada do Brasil em Roma e a Universidade de Bolonha levaram à criação, em 15/04/11, da Fundação Cultural Ítalo-Brasileira (FIBRA), nos moldes da existente na Espanha com a Universidade de Salamanca, para incentivar e desenvolver atividades formativas, científicas e culturais que promovam o conhecimento da realidade brasileira na Itália. Essa iniciativa se ajusta aos objetivos do Plano de Ação firmado pelos dois Governos, o qual propõe, entre suas prioridades no campo cultural, “a aproximação continuada e o conhecimento recíproco

entre as sociedades brasileira e italiana”, por meio de atividades de difusão da língua portuguesa, da promoção da cultura brasileira na Itália e da cooperação universitária bilateral.

Cooperação espacial

Na Europa, a Itália, juntamente com França, Alemanha e Espanha, é um dos líderes em termos de desenvolvimento tecnológico no campo espacial.

Na visita à Itália do ex-Presidente Lula, em novembro de 2008, foi assinada Carta de Intenções entre AEB e ASI, identificando áreas de interesse mútuo. Entre as áreas identificadas, destacam-se ciências espaciais; observação da Terra; comunicações espaciais; atividades estratosféricas; e educação e capacitação técnica. O instrumento prevê o intercâmbio de técnicos, a organização de seminários, e a cooperação entre institutos e indústrias dos respectivos setores espaciais.

Caso Battisti

O caso Cesare Battisti remonta a 18 de março de 2007, quando o ex-militante dos Proletários Armados para o Comunismo (PAC) foi detido no Brasil, tendo o então Ministro da Justiça da Itália, Clemente Mastella, feito o pedido de sua extradição.

Desde então, os vários desdobramentos do caso incluíram concessão de “status” de refugiado político pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro (13/01/2009), parecer do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, recomendando o arquivamento do processo de extradição (27/01/2009) e recurso da Itália para reverter a decisão de refúgio. Em 18 de novembro de 2009, o STF autorizou a extradição, mas determinou que caberia ao Presidente da República decidir sobre a efetivação da entrega de Cesare Battisti às autoridades italianas.

Em 31 de dezembro de 2010, o Presidente Lula anunciou a decisão de não-extradição, devido à situação particular de Battisti. Durante o processo envolvendo o caso, ocorreram várias manifestações, nos mais diversos níveis, da classe política italiana e da sociedade civil. O Presidente Napolitano dirigiu carta à Presidenta Dilma (13/01/11), na qual anunciou a intenção italiana de impetrar recurso contra a denegação da extradição. A Presidenta Dilma respondeu a referida carta (24/01/11), enfatizando ter sido a decisão presidencial tomada com fundamento em parecer da AGU e reiterando que a denegação não equivalia a juízo de valor sobre o judiciário italiano.

Em 8 de junho de 2011, o STF decidiu pelo não-conhecimento da ação apresentada pelo Governo italiano no sentido de que fosse invalidada a decisão do PR Lula quanto à não-extradição de Battisti.

Bloqueio de contas das Missões brasileiras na Itália

A título de execução de sentenças do Tribunal de Arezzo contra a empresa pública brasileira Valec em causas movidas pela empresa italiana Italplan, os Tribunais de Siena e de Milão decretaram em janeiro e março deste ano a penhora das contas das Missões Diplomáticas e Consulares do Brasil na Itália no banco Monte dei Paschi di Siena (agência romana) e do Banco do Brasil em Milão, em violação do princípio da imunidade de jurisdição, assegurado pelas Convenções de Viena. As medidas provocaram decidida reação do Governo brasileiro, que reclamou o empenho das autoridades italianas para o imediato desbloqueio das contas penhoradas, sob risco de comprometimento das relações bilaterais.

Em resposta, a Farnesina, por intermédio da “Avvocatura Generale dello Stato”, secundou o Estado brasileiro em juízo nas audiências convocadas para tratar do assunto nos Tribunais de Milão, em 08/05/12, e de Siena, em 24/05/12. O Tribunal de Milão acolheu o recurso brasileiro e decretou o fim da penhora, com o desbloqueio imediato das contas no Banco do Brasil.

O Tribunal de Siena suspendeu a penhora com base em “fortes razões jurídicas” no sentido de que as contas são impenhoráveis, mas o processo pertinente ainda não foi concluído. A extinção da penhora pode ser declarada *ex-officio* pelo juiz de Siena caso a empresa Italplan não solicite a continuidade do processo para apreciação do mérito até o final de julho.

Comércio e investimentos bilaterais

Comércio

O intercâmbio comercial bilateral evoluiu de US\$ 6,4 bilhões, em 2006, para US\$ 9 bilhões, em 2010, o que representou aumento de cerca de 30%. Em 2010, o fluxo de comércio bilateral recuperou a queda de 2009 atribuída à crise econômico-financeira internacional e atingiu os mesmos patamares do ano de 2008. Em 2011, o intercâmbio voltou a crescer, atingindo US\$11,6, com déficit brasileiro de US\$ 781 milhões.

A Itália foi o 8º principal parceiro comercial brasileiro em 2011 e o 3º entre os membros da União Europeia. De 2007 a 2011, o intercâmbio comercial cresceu 49%, passando de US\$ 7,8 bilhões, para US\$ 11,6 bilhões, com saldo favorável à Itália.

As exportações brasileiras para Itália são compostas em sua maior parte por produtos básicos (53,6% das vendas em 2011), com destaque para minérios (30%), café (14%), pasta de madeira (9%) e peles (8%). Bens semimanufaturados e manufaturados respondem por 24,0% e 22,4%, respectivamente.

Nas importações, os produtos manufaturados representaram 97,9% do total em 2011, com alto grau de concentração em máquinas, automóveis e farmacêuticos, que representaram 68% das compras brasileiras em 2011.

Investimentos

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos italianos no Brasil aumentaram 26% em 2008 em relação a 2007, atingindo volume total de US\$ 326 milhões em dezembro de 2008. No ano de 2009, contudo, a Itália investiu US\$ 213 milhões no Brasil, valor 53% menor do que o registrado em 2008 e 22% menor do que o verificado em 2007 (US\$ 259 milhões).

Apesar dessa queda, o Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Registra-se, a participação de companhias italianas no início do processo de industrialização brasileiro (a Pirelli, por exemplo, celebrou em 2009 os seus 80 anos de presença no Brasil), cujo dinamismo continua até os dias de hoje. Nesse sentido, a FIAT anunciou investimentos na ordem de € 3 bilhões nos próximos cinco anos no Brasil para a renovação de sua unidade em Minas Gerais e para a construção de nova planta em Pernambuco.

O Brasil é destino freqüente de missões empresariais italianas. A missão comercial mais recente, chefiada pela Subsecretária do Ministério dos Negócios Estrangeiros Marta Dassù, teve início no dia seguinte 22 de maio em SP. Foi uma iniciativa conjunta do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Farnesina e 16 das 22 regiões italianas. A missão, com duração de uma semana, consistiu de cerca de 250 empresários, majoritariamente de PMEs em áreas tais como C&T e engenharia ambiental. Os empresários realizaram visitas a seis diferentes cidades brasileiras.

Na Itália, os investimentos brasileiros ainda são de proporções médias, e concentram-se no setor bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

Cerca de 585 empresas de origem italiana operam no Brasil. Entre os investimentos anunciados nos últimos anos, destacam-se a renovação da unidade da FIAT em Minas Gerais e a construção de nova planta em Pernambuco (€3 bilhões); a abertura de fábrica de barcos de luxo no Estado de Santa Catarina (Azimut-Benetti), de motocicletas na Zona Franca de Manaus (Ducatti), de processamento de plásticos (Mossi e Ghisolfi) e de siderurgia (Danielli) em

Pernambuco e de energia eólica (ENEL Green Energy) na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

O estoque de investimentos brasileiros na Itália ainda é pequeno. Concentra-se nos setores bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

II Reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio e Investimentos

A II Reunião do MMCIB ocorreu em Roma, em 22 de abril de 2010, na presença do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, e do então Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico italiano (MISE), Adolfo Urso. O Mecanismo – estabelecido em novembro de 2009 na IV Reunião do Conselho Econômico, Industrial, Financeiro e para o Desenvolvimento – foi instituído com o propósito fortalecer as relações econômicas bilaterais, apoiando a troca de informações e de visões entre os setores público e privado dos dois países sobre formas de aprimorar o ambiente de negócios; promover o comércio e os investimentos; e facilitar as transações comerciais bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre MDIC, SUFRAMA, MISE, Associação de Produtores de Motocicletas e Acessórios e Sociedade Italiana para as Empresas no Exterior, com vistas a “fomentar o desenvolvimento econômico e produtivo de empresas italianas do setor de duas rodas no Pólo Industrial de Manaus”.

Conselho Empresarial Brasil-Itália

Por ocasião da visita do ex-Presidente Berlusconi ao Brasil, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Itália, composto por personalidades eminentes do universo empresarial e econômico de ambos os países. O Conselho visa a facilitar a troca de informações econômico-comerciais, bem como discutir novas perspectivas à promoção de investimentos e do comércio bilateral. Ademais, o mecanismo deverá fornecer, na qualidade de porta-voz do setor privado, propostas e sugestões aos dois Governos em preparação às reuniões do Conselho de Cooperação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Itália sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

- 1861 – Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro.
1870 – Início da imigração italiana para o Brasil.
1891 – Reconhecimento da República brasileira pela Itália.
1902 – O Governo italiano proíbe a emigração subsidiada para o Brasil.
1942 – Brasil decreta guerra à Alemanha e Itália.
1944 – Embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália; Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália.
1965 – Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiana (Giuseppe Saragat).
1975 – Visita do Chanceler Azere do da Silveira à Itália (a primeira missão bilateral importante desde 1965, após o que as relações econômicas foram efetivamente dinamizadas).
1997 – Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
2000 – Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi.
2005 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália (outubro).
2006 – I Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira, Industrial e para o Desenvolvimento, em Roma.
2007 – Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi (março); II Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
2008 – III Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Roma; Visita de Estado à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (novembro).
2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália, para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontro com o PM Berlusconi; Consultas Políticas Bilaterais e IV Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
2010 – Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi em Washington (12 de abril), à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; visita à Itália do Ministro Nelson Jobim, para participar das celebrações do 65º aniversário do fim da II Guerra (22-27 de abril); visita ao Brasil do PM Silvio Berlusconi (28-29 de junho).
2010- Visita ao Brasil do Presidente Silvio Berlusconi (29 de junho).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1861 – Unificação da Itália pelo Rei Vitória Emanuel II da Sardenha e Piemonte.
1870 – Anexação de Roma (Papa “prisioneiro no Vaticano”); cidade é declarada capital do Reino da Itália.
1914 – I Guerra: Itália, inicialmente neutra, depois se junta aos aliados.
1922 – Início da ditadura fascista de Benito Mussolini.
1929 – Tratado de Latrão: Papa obtém a soberania da Cidade do Vaticano.
1939 – II Guerra: “Eixo” entre Itália, Alemanha e Japão.
1943 – Itália é invadida pelos aliados; cai a ditadura de Mussolini; a Itália se rende.
1946 – Aprovada, em plebiscito, a instauração do sistema republicano.

- 1951 – A Itália filia-se à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
- 1955 – A Itália torna-se membro da ONU.
- 1957 – Criação da Comunidade Econômica Europeia; a Itália é membro fundador.
- 1963 – Formação de um governo de centro-esquerda; Aldo Moro torna-se PM.
- 1972 – Giulio Andreotti torna-se PM, cargo que ocuparia 7 vezes em 20 anos.
- 1978 – Ex-PM Aldo Moro é seqüestrado e executado pela Brigadas Vermelhas.
- 1980 – Atentado a bomba em Bolonha é atribuído a extremistas de direita.
- 1983 – Formação de novo governo liderado por Bettino Craxi (socialista).
- 1984 – Acordo com o Vaticano: a religião católica deixa de ser a oficial do país.
- 1985 – Francesco Cossiga eleito Presidente pelos democratas-cristãos.
- 1987 – Renúncia do PM Bettino Craxi, que é sucedido pelos democratas-cristãos.
- 1993 – Bettino Craxi renuncia à liderança dos Socialistas.
- 1994 – Aliança da Liberdade vence as eleições. Bettino Craxi foge para a Tunísia.
- 1995 – Lamberto Dini lidera governo de tecnocratas.
- 1996 – Coalizão de centro-esquerda vence as eleições. Romano Prodi torna-se PM.
- 1998 – Voto de desconfiança contra Romano Prodi. Massimo D'Alema é PM.
- 1999 – Itália adota o Euro; Carlo Ciampi é eleito Presidente.
- 2000 – Renúncia de Massimo D'Alema; Giuliano Amato assume como PM.
- 2001 – Vitória de Silvio Berlusconi, liderando coalizão de centro-direita.
- 2002 – Lei permite a Berlusconi manter controle de suas empresas no poder.
- 2006 – Vitória, por pequena margem, de Romano Prodi nas eleições gerais.
- 2007 – Derrota de Romano Prodi no Senado; recondução de Prodi ao Governo.
- 2008 – Eleições gerais, com vitória de Silvio Berlusconi.
- 2011 – Comemoração do Sesquicentenário da Unificação Italiana.

ATOS BILATERAIS

Titulo	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Imigração e Trabalho	08/10/1921	07/03/1923
Acordo para Incentivar as Relações de Colaboração e Resolver Questões Atinentes ao Tratado de Paz de 10 de fevereiro de 1947	08/10/1949	05/07/1950
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras	05/07/1950	28/04/1952
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	25/01/1951	04/09/1952
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária	24/11/1954	08/08/1957
Acordo sobre Serviço Militar	06/09/1958	15/01/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	06/09/1958	06/09/1958

Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico de Energia Nuclear	06/12/1958	19/04/1963
Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns	21/04/1960	01/06/1960
Acordo de Migração.	09/12/1960	26/02/1965
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros.	03/08/1962	03/08/1962
Acordo sobre Direitos Autorais.	06/09/1963	06/09/1963
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	06/10/1970	06/10/1970
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regular os Pedidos de Admissão às Vantagens da Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regular a Associação do Co-Produtor Majoritário com Produtor Cinematográfico de Terceiro País	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália	30/10/1972	14/11/1972
Acordo Básico de Cooperação Técnica	30/10/1972	30/05/1980
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	03/10/1978	24/04/1981
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	18/10/1982	28/08/1984
Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal.	17/10/1989	01/08/1993
Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil	17/10/1989	01/06/1995
Tratado de Extradicação	17/10/1989	01/08/1993
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	26/07/1995
Acordo de Cooperação Cultural	12/02/1997	09/10/1998
Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	12/02/1997	15/05/1998
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/02/1997	19/03/1999
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento	12/02/1997	25/09/1998
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	17/06/2011

Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	27/03/2008	O Tratado entrará em vigor 30 dias após a troca de instrumentos de ratificação, com vigência indeterminada. EM 168, de 12/05/2008.
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	Em processo de promulgação.
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em tramitação
Acordo de Co-produção Cinematográfica	23/10/2008	Em tramitação

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE SAN MARINO**

**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012**

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	San Marino
ÁREA:	61,16 km ²
POPULAÇÃO (2010):	31.851
IDIOMAS:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFES DE ESTADO:	Capitães-Regentes Maurizio Rattini e Italo Righi no período 1/4-1/10/12
CHEFIA DE GOVERNO:	Exercida pelos integrantes do Congresso de Estado (dez Secretários de Estado), sob a presidência dos Capitães-Regentes
CHANCELER:	Antonella Mularoni, Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos (desde 3/12/2008)
PIB (2010)	US\$ 1,662 bilhão – PPP
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 52.180 – PPP
EMBAIXADOR DE SAN MARINO NO BRASIL	Filippo Francini (não-residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SAN MARINO	José Viegas Filho (não-residente)

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL → SAN MARINO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	0,015	0,007	0,353	0,093	0,227	0,311	0,031	0,029
Importações	4,262	4,517	4,286	2,534	2,841	3,682	4,809	6,003
Saldo	4,277	4,524	4,639	2,627	3,068	3,993	4,840	6,032
Superávit / Déficit do Brasil	-4,247	-4,51	-3,933	-2,441	-2,614	-3,371	-4,778	-5,974

Fonte: ALICEWeb (últimos dados disponíveis)

POLÍTICA

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de auto-governo, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patricias. Tal situação perdurou até 1906, quando o "Aréngo", a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de César Bórgia, *condottiere* italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emilia-Romagna; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o *Risorgimento*. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino em face da Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada por tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patricias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No pós-guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Democrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve, conquanto séria, crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu um longo período, de vinte anos, de Governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, por meio de legislação aprovada em 1974.

A partir de 2000, tem-se verificado um período de instabilidade política, com frequentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, por meio de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Européia e a reformas institucionais.

Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais, realizadas em 9 de novembro de 2008. Na ocasião, após reforma eleitoral, concorreram duas listas: a "Reforma e Liberdade" (de centro-esquerda, formada pelo Partido dos Socialistas e Democratas, Democratas de Centro e Esquerda Unida) e o "Pacto por San Marino" (que engloba desde a centro-esquerda à centro-direita, incluindo a Aliança Popular, a Lista da Liberdade, o Partido Democrata Cristão Samaritês e a União Samaritês dos Moderados). Vitoriosa, com 54,23 % dos votos nas últimas eleições, a coligação "Pacto por San Marino" compôs novo governo, empossado em 3 de dezembro de 2008.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Maurizio Rattini

Capitão-Regente da República de San Marino

Co-capitão Regente desde abril junto com Italo Righi, nasceu em 1949 em San Marino. Já havia exercido a função de Capitão-Regente de outubro de 96 a abril de 97. Afiliado ao Novo Partido Socialista (NPS).

Italo Righi

Capitão-Regente da República de San Marino

Nascido em junho de 1959, é Capitão-Regente de San Marino desde 1º de abril de 2012. Nasceu em Sassofeltrio, na Itália, e pertence ao partido Cristão-Democrata.

Antonella Mularoni

Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes

Nascida em San Marino a 27 de setembro de 1961.

Formada em Direito pela Universidade de Bolonha (1986).

1986-1987: Secretária Política do Secretário de Estado (Ministro) das Finanças, Orçamento e Planejamento Econômico.

1987-1990: Diretora do Departamento das Comunidades no Exterior da Secretaria de Negócios Estrangeiros de San Marino.

1989-1990: Representante-Adjunta na Presidência de turno samaritês do Comitê de Ministros do Conselho da Europa.

1993: Membro fundador do movimento político "Aliança Popular dos Democratas Samaritês".

1993-1998: Membro do Conselho Grande e Geral da República. Presidente do Grupo da Aliança Popular no Conselho. Membro das Comissões Permanentes de Negócios Estrangeiros, Imigração e Emigração, Informações, Transportes e Telecomunicações, Segurança e Ordem Pública, bem como da Comissão de Reforma do Código de Processo penal. Membro do grupo nacional na União Interparlamentar.

2001-2008: Juíza da Corte Europeia de Direitos Humanos. Vice-Presidente da Sessão 2 daquela Corte.

2008: Reeleita, na lista da Aliança Popular, para o Conselho Grande e Geral da República. Nomeada Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes.

ECONOMIA

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber, industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, da indústria leve, de cerâmica, além da filatelia e da numismática. O setor do comércio tem crescido e hoje ocupa cerca de 12% da economia.

No tocante ao quadro macroeconômico do país, segundo os dados estatísticos mais recentes, constantes da relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica", em relação ao orçamento de 2010, San Marino apresentou, em 2008, um crescimento de 1,9% (apesar de as estimativas terem previsto uma retração de 1,1%). Já o ano de 2009 registrou uma acentuada contração do PIB, da ordem de 13% (fonte: relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica" com dados do World Economic Outlook de outubro de 2010), devido, sobretudo, à queda dos investimentos atribuída à crise financeira mundial associada ao "escudo fiscal" promovido pelo governo italiano para a repatriação de capital enviado ilegalmente ao exterior. Ainda não foram divulgados dados estatísticos oficiais com relação ao ano de 2010, mas após a queda de 2009, o PIB retrocedeu aos valores registrados em 2005.

O ano de 2010 registrou, segundo o governo e as notícias da imprensa local, os primeiros sinais de recuperação da recessão econômica registrada no ano precedente. As estimativas indicavam, em janeiro de 2011, uma expectativa de retração de 1,1% do PIB em 2010. O governo reforçou as normativas internas do setor financeiro e afrouxou as regras de sigilo bancário, incrementando os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Todavia, ainda persistem muitas incertezas quanto ao andamento da economia samarinesa no ano corrente. Em boa parte, a retomada do crescimento dependerá do andamento da economia italiana e da demanda interna daquele país, destino de 90% das exportações samarinesas. As relações entre a República de San Marino e a Itália se deterioraram após a aprovação do escudo fiscal (cujos efeitos negativos foram considerados pelas autoridades locais como "devastantes") e se agravaram ulteriormente após algumas declarações do Ministro da Economia da Itália classificando aquele país como "paraíso fiscal e destino de capital ilícito". As arestas criadas também resultam das dificuldades aos cerca de 6 mil cidadãos italianos residentes na Itália que trabalham em San Marino, pois as alterações no sistema de deduções do imposto de renda introduzidas pela lei orçamentária italiana de 2011 penalizam os trans-fronteiriços.

Sobre o mercado consumidor interno, os dados disponíveis indicam que 21,3% da despesa média mensal das famílias do país destinam-se à aquisição de gêneros alimentícios e bebidas. Ademais, 15,3% da despesa média destinam-se à habitação, 10,6% ao transporte, 10,2% a refeições fora de casa e 8,5% às férias.

O sistema financeiro de San Marino conta atualmente com doze bancos, 50 sociedades financeiras e cerca de 30 corretoras de seguros. Os bancos que operam no país estão presentes no território com cerca de 50 sucursais (dados de 2005), com uma média de cerca de 10 empregados por agência. O crescimento significativo registrado no setor bancário e financeiro nos últimos anos e a evolução do país como centro financeiro têm sido acompanhados de progressiva supervisão e regulação do setor, a fim de garantir o equilíbrio e a estabilidade do sistema e, simultaneamente, evitar que seja usado para a lavagem de dinheiro. Depois da assinatura e ratificação da Convenção de Haia, de 1/07/1985, por intermédio da publicação do Decreto nr. 119 de 20/09/2004, a República de San Marino introduziu em seu ordenamento jurídico a legislação sobre trustes (Lei Nº. 37, de 17/03/2005). O sistema financeiro registrou grandes perdas como consequência da fuga, no biênio 2009-2010, de 35% dos depósitos bancários após a aprovação do "escudo fiscal" italiano. O banco central de San Marino aumentou a atividade de vigilância. As entidades financeiras concordam que devem encontrar um novo modelo de "business", que não esteja tão acoplado às rígidas normas de sigilo bancário e estão tentando desenvolver novas estratégias para atração de capital estrangeiro.

No tocante ao sistema tributário de San Marino, tratar-se-ia de estrutura simples, composta de tributos essenciais: impostos diretos com escalonamento progressivo baseado na renda líquida; o imposto proporcional pago por pessoas jurídicas (19% sobre a renda final, determinada como a diferença entre todos os elementos positivos e negativos da receita); impostos sobre renda de pessoas jurídicas auferida no exterior, reconhecido o crédito fiscal relacionado ao que já tenha sido pago no exterior, mesmo na ausência de convenção bilateral a respeito. A situação das finanças públicas de San Marino se agravou no biênio 2009-2010 devido à queda das receitas tributárias. O déficit atual situa-se em cerca de 4% do PIB.

São reduzidas as obrigações dos contribuintes perante a administração tributária no que diz respeito aos impostos sobre a renda, pagos a partir de simples declaração anual, sendo previstas deduções por créditos de imposto pago durante o ano. Entre os impostos indiretos, o mais relevante é o imposto único sobre a importação de bens ou mercadorias, de 17%, salvo determinadas categorias de bens, dependendo de sua destinação e utilização (por exemplo, alíquota de 6% sobre a importação de automóveis). Há ainda impostos sobre registros públicos, selo fiscal, heranças e o registro de hipotecas. Tais impostos são progressivos, proporcionais ou fixados segundo o ato a ser registrado. San Marino inclui-se entre os países com regime de "tributação favorecida", em conformidade com as disposições da Instrução Normativa nº 1.037 da Receita Federal do Brasil, de 4 de junho de 2010.

A crise econômico-financeira mundial, associada a pressões contra o afrouxamento das regras de sigilo bancário, e o escudo fiscal italiano atingiram em cheio a economia de San Marino. Nos últimos dois anos, a legislação samarinesa incorporou uma série de mudanças voltadas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Também foram adotados padrões internacionais em matéria de transparência e de colaboração no âmbito econômico e financeiro.

De acordo com especialistas, com a entrada em vigor, em 2010, das novas regras relativas ao setor bancário e à participação no Sistema de Divulgação de Dados do FMI, o país deverá deixar de ser classificado como "paraíso fiscal", mas terá de

encontrar novas formas de atrair o capital estrangeiro, uma vez que perdeu um grande fator de competitividade internacional. O governo deverá também implementar mudanças na legislação trabalhista, hoje profundamente rígida quanto à atração de mão-de-obra especializada o que gerou um mercado interno caracterizado pela baixa produtividade e pelos elevados salários (em 2006 o salário médio mensal variava de 1.780 euros a 4.100 euros). A taxa de desemprego aumentou de 3,3% de 2006 para 5% em 2009.

TEMAS ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS

No que se refere aos temas energéticos e ambientais, a República de San Marino é parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (ratificada em 1994) e da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Em setembro de 2009, San Marino adotou procedimentos internos com vistas a preparar sua adesão também ao protocolo de Quioto.

Quando da adoção de seu primeiro Plano Energético Nacional (PEN), relativo ao período 2008-2011, San Marino era “totalmente dependente da importação de energia”, não havendo plantas de produção de energia no território da República. A energia elétrica e o gás metano consumidos no país seriam fornecidos pelas empresas italianas Enel e SNAM respectivamente. Ainda de acordo com o PEN 2008-2011, o país pretende tomar-se “a primeira república do mundo com emissão zero de CO²”, adotando ações diretas – voltadas à redução do consumo e à utilização doméstica de fontes renováveis – e indiretas – aquisição de energia de fontes renováveis no mercado externo e participação em iniciativas internacionais voltadas à redução da emissão de gases de efeito estufa. Em setembro de 2009, o governo local aprovou a concessão de incentivos fiscais para a realização de reformas em edifícios com vistas ao aumento da eficiência energética, assim como com o propósito de estimular a aquisição de equipamentos para a produção de energia renovável no país.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um Estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino. Compreensivelmente, as prioridades da Chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Européia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local. Vigora com a União Européia um Acordo Monetário, pelo qual San Marino adotou o Euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

Em abril de 2010, San Marino adotou, em matéria alfandegária, a Decisão N° 1/2010 “Omnibus” do Comitê de Cooperação UE-San Marino. A Decisão N°1 reconfirma a plena vigência do Acordo com a União Européia, pelo qual são recepcionados no ordenamento jurídico de San Marino os dispositivos legais referentes à união aduaneira com a UE.

San Marino pertence aos seguintes organismos internacionais: UPU (1927), UNIDROIT (1945), OMPI (1966), OMT (1971), OCDE (1973), UIT (1977), UNESCO (1974), OMS (1980) e OIT (1982). Em 1988 ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). Em junho de 2010, o Parlamento de San Marino aprovou a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para prevenir, reprimir e punir o trato de pessoas, em particular de mulheres e crianças, e a ratificação do Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para combater o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea.

San Marino tem participado do debate sobre a reforma da ONU na qualidade de membro do Grupo "Uniting for Consensus", que propugna por mudanças que divergem das posições assumidas pelo Brasil no âmbito do G4. A atuação de San Marino no que diz respeito à ONU condiz com as preocupações de um pequeno Estado. Por ocasião da abertura dos trabalhos da 65ª Assembleia Geral, em setembro de 2010, a Secretária de Estado Mularoni sublinhou que, "também em um período de forte crise global, como o presente, é extremamente importante o envolvimento dos pequenos Estados, que freqüentemente são forçados a pagar um preço muito alto por decisões de que não participam, mas que podem oferecer uma contribuição própria e eficaz na busca de soluções para a saída de uma crise que não está poupando nenhum país".

Segundo informações de DELBRASONU, o delegado de San Marino é atuante e alinha-se, quase sempre, com as posições da Itália. De fato, San Marino assinou recente carta do grupo "Uniting for Consensus", dirigida ao Presidente da Assembleia Geral da ONU, em que aquele grupo critica a iniciativa brasileira de impulsionar a reforma por meio da adoção de uma resolução preliminar.

Por outro lado, o RP samarinês teve papel destacado no movimento de reconhecimento do G-20 como grupo político nas Nações Unidas, o que acabou não ocorrendo em função da oposição dos demais países do G-77 (e que levou o então PGA D'Escoto a afirmar que na AGNU só deveria existir o "G-192").

RELAÇÕES COM O BRASIL

No plano bilateral, foram estabelecidas, pelo Acordo sobre Relações Consulares, celebrado em 14 de dezembro de 1984, relações oficiais de caráter consular entre o Brasil e San Marino.

Em correspondência de março de 2012 ao Ministro Antonio Patriota, por ocasião do centenário do falecimento do Barão do Rio Branco, a Secretária de Estado (Chanceler) Antonella Muraloni recordou que a primeira visita a San Marino por diplomata brasileiro remonta a 1830, quando esteve no país o Embaixador Visconde Borger de Pedra Branca.

Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O Embaixador Adhemar Bahadian foi o primeiro Embaixador não-residente a apresentar, em fevereiro de 2006, cartas credenciais aos Capitães-Regentes da

República de San Marino. Naquela oportunidade, fez-se acompanhar do Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. Vicente Trevas, e do Assessor Especial do Presidente, Dr. César Alvarez. Por ocasião da cerimônia de apresentação de cartas credenciais, o então Secretário de Estado de Relações Exteriores samarinês realçou o crescente protagonismo do Brasil no cenário internacional em favor da paz e do progresso e, notadamente, na defesa do combate à fome e à miséria. Sublinhou também o interesse de San Marino em aprofundar o diálogo e a colaboração nas relações bilaterais, destacando as convergências existentes no plano multilateral. Durante o evento, evidenciou-se o interesse de ambos os países em seguir explorando as possibilidades de cooperação, sobretudo no âmbito multilateral, em benefício mútuo.

Em setembro de 2009, o Embaixador José Viegas Filho apresentou cartas credenciais aos Capitães-Regentes de San Marino, em cerimônia que também contou com a presença da Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros, Antonella Mularoni, e de outras autoridades do Governo samarinês. Na oportunidade, a Chanceler Mularoni mencionou o freqüente apoio dado por seu Governo a candidaturas de representantes brasileiros em numerosos organismos internacionais, como o ECOSOC e a UNESCO, e sublinhou a intenção de aprofundar as relações bilaterais no âmbito da cooperação – econômica, técnica, social e cultural – e dos investimentos.

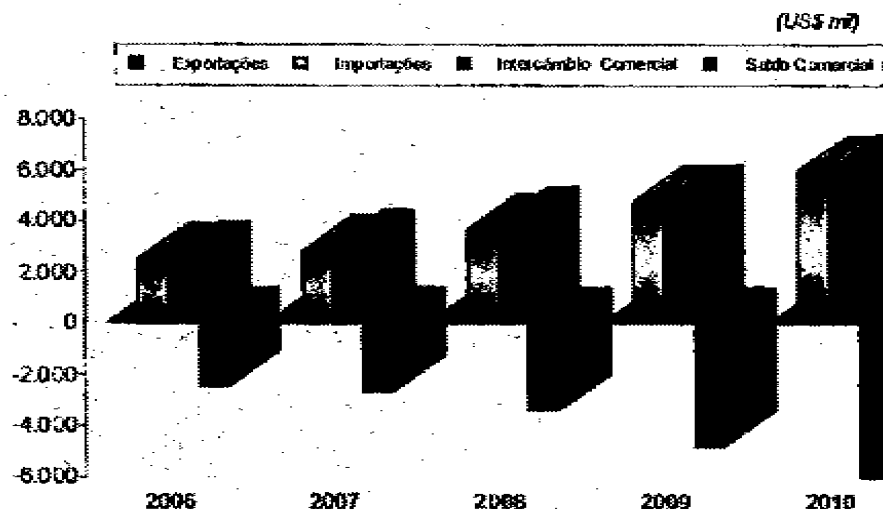
Em outubro de 2010, a Embaixada de San Marino em Roma encaminhou à Embaixada do Brasil, por intermédio de carta, propostas de “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI) e de “Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda” (ADT).

O Brasil não vem assinando APPIs. O Grupo de Trabalho Interministerial formado para examinar o assunto estabeleceu, como diretriz, que a negociação de acordos de investimentos com países de fora da América do Sul somente deverão ocorrer no contexto de acordos de livre-comércio mais amplos, de forma a utilizar o capítulo de investimentos como instrumento para alcançar equilíbrio com os capítulos de bens e de serviços. Nesse sentido, foram retirados do Congresso Nacional os APPIs firmados pelo Brasil na década de 1990.

Em relação a eventual “Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda”, a Receita Federal brasileira alegou estar legalmente impedida de negociar qualquer ADT com San Marino, tendo em vista que o país está incluído na lista de países com “tributação favorecida” da Instrução Normativa 1.037/2010, e a lei brasileira exige que os investimentos originados ou destinados a países de tributação favorecida sejam sobretaxados. No entanto, a Receita Federal afirmou ter interesse em celebrar acordo de troca de informações tributárias com San Marino, de modo a combinar esforços no combate à elisão fiscal.

O Brasil solicitou o apoio de San Marino à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizarão durante a 37ª Conferência daquela Organização, em Roma, no período de 25 de junho a 2 de julho de 2011. Nesse contexto, reiterou-se a solicitação por meio de carta do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, encaminhada ao seu homólogo samarinês, Gian Carlo Venturini, referente à candidatura do Dr. José Graziano da Silva.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SAN MARINO **2006 - 2010**



Elaborado pela MRE/DPD/C - Direção de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Internet.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES **ECONÔMICO-COMERCIAIS** **SAN MARINO**

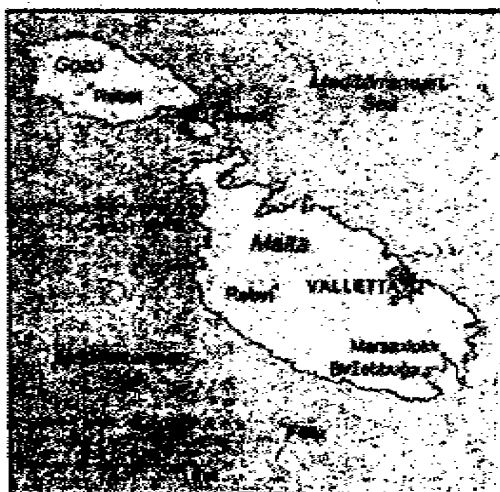
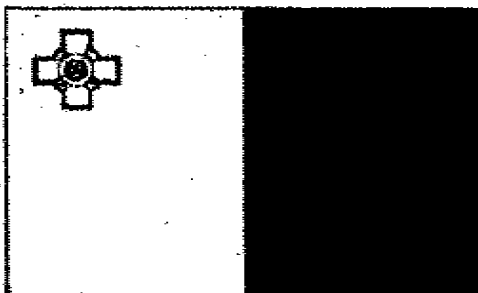
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO	2006	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (em milhares de dólares)						
Produtos agrícolas e animais vivos	0	0,0%	0	0,0%	17	58,8%
Vestuário e acessórios pessoais	3	1,0%	19	62,3%	12	41,4%
Calçados, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	5	16,1%	0	0,0%
Armadilhas e outros aparelhos elétricos	78	25,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ferro fundido, ferro e aço	229	71,7%	0	0,0%	0	0,0%
Extratos vegetais e animais, óleos e gorduras	0	0,0%	2	6,5%	0	0,0%
Subtotal	310	97,7%	26	83,9%	29	100,0%
Importações	7	2,3%	5	16,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	318	100,0%	31	100,0%	29	100,0%

Elaborado pela MRE/DPD/C - Direção de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Internet.
Gráfico elaborado com base em dados estatísticos, sendo que os dados são sujeitos a alterações.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES **ECONÔMICO-COMERCIAIS** **SAN MARINO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO	2006	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (em milhares de dólares)						
Produtos farmacêuticos	3.265	99,4%	4.059	94,4%	5.800	93,3%
Produtos químicos, aparelhos e instrumentos mecânicos	241	6,5%	605	13,6%	277	4,6%
Plásticos e outros óleos	100	4,0%	80	1,7%	55	1,0%
Subtotal	3.606	99,9%	4.744	96,7%	6.132	98,9%
Exportações	1.180	5,1%	80	1,8%	126	2,1%
TOTAL GERAL	3.682	100,0%	4.804	100,0%	6.258	100,0%

Elaborado pela MRE/DPD/C - Direção de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Internet.
Gráfico elaborado com base em dados estatísticos, sendo que os dados são sujeitos a alterações.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE MALTA****Informação para o Senado Federal****OSTENSIVO****Julho de 2012****ÍNDICE****DADOS BÁSICOS.....****PERFIL DO PAÍS.....****POLÍTICA INTERNA.....****POLÍTICA EXTERNA.....****ECONOMIA.....****RELAÇÕES BRASIL-MALTA.....****COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS.....****CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA.....**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valletta
ÁREA:	316 km ²
POPULAÇÃO:	416 mil habitantes (Banco Mundial, 2010)
IDIOMAS:	Maltês e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Abela (desde abril/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	PM Lawrence Gonzi (desde março/2004)
CHANCELER:	Ministro Tonio Borg (desde março/2008)
PIB:	Nominal: US\$ 7,45 bilhões (Banco Mundial, 2007) PPP: 9,44 bilhões (Banco Mundial, 2008)
PIB PER CAPITA:	Nominal: US\$ 18.126 (Banco Mundial, 2008) PPP: US\$ 22.968 (Banco Mundial, 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro
EMBAIXADOR DE MALTA NO BRASIL:	Albert Borg Olivier de Puget (residente em Washington), desde maio/2007

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL ⇒ MALTA (em US\$ mil)

Brasil-Malta	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan. mar)
Intercâmbio	43.766	64.164	43.968	44.616	61.296	60.268	38.572	75.747	68.063	12.522
Exportação	17.932	48.479	25.868	14.459	27.409	16.163	15.467	30.145	18.646	2.837
Importação	25.834	15.685	18.100	30.157	33.887	44.105	23.104	45.602	49.416	9.685
Saldo	-7.902	32.794	7.768	-15.698	-6.478	-27.942	-7.636	-15.456	-30.770	-6.847

PRINCIPAIS AUTORIDADES**George Abela
Presidente da República**

Nascido em Qormi, em 22/04/1948.

Graduado em Direito.

Atividades profissionais e políticas:

1982-1992: Presidente da Associação Maltesa de Futebol. Representante em comissões da UEFA e da Corte de Arbitragem Esportiva de Lausanne.

1992: Vice-Presidente do Partido Trabalhista Maltês. Conselheiro jurídico do Primeiro-Ministro.

Em diversas ocasiões, foi Diretor do Banco Central de Malta e Diretor-Executivo do Banco de Valletta.

4/4/2009: eleito como 8º Presidente da República de Malta.

Casado, pai de dois filhos.

**Lawrence Gonzi
Primeiro-Ministro**

Nascido em Valletta, em 01/07/1953.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1975)

Atividades profissionais e políticas:

1976-1986: Presidente da "Malta Catholic Action".

1987-1994: Diretor da Comissão Nacional para as Pessoas com Deficiências.

1989-1997: Diretor da Mizzi Organisation.

1998-1992: eleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1992-1996: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1993-2004: nomeado Vice-Primeiro-Ministro

1996-1998: reeleito para o Parlamento. Nomeado líder da Oposição, Secretário do Grupo Parlamentar e Ministro-Sombra para as Políticas Sociais.

1998-2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento, Ministro para as Políticas Sociais.

2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Ministro para as Políticas Sociais.

23/03/2004: nomeado Primeiro-Ministro.

2004-2008: exerceu, interinamente, a função de Ministro das Finanças.

Casado, pai de três filhos.

Tonio Borg
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 12/5/1957.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1979).

Atividades profissionais e políticas:

1978: membro da Executiva do Partido Nacionalista.

1980-1995: jurista, especialidade em casos de direitos humanos.

1990-1995: membro do Comitê Europeu para Prevenção da Tortura.

1992: eleito para o Parlamento (subsequentemente reeleito em 1996, 1998, 2003 e 2008).

1995: nomeado Ministro do Interior.

1998-2008: Ministro do Interior.

2004: nomeado Vice-Presidente do Partido Nacionalista, Vice-Primeiro-Ministro e Presidente do Parlamento.

2008: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Casado, pai de três filhos.

PERFIL DO PAÍS

Situado no centro do Mediterrâneo, a 97 km ao sul da Sicília e a 290 km da costa norte da África, o país é um arquipélago, das quais as três principais ilhas são Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com cerca de 400 mil habitantes em uma área de pouco mais de 300 km².

Malta é conhecida por seus patrimônios da humanidade, principalmente pelos Templos Megalíticos, as estruturas de pedra mais antigas construídas pelo homem e ainda de pé. De acordo com os Atos dos Apóstolos, São Paulo naufragou na costa da ilha, que também é considerada uma localização hipotética para a ilha mítica perdida de Atlântida.

Através dos tempos, a localização de Malta no Mar Mediterrâneo deu ao país uma importância estratégica. Consequentemente, uma série de potências, incluindo os fenícios, romanos, sicilianos, Cavaleiros de São João, franceses e britânicos, dominou as ilhas. Em decorrência da saída da Ordem de São João em 1798, as forças napoleônicas ocuparam Malta até 1800, quando foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974, permanecendo, no entanto, como parte da "Commonwealth". Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país aderiu ao Acordo Schengen em dezembro de 2007.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político maltês é uma República Parlamentarista. O Presidente de Malta, cargo majoritariamente cerimonial, é eleito pelo parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e atualmente tem 69 membros, eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi em 2008, com maioria do Partido Nacionalista (PN) de Lawrence Gonzi, que obteve apenas um assento a mais que o Partido Trabalhista de Malta (MLP). As próximas eleições gerais acontecerão no máximo em julho de 2013.

De 1971 a 1987, o MLP, partido de esquerda de tendência intervencionista, governou o país. A década de 80 foi marcada por pequenos episódios de violência política, mas a situação se normalizou no começo dos anos 90. A ascensão ao poder do Partido Nacionalista, partido de centro-direita que, desde 1987, está no poder (com a exceção de um período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou a uma gradual diminuição do papel do Estado na economia.

O assunto que dominou a política maltesa por mais de uma década foi resolvido no início de 2003, quando o país votou a favor do ingresso na União Europeia. A decisão foi referendada pouco depois, quando o PN, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o MLP, anti-adesão. O status de membro da União Europeia foi recebido em maio de 2004. Um ano depois, o país aderiu ao Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio (ERM-2), estabelecendo paridade da lira maltesa em relação ao euro, moeda local desde janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos (PN e MLP), ambos com níveis de apoio aproximadamente iguais na sociedade. As diferenças de visão entre os dois partidos são significativas, e a maior parte do eleitorado tradicionalmente está ligada a um ou ao outro. Com exceção da questão da UE, as posições dos partidos têm se aproximado desde meados da década de 1990.

POLÍTICA EXTERNA

A neutralidade militar faz parte da constituição de Malta. O MLP é historicamente um forte defensor da neutralidade e foi responsável pela adesão do país ao Movimento dos Não-Alinhados. Além disso, Malta tem um acordo de defesa bilateral com a Itália para a garantia de sua neutralidade. Após a vitória do MLP em eleições em 1996, o governo deixou de participar do programa de Parceria pela Paz financiado pela OTAN. Em 2009, Malta segue como o único país europeu não participante. As forças armadas de Malta contam com aproximadamente 1.500 militares, que representam 3% do emprego no setor público.

Os ajustes econômicos decorrentes da adesão à União Europeia ainda estão em andamento, uma vez que o efeito da remoção de barreiras tarifárias e de controles de capital com os países da UE ainda se faz sentir. Fora do campo econômico, uma das consequências da adesão ao Espaço Schengen tem sido o acirramento de problemas de imigração. Com a proximidade da costa africana, Malta tem sido utilizada como entreposto de imigração ilegal para a Europa continental.

A cena da política internacional de Malta tem sido dominada por essa questão, tendo destaque um episódio, em 2008, em que o país e a Itália discordaram sobre qual país teria responsabilidade no auxílio a imigrantes ilegais africanos que haviam sido resgatados no território marítimo entre a Sicília e Malta. Ambos os países sofrem pressão da UE para diminuir o número crescente de imigrantes ilegais; Itália e Malta aceitam dois terços dos imigrantes que procuram por proteção, o triplo da média europeia.

O PM Gonzi alega, junto ao bloco europeu, que o custo financeiro e social que Malta tem pago pelo aumento na imigração é desproporcional com relação ao tamanho e população do país. Após o fim de sua recente disputa, Malta e Itália acordaram levar a questão mais uma vez à Comissão Europeia, com o objetivo de obter um acordo de compensações por esse efeito migratório junto aos outros Estados-membros. Um novo acordo de imigração foi adotado pela UE em outubro último, permitindo a rápida realocação de pessoas que ganham proteção internacional e a rápida repatriação de imigrantes que não se qualifiquem, mas o documento é apenas um quadro voluntário, não vinculante.

As eleições ao Parlamento europeu, em junho último, também despertaram atenção, acarretando discussões domésticas sobre a questão da criação de empregos. Malta tem atualmente cinco assentos num Parlamento de 785; na última eleição, dois assentos foram ocupados pelo PN e três, pelo MLP.

ECONOMIA

Apesar da falta de recursos naturais locais e de um mercado doméstico de pouco mais de 400 mil pessoas, a economia maltesa tem sofrido transformações desde a independência, quando o foco principal era o provimento de serviços para as bases militares britânicas. No período pós-independência, priorizou-se a mudança da construção naval militar para a comercial, bem como o fomento do turismo e de indústrias têxteis, aproveitando-se a mão-de-obra barata e flexível do país.

No entanto, assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e agora responde por pouco mais

de 16% do PIB, valor excessivamente baixo, mesmo para padrões ocidentais. Partes desse setor têm sido reestruturadas, com a diminuição da atividade de indústrias intensivas em mão-de-obra, como os setores têxtil e calçadista, e o aumento de atividades mais intensivas em capital, como os setores eletrônico e farmacêutico. Algumas das indústrias intensivas em mão-de-obra, como o processamento de alimentos e o setor de móveis, têm sido expostos a uma dura competição estrangeira, em decorrência queda de barreiras tarifárias trazida pela adesão à UE.

O setor de serviços continua sendo o principal motor do crescimento econômico de Malta, responsável por mais de 80% do PIB. Embora a indústria do turismo seja a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Em 2006, Malta teve uma expansão significativa na indústria de apostas *online*, voltada inteiramente para mercados estrangeiros. O setor de construção também teve um “boom” recente.

No que tange aos serviços financeiros (ver **Relações com o Brasil**), Malta criou, em 2002, a Autoridade de Serviços Financeiros de Malta (MFSA), que se tornou o órgão responsável pela aprovação de aplicações para o registro de todas as companhias no país. Em 2000, Malta firmou acordo com a OCDE, por meio do qual foi oficialmente removida da lista da organização de paraísos fiscais, em troca do estabelecimento de um escritório de combate à lavagem de dinheiro. Em março de 2002, o Governo maltês estabeleceu a Unidade de Análise de Inteligência Financeira, para o melhoramento da reputação de Malta como um centro de serviços financeiros.

A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) diminuem em importância há 30 anos, em decorrência da escassez de fontes comercialmente viáveis de água para irrigação e da poluição do Mar Mediterrâneo. A contribuição do setor para o PIB, em 2007, foi de apenas 2,5%.

Como bloco, a União Europeia é o principal parceiro comercial de Malta, responsável por cerca de metade dos intercâmbios comerciais. Os principais exportadores para Malta foram, em 2006, a França (15,1%), Cingapura (13%), EUA (12,8%) e Alemanha (12,3%); os principais importadores de produtos malteses foram a Itália (27,7%), o Reino Unido (10,4%), a França (8,6%) e a Alemanha (7,5%).

RELACIONES BRASIL-MALTA

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma,

desde junho de 2010 (Decreto nº 7.200, de 2/06/2010). A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo Brasileiro. Desde 1993, o Cônsul Honorário em Valletta é o Senhor Louis Scerri Montaldo. Malta mantém consulados honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Não há registro de visitas de caráter bilateral. No entanto, durante o II Fórum da Aliança de Civilizações, em Istambul, em abril de 2009, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entrevistou-se com seu homólogo maltês, Tonio Borg. Os assuntos foram as duas principais pendências da relação bilateral: cooperação financeira e isenção de vistos.

Na esfera financeira, Borg tratou do interesse maltês em assinar com o Brasil acordo para evitar a bi-tributação. Borg lamentou que na América Latina ainda prevaleça a percepção de que Malta é um paraíso fiscal “off-shore” e revelou ter seu Governo a intenção de enviar o Ministro maltês das Finanças ao Brasil e a outros países da região, de modo a esclarecer a situação do país e promover a negociação de acordos bilaterais.

O tema já havia sido tratado em outro encontro, entre o Ministro Borg e o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, em maio de 2008, à margem da Cúpula América Latina e Caribe - União Europeia (ALC-UE).

No caso do Brasil, a classificação de Malta, pela Receita Federal, como país de “legislação tributária favorecida” impede a celebração de acordos financeiros desejados pelo país mediterrâneo. Malta teria interesse em assinar com o Brasil, além do já referido acordo para evitar a bi-tributação, também um “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI). De todo modo, o Brasil só vem assinando APPIs com países de fora da América do Sul no contexto de acordos de livre-comércio, conforme determinado por Grupo de Trabalho Interministerial. No que tange a um eventual acordo para evitar a dupla tributação (ADT), a presença de Malta na lista de países com regime fiscal privilegiado aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de “International Trading Company” (ITC) e “International Holding Company” (IHC) impede o encaminhamento de negociações.

Em sua defesa, o Governo maltês afirma que o regime IHC não existe no ordenamento jurídico de Malta e que o regime ITC deixou de existir em 1º de janeiro de 2011. Nesse contexto, Malta solicitou ao Governo brasileiro a retirada do nome do país das listas da Receita Federal.

Consultada a respeito, a Receita Federal ainda não emitiu parecer conclusivo sobre a solicitação maltesa, mas adiantou informalmente “dispor de informações de que Malta possui regime de holdings” e, portanto, não tenderá a favorecer o pleito maltês até que “o país encaminhe legislação comprovando a extinção do referido regime”.

Durante seu encontro com o Chanceler Tonio Borg, por ocasião da entrega de cartas credenciais, em maio de 2011, o Embaixador José Viegas Filho sugeriu a

realização de uma missão das autoridades fiscais e financeiras de Malta ao Brasil, com o objetivo de dirimir as dúvidas que persistem sobre o tema. O Chanceler maltês tomou nota, com interesse, da proposta, que não foi, todavia, até o momento executada.

Outro tema caro às autoridades de Malta refere-se à isenção de vistos para cidadãos malteses que pretendam entrar no Brasil. O Governo maltês aboliu unilateralmente, em 2005, a exigência de vistos de turismo para os nacionais brasileiros que se dirijam àquele país. Desde então, as autoridades maltesas têm solicitado ao Governo brasileiro a isenção de vistos de turismo para seus cidadãos, como decorrência da aplicação do princípio de reciprocidade. Da parte brasileira, avanços na matéria estão relacionados a acordo mais amplo com a UE, ora em processo de ratificação pela parte brasileira.

Apesar das dimensões territoriais reduzidas e de sua pequena população, Malta apresenta dinamismo no plano econômico e político, principalmente tendo em conta sua localização central no Mediterrâneo.

No âmbito das relações bilaterais, cabe também fazer referência à fundamental colaboração do Governo maltês para que chegasse a bom termo a operação de evacuação de mais de 3.200 funcionários da Odebrecht que se encontravam em Trípoli, na Líbia, durante o início das hostilidades que ainda afetam aquele país. Naquela oportunidade, não apenas o Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território, graças à sua política de isenção de visto com relação aos nacionais brasileiros, como também permitiu o trânsito dos demais funcionários daquela empresa que não se beneficiam do mesmo regime de vistos, principalmente vietnamitas e tailandeses, com vistas a possibilitar a sua pronta repatriação. Neste particular, a compreensão e disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência dada a natureza de ajuda humanitária da operação, em muito contribuiu para seu êxito.

É importante salientar que, na eleição para membro não permanente do Conselho Executivo do Fórum Internacional de Energia (IEF), ocorrida em maio de 2011, a candidatura maltesa (que não obteve sucesso) contou com o apoio unilateral do Brasil.

Finalmente, outro assunto frequentemente suscitado pelas autoridades maltesas nos contatos bilaterais com o Brasil refere-se ao nacional daquele país, Robert Duncan Petroni, que cumpre pena em prisão de Curitiba por tráfico internacional de drogas. Autoridades maltesas, nos mais diversos (e elevados) níveis, têm intercedido em nome da família para facilitar os contatos dos pais com Duncan Petroni. Nessas ocasiões, as autoridades maltesas sempre ressaltaram o caráter de ajuda consular (e tão somente) dos pedidos realizados. Mais recentemente, em abril, foi solicitado que aquele cidadão possa cumprir o restante de sua pena em prisão maltesa. O pedido foi encaminhado para análise das autoridades competentes no Brasil.

Comunidade Brasileira Estimada

Malta se acha sob a jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma. Não há Consulado Honorário brasileiro no país, nem tampouco informações sobre residentes brasileiros na ilha. Há Consulado Honorário maltês no Recife.

COMERCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

Embora estejam talvez ainda aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam um pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importa, principalmente circuitos integrados, microprocessadores e interruptores. As exportações brasileiras concentraram-se em açúcar, carne bovina e café solúvel.

No primeiro trimestre de 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 12,52 milhões, com déficit de US\$ 6,84 milhões para o Brasil.

Os principais investimentos de Malta no Brasil ocorrem nos setores de madeira e abate de reses, exceto suínos. De todo modo, os investimentos ressentiram-se da crise financeira internacional de 2009: os investimentos diretos malteses no Brasil caíram de US\$ 10 milhões, em 2007, para cerca de US\$ 840 mil, em 2009 (dados mais recentes disponíveis no Banco Central do Brasil).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil. Tampouco há quaisquer atos referentes à renegociação de dívidas ou renúncia fiscal com a República de Malta.

Atos bilaterais

Não há registro de atos bilaterais celebrados entre o Brasil e a República de Malta.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA

Séc. LH a.C.	Primeiros indícios de habitação em Malta
Séc. X a.C.	Ilha é transformada em colônia fenícia
Séc. IV. a.C.	Cartagineses ocupam a ilha
Séc. III a.C.	Romanos dominam Malta
395	Ilha é cedida ao Império Romano do Oriente
870	Malta é conquistada por muçulmanos
1090	Conde Rogério conquista a ilha e cria a nobreza de Malta
1245	Árabes são expulsos e Malta passa ao controle da Sicília

1518	Malta passa a pertencer à coroa espanhola
1530	Ilhas são cedidas à Ordem de São João de Jerusalém (Ordem de Malta)
1798	Napoleão invade e toma o país
1800	Grã-Bretanha expulsa os franceses e instalam base
1814	Malta passa a ser oficialmente parte do Império britânico
1947	País passa a ser governado autonomamente
1964	Malta se torna formalmente independente
1971	Dominic Mintoff (MLP) assume como Primeiro Ministro
1974	País adere ao regime republicano da Commonwealth
1979	Britânicos evacuam base militar
1984	Mintoff é substituído por Mifsud Bonnici (MLP)
1987	Edward Adami (PN) assume como Primeiro Ministro
1990	Malta solicita adesão à UE
1996	Alfred Sant (MLP) assume como Primeiro Ministro
1998	Edward Adami (PN) volta a ser Primeiro Ministro
2004	Malta torna-se membro da União Européia
2004	Lawrence Gonzi (PN) substitui Adami como Primeiro Ministro
2008	Malta adota o Euro como moeda

Aviso nº 716 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

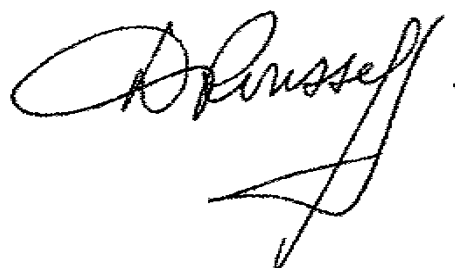
MENSAGEM
Nº 72, DE 2012
(nº 370/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o § 2º do art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Os méritos do Senhor Paulo Uchôa Ribeiro Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.



EM nº 00246/2012 MRE

Brasília, 16 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00246 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 16 de julho de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO

CPF.: 371.521.731-68

ID.: 11152 MRE

1966 Filho de Paulo Uchoa Ribeiro e Maria Izabel Rolim Ribeiro, nasce em 24 de setembro, em Brasília/DF

Dados Acadêmicos:

1988 Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
1989 Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependent world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
1992
1994 CPCD - IRBr
2003 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"

Cargos:

1995 Terceiro-Secretário
2001 Segundo-Secretário
2006 Primeiro-Secretário, por merecimento
2008 Conselheiro, por merecimento

Funções:

1996 Departamento da Europa
1996 Divisão da Europa I, assistente
1997 Embaixada em Oslo, Terceiro-Secretário e Encarregado de Negócios em missão transitória

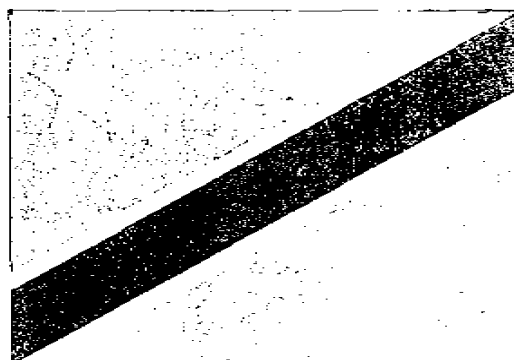
1999	Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
2000	Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, Departamento Político, Assessor Especial
2001	Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
2002	Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
2005	Embaixada em Riade, Segundo-Secretário, Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios
2006	Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006	Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006	Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007	Embaixada em Doha, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007	Escritório de Representação em Ramalá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008	Embaixada em Riade, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008	Consulado-Geral em Beirute, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2009	Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
2009	Embaixada em Riade, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2010	Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em missão transitória
2011	Consulado-Geral em Nova York, Conselheiro

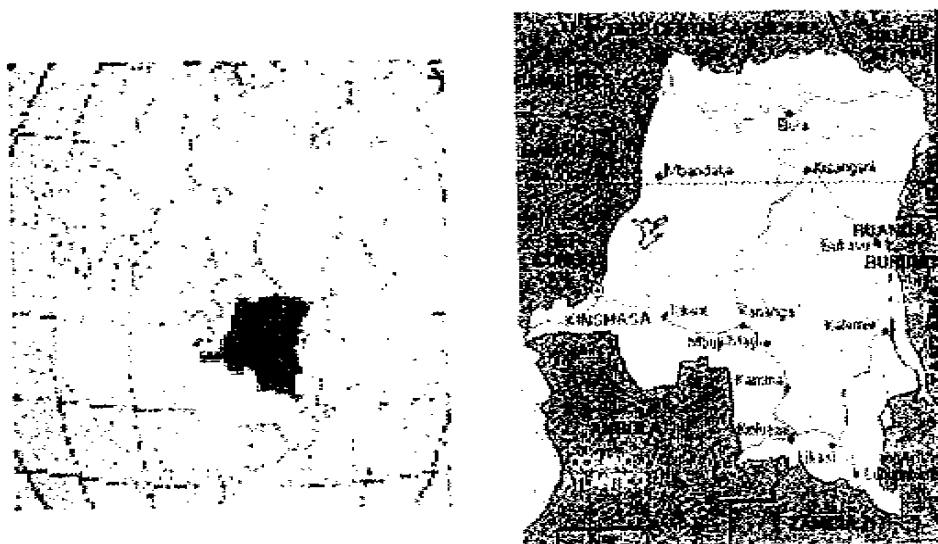
Condecorações:

1999	Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, Grã-Cruz
1999	Ordem Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro
1999	Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999	Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999	Mérito Buriiti, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999	Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, Comendador
1999	Mérito Fu Shingkan, Taiwan, Medalha
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2000	Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, Medalha


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)





OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Julho de 2012

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.858 km ² (1,5 vez o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (2011)	74,7 milhões de habitantes (est. FMI 2012)
IDIOMAS	Francês (oficial); lingala, quicongo, kituba, suaíli e tshiluba ("línguas nacionais")
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (50%), Evangélicas (20%), Islã (10%), Religiões autóctones (20%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo bicameral
PODER LEGISLATIVO	Bicameral Câmara Baixa: Assembleia Nacional Câmara Alta: Senado
CHEFE DE ESTADO	Presidente Joseph Kabila Kabange (desde jan/2001)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo (desde abril/2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Raymond Tshibanda (desde maio/2012)
PIB nominal (2011)¹	US\$ 15,668 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)¹	US\$ 23,135 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2011)¹	US\$ 185,841 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP <i>per capita</i> (2011)¹	US\$ 328,346 (Brasil: US\$ 11.769)

VARIAÇÃO DO PIB (%)¹	6,7 (est. 2013); 6,4 (est. 2012); 6,9 (2011); 7,0 (2010); -2,8 (2009); 6,1 (2008); 6,2 (2007)
IDH^{2,3}	0,286 (187º de 187 países);
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER^{2,3}	48,4 anos (2011) (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	66,8% (2009) (Brasil: 90%; mundo:)
ÍNDICE DE DESEMPREGO⁴	8,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Congolês (FC) – 1 US\$ = 922,75 FC
EMBAIXADOR NA RDC	A ser designado
EMBAIXADOR NO BRASIL	A ser designado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2011)	64 brasileiros

(1) Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weosecigr.aspx>

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

(3) Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data/profiles/>

(4) Disponível em <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/africa/Dem%20Rep%20Congo%20Final.pdf>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC (junho de 2012)

Intercâmbio	9,39	13,49	17,10	150,96	209,89	57,28	58,56	41,68	188,61	121,66	21,7
Exportação	9,17	13,03	16,88	18,52	35,13	53,43	53,78	31,50	81,47	25,86	15,9
Importação	0,22	0,36	0,22	132,43	174,75	3,84	4,783	10,18	104,14	95,77	5,76
Saldo	8,95	12,66	16,66	-113,91	-139,62	49,59	49,00	21,31	-25,55	69,94	10,23

JOSEPH KABILA KABANGE

Presidente

Joseph Kabila Kabange nasceu em 04/06/1971, em Fizi, Província do Kivu do Sul, situada no leste da RDC. Devido às atividades políticas de seu pai, Laurent Kabila, que combatia o regime de Mobutu Sese Seko, cursou o ensino médio no Liceu Francês de Dar-es-Salaam, Tanzânia, onde também passou por treinamento militar.

Lutou ao lado do pai na guerra de 1996-97 contra o regime Mobutu, que tombaria em maio de 1997, quando Laurent Kabila assume o poder. Em 1998, fez estágio militar na Universidade de Defesa de Pequim. No mesmo ano, retornou à RDC e foi nomeado General e Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 2000, assumiu a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em janeiro de 2001, aos 29 anos de idade, assumiu a Presidência da República após o assassinato de seu pai. Em outubro de 2006, foi eleito Presidente da República para um mandato de cinco anos, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas realizadas no país.

Em dezembro de 2011, foi reeleito Presidente no primeiro turno, para novo mandato de cinco anos. A organização do pleito foi contestada por parte da comunidade internacional.

AUGUSTIN MATATA PONYO MAPON

Primeiro-Ministro

Augustin Matata Ponyo Mapon nasceu em 05/06/1964, em Kindu, Província de Manieba, centro-leste da RDC. Formou-se em Economia pela Universidade de Kinshasa, onde lecionou entre 1988 e 2000. Trabalhou no Banco Central do Congo (1990 a 2003) e no Ministério das Finanças (2001 a 2003). De 2003 a 2010, foi Diretor-Geral do Escritório Central de Coordenação, órgão do governo congolês criado para atuar em concerto com os principais provedores de cooperação ao país. Em fevereiro de 2010, foi nomeado Ministro das Finanças. Em abril de 2012, foi designado Primeiro-Ministro pelo Presidente Joseph Kabila.

Avalia-se que a escolha de Ponyo refletiria a preocupação do Presidente Kabila em enviar mensagem aos investidores externos de que o Governo dará prioridade ao aprimoramento do ambiente de negócios na RDC. Ao nomear Ponyo, Kabila buscaria, ainda, dar orientação gerencial ao cargo de Primeiro-Ministro e concentrar em suas mãos a condução de temas essencialmente políticos.

RAYMOND TSHIBANDA N'TUNGAMULONGO

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia

Nascido em Lomela, na província do Kasai Oriental, em 20 de novembro de 1950, Raymond Tshibanda N'tungamulongo licenciou-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade do Zaire, em 1977. Entre 1979 e 1982, cursou pós-graduação em Relações Internacionais, Economia do Desenvolvimento e Administração Pública pela Universidade de Pittsburgh, EUA. De 1988 a 1991, trabalhou no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Tshibanda retornou à RDC em 1991, quando foi nomeado Diretor de Gabinete Adjunto do Primeiro-Ministro. Participou ativamente da organização da Conferência Nacional Soberana e, em 1994, assumiu papel de destaque nas negociações que levariam ao fim do regime de Mobutu. Atuou, entre 1994 e 1996, como presidente e porta-voz da oposição. Em 1996, foi nomeado Ministro do Meio-Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo.

Foi Vice-Ministro do Planejamento de 2003 a 2006. Em 2006, foi coordenador da campanha de Joseph Kabila à presidência e Chefe de Gabinete do Presidente, entre 2007 e 2008. Em 2008, assumiu o cargo de Ministro da Cooperação Internacional e da Francofonia. Conduziu as negociações de paz que levaram à assinatura dos Acordos de Goma em março de 2009, pelo qual o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), grupo armado que atuava no leste do país, abandonou oficialmente as atividades rebeldes. Na condição de Ministro da Cooperação, representou a RDC em diversos eventos internacionais, como a sessão do Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU) em que foi renovado o mandato da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em junho de 2011.

Em abril de 2012, com a composição do novo governo do Presidente Kabila, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia.

Vale ressaltar que Tshibanda esteve no Brasil em agosto de 2011, como chefe da delegação congoleza que integrou a III Sessão da Comissão Mista Brasil – RDC.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a RDC, então Zaire, em 1968. As relações bilaterais experimentaram forte impulso em abril de 1972, com a criação da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Em novembro do mesmo ano, visitou aquela capital o Chanceler Mario Gibson Barboza, ocasião em que os primeiros atos bilaterais foram assinados: a “Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural” e uma Declaração Conjunta. No ano seguinte, visitaria Brasília o Ministro dos Negócios Estrangeiros congolês, Nguza Bond, que assinou junto com sua contraparte brasileira cinco acordos, dentre os quais um “Acordo de Cooperação Técnica e Científica”, um “Acordo Comercial” e um “Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos”.

A RDC estabeleceu Embaixada em Brasília em 1974. Em 1980, após um período de pouco dinamismo das relações bilaterais, seria realizada em Brasília I Sessão da Comissão Mista Bilateral. Sete anos mais tarde, missão oficial de autoridades congolezas resultaria na assinatura de três atos bilaterais, dentre os quais um Acordo no setor de transportes e um Protocolo complementar sobre a exploração da mina de ouro de D7 Kanga. A II Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC ocorreu um ano depois (1988).

Durante os anos seguintes, a instabilidade do país, ainda sob a liderança de Mobutu, restringiu as possibilidades de estreitamento das relações entre os dois países. A Embaixada do Brasil em Kinshasa foi desativada em 1997 em razão da II Guerra do Congo, e seria reaberta apenas em 2004.

Em março de 2005, Jean-Pierre Bemba, à época um dos quatro Vice-Presidentes do Governo de transição encabeçado por Laurent Kabila, visitou o Brasil, onde foi recebido pelo então Vice-Presidente José Alencar e pelos titulares das pastas do MDIC e do MME. Durante a visita, discutiram-se oportunidades comerciais e perspectivas de cooperação bilateral. A então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, aventou a negociação de memorandos de entendimento entre empresas dos setores de energia elétrica e mineração de ambos os países.

Em outubro de 2006, teve início a missão do Exército Brasileiro na RDC, destinada a manter a segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Desde então, a missão vem sendo periodicamente renovada, uma vez que a situação no país ainda inspira cuidados. Regularmente, os militares brasileiros expõem à comunidade brasileira local as medidas a serem tomadas na hipótese de novos conflitos de maiores proporções atingirem Kinshasa.

Em 2007, o Ministro dos Hidrocarbonetos da RDC visitou o Brasil com o objetivo de estabelecer contato com empresas brasileiras do setor de petróleo. Resultado da sua visita foi a assinatura, em 2008, de memorando de entendimentos

entre a empresa brasileira HRT ("High Resolution Technology") - Petroleum e o Ministério dos Hidrocarbonetos, visando à avaliação de jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como "Cuvette Centrale".

Em maio de 2009, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim visitou Kinshasa, ocasião em que manteve reuniões de trabalho com o Ministro da Defesa Nacional e dos Antigos Combatentes e com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, ademais de ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Adolphe Muzito. Foram discutidos, entre outros temas, as possibilidades de cooperação militar bilateral e oportunidades de comércio de material bélico. Naquele mesmo mês, visitou o Brasil o Vice-Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo, chefiando delegação integrada por altos funcionários e técnicos do Ministério das Minas. O objetivo da missão foi visitar diferentes instalações da VALE, buscando diversificar as opções estratégicas para o setor de mineração do país.

Novo salto qualitativo nas relações bilaterais deu-se com a visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa, em novembro de 2010. A visita deu-se no contexto do anúncio da contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC. Além de manter encontro bilateral com seu contraparte, o Ministro Alexis Thambwe Mwamba, o Ministro Celso Amorim avistou-se com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na RDC, Roger Meece, o Diretor do Escritório de Direitos Humanos da ONU, Jean-Luc Max, e a Representante Adjunta da Agência da ONU para Refugiados, Ndeye Ndour. Durante o encontro com o Ministro Mwamba, discutiram-se temas da agenda africana e regional, com ênfase na situação na região dos Grandes Lagos e leste da RDC, e decidiu-se reativar a Comissão Mista Bilateral.

Em agosto de 2011, realizou-se em Brasília a III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, que se revestiu de caráter histórico, uma vez que a última edição do evento havia corrido em 1988. O evento relançou a cooperação entre os dois países, por meio de iniciativas em diversas áreas. As delegações brasileira e congoleza foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pelo então Ministro da Cooperação Internacional e Regional, Senhor Raymond Tshibandá N'Tungamulongo (atual Chanceler). Além de temas que já integram a agenda Brasil-RDC, como educação, comércio e investimentos e cooperação humanitária, as delegações brasileira e congoleza valeram-se da ocasião para compartilhar informações e discutir novas iniciativas em áreas como saúde, agricultura familiar, agroecologia, formação profissional, rádio e televisão e normalização. Ao final do evento, foram assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, formação de recursos humanos do setor público de comunicação e normalização.

Foi assinado, também, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da RDC, instrumento bilateral que possibilitará o ingresso, ainda no segundo semestre de 2012, do primeiro diplomata da RDC no Curso de Formação oferecido pelo Instituto.

Ressalte-se, por fim, que, no plano bilateral, permanece o interesse de ambos os lados em estabelecer mecanismo de consultas políticas bilaterais periódicas. Por sua dimensão territorial e populacional, bem como por sua posição geográfica central no continente africano, o país, em processo de gradual estabilização, deverá desempenhar, no futuro, papel mais relevante no contexto regional.

Cooperação eleitoral

Em novembro de 2005, o então Subsecretário de Assuntos Políticos-II do Itamaraty visitou a RDC, ocasião em que examinou com o Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI), Abade Apollinaire Malumalu, a possibilidade de desenvolver-se programa de cooperação eleitoral. A partir de então, iniciou-se uma série de iniciativas de parte a parte, as quais resultaram em sensível incremento das relações bilaterais. Com o importante apoio de órgãos da Justiça Eleitoral brasileira, foram enviados observadores ao referendo constitucional congolês de dezembro de 2005 e promoveu-se a ida de Juiz do TRE-MG a Kinshasa, em abril de 2006, a fim de ministrar curso sobre contencioso eleitoral a Ministros da Suprema Corte, outros magistrados e membros e agentes da CEI. O mesmo Juiz visitaria a RDC por mais duas vezes, em missão de observador internacional às eleições gerais de 2006.

Em cerimônia realizada em 30 de outubro daquele ano, com ampla cobertura de imprensa, fez-se a entrega oficial de 2.950 urnas de lona doadas pelo Governo brasileiro. Na ocasião, o Brasil foi publicamente reconhecido como um dos países que mais vinham contribuindo para o êxito do processo eleitoral na RDC. Do lado congolês, duas missões chefiadas pelo Presidente da CEI visitaram o Brasil: em outubro de 2006 (por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras) e em maio de 2007.

Cooperação técnica

Em novembro de 2009, técnico da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Kinshasa a fim de discutir o relançamento da cooperação técnica com a RDC. Na ocasião, estiveram presentes representantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Saúde Pública e do Ministério da Agricultura da RDC que destacaram interesse em realizar cooperação na área da saúde, em especial na prevenção e combate à AIDS e à malária. Manifestaram, ainda, preocupação com a segurança alimentar do país e com a necessidade de

capacitação de pequenos agricultores na produção de mandioca, banana, milho e arroz. Ao término da visita, os representantes da RDC comprometeram-se a apresentar formalmente suas demandas, a fim de que fossem submetidas à apreciação da ABC e das instituições brasileiras.

No segundo semestre de 2010, a RDC solicitou cooperação técnica na área de transporte marítimo, agricultura e segurança alimentar, bem como capacitação dos profissionais da Radio Televisão Nacional Congoleza e apoio ao Instituto Nacional de Preparação Profissional.

Ainda em 2010, técnicos congolezes participaram dos cursos realizados no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural, que visavam a apresentar o trabalho das diversas instituições brasileiras (Embrapa, SENAR, Ministérios) na área de agricultura, pecuária e segurança alimentar.

Em fevereiro de 2011, a ABC realizou missão de prospecção a Kinshasa. A delegação foi composta por representantes do SENAI, da Embrapa, da União Planetária, da Universidade Federal de Lavras (UFL) e da Marinha do Brasil. A missão resultou na negociação de cinco projetos de cooperação técnica, dos quais três seriam assinados por ocasião da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, realizada em agosto de 2011, em Brasília: "Formação de recursos humanos do setor público de comunicação da RDC", a ser executado pela União Planetária; "Apoio ao Cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo, no âmbito da Agroecologia, tendo-se como Referência, as Ações Extensionistas Participativas para Agricultura Familiar Desenvolvidas no Projeto Carrancas", já em fase de implementação pela UFL; e "Capacitação em agroecologia e agricultura familiar, para a produção de alimentos básicos e fundamentais, no viés da segurança alimentar e suas correlações econômicas e socioambientais". Os outros dois projetos, na área de biocombustíveis e formação profissional, encontram-se em fase de elaboração, respectivamente, pela Embrapa e pelo SENAI.

Está prevista para julho de 2012 nova missão de prospecção da ABC à RDC, que deverá contemplar as áreas de normatização, em parceria com a ABNT, de formação profissional, em parceria com o SENAI, e de redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação (REDD+), em parceria com o MMA.

Cooperação educacional

Desde 2007, o Brasil tem sido o país que mais concede vagas universitárias a estudantes congolezes (331 alunos desde então), no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). A RDC é, ademais, após Cabo Verde, o país com maior número de beneficiados pelo Bolsa Mérito, programa que concede bolsas mensais a estudantes-convênio de graduação que demonstrem aproveitamento acadêmico excepcional. Desde a criação do programa, em 2006, 57 congolezes já foram agraciados com o benefício.

Assistência humanitária

Em 2009, US\$ 35 mil foram alocados à Embaixada em Kinshasa para aquisição, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar local, para assistência às vítimas de enchentes que atingiram a região do Kasai Oriental.

Em 2011, o Brasil transferiu US\$ 1 milhão ao Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH) com vistas a contribuir com mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual no país, bem como US\$ 200 mil ao PMA, em apoio a programa destinado a deslocados internos e crianças autóctones do Distrito de Likouala.

Está prevista ainda para 2012 doação de cerca de 7,17 mil toneladas de arroz à RDC.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na RDC é composta unicamente pela Embaixada em Kinshasa. O Brasil não dispõe de consulados honorários no país. Segundo dados de 2011, 65 brasileiros viveriam na RDC, dos quais 54 estariam matriculados no setor consular da Embaixada em Kinshasa. Não há Conselho de Representantes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida da RDC com o Brasil é de US\$ 1.596.929,53; posição em 18.11.2011, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados e US\$ 285 mil em vencimentos, decorrente de financiamento de exportações realizadas em 1975 por meio do FINEX.

No âmbito do Clube de Paris, a RDC atingiu o Ponto de Conclusão da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em 30 de junho de 2011. O Brasil assinou a Ata de Entendimentos, com a ressalva de que esperava receber os valores devidos, uma vez que a dívida brasileira correspondia a créditos de curto prazo, não negociados pelo Clube.

O Brasil reuniu-se com representantes da RDC em novembro de 2011, em Paris, para negociar a implementação bilateral da ata do Clube. Durante a reunião, as partes acordaram um cronograma de pagamento da dívida em 6 parcelas, com início um mês após a aprovação do contrato de reestruturação de dívida pelo Senado Federal. Os termos da negociação foram aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE) em janeiro de 2012 e a minuta do contrato está sendo feita pelo Ministério da Fazenda brasileiro para posterior envio às autoridades congoleesas.

POLÍTICA EXTERNA**Sistema Político**

De acordo com a Constituição adotada em 2005, a RDC é um Estado unitário. O sistema de governo é semipresidencialista: o Presidente designa um Primeiro-Ministro que aponta os integrantes do gabinete ministerial. Na prática, porém, o Primeiro-Ministro submete-se ao Presidente, atuando principalmente como um gestor de governo. Cabe ao Presidente definir as linhas de ação governamental e tomar as decisões políticas mais importantes.

O atual Presidente, Joseph Kabila, foi reeleito em novembro de 2011 para mais um mandato de 5 anos. O Primeiro-Ministro Matata Ponyo foi designado pelo Presidente Kabila em março de 2012, após três meses de complexas negociações com os partidos da base governista.

A RDC conta com um poder legislativo bicameral. A Assembleia Nacional, com 500 assentos, constitui a câmara baixa e o Senado, com 108 assentos, a câmara alta. Os atuais Senadores foram eleitos em janeiro de 2006 pelas Assembleias provinciais para um mandato de 7 anos. As próximas eleições para o Senado estão previstas para 2013. Já os atuais representantes da Assembleia Nacional foram eleitos pela eleição geral de novembro de 2011, para um mandato de 5 anos.

A política congoleesa é extremamente fragmentada. Atualmente, mais de 100 partidos estão representados na Assembleia Nacional. 20 partidos compõem a coalizão de governo, com destaque para o Partido do Povo pela Reconstrução e a Democracia (PPRD), do Presidente Kabila, o Movimento Social pela Renovação (MSR) e o Partido Lumumbista Unificado (PALU). Na oposição, figuram a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), do proeminente político Étienne Tshisekedi, o Movimento de Liberação do Congo (MLC) e a União pela Nação Congoleesa (UNC).

Independência

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de exploração colonial. A frente do movimento de independência destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do incipiente Parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de Primeiro-Ministro da nova Nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como Presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul dão início a um período de tensão crescente. De modo a proteger seus cidadãos e defender os interesses das grandes mineradoras, a Bélgica envia tropas à sua ex-colônia, no que é secundada pela ONU dias depois.

A crise se agrava quando o Presidente Kasavubu decide demitir Lumumba de seu cargo, que por sua vez reage declarando a inconstitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o Parlamento. Acirram-se os ânimos entre os simpatizantes das duas principais figuras políticas do país. Aproveitando-se da circunstância, o recém-nomeado Comandante do Exército Nacional Congolês, Joseph Mobutu, lidera um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba seria preso e posteriormente assassinado, ao passo que o Presidente Kasavubu se tornaria refém da trama tecida por Mobutu: em 1965, seria deposto juntamente com o Primeiro-Ministro Tshombe, ex-líder separatista da Província de Katanga. Instituíam-se o regime de partido único sobre o país, que passa a denominar-se Zaire a partir de 1971.

Era Mobutu

A Era Mobutu foi marcada pela corrupção em larga escala. As riquezas afluentes das imensas jazidas minerais e o suporte concedido pelos EUA, que viam em sua figura um paladino anticomunista no coração da África, permitiram a Mobutu exercer completo domínio sobre as Forças Armadas e a economia congoleza.

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime Mobutu. Em uma manobra voltada a assegurar seu domínio sobre o país, Mobutu promove algumas reformas políticas superficiais e anuncia um governo de transição. A tensão escala em meio às Forças Armadas e tornam-se frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

Em 1996, rebeldes tutsis apoiados por Ruanda assumem o controle do leste do país. Mobutu, tradicional aliado dos hutus, busca angariar forças para repelir o assédio tutsi, sem sucesso. Com a saúde debilitada, Mobutu vê-se impelido a fugir do país, à medida que forças rebeldes comandadas por Laurent-Desiré Kabila dirigem-se em direção a Kinshasa. Seria o fim do regime ditatorial de Mobutu. O país passa a denominar-se República Democrática do Congo.

II Guerra do Congo e Ascensão de Joseph Kabila

Desconfianças entre Kabila e as lideranças tutsis, temidas por Kinshasa em razão de suas intrínsecas ligações com os vizinhos Ruanda e Uganda, fizeram ressurgir a tensão no leste do país. Tutsis apoiados por Ruanda criam então a Assembléia Congoleza pela Democracia (ACD), destinada a fazer frente ao Presidente Kabila. Ciosa da interferência ruandesa na RDC, Uganda incitará a criação do Movimento pela Liberação do Congo (MLC), liderado por Jean-Pierre Bemba. O conflito armado ultrapassa as fronteiras do país, envolvendo além dos vizinhos Uganda e Ruanda, tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia. A II Guerra do Congo tornar-se-ia uma das maiores tragédias do século XX, tirando a vida de mais de 5 milhões de pessoas.

O cessar-fogo assinado em Lusaka, em 1999, resultou em acordo que propiciou a criação, no mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). O envio da MONUC não bastou, todavia, para estabilizar a RDC, uma vez que o Acordo de Lusaka foi objeto de intermitentes violações.

Em 2001, o Presidente Laurent Kabila foi assassinado e sucedido pelo filho e então Comandante das Forças Armadas, Joseph Kabila. Teria início um Governo de transição, reconhecido pelo Acordo de Sun City (África do Sul), celebrado em 2002. Em fevereiro de 2006, é promulgada a nova Constituição do país, aprovada dois meses antes por referendo popular. No mês seguinte, promulga-se a lei eleitoral e aprova-se oficialmente o calendário das eleições pela Comissão Eleitoral Independente (CEI).

Em julho de 2006, a RDC realiza suas primeiras eleições presidenciais livres em mais de 40 anos como nação independente. Joseph Kabila vence o pleito em segundo turno, à frente de uma coalizão de partidos intitulada "Aliança pela Maioria Presidencial" (AMP), contra 42% dos votos registrados pelo MLC de Jean-Pierre Bemba, que ocupava na ocasião uma das quatro Vice-Presidências do Governo de transição. Com a derrota, o MLC mergulha em crise e Bemba decide confrontar abertamente o Presidente eleito, contestando os resultados oficiais das urnas e dando início, em seguida, a violentos enfrentamentos com as forças governamentais em Kinshasa.

Bemba não teria outra escolha a não ser recorrer ao exílio em Portugal para evitar a ordem de prisão decretada por Kabila. Em maio de 2008, Bemba é preso em Bruxelas e transferido para a Haia, onde aguarda até hoje sentença do Tribunal Penal Internacional (TPI), sob a acusação de crimes de guerra cometidos entre 2002 e 2003, quando teria prestado apoio a rebeldes em golpe de estado na vizinha República Centro-Africana.

Embora a guerra civil tenha terminado oficialmente em 2002, a insegurança persiste no Leste do país, principalmente nas províncias do Kivu Norte e Sul, cercadas pelos Grandes Lagos e vizinhas a Ruanda, Uganda, Burundi. Os principais atores envolvidos são o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), movimento rebelde de origem tutsi liderado pelo General congolês dissidente Laurent Nkunda, e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), facção controlada por tropas rebeldes hutus emigradas de Ruanda após o genocídio de 1994 contra a população tutsi.

Acrescente-se às tensões nos Grandes Lagos o terror provocado pelas milícias do "Exército de Resistência do Senhor" (LRA, acrônimo em inglês), lideradas pelo rebelde Joseph Kony, que vagueiam pelos territórios de Sudão, Uganda e RDC, saqueando vilas e perpetrando ataques à população civil.

Até fins de fevereiro de 2009, forças oficiais ruandesas realizaram sucessivas incursões em território congolês com o objetivo de combater integrantes das FDLR. Especula-se que Kinshasa teria consentido com as operações militares comandadas por Kigali em troca da captura do General Nkunda (CNDP), em janeiro de 2009.

A reaproximação entre os governos da RDC e Ruanda provocou uma reconfiguração de forças na política congoleza: em março de 2009, o Deputado Vital Kamerhé, contrário ao estreitamento das relações com Ruanda, demitiu-se do cargo de Presidente da Assembléia Nacional, pressionado pela coligação dos partidos da situação e ameaçado de moção de censura.

Outro desdobramento da reaproximação entre Kinshasa e Kigali foi a subscrição, também em março, de acordo de paz entre o Governo da RDC e os rebeldes tutsis do CNDP, intermediado pelo Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo. O acordo estipulava, entre outras disposições, a futura transformação do CNDP em partido político e a integração de seus dirigentes na vida política congoleza; o retorno de pessoas deslocadas internamente e de refugiados ligados ao CNDP; a libertação de membros do movimento que ainda estiverem detidos; a promulgação de uma lei de anistia; e a integração dos ex-rebeldes nos quadros das forças armadas e policiais congolezas.

Em decorrência sobretudo da pressão exercida sobre o Governo Kabila por políticos descontentes com a aproximação com Kigali, as tropas de Ruanda deixaram o território da RDC em fevereiro de 2009. Entretanto, o “vácuo de poder” causado pela retirada ruandesa terminou por estimular a retomada de ações do FDLR tanto no Kivu do Norte quanto no Kivu do Sul.

Estabilização do País (MONUC e MONUSCO)

Em 2010, a RDC comemorou o cinquentenário de sua independência. O Governo Kabila aproveitou a oportunidade para promover uma campanha de exacerbado teor nacionalista junto à população, exaltando as realizações de seu governo com vistas às eleições gerais de 2011.

Nesse contexto, foi lançada a operação militar “Amani Leo” (“Paz Hoje”, em swahili), destinada a debelar os focos de tensão no Leste do país. Favorecida pelo suporte logístico da MONUC, a “Amani Leo” logrou tolher sensivelmente os ataques de grupos rebeldes em seus primeiros meses de atividades. Entretanto, o relativo sucesso da operação deu-se às custas de abusos contra os Direitos Humanos pelos próprios integrantes das Forças Armadas da RDC (FARDC), segundo relatos da população local, ONGs humanitárias e membros do próprio Departamento de Operação de Paz das Nações Unidas (DPKO).

O descontentamento com as críticas feitas pelas principais potências ocidentais ao seu Governo e a condução das operações das FARDC teria motivado

Kabila, segundo analistas, a buscar pôr a MONUC em descrédito frente à sociedade congoleesa e exercer pressão nas Nações Unidas contra a renovação do mandato da Missão. Após intensas negociações entre o CSNU e a RDC, das quais o Brasil tomou parte ativamente, decidiu-se, em junho de 2010, pela reconfiguração da MONUC, de modo a abarcar as demandas do Governo da RDC e evitar novos conflitos em um país ainda instável. A MONUC então passou a chamar-se MONUSCO, dotada de um menor contingente e foco sobre o leste do país, que tem apresentado maior ocorrência de conflitos. Ademais da proteção a civis, que segue como prioridade da missão, a MONUSCO tem como foco atividades de estabilização e consolidação da paz, relacionadas basicamente à reforma dos setores de segurança e justiça, que não avançaram satisfatoriamente nos últimos anos.

As Eleições Gerais de 2011

Em agosto de 2010, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) divulgou, após longo período de indecisões, o calendário para as eleições gerais. O documento foi alvo de duras críticas por parte de setores da oposição e da sociedade civil, que alegaram que as previsões determinadas pela CENI favoreciam o Governo Kabila. Não obstante, as eleições realizaram-se no período previsto, de 28 a 30 de novembro de 2011. Postulante à reeleição, o Presidente Kabila concorreu contra 10 outros candidatos, entre os quais o veterano Étienne Tshisekedi, principal figura da oposição, envolvido na política congoleesa desde a independência do país e duas vezes Primeiro-Ministro. Tratou-se da segunda eleição no país após o fim da última guerra civil.

Em função da magnitude dos desafios logísticos (em particular o processo de cadastramento de eleitores e a distribuição tempestiva das cédulas eleitorais), permaneciam até a véspera do pleito dúvidas quanto à sua efetiva realização. Em 9 de dezembro de 2012, após sucessivos adiamentos, a CENI publicou o resultado da eleição presidencial. De acordo com os dados divulgados, reelegeu-se o Presidente Kabila, com 48,9% dos votos, seguido por Étienne Tshisekedi (32,3%), Vital Kamerhe (7,7%) e Nzanga Mobutu, filho do ex-ditador Mobutu (1,5%). A diferença de votos entre Kabila e Tshisekedi foi de cerca de três milhões.

Em entrevista concedida logo após o anúncio do resultado da eleição presidencial pela CENI, Étienne Tshisekedi rejeitou os resultados e se declarou Presidente eleito. No mesmo dia, ocorreram enfrentamentos violentos em diversos bairros de Kinshasa. As manifestações prosseguiram no dia seguinte. Houve registros de manifestantes mortos e acusações de arbitrariedades por parte da Polícia Nacional Congoleesa. No entanto, após uma semana praticamente paralisada, a capital retornou à normalidade.

Parte das missões internacionais de observação eleitoral apontaram falhas na condução das eleições gerais na RDC. O Carter Center questionou a credibilidade dos resultados divulgados pela CENI e a MONUSCO manifestou apreensão quanto às alegações de irregularidades no processo de apuração dos votos levantadas pelas missões de observação eleitoral acreditadas no país. Os EUA e a missão de observação da UE apontaram a falta de transparência no processo eleitoral e as irregularidades na apuração dos votos, sem se pronunciar, contudo, em favor da anulação do pleito.

No entanto, países africanos, em particular a África do Sul, ressaltaram o contraste entre as avaliações dos EUA e das missões da UE e do Carter Center, de um lado, e de organismos regionais africanos (União Africana e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, especialmente), cujas missões emitiram declaração conjunta louvando os esforços empreendidos pela CENI na organização das eleições congoleesas.

As eleições legislativas (câmara baixa), realizadas junto com o pleito presidencial, resultaram em uma Assembleia Nacional extremamente fragmentada, composta por mais de cem partidos. Embora a MP ("Majorité Présidentielle"), coalizão que apoia o Presidente Joseph Kabila, tenha mantido seu predomínio na Assembleia, muitos de seus principais integrantes, como o PPRD, do próprio Kabila, e o tradicional PALU perderam espaço para partidos menores. O PPRD, apesar de continuar a deter o maior número de cadeiras na Assembleia, teve a sua bancada reduzida de 111 para 63 deputados. A bancada do PALU, apontado como o grande perdedor das eleições, passou de 32 para 17 deputados.

No campo da oposição, a principal mudança foi a volta da UDPS ("Union pour la Démocratie et le Progrès Social") à Assembleia Nacional. Partido de Étienne Tshisekedi, a UDPS havia boicotado as eleições legislativas de 2006, porém logrou eleger 41 deputados no último escrutínio, firmando-se como a maior bancada da oposição, seguida pelo MLC, partido do ex-Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba, com 19 deputados.

Em abril último, após cerca de três meses de difíceis negociações com os partidos integrantes da Assembleia, Joseph Kabila nomeou Augustin Matata Ponyo, ex-Ministro das Finanças, como Primeiro-Ministro. No início de maio, Matata Ponyo divulgou a composição do novo gabinete, reduzido de 48 para 38 Ministérios, com perfil mais técnico e praticamente sem integrantes da oposição.

Analistas locais apontaram a inexistência de políticos de relevo no novo governo. O Presidente Kabila teria optado, por um lado, em prosseguir com a formação de um gabinete com perfil mais técnico do que político, iniciada com a indicação de Matata Ponyo. Por outro lado, ao preferir membros da oposição e reduzir o número de cargos no gabinete, Kabila estaria, segundo os mesmos analistas dando demonstração de força aos que apostavam em uma presidência fraca após as diversas denúncias de fraude nas eleições de novembro de 2011.

Situação de Segurança – Desdobramentos Recentes

A situação de segurança deteriorou-se no leste da RDC, na província do Kivu do Norte, tradicional reduto do CNDP, após a deserção, no início de abril, do ex-General das FARDC, Bosco Ntaganda, acompanhado de contingente que chegou a cerca de 800 pessoas. Ntaganda era o vice-comandante da operação Amani Leo ("Paz Agora", em swahili), composta majoritariamente por ex-integrantes do CNDP. Apesar da existência de mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) expedido em 2006, Bosco vivia livremente em Goma, capital do Kivu do Norte, a alguns metros da fronteira com Ruanda. Sua integração ao exército congolês deu-se a partir do Acordo de Goma, assinado em 23 de março de 2009 entre o Governo da RDC e o CNDP, o qual previa a transformação do grupo armado em partido político e a integração de seus combatentes na polícia e nas FARDC.

Passado o período de relativa distensão no leste da RDC durante as eleições presidenciais de novembro de 2011, o Presidente Kabila iniciou série de medidas com o objetivo de enfraquecer a estrutura paralela de poder que o CNDP ainda vinha mantendo nos Kivus. Em fevereiro de 2012, Kabila suspendeu a operação "Amani Leo" e iniciou movimentação desses militares, particularmente daqueles leais a Bosco, para outras regiões do país.

Diversos integrantes do próprio CNDP, possivelmente motivados pelas lucrativas minas e rotas de evacuação de minérios sob o controle de Bosco, anunciaram a formação de nova facção denominada "Movimento 23 de março" (M23), em referência à data de assinatura, em 2009, do Acordo de Goma entre o CNDP e o Governo congolês. Com efetivos estimados entre 300 e 800 indivíduos, o M23 é relativamente pequeno quando comparado ao total de cerca 6.000 militares do CNDP integrados às FARDC em 2009.

Ciente das divergências internas entre Ntaganda e a cúpula do CNDP e na tentativa de melhorar sua imagem internacional após as denúncias de fraude nas últimas eleições, Kabila decidiu manifestar apoio à prisão de Bosco, que se dirigiu para a região de Masisi com seu contingente, o qual vem se reduzindo gradualmente com as ofensivas das FARDC e as constantes defecções em favor de tropas leais a Kinshasa. A cúpula do CNDP, por sua vez, busca desvincular a rebelião da imagem de Bosco e atribui-la ao descontentamento com as tentativas de Kinshasa em enfraquecer o CNDP nos Kivus.

Estima-se que a rebelião liderada por Ntaganda tenha resultado em cerca de seis mil novos refugiados em acampamentos ruandeses e levado ao surgimento de mais de vinte mil deslocados internos. Nesse contexto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu, em 3 de maio de 2012, declaração à imprensa na qual condena os ataques perpetrados pelo CNDP e, entre outras recomendações e encoraja os países a cooperarem para que os responsáveis por crimes de guerra sejam julgados, inclusive por meio de cooperação com o TPI.

Enquanto os confrontos entre as FARDC e os integrantes do Movimento M23 continuam ocorrendo, enfrentamentos entre elementos da FDLR e da milícia Raia Mutomboki ("povo revoltado", em swahili), tem provocado mortes e deslocamentos populacionais na região mais austral do Kivu do Norte e no vizinho Kivu do Sul. O reposicionamento de tropas das FARDC do Kivu do Sul em direção ao Kivu do Norte para apoiarem no esforço contra o M23 contribuiu para que os enfrentamentos entre a FDLR e o Raia Mutomboki aumentassem nos últimos meses.

O Raia Mutomboki distingui-se da maioria das outras milícias conhecidas como "Mai-Mai". As milícias "Mai-Mai" nasceram como grupos de autodefesa das comunidades locais, porém posteriormente desvirtuaram, em sua maioria, para o banditismo. São em geral centrados em sua região de origem e costumam levar o nome de seu líder. O Raia Mutomboki, contudo, não seguiria esse padrão, cobrindo uma área maior e sendo aparentemente composto por grupos que, apesar de não possuírem comando central, compartilhariam do mesmo nome. A união entre esses grupos estaria fundada no profundo sentimento anti-Ruanda e no antagonismo em relação ao FDLR, que consideram invasores. Os embates visam não apenas combatentes, mas também familiares, o que configuraria uma espiral de violência a agravar o já complicado quadro de violações de direitos humanos no país.

O último relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) sobre a situação na RDC e as atividades da MONUSCO, que cobre o período de 26 de janeiro a 10 de maio de 2012, manifesta preocupação com a situação de segurança no leste do país. O número de deslocados internos teria passado de 1,7 milhão em dezembro de 2011 para 2 milhões em março de 2012. Apenas o Kivu do Sul contaria com 865 mil deslocados internos. O número de refugiados congolese teria igualmente aumentado em decorrência da violência no leste da RDC: aproximadamente 5,5 mil novos refugiados congolese foram registrados em Uganda e 5,6 mil em Ruanda.

POLÍTICA EXTERNA

A RDC é um país de grande importância geopolítica, em função de seu tamanho e população, suas riquezas naturais (minérios, recursos hídricos, florestas) e sua posição estratégica no centro da África.

Entorno Regional

A política externa da RDC é vinculada de forma intrínseca à complexa instabilidade da política interna do país. A instabilidade interna causada pela presença de rebeldes ugandenses, burundineses e, sobretudo, ruandeses no leste do país tem levado o país a coordenar-se com os seus vizinhos na tentativa de debelar os insurgentes.

Embora a RDC e Uganda tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda bilateral positiva, há ainda muitas divergências pendentes entre os dois países, com destaque para o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Albert e a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente. Suspeita-se, ainda, do envolvimento de Uganda no contrabando de ouro e outros minerais explorados ilegalmente em território congolês.

Nos últimos anos, RDC e Ruanda buscaram aproximar-se e relançar as relações desgastadas devido aos recorrentes conflitos envolvendo hutus e tutsis ruandeses nas províncias do leste congolês. Em 2009, ambos os países reabriram suas respectivas embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998, e decidiram retomar as atividades da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL). A reaproximação entre a RDC e Ruanda fora fundamental para o processo de integração às FARDC dos rebeldes ligados ao CNDP, de composição étnica tutsi, retribuído pelo compromisso da RDC com o combate à FDLR, milícia hutu acusada de tentar derrubar o regime de Kigali.

Em abril de 2012, no entanto, o relacionamento bilateral voltou a deteriorar-se após a deserção de Bosco Ntaganda, ex-líder do CNDP, das FARDC, acompanhado de cerca de 800 militares sob o seu comando. Após adotar tônica contemporizadora em relação às denúncias de que Ruanda estaria apoiando o M23, movimento rebelde liderado por Bosco Ntaganda, Kinshasa decidiu lançar ofensiva diplomática com vistas a obter apoio dos países vizinhos e dos membros do CSNU e tolher qualquer ação desestabilizadora provinda de Kigali. No início de junho de 2012, o Primeiro-Ministro Matata Ponyo visita a Goma, capital do Kivu do Norte, para avaliar a situação securitária no leste do país. Na ocasião, o porta-voz do governo da RDC e Ministro das Comunicações, Lambert Mende, declarou ter provas de que entre 200 a 300 integrantes do bando de Ntaganda haviam sido recrutados e treinados em Ruanda.

Na semana seguinte, o governo congolês enviou o Chanceler Raymond Tshibanda a Tanzânia, Burundi, Angola e Uganda. O objetivo do périplo seria angariar apoio regional e, eventualmente, convocar reunião da CEPGL para tratar das denúncias contra Ruanda.

Kigali, de sua parte, vem negando veementemente as acusações de apoio a grupos insurgentes em território congolês. Em reação à ofensiva da RDC, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Louise Mishikiwabo, visitou Kinshasa em 19/6 para se encontrar com seu homólogo congolês. A Ministra também foi recebida pelo Presidente Joseph Kabila. Ao final da visita, os dois países expediram comunicado conjunto reafirmando o comprometimento com o entendimento mútuo e a paz na região. As boas relações entre Kinshasa e Kigali são elemento chave para a estabilização da RDC e a paz regional.

As relações com Angola, embora densas, são marcadas por tensões relativas à presença de refugiados angolanos e congoleses que deixaram seu países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis que assolaram a região. Fruto do recrudescimento da repressão angolana sobre imigrantes

congoleses, cerca de 170 mil nacionais da RDC foram expulsos de Angola entre 2007 e 2009. Em setembro de 2009, Kinshasa, em retaliação, expulsou cerca de 50 mil angolanos da RDC. Angola, em reação, chegou a suspender os vôos da TAAG para seu vizinho. O Brasil chegou a doar US\$ 100 mil e US\$ 50 mil a Angola e à RDC, respectivamente, com vistas a contribuir para mitigação dos efeitos da crise humanitária causada pelas expulsões.

As relações RDC-Angola têm sido também marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima e terrestre entre os dois países. No que tange à questão marítima, assinala-se que a RDC tem solicitado a extensão de suas águas territoriais nos termos da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar, o que poderá resultar na redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países e ter consequências sobre a jurisdição da produção "offshore" do enclave angolano de Cabinda.

Nas relações bilaterais com a República do Congo (Brazzaville), destaca-se a questão do grande número de refugiados e imigrantes provenientes da RDC. Brazzaville acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho. O antigo projeto de uma ponte ligando as duas capitais, por exemplo, desejável do ponto de vista econômico, tem sido sucessivamente adiado por razões de segurança.

Países Desenvolvidos

O relacionamento com as grandes potências constitui a outra vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, investimentos diretos que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A China tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Cerca de metade das exportações congolesas tem como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Cerca de 90% dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga são destinados ao mercado chinês. Por outro lado, os chineses têm investido maciçamente em infraestrutura, em especial em facilidades ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, a exemplo de estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pela China nos demais países africanos. Registre-se que ambos os Governos mantêm discussões sobre uma possível cooperação militar, o que tem gerado desconfiança em meio aos países vizinhos.

Além da China, têm crescente presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora tenham perdido espaço no país para a China nos últimos anos, os EUA, que foram um dos principais aliados de Mobutu, ainda mantêm forte presença na RDC. Muitas das mineradoras em atividade na RDC são estadunidenses, entre elas a Freeport McMoran, que a opera a maior mina do país

no depósito de cobre e cobalto chamado Tenke Fungurume, na província de Katanga, sul do país. Ademais, há um relevante contingente do AFRICOM em território congolês, que presta treinamento militar às FARDC. A cooperação militar entre os dois deverá ser reforçada com a decisão do governo estadunidense, tomada em outubro de 2011, de enviar um contingente adicional de 100 militares para auxiliar o governo congolês no combate ao "Exército de Resistência do Senhor" (LRA), milícia comandada pelo líder rebelde Joseph Kony.

Digno de nota foi o fato de o Presidente Barack Obama ter sancionado, em 2010, uma lei obrigando as empresas americanas a esclarecerem a origem dos minerais utilizados em produtos por elas comercializadas, de forma a contribuir ao combate ao tráfico ilícito dos "minerais de sangue" que sustentam os grupos armados atuantes na RDC, uma das principais causas da instabilidade no país.

Também com notável presença no setor de mineração congolês, o Canadá tem se indisposto com o Governo Kabila, em razão de contencioso jurídico sobre a exploração das minas de Loshi e Frontier, outrora concedidas à mineradora canadense KMT-First Quantum.

Embora sigam densas, as tradicionais relações com a Bélgica e a França vêm perdendo terreno para outros importantes atores internacionais, nomeadamente a China e os EUA. O relacionamento com os países europeus sofreu, ademais, grande desgaste devido às acusações de irregularidades nas eleições de novembro de 2011, para a qual haviam contribuído financeiramente. Não obstante, Kinshasa sediará a XIV Cúpula da Francofonia, a ser realizada em outubro de 2012. A RDC, maior país francófono do mundo, tem conferido prioridade ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos.

Temas Multilaterais – MONUSCO e TPI

Tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente na RDC desde 1999, quando foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaka, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e Agremiação Congoleza pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abarcar, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos "capacetes azuis" frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram com pedras escritórios da ONU em Goma,

capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da Resolução 1843, de que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a missão abordasse prioritariamente a crise na região de Kivu, concentrando sua atuação progressivamente no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção de civis na região.

A Resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança. A MONUSCO é atualmente a segunda maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas, com mais de 19.000 militares e policiais e cerca de 4.400 civis, e um orçamento de US\$ 1.489.390.500. O Brasil não participa da Missão, embora tenha participado ativamente das negociações que levaram à criação da MONUSCO.

Em junho de 2012, o CSNU adotou a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. Nos termos da Resolução 2053, a prioridade do mandato da MONUSCO continuará sendo a proteção de civis. A Missão teve seu papel reforçado no apoio à reforma do setor de segurança, em resposta aos recorrentes problemas na efetiva integração de ex-grupos rebeldes às FARDC. Prevê-se, igualmente, o apoio técnico e logístico da MONUSCO às eleições locais a serem realizadas em 2013.

Em março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgou, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo” Thomas Lubanga Dyilo culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003. A decisão foi saudada pela comunidade internacional como medida fundamental no combate à impunidade na RDC. Além de Lubanga, encontra-se em julgamento pelo TPI o ex-Vice Presidente da RDC Jean-Pierre Bemba (acusado de crimes cometidos na República Centro-Africana).

Há também um mandado de prisão contra Bosco Ntaganda, expedido em 2006, ao qual o promotor do TPI tem pedido que se dê cumprimento. Ntaganda, que fora chefe militar do Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), milícia armada da Província do Kivu do Norte, havia sido integrado às Forças Armadas da RDC (FARDC) como parte dos acordos para a desmobilização dos grupos armados após a guerra civil. No entanto, a decisão do Presidente Kabila de detê-lo e julgá-lo na própria RDC, após o pedido do TPI, levou à deserção de Bosco das FARDC em abril de 2012, junto com cerca de outros 800 militares fiéis ao CNDP, o que desencadeou a uma nova escalada de tensão. O CNDP teria assumido o controle da região de Masisi, naquela província.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo maior país africano em extensão territorial, atrás apenas da Argélia, a RDC é riquíssima em recursos naturais, especialmente em minérios de alto valor, como cobalto, cobre, ouro e diamante. O país conta com 50% de toda a extensão florestal da África e, pelo seu potencial hídrico, tem capacidade para tornar-se exportador líquido de energia elétrica para os países do continente.

A agricultura e o extrativismo vegetal ainda são, contudo, as principais atividades econômicas da RDC, responsáveis por 38% do PIB e fonte de emprego para cerca de 75% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por 28% do PIB congolês, seguido do setor industrial (incluindo o setor de mineração), com 27%.

Anos de conflitos internos deterioraram gravemente a economia e os padrões de vida do país. Hoje, a RDC situa-se entre os países mais pobres do mundo, figurando na 187ª posição no ranking de IDH das Nações Unidas, a pior colocação. Com uma população estimada em cerca de 74,7 milhões, a RDC possui um PIB nominal de apenas US\$ 15,66 bilhões e renda per capita de US\$ 185. Além da instabilidade política, instituições pouco eficientes, elevadas taxas de impostos e a precária infraestrutura constituem sérios entraves ao desenvolvimento econômico. Tampouco contribui para a melhora desse quadro a exploração e o comércio ilegais de recursos naturais, particularmente na instável região leste do país.

Não obstante, a economia congoleza vem crescendo significativamente, a índices superiores a 6% nos últimos anos, com exceção de 2009, ano marcado pela crise financeira mundial. Os principais responsáveis pelas seguidas taxas de crescimento econômico tem sido a expansão da produção e exportação de minérios e o aumento da produtividade do setor agrícola.

A RDC tem-se comprometido com a implementação de amplo programa de reformas macroeconômicas recomendado pelo FMI, o que lhe tem garantido maior facilidade de acesso a créditos daquela instituição. Por ter seguido as diretrizes de política econômica recomendadas pelo FMI, o país logrou obter, em junho de 2011, o perdão de parte de sua dívida com o Clube de Paris, na condição de "país altamente endividado" ("Highly Indebted Poor Country" – HIPC). Segmentos do governo congolês tem manifestado ressalvas quanto à continuidade de políticas fiscais e monetárias restritivas, face às prementes necessidades de investimentos em infraestrutura e serviços básicos. A fim de cumprir as recomendações do FMI e, ao mesmo tempo, garantir os investimentos indispensáveis ao crescimento econômico sustentável e à melhoria dos padrões de vida da população, o governo congolês tem buscado aumentar suas receitas pelo corte de isenções tributárias, elevação de impostos sobre o setor minerador e a melhoria dos serviços aduaneiro e fiscal.

Por outro lado, as crescentes exportações de minérios vem sendo acompanhadas por massivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coreia do Sul. A RDC já tem acesso a linha de crédito multibilionária do "China's Export-Import (Exim) Bank" e assinou recentemente contrato no valor de 1 US\$ bilhão com empresas sul-coreanas para obras de saneamento básico e infraestrutura portuária. Vale ressaltar, contudo, que grande parte dos financiamentos e investimentos externos, em particular os provenientes da China, estão vinculados à ampliação da capacidade de extração mineral do país. Ademais, jazidas de minérios tem sido empenhadas pelo governo congolês como garantia aos investidores estrangeiros.

Em 2011, as exportações cresceram 31%, passando de US\$ 4,7 bilhões no ano anterior para US\$ 6 bilhões. As exportações de cobre dominaram a pauta de exportações, correspondendo a 31,5% do total. O seguido crescimento das exportações tem resultado, desde 2010, em superávit na balança comercial. Em 2011, a balança comercial da RDC registrou saldo positivo de US\$ 400 milhões.

Os principais destinos das exportações da RDC em 2011 foram a China (48,3%), Zâmbia (21,7%), EUA (9,4%) e Bélgica (5,4%). Por sua vez, os principais provedores da RDC foram África do Sul (21,4%), China (16,3%), Bélgica (8,5%) e Zâmbia (7,1%).

Comércio e Investimentos Bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e RDC cresceu significativamente a partir de 2006. Em 2007, o comércio entre os dois países atingiu valor recorde, de US\$ 209,89 milhões, dos quais US\$ 174,75 milhões corresponderam às importações provenientes da RDC. Nos três anos seguintes o intercâmbio comercial foi relativamente menor, em função da drástica queda das exportações congoleesas. Contudo, a recuperação das vendas congoleesas e o contínuo crescimento das exportações brasileiras para o país africano resultou em uma significativa corrente de comércio entre os dois países em 2011, de US\$ 188,54 milhões.

Segundo os dados de 2011, as exportações brasileiras para a RDC constituíram-se principalmente de açúcar (53,9% do total exportado), carnes (19,3%) e automóveis (6,9%). Por sua vez, as exportações da RDC ao Brasil constituíram-se basicamente de combustíveis (84,1% do total), seguidos de químicos inorgânicos (11,5%) e metais comuns (4,2%).

No que diz respeito a investimentos bilaterais, a VALE conta com subsidiária na RDC para atuar nos setores de cobre, níquel e ferro com sede em Lubumbashi, capital de Katanga, a principal área de mineração do país. As atividades da empresa ainda se encontram no nível da prospecção mineral de cobre.

A Petrobras, por sua vez, enviou missão de prospecção à RDC em outubro de 2011, com vistas a avaliar jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como “*Cuvette Centrale*” (bacia central do Congo, região de floresta equatorial com características similares à Amazônia brasileira), e no Lago Tanganika. Há grande interesse do governo congolês em estabelecer parceria com a Petrobras para a exploração da “*Cuvette Centrale*”.

ATOS BILATERAIS

Título	Data da celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	28/02/1973	19/06/1976	20/07/1976
Acordo de Cooperação Cultural	28/02/1973	19/06/1976	31/07/1976
Acordo Comercial	28/02/1973	19/06/1976	23/07/1976
Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos	28/02/1973	28/02/1973	28/03/1976

A SÍNTESE

Cronologia das Relações Bilaterais

1968: Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.

Abr/1972: Brasil instala Embaixada em Kinshasa.

Nov/1972: Visita a RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza.

Nov/1972: Assinatura da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.

Fev/1973: Visita à Brasília do Chanceler Nguza Bond.

Fev/1973: Assinatura do Acordo Comercial.

Fev/1973: Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

Fev/1973: Assinatura do Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos.

1974: RDC instala Embaixada em Brasília.

1980: Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.

Fev/1987: Missão de autoridades da RDC ao Brasil.

Fev/1987: Assinatura do Protocolo Complementar à Convenção Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural pertinente à Abertura e Exploração da Mina de Ouro D7 Katanga do “Office des Mines d’Or de Kilo-Moto”.

1997: Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.

2004: Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005: Visita ao Brasil do Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba.
Dez/2005: Brasil envia missão de observadores ao referendo constitucional congolês.
Nov/2005: Visita à RDC do Sr. SGAP-II.
Abr/2006: Visita à Kinshasa de Juiz do TRE-MG a fim de ministrar curso sobre contenciosos eleitorais.
Jul/2006: Brasil envia observador às eleições gerais na RDC (Juiz do TRE-MG).
Out/2006: Tem início a missão do Exército Brasileiro junto à RDC, destinada a prover segurança à Embaixada brasileira.
Out/2006: Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC.
Out/2006: Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras.
Mai/2007: Visita ao Brasil do Presidente da CEI.
Ago/2007: Visita à RDC do Coordenador do Escritório da EMBRAPA na África, Dr. Cláudio Bragantini, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área agrícola.
Set/2007: Missão à RDC de equipe da ABC, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral.
Jul/2008: Missão ao Brasil de três técnicos congolese da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária.
Mai/2009: Visita à RDC do Ministro da Defesa, Nelson Jobim.
Mai/2009: Visita ao Brasil do Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo.
Nov/2009: Técnica da ABC realiza visita à Kinshasa a fim de discutir retomada da cooperação técnica com a RDC.
Jun/2010: Nova missão da ABC à RDC, em que há o compromisso de integrar técnicos congolese da área de saúde nas atividades referentes ao "Projeto de Combate à Doença Falciforme".
Set/2010: Ministro Celso Amorim mantém encontro com Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU.
Out/2010: Governo brasileiro decide alocar US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio de atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC.
Nov/2010: Visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa.
Ago/2011: Realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, em Brasília.

Cronologia Histórica

Jun/1960: RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo.

Jul/1960: Bélgica envia tropas a sua ex-colônia com o objetivo de proteger seus cidadãos e os interesses das companhias mineradoras. CSNU aprova envio de tropas ao país no mesmo mês.

1961: Assassinato de Patrice Lumumba.

1965: Mobutu depõe o Presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder.

1971: Congo passa a denominar-se Zaire. Inicia-se a Era Mobutu, marcada pela corrupção.

1990: Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.

1994 - Mobutu concorda com a nomeação de Kengo Wa Dondo, um defensor da austeridade e reformas de livre mercado, como Primeiro-Ministro.

1996: Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda disseminam-se pelo leste do país.

Mai/1997: Mobutu é impelido a deixar o país enquanto tropas rebeldes assumem o controle de Kinshasa. Laurent-Desiré Kabila torna-se o novo Presidente da nação, agora chamada República Democrática do Congo.

1998: Tem início a II Guerra do Congo.

1999: Assinado o Acordo de Lusaka, que prevê o cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.

2000: Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo inicia suas operações no país.

2001: Assassinato de Laurent Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então Comandante das Forças Armadas, assume a presidência.

2002: Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam um acordo de paz em que Ruanda deve retirar tropas do leste do Congo e a RDC desarmar e prender militantes hutus ruandeses acusados de assassinato da minoria tutsi no genocídio de Ruanda de 1994.

2003: Presidente Kabila assina uma constituição de transição, em que um governo interino governaria até as eleições. No mesmo ano é inaugurado um parlamento interino.

2005: Nova Constituição, com texto aprovado pelos ex-beligerantes, é aprovado pelo Parlamento. Os eleitores apóiam a Constituição, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.

2006: Thomas Lubanga se torna o primeiro suspeito de crimes de guerra a enfrentar as acusações no TPI, em Haia. Ele é acusado de forçar crianças a combater.

Jul/2006: Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos observadores internacionais.

2007: RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional “Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos”, conhecido pela sua sigla CEPGL.
2008: Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as tropas do Exército e combatentes leais ao líder rebelde Laurent Nkunda, resultando em nova onda de refugiados.
2008: Uganda, o Governo do Sul do Sudão e RDC lançam ataque conjunto sobre as bases ugandenses do Exército de Resistência do Senhor, no nordeste da RDC. Centenas de civis são mortos em ataques.
2009: TPI indicia o ex-vice-presidente Jean-Pierre Bemba por acusações de crimes de guerra durante as ações de suas tropas, na RCA, entre 2002 e 2003.
2010: Governo pressiona as forças de paz das Nações Unidas para sair antes das eleições de 2011.
Mai/2010: Resolução 1925 (2010), do CSNU, renova o mandato da MONUC até 30/06/2010 e determina a subsequente criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), com mandato de 12 meses.
Jun/2010: Comemorações marcam os 50 anos de independência.
Out/2010: a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulga relatório, o qual relata 617 casos de graves violações a direitos humanos cometidas na RDC entre 1993 e 2003, envolvendo grupos armados congolese e estrangeiros que atuaram no país.
Nov/2011: Realizam-se eleições gerais na RDC. Joseph Kabila reelege-se Presidente no primeiro-turno para mais um mandato de cinco anos, com 48,9% dos votos. O processo eleitoral é criticado por grande parte da comunidade internacional.
Dez/2011: Oposicionistas ligados à UDPS, de Étienne Tshisekedi, protestam nas ruas de Kinshasa. Tshisekedi chega a se autoproclamar Presidente eleito. As manifestações são rapidamente sufocadas pelas forças policiais congolese.
Mar/2012: O Tribunal Penal Internacional julga, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo”, Thomas Lubanga Dyilo, culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003.
Abr/2012: Após longas negociações com os partidos integrantes da base governista, Joseph Kabila designa Augustin Matata Ponyo para o cargo de Primeiro-Ministro.
Abr/2012: Bosco Ntaganda, um dos líderes do CNDP, deserta das FARDC acompanhado de cerca de 800 seguidores e funda o movimento rebelde M23. A situação de segurança deteriora-se nas províncias do Kivu do Norte e Kivu do Sul.
Jun/2012: O Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. A prioridade do mandato continua sendo a proteção de civis.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

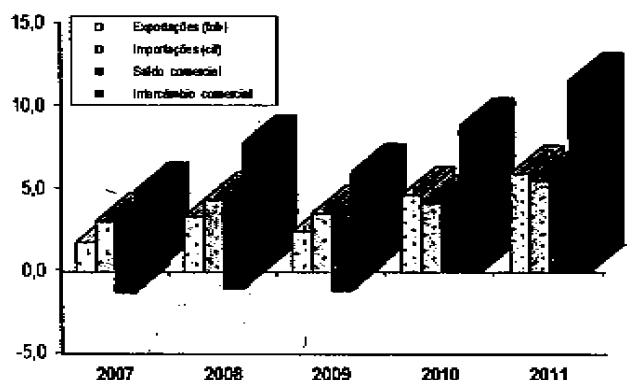
PIB Nominal	US\$ 15,3 bilhões
Crescimento real do PIB	6,5%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 220
PIB PPP	US\$ 25,2 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 300
Inflação	15,5%
Reservas internacionais	US\$ 726 milhões
Dívida externa	US\$ 14,8 bilhões
Câmbio (FC / US\$)	899

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 15 bilhões e crescimento de 6,5% em 2011, a RDC posicionou-se como a 113ª economia mundial. O setor agrícola é o principal ramo de atividade e respondeu por 38% do PIB, seguido de serviços com 35% e industrial com 27%. Dispõe dos seguintes recursos naturais: cobre, cobalto, níobio, tântalo, petróleo, gemas, ouro, prata, zinco, manganês, estanho, urânio, carvão, energia elétrica e madeira.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1,9	3,4	2,5	4,7	6,0
Importações (cif)	3,1	4,4	3,6	4,2	5,6
Saldo comercial	-1,3	1,0	-1,1	0,5	0,4
Intercâmbio comercial	5,0	7,8	6,1	8,9	11,6

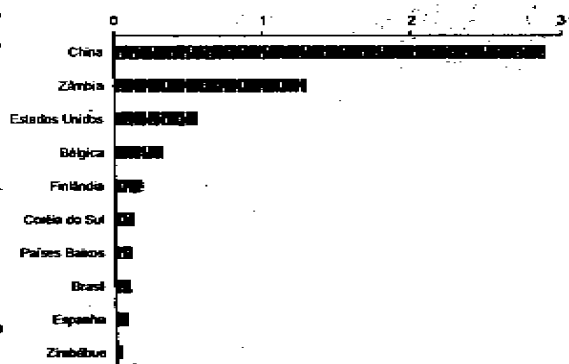


O comércio exterior da RDC apresentou, em 2011, variação de 134% em relação a 2007, passando de US\$ 5 bilhões para US\$ 12 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a RDC figurou como o 113º mercado mundial, sendo 102º na exportação e 124º na importação. O saldo da balança comercial apresentou-se desfavorável ao país nos três primeiros anos do período em análise, seguindo superávit em 2010 e 2011.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
China	2,20	46,8%	2,90	48,3%
Zâmbia	1,10	23,4%	1,30	21,7%
Estados Unidos	0,50	10,6%	0,57	9,4%
Bélgica	0,20	4,3%	0,32	5,4%
Finlândia	0,12	2,5%	0,20	3,3%
Coreia do Sul	0,09	1,9%	0,14	2,3%
Países Baixos	0,05	1,1%	0,12	2,0%
Brasil	0,13	2,8%	0,11	1,8%
Espanha	0,00	0,0%	0,09	1,5%
Zimbábue	0,05	1,0%	0,05	0,9%
Subtotal	4,44	94,4%	5,79	96,5%
Outros países	0,26	5,6%	0,21	3,5%
Total	4,70	100,0%	6,00	100,0%

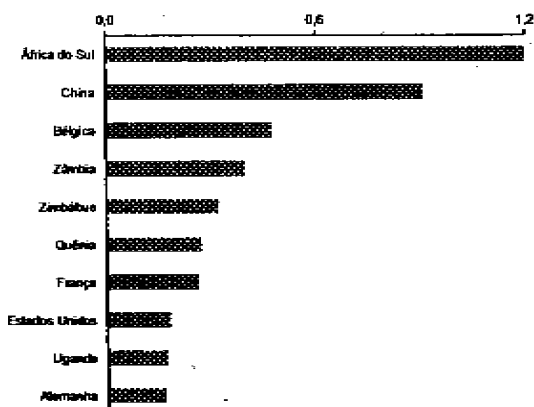


As exportações do país são destinadas em grande parte aos países emergentes e em desenvolvimento, que responderam por 74% do total de 2011. A China é a principal vendedora ao país, representando quase a metade das compras da RDC. Em 2011, respondeu por 48% do total, seguida da Zâmbia (22%); Estados Unidos (9%); Bélgica (5%); e Finlândia (3%). O Brasil obteve o 8º lugar entre os principais compradores em 2011, participando com 1,8% da demanda da RDC.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

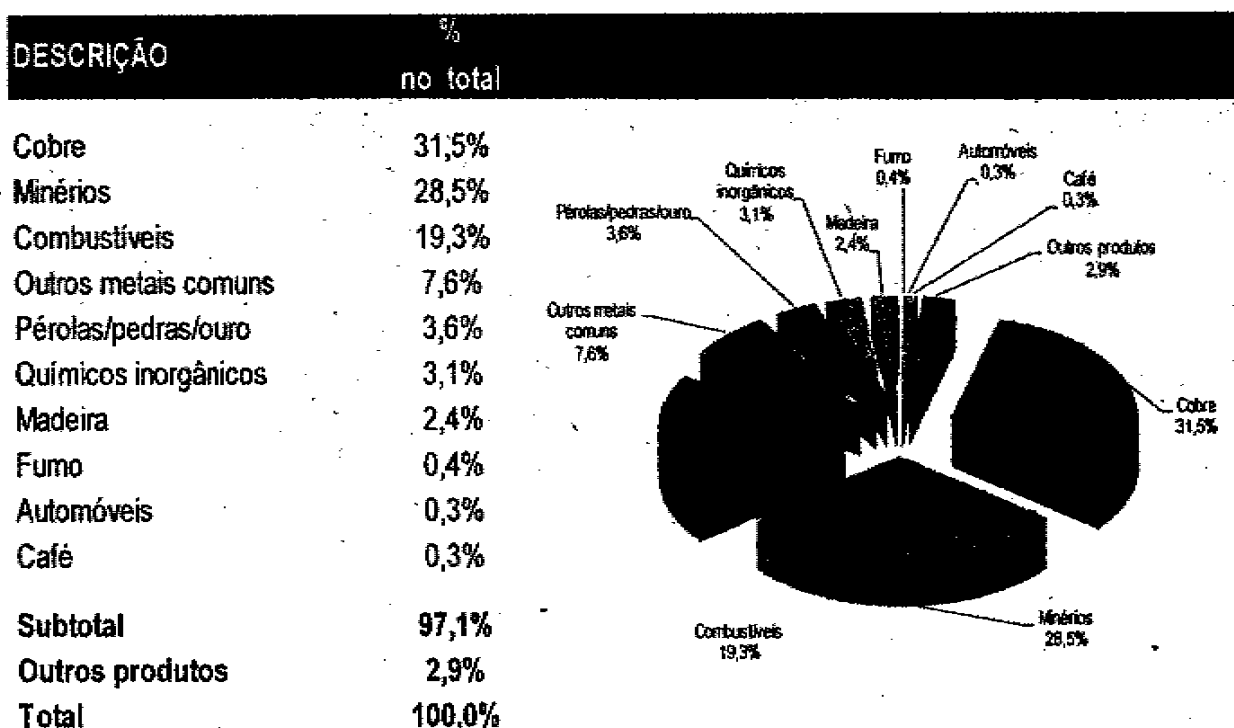
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	0,80	19,0%	1,20	21,4%
China	0,52	12,4%	0,91	16,3%
Bélgica	0,39	9,3%	0,48	8,5%
Zâmbia	0,37	8,7%	0,40	7,1%
Zimbábue	0,29	6,8%	0,32	5,8%
Quênia	0,24	5,8%	0,27	4,8%
França	0,24	5,8%	0,26	4,7%
Estados Unidos	0,10	2,5%	0,18	3,3%
Uganda	0,15	3,6%	0,17	3,1%
Alemanha	0,13	3,2%	0,17	3,0%
...				
Brasil	0,06	1,3%	0,09	1,6%
Subtotal	3,29	78,4%	4,45	79,5%
Outros países	0,91	21,6%	1,15	20,5%
Total	4,20	100,0%	5,60	100,0%



Quase metade das importações da RDC são originárias dos vizinhos do continente. Em 2011, 47% das compras da RDC foram originárias da África e 25% da União Europeia. Individualmente a África do Sul foi o principal comprador dos produtos da RDC, com 21% do total em 2011. Seguiram-se: China (16%); Bélgica (9%); Zâmbia (7%); e Zimbábue (6%). O Brasil obteve o 14º lugar entre os principais exportadores para o país, com 1,6% do total.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

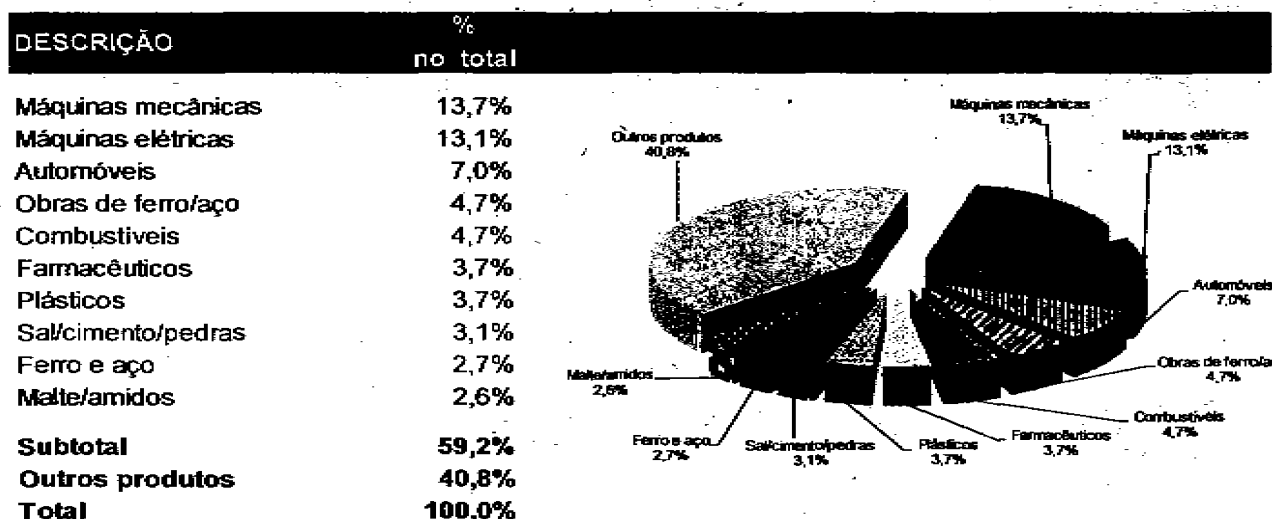
2011⁽¹⁾ - Em %

Elaboração: MTE-DE-CD/Coordenação de Integração de Dados e Informação - Núcleo de Dados AD-MTE/CD

1. A base de dados utilizada para a elaboração deste gráfico é a base de dados do Banco Mundial sobre o comércio internacional de mercadorias (comércio de bens e serviços).

A pauta de exportações da República Democrática do Congo é bastante concentrada. Cobre (cobre refinado e ligas de cobre, em formas brutas; cobre não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; etc), minérios (minérios de cobre e seus concentrados; minérios de cobalto e seus concentrados; etc) e combustíveis (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos; óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; etc) somaram 79% do total exportado em 2011. Seguiram-se outros metais comuns (8%); pérolas/pedras/ouro (4%); e químicos inorgânicos (3%).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %

Fonte: Banco Mundial (2012) e dados do comércio exterior da República Democrática do Congo.

1. A República Democrática do Congo não forneceu dados estatísticos para o ano 2010, portanto, os valores de 2011 são apresentados em comparação com o ano anterior.

Máquinas, automóveis, obras de ferro ou aço e combustíveis foram os principais grupos de produtos importados pela República Democrática do Congo. Em 2011 esses itens somaram 43% do total, seguidos de farmacêuticos (4%); plásticos (4%); sal/cimento/pedra (3%); ferro e aço (3%); e malte/amidos (3%).

BRASIL-RDCONGO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mai)	2012 (jan-mai)
Exportações brasileiras	35,1	53,4	53,8	50,8	81,5	25,9	16,0
Varição em relação ao ano anterior	89,7%	52,1%	0,7%	-5,5%	60,3%	111,1%	-38,2%
Importações brasileiras	174,8	3,8	4,8	13,3	107,1	95,8	5,8
Varição em relação ao ano anterior	32,0%	-97,8%	24,4%	178,5%	704,0%	1587,6%	-94,0%
Intercâmbio Comercial	209,9	57,3	58,6	64,1	188,5	121,7	21,8
Varição em relação ao ano anterior	39,0%	-72,7%	2,2%	9,5%	194,0%	578,3%	-82,1%
Saldo Comercial	-139,6	49,6	49,0	37,5	-25,6	-69,9	10,2

Base de dados: VREDEPE 2-2. Última atualização: Janeiro 2012. Fonte: BACOMEX.

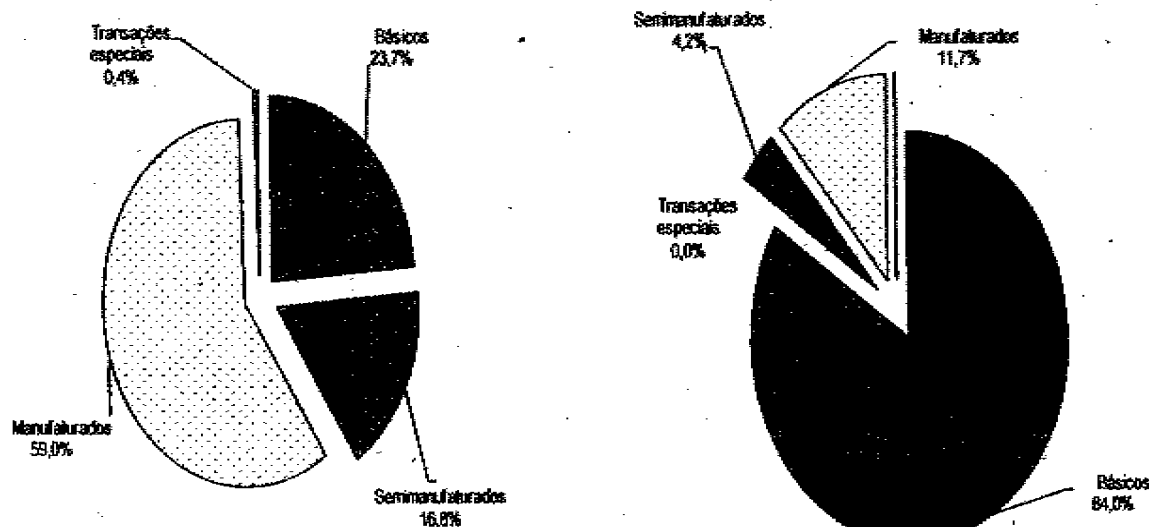
No ranking do comércio exterior brasileiro a República Democrática do Congo figurou como o 95º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou declínio de cerca de 10%, devido, sobretudo, ao decréscimo apresentado nas importações brasileiras originárias daquele país, de 39%, no período analisado. Contudo as vendas brasileiras apresentaram forte incremento de 132%, para o mesmo período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 210 milhões em 2007, para US\$ 189 milhões em 2011. O saldo da balança comercial registrou déficit de US\$ 26 milhões em 2011.

BRASIL-RDCONGO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	19,3	23,7%	90,0	84,1%
Semimanufaturados	13,7	16,8%	4,5	4,2%
Manufaturados	48,1	59,0%	12,6	11,8%
Transações especiais	0,4	0,4%	0,0	0,0%
Total	81,5	100,0%	107,1	100,0%

Elaboração: a) MPRE/PR-D-0-0, b) dados: a) dados do Senado, b) dados do INEPA/D-0.

As exportações brasileiras para a República Democrática do Congo são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 59% das vendas em 2011, com destaque para outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido e carnes congeladas de galos/perus. Em seguida posicionaram-se os básicos, com 24%, com destaque para açúcar de cana em bruto e os semimanufaturados com 17%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 84% da pauta, com destaque para óleos brutos de petróleo, seguido de manufaturados, com 12% e semimanufaturados, representando 4% do total em 2011.



BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para a RD Congo, 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	27,8	22,9	43,9	53,9%	
Carnes	14,7	11,1	15,7	19,3%	
Automóveis	2,9	4,9	5,6	6,9%	
Preparações de carne	1,6	3,0	4,5	5,5%	
Ferramentas	1,1	1,5	1,9	2,3%	
Animais vivos	0,0	0,0	1,9	2,3%	
Máquinas mecânicas	0,2	0,9	1,8	2,2%	
Preparações de cereais	0,3	0,6	1,3	1,6%	
Cacau	0,2	0,6	1,1	1,4%	
Papel	0,1	0,5	0,8	0,9%	
Subtotal	48,9	46,0	78,5	96,3%	
Outros produtos	4,9	4,8	3,0	3,7%	
Total	53,8	50,8	81,5	100,0%	

Fonte: SPS/MDIC, 2012. Elaboração: SPS/MDIC, 2012. (1) 2010 = 2010

Os bens manufaturados predominaram na pauta de exportações brasileiras para a República Democrática do Congo. Açúcar (outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido) e carnes (carnes congeladas galos/perus), somaram participação de 51% no total de 2011. Seguiram-se os automóveis (7%); preparações de carne (6%); e ferramentas (2%).

BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias da RD Congo, 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,0	0,0	90,0	84,1%	
Químicos inorgânicos	4,7	7,9	12,3	11,5%	
Outros metais comuns	0,0	1,6	4,5	4,2%	
Cobre	0,0	3,6	0,0	0,0%	
Subtotal	4,7	13,1	106,9	99,8%	
Outros produtos	0,1	0,2	0,2	0,2%	
Total	4,8	13,3	107,1	100,0%	

Fonte: SPS/MDIC, 2012. Elaboração: SPS/MDIC, 2012. (1) 2010 = 2010

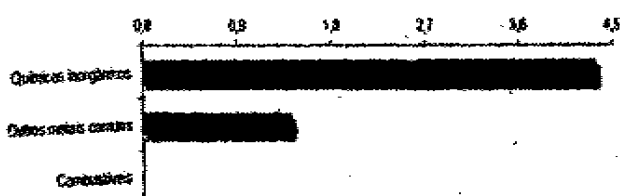
A pauta das importações brasileiras originárias da República Democrática do Congo apresentou alto grau de concentração. Combustíveis (óleos brutos de petróleo), foram os principais produtos congolezes importados pelo Brasil e somaram 84% do total em 2011. Químicos inorgânicos (outros óxidos e hidróxidos de cobalto, inclusive os comerciais e sulfato de níquel) representaram 12% do total e outros metais comuns (cobalto em formas brutas) foram responsáveis por 4% do total.

BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012 (jan-mai)		Exportações bras. para a RD Congo, 2012 (jan-mai)
	(jan-mai)	Valor	% no total	
Exportações				
Carnes	4,3	6,2	38,8%	
Açúcar	12,7	2,9	18,2%	
Preparações de carne	0,8	2,4	15,3%	
Ferramentas	0,7	1,1	7,2%	
Leite/ovos/mel	0,3	0,9	5,6%	
Preparações de cereais	0,5	0,6	3,7%	
Máquinas mecânicas	1,1	0,4	2,3%	
Automóveis	2,8	0,4	2,3%	
Papel	0,2	0,3	1,9%	
Plásticos	0,0	0,1	0,9%	
Subtotal	23,4	15,4	96,1%	
Outros produtos	2,5	0,6	3,9%	
Total	25,9	16,0	100,0%	

Importações

Químicos inorgânicos	3,5	4,3	75,4%
Outros metais comuns	2,2	1,4	24,6%
Combustíveis	0,0	0,0	0,0%
Subtotal	5,7	5,7	100,0%
Outros produtos	0,0	0,0	0,0%
Total	5,7	5,7	100,0%

Importações bras. originárias da RD Congo, 2012 (jan-mai)

Fonte: Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior (MINEC/ICEX). Dados em US\$ milhões, FOB.

Aviso nº 717 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre (APAE), pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 22 de agosto de 2012.

A APAE tem a missão de articular e desenvolver ações de apoio à família, na prevenção, defesa de direito e prestação de serviços na área da assistência social, saúde, educação, profissionalização e pesquisa, direcionados à melhoria na qualidade de vida e a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla colaborando na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A instituição atende 171 alunos nas unidades escolares em programas contínuos e permanentes, 308 alunos nos programas de assistência social e cerca de 2 mil pessoas com deficiência nos demais programas. Toda essa estrutura é mantida pela abnegação dos voluntários e a generosidade dos seus mais de 300 sócios.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva a todos os seus colaboradores, deverá ser encaminhada ao seu Presidente Unirio Bernardi, no seguinte endereço: Rua Uruguai, 300/14º andar CEP: 90.010-140 – Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2012. – Senadora **Ana Amélia** (PP-RS).

REQUERIMENTO Nº 755, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação, ocorrido no último dia 16 de agosto de 2012.

A Ulbra, sediada em Canoas (RS), está presente em 85 cidades distribuídas em 21 Estados do País. Em 20 delas, têm campi universitários e escolas instalados. Em outros 65 municípios, a Universidade mantém pólos de educação a distância. Entre ensino superior presencial e a distância são mais de 59 mil alunos matriculados.

O comprometimento da instituição com a qualidade do ensino é demonstrado pelos seus resultados. Já são mais de 100 mil profissionais formados pela Insti-

tuição, em todo o Brasil, para atuarem no mercado de trabalho. Na EAD, a Ulbra já formou 56 mil pessoas.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva a todos os seus colaboradores, deverá ser encaminhada ao seu Reitor Marcos Fernando Ziemer, no seguinte endereço: Av. Farroupilha, nº 8001 Bairro São José – CEP: 92425-900 – Canoas/RS.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2012. – Senadora **Ana Amélia**, (PP-RS).

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à empresa AGRALÉ, pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 14 de dezembro de 2012.

Ao longo de cinco décadas de existência a AGRALÉ se tornou uma marca forte, respeitada nacional e internacionalmente, pois sempre buscou o caminho da inovação constante. Digno de nota também, o fato de ser a única empresa do setor que tem capital e controle 100% nacional, tornando-se sinônimo de competência brasileira.

Dentre os países em que a AGRALÉ está presente, destacam-se: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, Angola, Congo, Cabo Verde, Moçambique, Namíbia, Zimbábue, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Turquia.

Os produtos Agrale chegam a distantes pontos do País e do mundo, através de uma ampla rede de distribuidores, que dispõem de técnicos bem treinados e peças de reposição para oferecer uma eficiente assistência técnica em toda sua linha de produtos.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva a todos os seus funcionários, deverá ser encaminhada ao seu Diretor-Presidente, Hugo Zattera, no seguinte endereço: BR 116 – Km 145 – 15.104 CEP: 95059-520 Caxias do Sul – RS.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2012. – Senadora **Ana Amélia**, (PP-RS).

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o primeiro orador do dia, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Senadora, Presidenta da Mesa, Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje, ao longo de toda a manhã, o PDT, Partido Democrático Trabalhista, realizou um seminário, aqui mesmo no Senado,

na Comissão de Economia, para debater a economia brasileira, analisando os desafios e analisando as oportunidades que nós temos hoje. Nesse seminário, participei eu, além do Deputado Paulo Rubem e do Assessor Parlamentar Valderi Rodrigues.

O que nós pudemos ver, ao escutar as falas, é que nós devemos analisar a economia sob duas perspectivas. Uma, do desequilíbrio conjuntural que nós temos nas contas públicas, na inflação preocupante, na balança comercial, na infraestrutura insuficiente. São problemas que temos que enfrentar imediatamente. Ao mesmo tempo, nós temos problemas de longo prazo, que é a exaustão, o cansaço, os limites do atual modelo de desenvolvimento que vem desde os anos 30, com Getúlio Vargas, passando pelos anos 55, com Juscelino Kubitschek, que nos tiraram de uma economia agrícola exportadora e rural para uma economia industrial, para o mercado interno, e urbana. Do ponto de vista do modelo, foi esse.

Nós avançamos no tipo de produto, nós avançamos no aumento, cada ano, da urbanização da parte industrial no PIB, até recentemente, quando começou a cair a parte industrial no Produto Interno Bruto, pela força do agronegócio, e todo o setor agrícola, mas o fato é que esse modelo começa a apresentar algumas exaustões, alguns cansaços, alguns limites. Por exemplo, o limite ecológico que está na cabeça de todo mundo como problema, mas nem sempre como limite ao crescimento.

Nós nos acostumamos, ao longo de cinco séculos de história, a crescer destruindo a natureza, ocupando o terreno do imenso território brasileiro. Isso está chegando ao limite. O aumento da produção, daqui para frente vai exigir uma destruição de florestas que diversas forças vão se mobilizar para evitar. Ou, se não pararmos a tempo, vamos ter uma situação de mudança climática no Planeta, vamos ter uma situação de degradação da própria agricultura em pouco tempo por falta do equilíbrio ecológico.

Nós temos uma exaustão, um limite não só do meio ambiente, nós temos o limite das finanças públicas, porque a saída para as finanças públicas, quando entra no aumento de gastos, é aumentar a carga fiscal. Isso não é mais possível no Brasil. Nós já temos uma carga fiscal altíssima.

Então, daqui para frente, qualquer aumento de um gasto exige a diminuição de outro gasto. E o que mais se vê é que o aumento do custeio está exigindo uma redução, Senador Suplicy, do investimento.

Nós temos um limite, sim, uma exaustão na ideia de inflar o consumo para trazer o Produto Interno Bruto, em vez de criar um bom Produto Interno Bruto para que atenda um bom consumo.

Nós não estamos preocupados com a bondade no Brasil, nessas últimas décadas. Nós estamos preocupados com o tamanho do Produto Interno Bruto, e não com a qualidade dele. Isso tem limite. Por exemplo, a indústria automobilística como carro-chefe da industrialização se esgotou; os carros não cabem mais. A demanda vai ter que cair pela impossibilidade de adotar-se o transporte privado como a continuação da maneira de locomoção de mobilidade dentro do País.

Nós percebemos que há um limite, hoje, na capacidade de endividamento, e isso não é só uma questão circunstancial, nem conjuntural, nem um desequilíbrio. Estruturalmente, nós vamos ter que encontrar um modelo de desenvolvimento que não tenha necessidade desse excesso de endividamento das famílias para poderem comprar aquilo que dinamiza a economia. Nós temos é que ter produtos que atendam a vontade, os desejos, as necessidades, e aí, no caso do transporte, é muito mais pela qualidade do transporte público do que pela quantidade de carros particulares.

Mas talvez o mais importante dos limites que nós ouvimos, hoje, foi o limite que o Brasil atravessa, a exaustão que atravessamos, o cansaço que atravessamos, por falta de conhecimento, por falta de ciência e tecnologia, por falta da capacidade de criar. Até aqui, o Brasil se desenvolveu apenas fabricando no Brasil; a partir de agora, não há futuro fabricando apenas, é preciso criar no Brasil.

Aquele carimbozinho de que todos se orgulhavam, fabricado no Brasil, tem que ser coisa insuficiente hoje. O carimbo que a gente precisa tem que ser criado no Brasil e fabricado no Brasil. Mas até mesmo criado no Brasil e fabricado fora pode trazer mais vantagens para nós do que fabricado aqui, tendo sido criado fora. Porque as patentes levam a parte considerável da renda do que a gente produz. Por isso, se queremos sair dessas amarras, se queremos sair da exaustão do modelo que nós temos, temos que buscar caminhos, com um modelo em equilíbrio ecológico que ponha a estabilidade natural do Brasil como um ponto de defesa fundamental.

Fico feliz de ter, aqui, um Senador que representa tão bem o Acre e que criou a expressão de “florestania”, que realmente significa a ideia de o homem estar vinculado com a natureza, mas em equilíbrio, e não no processo de degradação dessas últimas décadas. O Senador Viana tem sido um dos defensores disso e talvez dos mais importantes do Brasil, quando governador do Acre, no seu tempo, e aqui mesmo, no Senado, como Senador.

Ao lado disso, o que vai fazer com que o Brasil respire, saindo da exaustão, vai ser mudarmos o modelo econômico do fabricado, da montagem, para o

modelo econômico da criação por meio da ciência e da tecnologia. Não há outra saída, a não ser o País se transformar em um criador de conhecimento, de patentes, de invenções e com isso temos uma dificuldade profunda, porque não temos a base, que é a educação.

Os resultados desta semana, do chamado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mostram que o Brasil é um País reprovado no vestibular do futuro. Fomos reprovados com a nota 3,7 na educação da escola pública, em que estudam 14 milhões só no Ensino Fundamental, a imensa maioria; na particular é um milhão e meio. Isso é claro sinal de reprovação no vestibular do futuro, até porque o futuro tem a cara da escola no presente. Escola bonita: professores contentes, alunos estudando, futuro bonito e próspero. Escolas degradadas: professores descontentes, alunos sem aprender, futuro feio, sem prosperidade. Não há outro caminho.

Por isso é triste ver que o Governo brasileiro, que desperta para a necessidade de mais infraestrutura, que desperta para incentivos de isenções fiscais para dinamizar a venda de mais bens de consumo, não parece estar despertando para a exigência do investimento na infraestrutura intelectual, a infraestrutura do conhecimento, da educação, da ciência e da tecnologia, como o caminho fundamental para construir o futuro.

Fala-se que numa das campanhas do ex-presidente Clinton, ele, reunido com seus assessores, discutindo o que iam fazer, ele num momento parou e disse: “É a economia, estúpido – para um dos assessores – é a economia que vai definir se vencemos ou não as eleições”.

Hoje não basta vencer as eleições, é preciso vencer a história, fazendo uma inflexão no rumo da nossa economia. Numa reunião como essa, hoje, alguém tem que gritar: “É a educação, eleitores!” É a educação, eleitores, que vai permitir, ao mesmo tempo, o Brasil dar entrada no futuro, na nova modernidade de uma economia do conhecimento e quebrar aqui, e quebrar aqui a vergonhosa desigualdade que nós temos, porque os indicadores do Ideb mostram algumas coisas, uma delas é que fomos reprovados na média, porque, mesmo incluindo as escolas particulares, se fazemos a média ponderada pelo número de alunos, estamos perto de uma nota de 4, e 4 é reprovação! Será que a gente não percebe isso?

Nós estamos sendo reprovados, mas, além disso, quando observamos os segmentos, a educação particular chega a 6; a educação pública, municipal e estadual, a 3,7. É quase o dobro; 6 é passar sofrivelmente. Quem tira nota 6 passa raspando, como dizem os jovens e os alunos, não passa bem. Mas a diferença é de quase a metade. Aí aumenta a desigualdade,

porque o berço da desigualdade está na desigualdade da escola, como o berço da igualdade está na igualdade da escola.

Por isso, vou voltar ainda aqui para continuar, com mais tempo, sobre o que concluímos nessa reunião de hoje, os desafios, por exemplo, que o Deputado Paulo Rubem apresentou. Mas, hoje, eu queria chamar a atenção: é a educação, eleitores! Como dizia Clinton para seus assessores: “É a economia, estúpido!”, eu digo: É a educação, eleitores! É a educação, Presidenta. É a educação que pode quebrar essa exaustão do modelo que nós vivemos e colocar ao lado o modelo novo, capaz de avançar para o futuro.

É isso, Sr^a Presidenta, que eu tinha para colocar.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, colegas Senadores, Senadoras, Senador Suplicy, Senadora Ana Amélia, venho à tribuna hoje... Estava aqui ouvindo o Mestre Cristovam Buarque falando da educação no Brasil e quem sou eu para questioná-lo? Mas o certo é que já tive oportunidade aqui, em alguns momentos, de falar para o Senador Cristovam que as mudanças que temos que fazer na educação no Brasil precisam ser feitas levando-se em conta o tempo.

O Brasil, de fato, precisa estabelecer o que quer para a educação nas próximas décadas, daqui a dez anos, daqui a vinte anos, como fizeram todos os países que conseguiram grandes transformações nos indicadores da educação. Falo isso porque, por boa coincidência – já que esse talvez seja o tema mais importante que todos nós devemos ter na vida, especialmente quem trabalha no Parlamento –, venho aqui para falar um pouco do que tem acontecido no Acre em relação aos números do Ideb, recém-publicados.

E, como há aqui no plenário o Senador Cristovam, eu mesmo acho, Senador – eu que fui um entusiasta da sua ida para o Ministério da Educação e sei da sua dedicação de vida para essa causa, e sei que isso é um exemplo, é uma referência para todos nós – que a própria Constituição não deixa claro o papel dos entes da Federação. E acho ainda até um absurdo o que acontece no Brasil, inspirado até no que ouvi de V. Ex^a. Quer dizer, o aluno que hoje vai mal no ensino fundamental certamente é o aluno que irá mal no ensino médio amanhã, e certamente é o mau universitário daqui a algum tempo, se o for.

Mas como é que o Brasil organizou a educação nos entes da Federação: Municípios, Estados e a União

Federal? Fez uma divisão com que não concordo, em hipótese alguma, e acho que deveríamos promover uma grande mudança. É o seguinte: das crianças cuidam as prefeituras; dos jovens, os Estados – eu estou aqui simplificando, para que aqueles que estão nos ouvindo ou nos assistindo possam entender; e dos adultos cuida a União. É mais ou menos assim que nós estamos. Não conheço Municípios que estejam trabalhando as universidades, os adultos; estão trabalhando as crianças.

E quem pode mais nessa estrutura: os Municípios, os Estados ou a União Federal? Uma família põe quem para cuidar das crianças, dos jovens e do adulto? Aliás, quando é criança, é a mãe que cuida. Acho, sinceramente – fui prefeito, fui governador –, que não há condição de os mais de 5.500 Municípios do Brasil assumirem essa responsabilidade. Não existe possibilidade de fazermos a transformação no lugar em que se requer, que é na base, com crianças de cinco ou seis anos. Não é possível começar algo novo sem haver um esforço de todos pela educação: União, Estados e Municípios. Se não fizermos isso, acho que o conserto vai demorar muito tempo, vai ser só um pequeno reparo e não uma grande mudança, como nós almejamos. Esse é o aspecto.

No Acre, Senador, nós fizemos mais ou menos assim. O Acre era o último colocado – na época ainda do Saeb, antes do Saeb. Quando se fazia qualquer avaliação, nós éramos os últimos colocados. Hoje, eu vi no UOL que, na escola mais mal avaliada no Brasil, em Alagoas, ainda não começaram as aulas este ano. É uma situação muito precária. Mas no Acre não era diferente. Somos 22 Municípios. Quase a metade deles não tinha o segundo grau quando eu assumi. E não estou falando do século passado, não. Eu estou falando, Senador, da época em que assumi, na mudança de um século para outro, em janeiro de 1999. A metade dos Municípios do Acre não tinha o segundo grau – e a Constituição diz que eles têm que cuidar das crianças, ou nós dissemos isso, ou o Brasil definiu isso. E o que é que aconteceu? Nós ficamos esperando que os Municípios comessem a fazer? Não!

Havia outro problema. Boa parte dos professores eram leigos, sem nenhuma formação para ensinar. Uma situação mais precária do que essa impossível. Os piores salários de professores do Brasil, as piores escolas. Quem semeia uma semente dessas vai colher o quê? Os piores resultados. Esse era o Acre há exatamente 14 anos. O salário de um professor, além de ser o pior do Brasil, se fosse no interior, pagava seis meses depois do mês trabalhado. Eram seis meses de atraso. E, se fosse na Capital, três a quatro meses de atraso para os professores.

Quando nós assumimos, vimos que tudo tinha que ser feito. O Governador Binho Marques e eu trabalhamos, eu na Prefeitura de Rio Branco. Tínhamos feito um plano decenal de educação em Rio Branco e estabelecido uma política de fazer creches, escola infantil, com muita precariedade financeira. Mudamos o patamar da educação no Município. Quando chegamos ao Estado, estávamos mais bem preparados. Montamos um plano. O ex-Governador Binho Marques hoje trabalha na equipe do Ministério da Educação. Foi convidado recentemente e trabalha na articulação da aplicação das políticas com os Municípios e Estados. Começamos a fazer tudo e estabelecemos que a educação seria as mãos do nosso projeto de desenvolvimento para o Acre. A gente pregava o desenvolvimento sustentável, o governo da floresta, implantar a florestania com Marina, com todos, mas falamos: “As mãos que seguram o projeto é a educação”.

O prédio da Secretaria de Educação no Acre, Senador Cristovam, tinha 1.200 funcionários, entre professores e funcionários. O prédio! Nós passamos a ter pouco mais de duzentos funcionários. Então, sobram mais de mil pessoas para atuar nas escolas. Montamos um programa, a contragosto de alguns da universidade, e falamos: “Não vamos criar uma universidade estadual porque não dá tempo.

Contratamos a universidade federal para que formasse 100% dos professores do Acre com terceiro grau – 100%. Esse projeto foi concluído. Custou mais de uma centena de milhões de reais; para um Estado pobre como o Acre, foi um grande investimento o que fizemos. E falamos: “Todos os professores de todas as esferas, Municípios e Estado, terão uma vaga para se formar”.

Então, o Estado, que não tinha segundo grau nas sedes dos Municípios, passou a ter uma faculdade nas sedes de todos os Municípios, provisória – era a universidade federal chegando lá e dando a formação. Cem por cento dos professores adquiriram formação superior, e nós colocamos, entre os três melhores salários do Brasil, o salário de quem tivesse o nível superior, professor. Portanto, aumentamos os salários, colocamos lá em cima e demos oportunidade para que todos buscassem alcançar esse salário com uma melhor formação. Obviamente, não precisa dizer, implantamos o segundo grau não só nas sedes dos Municípios, mas em todos os vilarejos. A situação era tão precária que segundo grau era nome de escola em Rio Branco, na capital. Existia meia dúzia de escolas que tinham segundo grau. Então, era: Segundo Grau do Colégio Acreano, Segundo Grau... Era isso. Depois, obviamente, o ensino médio.

O certo, Senador Cristovam, é que o nosso sonho era sair do último lugar e almejar um indicador melhor. Os números do Ideb nos complicaram um pouco – estou aqui com alguns dados –, quando a gente tem o ensino médio. No fundamental, estamos indo acima das metas, que são precárias mesmo, como V. Exª colocou. Que metas precárias que o nosso País está vivendo! Isso expõe a realidade e até a pouca ousadia que temos, porque, com metas precárias, nós vamos precisar de mais tempo. E essa é uma situação que não pode prosseguir, se não não poderemos ser uma Nação que disputa com o mundo. Disputar o mundo sem ter a educação como maior prioridade não tem nenhum sentido.

Então, dentro desse espírito, começamos um trabalho no Governo. As escolas passaram a ser, sem falsa modéstia... V. Exª esteve uma época visitando uma antiga fábrica abandonada, chamada Escola Armando Nogueira, inaugurou lá junto comigo, e virou o melhor prédio da cidade. No tocante às escolas do Acre, sem medo de afirmar aqui, do Estado governado por Tião Viana, os melhores prédios da maioria dos Municípios são das escolas, as salas de aula. São os melhores prédios: mais bem pintados, limpos, com jardinagem, arborização e bem cuidados pelos trabalhadores da educação.

Os salários do Acre – obviamente que também os outros Estados melhoraram nos últimos anos – não deixaram de disputar os salários de referência em nenhum período desses, houve a formação de todos os professores, reestruturamos o currículo, e acho que há certa precariedade – não sou educador –,

mas estamos fazendo uma colcha de retalhos nos currículos, na essência, pelo menos: Português, Matemática, Ciências. Aí se vai botando. Nós mesmos, Parlamentares, todo dia pomos uma matéria nova, um assunto novo, quando deveríamos ter foco, ter objetivo, para poder preparar e dar condição para que, aí, sim, cada um siga o caminho e possa se libertar dessa condição.

Daí, lançamos um grande programa de escola infantil. Fomos assumir a responsabilidade. Foi isto em Rio Branco e na maioria dos Municípios: o Estado fazendo. E hoje eu posso dizer que, do ponto de vista predial, do ponto de vista de currículo, do ponto de vista de salário, do ponto de vista da prioridade, que segue com o Governador Tião Viana, e, mais ainda, do ponto de vista da gestão... Quando eu assumi, meu líder no Governo tinha aprovado na Assembleia a lei de eleição direta para diretores de escola. E era um assunto absolutamente inviável fazer uma mudança de gestão com diretores distribuindo picolés nas escolas e ganhando o voto das crianças. E mudamos essa lógica:

chamamos o sindicato, estabelecemos uma política e dissemos: “Diretor de escola não é para ser qualquer um”. Fizemos um pacto novo, acordado. E, para ser diretor de escola no Acre, o candidato deve fazer uma prova, passar numa prova para estar habilitado a ser votado, e tem que ter um projeto de gestão para escola. Com esses pré-requisitos, ele pode se candidatar junto com outros colegas. Isso mudou radicalmente a gestão na escola.

Fizemos uma outra política: dinheiro direto na escola, descentralizado. Não há sentido em algo que não funcionava. Uma lâmpada queimava, e não havia mais aula; um problema de uma encanação, já não havia mais aula. Dinheiro, uma distribuição... Não estou falando de milhares de reais, estou falando de milhões de reais nas escolas, dando responsabilidade para a escola naquilo que dá para ela mesma resolver.

O certo é que os números do Acre hoje são números que nos animam. Fizemos um programa junto com a Fundação Roberto Marinho. Salvo engano, V. Exª é do conselho. Foi um dos mais importantes programas que nós fizemos para tentar compatibilizar a idade e a série. O aluno saía porque a escola era ruim, não trazia nenhuma perspectiva. E isso tudo nos ajudou.

E hoje nós temos um problema para resolver ainda, porque fizemos um último movimento de tentar estender a mão para as escolas que estavam numa situação mais atrasada. Mas isso, de alguma maneira, desestimulou também os que estavam mais à frente. Então, vai ter que haver um reequilíbrio dessa condição. É até uma avaliação que a gente faz.

Mas os números que nós temos hoje do Acre, que era, de fato, o último colocado, posso passar aqui para que V. Exª os tenha. Ensino fundamental. Anos iniciais: no Acre, 4,6; no Norte, 4,2; no Nordeste, 4,2. Estou falando do Estado que era o pior em educação no Brasil. Nós já estamos naquele sonho nosso de passar da média do Norte e do Nordeste e começar a disputar com o Centro-Sul os indicadores. Esse era o nosso sonho há dez anos. Estamos conseguindo e achamos que, daqui para frente, a situação tende a melhorar ainda mais.

Então, ensino fundamental, anos finais: Acre, 4,2; região Norte, 3,8. Vejam, meus caros que me assistem, agora, depois do Saeb e com o Inep, com os dados e as informações que pegamos também do próprio Inep, nós temos condições de analisar o Ideb, que é recente no Brasil, que é um instrumento importante para que o Brasil faça essa avaliação.

Aí, Senador Cristovam, ante de passar o aparte a V. Exª, vou dar outro dado. Eu estava falando do ensino fundamental, anos iniciais. Média nossa, 4,5; região Norte, 4,2; região Nordeste, 4,2. Ensino funda-

mental, anos finais: Acre, 4,2; região Norte, 3,8; região Nordeste, 3,5.

É uma mudança animadora para nós, que faz com a gente entenda que valeu a pena ter sido governador, valeu a pena ter tido um secretário de educação como o Binho Marques, que depois me sucedeu, houve continuidade, e agora com o Governador Tião Viana, que se dedica para que isso vá a frente.

Temos um problema: ensino médio. Mesmo assim, no ensino médio, a nossa média está em 3,4; a região Norte tem 3,2, Senador; a região Nordeste, 3,3.

Então, dentro desse espírito, nós entendemos que devemos melhorar ainda mais porque está ficando cada vez mais complexo. Tínhamos muita gente fora da escola, nós universalizamos, e tem que melhorar para todos. Não tem sido fácil, mas estamos vencendo. Acho que falta ao País uma decisão de todos, como diz um dos próprios lemas da Fundação Roberto Marinho: “Todos pela educação”.

Ouçó, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, eu fico muito satisfeito de poder dizer aqui, de público, que eu acompanhei, e acompanho, o trabalho de vocês no Acre. De fato, são inegáveis os esforços e os resultados obtidos no seu governo, Senador Jorge Viana, tendo como secretário o, depois, Governador Binho, e, hoje, o Tião Viana. Não há dúvida nenhuma de que vocês têm feito um esforço e têm conseguido elevar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mostrando que é possível.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Sim; mostrando que é possível. E desejo, sobretudo, manifestar o meu reconhecimento aqui da dedicação de vocês. Mas quero aproveitar para retomar um pouco o discurso que eu fiz, que, de certa maneira, fez referências ao senhor não só pela educação, mas, sobretudo, pelo outro lado. O que eu disse foi que a economia brasileira entrou num processo de exaustão de um modelo, e os dois pilares do novo modelo são o meio ambiente – nessa área o seu governo também serviu de exemplo – e a educação, setor em que os esforços de vocês são exemplares. Mesmo assim, quero trazer o foco do Acre para o Brasil. O Acre está fazendo o seu trabalho, está com excelentes resultados; mas, no Brasil, estamos fracassando. Por exemplo, o Acre está ficando melhor do que as outras regiões, mas nós precisamos nos comparar não com o Acre, mas com a Coreia, com a Finlândia. O fato de o Acre estar melhor do que o Nordeste é uma vitória sua, da continuidade com o Binho, da continuidade com o Tião, mas ainda não é uma vitória para o Brasil nem é essa uma tarefa

de vocês. É impossível, aliás, só o Estado... Por isso é preciso que a gente coloque a União mais envolvida na educação de base. O senhor disse: “Os adultos, os jovens e as crianças”... Não vou dizer que se deve inverter isso, de maneira alguma; eu acho que em todos os níveis tem que ser a União, com recursos que os Estados já estão hoje usando, para ter uma educação igual. A ex-Senadora Heloísa Helena dizia uma frase de que eu gostava muito: “Basta adotar uma geração de crianças que essa geração adota o Brasil daqui para frente”. Essa adoção é que a gente não está vendo, porque quando há um governo como o seu e com a sua continuidade, a gente vê os resultados; mas quando não há um governo como o seu nem há continuidade, a gente não vê resultado. Um exemplo é o Brizola, que começou, e fez sim, uma revolução no Rio de Janeiro com os Cieps, mas, quando ele saiu, tudo foi paralisado. Quero dizer que gostei muito de uma expressão sua, que é diferente da que eu uso. Eu sempre digo, e disse há pouco, que o futuro tem a cara da escola no presente. O senhor disse uma coisa que achei muito interessante, talvez até mais, que a escola é a semente do futuro. A gente não está plantando o futuro. Nós não estamos plantando o futuro; há esforços como o seu, há esforços como o de outros Governadores e prefeitos, mas não há esforço do Brasil. E aí vem a questão das metas. A meta do Brasil para 2021 é chegar a uma nota 6 – e não vai chegar! A nota da China é colocar um homem na Lua, e não faz trinta ou quarenta anos que nós estávamos atrás deles. Por isso, eu gostaria de ver mais pessoas aqui podendo mostrar o que o senhor está mostrando em termos de resultados e lutando para que, no futuro, seja muito mais e para todo o Brasil, até porque o senhor hoje é um Senador da República representando o Acre, não um Senador do Acre representando o Brasil. Como Senador do Brasil, da República, eu gostaria de vê-lo lutando pela federalização da educação, para que a União, o Brasil, a República assumam a responsabilidade com as crianças, para podermos construir o futuro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Peço só a compreensão da Sr^a Presidenta para que, em mais dois minutinhos, eu possa concluir, uma vez que, a par de muito importantes todas as observações que o Senador Cristovam fez, desejo ainda apresentar alguns dados.

Por exemplo: o Acre, que era o último, Senador, ficou em quinto lugar nas últimas séries do Ensino Fundamental. Isso é uma conquista que nos orgulha muito e nos anima a seguir em frente.

E digo que tem outro dado: no Censo de 2010, o Acre, hoje, é o Estado que tem a maior rede básica

pública, com 90,3%. Nenhum outro Estado alcançou isso! Então, é com inclusão e com responsabilidade.

Leio aqui uma última parte.

No Acre, o Estado faz quase tudo. Na Prefeitura de Rio Branco, temos uma boa parceria, em outras também, mas a formação dos professores dos Municípios foi e continua sendo bancada pelo Estado. Ainda temos muitas escolas municipais que são bancadas integralmente pelo Governo. Nós já estadualizamos lá a educação. E mais ainda: as últimas séries do Ensino Fundamental são todas bancadas pelo Estado.

Então, o mérito desse quinto lugar também é do Governador Tião Viana, do Governador Binho Marques e de nós, que começamos esse trabalho. Agora, acho que é fundamental, sim, o Brasil precisa não sei se da federalização, mas o Brasil precisa abraçar a educação. E, obviamente, quem pode mais tem que fazer mais. A União tem um papel a cumprir. Não acredito que vamos dar o passo necessário se deixarmos na responsabilidade de prefeitos que vão ser eleitos agora e até mesmo de Governadores a condução, cada um a seu modo, da educação nos Estados. Acho que tem que ter um compromisso, como fez o Chile, como fez a Coreia, como V. Ex^a mencionou, a própria Irlanda, que era tida como país dos burros e que virou uma referência para o mundo do conhecimento.

Concluo, Senador, só dizendo uma coisa: eu visitei escolas levando o projeto Jovem Senador. Visitei a Escola João Aguiar, em Rio Branco...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso é uma grande transformação, Senador. Agora, não é um aluno lendo 100 livros. A Escola João Aguiar, em Rio Branco, lê quase oito mil livros por ano, uma escola de mil alunos. É esse tipo de mudança. Fui à Glória Perez ver um professor estimulando a redação. Então, o Acre está passando por uma grande transformação. E esses números do Ideb nos animam a seguir por esse caminho, que é o caminho correto, que é o caminho certo.

E eu, que tenho como referência a Finlândia, disse a eles que, naquele país, o número de leituras *per capita* é de 25 livros por habitante. Há garotos em Rio Branco que estão lendo quatro vezes mais que os finlandeses.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bom.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Não se encontrando, o Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Não estando presente, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, quero cumprimentar os Senadores Cristovam Buarque e Jorge Viana por suas considerações a respeito de como precisamos dar prioridade à melhoria da educação. Parabéns pelos esforços realizados no Acre e também pela insistência com que ambos têm aqui colocado esse aspecto tão primordial.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidenta, quero hoje falar sobre o apoio à posição brasileira no caso Julian Assange, em solidariedade às artistas russas do grupo Pussy Riot.

Tenho acompanhado com atenção e me associado à firme posição tomada pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff de apoio à soberania do Equador em face de possível quebra da inviolabilidade de sua representação diplomática em Londres. Como sabemos, lá está, sob proteção do governo equatoriano, Julian Assange, que acaba de receber o asilo diplomático do governo de Rafael Correa.

Pesa contra o australiano Julian Assange um mandado de busca internacional, expedido pela Suécia, onde estivera em agosto de 2010, a convite, para apoiar o encontro dos membros de uma ONG. Lá, ele deve responder por duas acusações de crimes sexuais. Segundo informações da mídia internacional, a mulher organizadora do evento, que também o havia convidado para dormir em sua casa, acusa-o de, durante um ato sexual consentido, ter furado a camisinha de propósito.

A segunda denúncia parte de outra mulher, que, em seguida à palestra proferida por Assange, foi com ele a um bar, a um cinema e, depois, foram dormir juntos. A denunciante afirma que o sexo que fizeram na manhã seguinte, sem camisinha, foi sem o seu consentimento. Apesar da gravidade das acusações, que precisam ser respondidas por Julian Assange, nos tribunais da Suécia, o problema estaria restrito a questões do Direito privado, não fosse ele o responsável pelo *site* WikiLeaks, que muita dor de cabeça tem dado a vários governos ao redor do mundo. O *site* WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, que torna de conhecimento público, em sua página, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. A página, administrada por *The Sunshine Press*, foi lançada em dezembro de 2006 e, em meados de novembro de 2007, já continha 1,2 milhão de documentos.

Ao longo de 2010, o WikiLeaks publicou grande quantidade de documentos confidenciais do governo dos Estados Unidos, com forte repercussão mundial.

Em abril, divulgou um vídeo de 2007, que mostra o ataque de um helicóptero Apache norte-americano, matando pelo menos 12 pessoas - entre as quais dois jornalistas da agência de notícias Reuters - em Bagdá, no contexto da ocupação do Iraque. Outro documento polêmico mostrado pela página é a cópia de um manual de instruções para tratamento de prisioneiros na prisão militar dos Estados Unidos, em Guantánamo, na ilha de Cuba. Em julho do mesmo ano de 2010, o WikiLeaks promoveu a divulgação de uma grande quantidade de documentos secretos do Exército dos Estados Unidos, reportando a morte de milhares de civis na guerra do Afeganistão, em decorrência da ação de militares norte-americanos. Finalmente, em novembro, publicou uma série de telegramas secretos enviados pelas embaixadas dos Estados Unidos ao seu governo.

Sobre a ponderação de princípios, a escritora Rose Marie Muraro acerta ao dizer que “todos os povos do mundo civilizado receberam as informações (do WikiLeaks) como uma grande contribuição à liberdade de imprensa”.

Nos Estados Unidos, corre um processo em desfavor de Bradley Manning, analista de inteligência do Exército, que é acusado de ter vazado os documentos secretos para o WikiLeaks em 2010.

Segundo informações da *Folha de S.Paulo*, o analista “pode ser condenado à morte por uma corte marcial”.

Por conta da possibilidade de a Suécia o enviar para julgamento nos Estados Unidos, onde poderia ser condenado à morte, é que Julian Assange pediu asilo ao Equador.

Conforme explica o professor aposentado da Unicamp e membro da Anistia internacional, Carlos Lungarzo, por força do art. 14 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pelas Nações Unidas em 1948, tanto Julian Assange tem o direito de pedir o asilo, quanto o Equador tem a prerrogativa de concedê-lo, pois o artigo é claro:

Art. 14 Todos têm direito a buscar e desfrutar em outros países do asilo contra perseguição.

Segundo escrito do professor Carlos Lungarzo:

Assange buscou asilo, como diz o artigo 14, e foi reconhecido como asilado pelo Equador, através de sua embaixada. Portanto, após recebido asilo do Equador, Assange tem direito a desfrutar desse asilo em território equatoriano. A proibição do Reino Unido de que Assange seja transportado em segurança ao Equador é, portanto, uma violação desse direito.

A análise que passo a fazer considera minhas convicções pessoais e a experiência de tudo que tenho visto ao longo dos anos na minha vida pública. Assim, penso que devemos priorizar com todas as forças a liberdade de expressão dos indivíduos, a liberdade de imprensa e a transparência total em tudo que se relaciona com a vida e o poder públicos. O cidadão tem o direito de saber, sem precisar justificar, tudo que de público ocorre à sua volta. Nessa linha, o Brasil deu um passo importante no sentido de conceder maior transparência à coisa pública, quando aprovamos a Lei nº 12.527, de 2011, a Lei de Acesso à informação.

Julian Assange - e isso é muito importante - já se prontificou a responder, perante a Justiça da Suécia, pelos delitos de que é acusado, desde que não seja de lá extraditado para os Estados Unidos da América. Eu sou plenamente favorável a que as pessoas respondam por todos os seus atos. A justiça deve ser a virtude maior e o mote de nossas ações! Não obstante, no caso do direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, entendo que não podemos aceitar que o foco seja modificado do mérito das expressões faladas ou escritas e das informações publicadas para o processo de obtenção dos dados ou para as penas impostas, muitas das quais adotam dosimetria inexplicável.

Esse é o caso, por exemplo, que está ocorrendo na Rússia. Lá, três jovens artistas do grupo *punk Pussy Riot* realizaram um protesto, que durou menos de um minuto, dentro da Catedral do Cristo Salvador, em Moscou, protesto esse contra os supostos laços que unem o governo do Presidente Vladimir Putin à liderança da Igreja Ortodoxa Russa.

Sendo a Rússia um estado constitucionalmente laico, num julgamento que durou apenas 15 dias, as três manifestantes - Maria Alyokhina, de 24 anos, Nadezhda Tolokonnikova, de 22, e Yekaterina Samutsevich, de 29 anos -, ao invés de receberem uma pena de multa por ofender a ordem pública, foram condenadas a dois anos de prisão, por vandalismo, numa rígida colônia penal russa.

Medidas como essa adotada na Rússia levam ao cerceamento da liberdade de expressão, coíbem a crítica e dificultam a implementação da transparência no serviço público. Ao lado de Paul McCartney, Madonna e de tantos outros, eu também me alio à campanha de solidariedade e de apoio ao grupo *Pussy Riot*, solicitando que a justiça russa reveja essa pena aplicada às jovens artistas.

Dessa forma, associo-me à posição tomada pelo Governo Dilma Rousseff, ao tempo em que me congratulo com a Presidenta pela postura adotada por nossa diplomacia, pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota, pelo Embaixador Breno de Souza Brasil Dias da Cos-

ta, nosso representante na Organização dos Estados Americanos (OEA) e por nosso representante na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Embaixador Antônio Simões, Subsecretário-Geral para a América do Sul.

O Brasil, ao lado dos países da Unasul, foi firme ao enaltecer o direito soberano que o Equador tem de conceder asilo a Julian Assange, bem como ao exortar a retomada do diálogo entre Quito e Londres, para a construção de uma solução que respeite o direito internacional e, principalmente, respeite as pessoas envolvidas.

Assim, avalio que essa deve ser a posição brasileira a ser levada à próxima reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), que está convocada para sexta-feira, dia 24 de agosto.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

V. Ex^a poderia assumir a Presidência, porque terei de ir até a Comissão do Código Penal? (*Pausa.*)

Ao tomar assento à Mesa, V. Ex^a poderia passar a palavra à Senadora Ana Amélia, próxima oradora inscrita.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que no Senado Federal representa o PP.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Eduardo Suplicy, cara Senadora Marta, Senadora Lídice, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, caros servidores desta Casa, estou retornando de um roteiro eleitoral e político por 22 Municípios do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Fiquei convencida, Sr. Presidente, de que a questão social envolvendo os aposentados é uma situação extremamente delicada. Foi o tema mais recorrente, mais presente, mais insistentemente abordado nesses 22 Municípios, de quinta até ontem, percorridos por mim, pela minha assessoria, por Parlamentares do meu partido, visitando e trabalhando, fazendo gravações para as campanhas eleitorais das eleições municipais de 7 de outubro.

Em muitos desses Municípios, estamos concorrendo com “chapa pura”, como se diz, só o meu partido, e, em muitos outros, concorrendo em alianças, o que considero extremamente positivo, na medida em

que uma aliança política impõe uma tolerância, uma convivência com posturas às vezes ideologicamente distantes daquilo que defendemos, mas que guardam o objetivo comum de trabalhar pelo bem da comunidade.

Estamos, em muitos municípios, mais de quarenta, com o seu partido, o Partido dos Trabalhadores; em outros, com o PCdoB; em outros, com o PSB; em outros, com o PTB; em outros, com o PSDB, e assim sucessivamente. Essa é a natureza de uma eleição municipal, o que torna esse pleito de extrema relevância.

Numa eleição municipal, o eleitor está votando na autoridade, seja do Executivo ou do Legislativo, que define o seu dia a dia: a iluminação, a saúde, a educação, a própria segurança pública na comunidade, o lazer, o esporte, a própria abertura de oportunidades para os jovens, o ensino – fundamental, médio e superior –, que sempre demanda um cuidado maior dos administradores municipais.

Por isso, essa eleição municipal tem um grande peso na consolidação da democracia e da convivência democrática. E foi durante essa visita a esses 22 Municípios, Senador Suplicy, que ouvi de todos, em todos os lugares, em várias regiões – Norte, Centro, Sul e Oeste, na fronteira –, o mesmo pedido insistente e candente: “por favor, Senadora, ajude a melhorar a situação dos aposentados!” E, claro, refiro-me aí, Senador Suplicy, aos aposentados do Regime Geral da Previdência Social, o INSS.

Lamentavelmente, enquanto eu conversava com a população dessas regiões do meu Estado, eu soube que a Presidente Dilma Rousseff vetou a emenda do meu colega de bancada, Senador Paulo Paim, do PT, apoiada por nós todos, não só do Rio Grande do Sul – Pedro Simon e eu –, mas por todos os Senadores, uma emenda de iniciativa do Senador Paim que garantiria recursos no Orçamento da União do ano que vem, 2013, para assegurar um melhor reajuste às aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social, o INSS, para aqueles aposentados que ganham acima do salário mínimo.

Essa decisão, esse veto da Presidente, reforça a percepção de que o Governo não acolheu e também não aceitou a proposta do Congresso Nacional, especialmente desta Casa, o Senado Federal.

Há pouco mais de um mês, aprovamos aqui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, incluindo a valorização das aposentadorias e pensões que estão acima do salário mínimo. Votamos pela equidade, pela justiça econômica, pela justiça social em relação aos trabalhadores da ativa.

A atual política de reajuste aos aposentados do INSS é, para dizer o mínimo, absolutamente injusta, pois há uma defasagem enorme entre o reajuste dado

ao salário mínimo – que é merecido, aliás – e o reajuste concedido a quem ganha mais que um salário mínimo, como aposentado do INSS. E, segundo dados da Cobap, a Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, no ano passado, o reajuste dado ao salário mínimo foi de 14%, e para os aposentados que ganham acima do mínimo apenas e tão somente 6% de reajuste. Neste ano, o reajuste foi de apenas 7%, e o dos aposentados ainda menor. É esse o grande nó da previdência, e aí que está a grande injustiça.

Basta olharmos a posição do Governo sobre o fim do fator previdenciário ainda sem previsão para votar e ser discutido pelo Governo. Não há ainda uma resposta definitiva por parte do Ministério da Previdência Social e, enquanto isso, a renda do aposentado vai ficando cada vez menor, mais comprometida, um empobrecimento, uma descapitalização dos aposentados que ganham acima do mínimo.

Portanto, Presidente Eduardo Suplicy, não posso concordar absolutamente com essa decisão contrária ao pensamento e à decisão do Senado Federal, pois sei que milhares de aposentados que começaram a receber o equivalente a cinco ou a seis salários mínimos continuarão, após três ou quatro anos, recebendo apenas um salário. Mais uma vez, Senadores e Senadoras, o Governo mostrou que, nesse caso, não há uma política clara para beneficiar os aposentados, consumidores ativos e que continuam movimentando a economia.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, muitos aposentados e aposentadas são responsáveis pelo sustento da família e arcam pesadamente com os custos impostos pela inflação que, mesmo controlada, vem corroendo a renda usada para a compra de alimentos, por exemplo. Ouvi de muitas aposentadas: Senadora, faça alguma coisa, meu dinheiro não está sobrando porque pago a mensalidade da faculdade do meu neto. E isso, V. Ex^a deve ouvir muito, Senador Suplicy, todos nós aqui ouvimos isso e ficamos sensibilizados por essas manifestações. O nosso limite de ação é muito fechado, é muito curto.

É preciso lembrar, Presidente Suplicy, que a população brasileira está envelhecendo. Dados do IBGE mostram que 7% dos brasileiros têm, hoje, 65 anos ou mais, e em 2050 o instituto de pesquisa calcula que esse percentual poderá chegar a 23% da população. Isso, Sras. e Srs. Senadores, mudará muito o jeito como as famílias gastam e consomem e esse reajuste, claro, trará impacto sobre a economia brasileira.

Por isso peço aos Srs. Senadores uma atenção especial ao Projeto de Lei 76/2011, de minha autoria, que está tramitando nesta Casa e que já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, permitindo a

isenção do Imposto de Renda de pessoa física para os rendimentos dos aposentados a partir do mês que o declarante ou a declarante completar 60 anos. O objetivo dessa proposta é valorizar os benefícios dos aposentados que ganham um salário mínimo e também aqueles que ganham mais, podendo beneficiar aproximadamente 8 milhões de aposentados. Isso poderá corrigir a renda e as distorções para essa categoria.

Eu gostaria aqui de registrar, também em nome do Senador Paulo Paim, o trabalho incansável que a Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – Cobap, presidida por Warley Martins Gonçalves, vem realizando. E eles ao mesmo tempo que o governo concedeu reajustes a muitas categorias de servidores públicos ao nível de 15% na média, agora também estão preparados a uma grande mobilização exatamente em função do que consideram uma injustiça para com os aposentados.

Mas eu queria também, Sr. Presidente Eduardo Suplicy e Sr. Senador Alvaro Dias, abordar aqui um tema que tem sido recorrente nesta tribuna, que diz respeito a greve do serviço público.

Eu recebi da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI, presidida pelo meu conterrâneo José Carlos Becker e também pelo presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Rio Grande do Sul, Lauri Kotz, algumas contas em que se chega à seguinte constatação dramática: nós últimos dois meses o comércio internacional, especialmente com a Argentina, tem registrado um custo diário de U\$500, ou seja, mais de R\$1.000 por caminhão parado por até quatro dias. São produtos que não são entregues e transações que não são concluídas por causa das paralisações envolvendo Receita Federal, Ministério da Agricultura, Fiscais Federais Agropecuários, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, além dos agentes e fiscais da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Nos portos a situação também é crítica. No Porto de Rio Grande, o terceiro maior do País, há registros de que os navios chegaram a demorar o dobro do tempo para atracar e que o número de embarcações com problemas para liberações de cargas aumentou significativamente. Até nos portos secos, como os de Uruguiana, onde está a sede da ABTI, São Borja e Foz do Iguaçu, a questão é preocupante. Fui informada pelo Presidente da ABTI, José Carlos Becker, que um caminhão demorou, Senador Alvaro Dias, 48 horas, dois dias, dois dias, só para retirar uma senha de acesso ao porto seco. Realmente, isso não pode fazer parte da rotina de um País que precisa fazer a economia crescer e gerar resultados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero renovar e reforçar aqui a minha preocupação com esse tema, que vem penalizando a sociedade brasileira. A greve é justa, as reivindicações são legítimas, mas é preciso que grevistas e Governo, urgentemente, cheguem a um consenso sobre essa questão antes que ela deixe de ser um problema de renda dos servidores públicos para se tornar um caso grave de má gestão das contas públicas e também um tombo na própria recuperação do crescimento econômico.

Essa é uma situação bastante delicada. Eu falo dessas greves que têm impactado severamente as finanças públicas do Estado brasileiro. Por causa dessas paralisações, o País tem perdido muito. São os portos paralisados, agências de portas fechadas, universidades sem aulas, estradas congestionadas. Não é só a economia que sofre, o cidadão contribuinte também paga essa conta porque o atendimento na área da saúde está precarizado.

Para se ter uma ideia das discrepâncias econômicas e financeiras que empobrecem o Brasil ou afastam nosso País do desenvolvimento sustentado, basta olharmos com atenção as informações divulgadas recentemente pela imprensa. A revista *Época*, por exemplo, divulgou nesta semana que se o Governo aceitasse o pedido de reajuste de todos os funcionários públicos, a União teria que gastar até R\$92 bilhões dos cofres públicos. Isso significa bem mais do que o dobro de tudo o que o Brasil investiu em tecnologia da informação no ano passado, ou seja, aproximadamente R\$85,7 bilhões, segundo dados da ABES, a Associação Brasileira das Empresas de Software, coletados em parceria com uma consultoria dos Estados Unidos e divulgados recentemente pela Revista *IstoÉ Dinheiro*.

Vou terminar, Sr. Presidente.

Se aprofundarmos ainda mais o entendimento desse tema sobre os gastos do Governo e o impacto disso no bolso do brasileiro, vamos perceber que esses gastos dificultam os investimentos do Governo Federal. Como tem dito o meu amigo, a quem respeito muito e admiro também, o ex-ministro Delfim Netto, especialista nessa matéria, para o Brasil voltar a crescer 5% ao ano será preciso aumentar a capacidade produtiva e recuperar os investimentos ao nível de 25% do Produto Interno Bruto. Isso só será possível se o Governo conseguir cortar gastos ou gastar o que tem de forma eficiente.

A fama da Presidente Dilma Rousseff é essa, de uma boa gestora.

Portanto, penso que o conselho do ex-ministro Delfim Netto, oratório de todas as escolas econômicas e um ser pensante, com a inteligência e a sensibilidade que tem, deveria ser ouvido pela Presidente e pela

sua equipe: dar eficiência. Porque, hoje, a maior queixa também é a demora na tomada de decisões. E tão importante quanto tomar uma decisão contra ou a favor é tomar a decisão. A espera é dramática e a espera custa caro. A demora significa ineficiência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento.

Tem a palavra agora o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, Líder do PSDB no Senado Federal.

Tem S. Ex^a a palavra pelo tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Eduardo Suplicy.

Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ainda não se encerrou a reunião da CPMI Cachoeira, que ouviu hoje dois promotores públicos, Dr^a Lea e Dr. Daniel, que trabalharam, em nome do Ministério Público, as operações Monte Carlo e Vegas.

Imaginavam, quando esta CPI se instalou, que seria possível desviar o foco do mensalão. O mensalão está em julgamento no Supremo Tribunal Federal e não há desvio de foco. Se há, é exatamente o oposto. A CPI é que perdeu, diante da opinião pública, o interesse que tinha antes, já que prevalece a atenção geral da população brasileira relativamente ao julgamento desse monumental escândalo do mensalão, denominado pelo Procurador Dr. Roberto Gurgel de “o mais atrevido e escandaloso” esquema de corrupção “na história do Brasil”. E, para o ex-Procurador, eu creio que sempre é bom repetir, para o ex-Procurador Antonio Fernando de Souza, o escândalo do mensalão é resultante de um esquema complexo e sofisticado de corrupção idealizado por uma organização criminoso em nome de um projeto de poder de longo prazo.

Apesar de definições tão acachapantes como estas dos dois Procuradores da República, respeitáveis figuras, que foram inclusive indicadas pela Presidência da República, inicialmente por Lula e depois por Dilma Rousseff, apesar dessas veementes definições do que significou o escândalo do mensalão para o Brasil, há aqueles que alardeiam a inexistência de provas para a condenação dos réus, como se fosse possível tapar o sol com a peneira.

Mas o meu objetivo na tribuna no dia de hoje, além, evidentemente, de mais uma vez manifestar esperanças de que o Supremo Tribunal Federal reabilite as esperanças, as convicções do povo brasileiro de que é possível derrotar a impunidade no País, além disso, descrever sobre a importância da CPMI Cachoeira, a sua responsabilidade.

Hoje os Procuradores da República ainda não terminaram, como disse no início deste pronunciamento, mas descreveram com muita competência o que foi e o que é esse complexo esquema de corrupção liderado por Carlinhos Cachoeira.

Alta periculosidade, incrível permissividade, enorme capacidade de cooptação dos agentes públicos, utilizando-se do braço do Estado para operar criminosamente. E, sobretudo, desvio do dinheiro público. A conclusão a que chego já, mesmo antes do encerramento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é de que o esquema da contravenção – jogo do bicho, bingos, caça-níqueis etc., *síte* com jogos, no Brasil e no exterior – é menor; maior é o esquema de desvio do dinheiro público através da Delta, a grande operadora.

O Ministério Público cuidou da contravenção, não avançou à investigação. Quem avançou foram Cachoeira e a sua organização criminosa, que lançaram tentáculos que invadiram o Estado brasileiro nas três esferas da Administração Pública – Município, Estado e União –, com um desvio monumental de recursos públicos. Nós já identificamos repasses do Poder Público, especialmente o Governo Federal, para a Delta, e da empresa Delta para 18 empresas laranjas.

Os repasses monumentais do dinheiro público para a Delta possibilitaram a transferência já de mais de R\$413 milhões das contas bancárias da Delta para as contas bancárias de 18 empresas laranjas, empresas que foram constituídas para lavar o dinheiro sujo, para a ocultação de valores e para a transferência do dinheiro desonesto aos integrantes da quadrilha comandada pelo Cachoeira, associado à empresa Delta.

Consta que a aproximação ocorreu porque Fernando Cavendish, proprietário maior da Delta, necessitou, em determinado momento, de especialistas para a ocultação de valores, a transferência de recursos, a movimentação financeira de recursos de origem ilícita, ou de origem suspeita. Essa foi a razão da aproximação com Carlos Cachoeira e, a partir desse momento, se associaram, e Carlos Cachoeira passou a ser, eu não diria sócio oculto, mas, diria, o grande lobista, o traficante maior de influência, que passou a operar com muita agilidade e facilidade nas hostes públicas, convencendo agentes públicos, transformando alguns em serviçais do crime.

Os Procuradores não puderam citar nomes de outros políticos que, eventualmente, possam ter se envolvido e ter sido utilizados por esse esquema, já que, alegam, não houve investigação em relação a essa parte da organização criminosa. Não houve investigação sobre a movimentação financeira oriunda do setor público.

A investigação ocorreu apenas em relação à movimentação financeira que teve origem na contravenção, crime organizado operando na área de jogos, com remessa para o exterior passando por empresa constituída no Uruguai, no Reino Unido e no México.

Há também uma empresa constituída na Coreia do Norte, e o Ministério Público não chegou a investigá-la. A Bet Company tem também sede na Coreia do Norte. E nós identificamos recursos oriundos da Bet Company para as empresas laranjas ligadas ao Sr. Carlos Cachoeira. Aumenta a responsabilidade da CPI, e certamente convoca a autoridade judiciária a aprofundar investigações.

Hoje requeremos da Presidência da CPI, do Presidente Vital do Rêgo, que tem sido cordial e que tem sido aberto às reivindicações, que se delibere sobre requerimentos que apresentamos, nós e outros Parlamentares, para a quebra do sigilo fiscal e bancário de mais 12 empresas laranjas. Das empresas-fantasmas, 6 tiveram sigilo quebrado. Coincidentemente, ou providencialmente, ou intencionalmente, todas elas do Estado de Goiás. As outras foram poupadas. São 12 empresas-fantasmas que receberam recursos significativos da Delta que compõem esse valor aproximado de R\$413 milhões e que podem superar, nos próximos relatórios que a nossa assessoria técnica está elaborando, a casa dos R\$500 milhões. São empresas localizadas em outras regiões do País. O Sr. Carlos Cachoeira e o Sr. Fernando Cavendish possuíam empresas laranjas, organizadas quase sempre por Carlos Cachoeira e seus coadjuvantes, em cada região do País: Estado de São Paulo, Rio de Janeiro... São essas empresas que queremos alcançar. Elas não podem ser preteridas pela investigação.

É essencial que se investigue também a passagem de recursos de origem pública por essas empresas, e necessitamos da quebra de sigilo bancário delas exatamente para verificar quais foram os beneficiários finais. Os recursos que chegaram a essas empresas foram para a conta bancária de quem? Esse é o objetivo da investigação.

Nós imaginamos que, além de informações que podem ser colhidas em vídeos que ainda não foram apresentados à CPI, em gravações decorrentes de conversas telefônicas que ainda, surpreendentemente, não chegaram à CPI, há material bruto ainda não analisado. Independentemente dessas informações, que são certamente preciosas, as informações bancárias, por si sós, permitirão à CPI apresentar, ao final, um relatório que poderá indiciar pessoas pela prática de vários crimes cometidos.

Os repasses para as empresas laranjas têm o objetivo de contemplar aqueles que integram a or-

ganização criminosa direta ou indiretamente: os que facilitaram as operações e os seus executores. São recursos desonestos para o pagamento de propina, como consequência do tráfico de influência exercido por alguns agentes públicos, inclusive, quem sabe com certa representatividade, como já se constatou em parte; recursos decorrentes de contratos que foram celebrados de forma promíscua pela empresa Delta com o setor público, mediante o superfaturamento de obras ou mesmo a realização de obras sem licitação e aditivos, que foram concedidos de forma a exorbitar os limites permitidos pela legislação.

Portanto, há que se cuidar agora de proteger as autoridades judiciárias que investigam – hoje relataram à CPI ameaças sofridas. É preciso que o Poder Público garanta às autoridades judiciárias envolvidas nessa investigação segurança para que possam desenvolver o seu trabalho.

Creio que há que se considerar também a hipótese de se oferecer proteção mais adequada ao Sr. Carlos Cachoeira. É evidente que, no momento em que chegar à conclusão de que está sendo o alvo maior desse esquema, que sobre ele se concentram as denúncias mais graves e que, certamente, se concentrarão as penalidades mais duras, é possível que fale. Isso, obviamente, deve amedrontar aqueles que sabem, são culpados e podem ser apontados como partícipes de todo esse processo criminoso e de corrupção se o Sr. Carlos Cachoeira resolver falar.

É preciso avançar para a área pública exatamente porque as penas cumuladas aumentarão o tempo de prisão do Sr. Carlos Cachoeira especialmente. Se ficarmos adstritos aos crimes praticados no entorno de Brasília e no Estado de Goiás em função da jogatina, com indulto e redução de penas, ficaria o Sr. Carlos Cachoeira pouco tempo na prisão.

Isso certamente o convenceria ao silêncio, mas, se as investigações prosseguirem e alcançarem o setor público, as penas somadas acumularão muitos anos...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – As penas cumuladas certamente significarão muitos anos de prisão. E, quem sabe, diante dessa perspectiva, o Sr. Cachoeira possa falar. É importante que fale, porque o País não pode perder a oportunidade de desmontar este incrível esquema de corrupção, que é resultante dessa relação de promiscuidade que existe e é constantemente denunciada entre Poder Executivo, agentes públicos e privados.

Esse modelo permissivo que entrega as estruturas do setor público a partidos políticos, especialmente, em troca de apoio, obviamente só pode semear a

podridão. É o que estamos verificando também neste episódio, não só no do mensalão, que foi esse escândalo monumental que está chegando ao seu capítulo derradeiro, mas também é o que estamos verificando neste outro escândalo denominado de Cachoeira.

Ambos os escândalos são decorrentes do modelo. O modelo é promíscuo, o modelo é deletério, o modelo é lastimavelmente ruína para os interesses nacionais de progresso, de desenvolvimento e de justiça social para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB no Senado, pela manifestação.

De fato, este é um alerta adicional que faz V. Exª sobre um tema tão relevante que está chamando a atenção do País.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores, venho de uma reunião com o Ministro da Agricultura, em que tratamos, rapidamente, das crises que sofrem os setores produtivos de proteína animal, principalmente o setor de suinocultura e o setor da avicultura, que agora também passam por uma dificuldade muito iminente, principalmente pelo aumento do preço do milho e da soja, que são a base da alimentação de aves e suínos. Mas estamos buscando uma solução para isso, inclusive lá estava o Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; acredito que, ainda nesta semana, o Brasil ouvirá notícias positivas do Governo brasileiro sobre este problema.

Mas eu venho à tribuna do Senado Federal, Srª Presidente, para retomar o assunto democracia e eleições. Hoje, pretendo tratar de uma questão extremamente delicada e importante para o processo eleitoral, qual seja, o uso inadequado da máquina pública no processo eleitoral.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu, entre outras ações, duas mudanças expressivas, no ordenamento jurídico brasileiro, que transformaram a gestão pública e o processo eleitoral: a Lei nº 9.504, que é de 97; a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei Complementar nº 101, de 2000; e a Emenda da Reeleição, alterando o dispositivo do § 6º, do art. 14, da Constituição Federal.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo que se trata do maior legado do Governo Fernando Henrique Cardoso. Sei da importância da estabilidade dos preços, mas, ainda assim, creio que os benefícios produzidos, na Administração Pública, em todas as esferas de Poder, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, representam um marco histórico na democracia brasileira. As limitações e os controles dos gastos impostos aos gestores municipais, estaduais e federais correspondem à maior evolução que já tivemos, no que se refere ao combate ao uso inadequado da máquina pública.

Afinal, vedações de gastos para exercícios futuros, ou seja, para o próximo mandato, que antes eram práticas corriqueiras e comprometiam as administrações seguintes, bem como a determinação explícita de que todas as despesas orçamentárias somente podem ser aprovadas quando é apontada a origem dos recursos, são exemplos da consolidação de um sistema de gestão justo, racional e criterioso, cuja defesa do interesse público é primordial. Ou seja, no ano das eleições, não pode o administrador público cujo mandato esteja em disputa promover despesa nova, sem que deixe necessariamente o equivalente em caixa, até o último dia do seu mandato, ou pague integralmente dentro do mandato. É isso que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É inevitável, portanto, reconhecer que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que no ano passado comemorou 10 anos de vigência, transformou as práticas de gestão pública no Brasil de forma positiva e reduziu as possibilidades de uso da máquina em favor do processo eleitoral. Por isso, posso afirmar, sem receio, que, hoje, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF é uma unanimidade nacional.

A Emenda da Reeleição, por sua vez, igualmente aprovada no decorrer do governo FHC e que também representou um marco histórico em nosso ordenamento jurídico, não goza da mesma unanimidade da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, por muitos, tem sido vista como uma prática que incentiva o uso inadequado da máquina pública, sobretudo nas eleições municipais, nos locais mais ermos, cujo poder de fiscalização eleitoral é praticamente inexpressivo.

Sem entrar no mérito, Sr. Presidente, sobra a forma como foi aprovada a Emenda Constitucional nº 16, de 1997, tampouco sobre sua vigência imediata, reconheço que, embora muitos países adotem a possibilidade de reeleição de seus gestores públicos, os efeitos dessa prática em muitos Municípios do País – e até em alguns Estados – não têm se mostrado positivos para a nossa democracia.

Na verdade, nos locais cuja presença do Poder público para fiscalizar as campanhas é menor, temos visto, a partir da reeleição, as piores práticas administrativas.

Certamente, por isso, muitos daqueles que à época defenderam a Emenda da Reeleição, hoje, depois de 15 anos de sua vigência, mudaram suas posições e agora querem a extinção dessa prática no nosso processo eleitoral.

E assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs...

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a me permite só uma interrupção rápida, Senador Sérgio, para anunciar a presença dos alunos do curso de Direito da Faculdade Guilherme Guimbala, do Estado de Santa Catarina, Joinville.

Sejam bem-vindos! É um prazer recebê-los aqui.

Desculpe-me interrompê-lo, mas torno a palavra a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Sr. Presidente Tomás.

E assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros alunos, antes mesmo que o Congresso Nacional volte a debater o tema da reeleição, o que pode acontecer em breve ou não, **é fundamental que todos os eleitores brasileiros**, que nessas eleições municipais exercitarão o seu direito de votar – esse direito que está estatuído no art. 1º da Constituição Federal, lá no parágrafo único, dizendo que todo poder emana do povo, que o exerce através do voto, escolhendo os seus representantes, ou diretamente, quando, por exemplo, no caso de um plebiscito –, que todos estejam atentos à conduta dos candidatos e, sobretudo, daqueles que concorrem à reeleição.

Aliás, cumpre ressaltar que o uso da máquina pública deve ser combatido e abolido em todas as suas formas da vida nacional, tanto para viabilizar reeleições quanto para incentivar a eleição de um sucessor, de um eventual gestor público do Poder Executivo.

Nós falamos e ouvimos falar muito no dia a dia em compra de votos. É uma prática normal, tanto que veio uma legislação específica para tratar desse assunto, que é uma alteração, acrescentando o art. 41-A à lei eleitoral, à Lei nº 9.504, de 1997.

Agora vocês imaginem. Se já é recriminada a compra de votos com o dinheiro do candidato, imaginem utilizar o dinheiro da sociedade, o dinheiro da prefeitura, o dinheiro do Estado, o dinheiro da União, o dinheiro do povo para comprar o voto dele mesmo!

A minha preocupação nesse campo da reeleição, do uso da máquina pública em favor de candidatos, é gigante, Sr. Presidente. Eu tenho percebido por onde passo, em Municípios no meu Estado e até mesmo fora do meu Estado, o Paraná, mas principalmente no

meu Estado, que há evidente uso da máquina pública em favor das campanhas eleitorais.

Eu tenho incentivado, diuturnamente, os concorrentes de reeleição que estão na oposição que busquem a solução jurídica adequada, que vão ao Ministério Público, que formem uma base de direito, uma base de advogados para tentar coibir isso, porque nós não podemos admitir o gasto inadequado do recurso público e ainda muito mais o uso abusado para incentivar ou para manipular o voto do eleitor em detrimento dele próprio no futuro. Nós estamos falando da manutenção no poder daquele que tem feito uma gestão equivocada ou inadequada para a sociedade.

E fatos como esses definitivamente me preocupam muito, porque o meu Paraná é um Estado muito rico. Há regiões estagnadas, há regiões pobres, e, normalmente, nessas regiões estagnadas ou subdesenvolvidas, é onde há uma prática cotidiana, eleições atrás de eleições, de uso da máquina pública em favor do pleito eleitoral, em favor dos seus candidatos. Isso é o resultado da estagnação naquelas regiões. Se tivessem escolhido gestores públicos – não todos, é claro, mas na sua maioria – preocupados com a sociedade, com o seu Município, as regiões seriam um pouco diferentes, porque o Estado como um todo é um só. Climas, solo, altitude pouco variam, as variações são poucas. Então, o que falta? A lei estadual é para o Estado todo. A lei nacional atinge o Estado do Paraná como um todo. Então, o problema, na verdade, são as gestões públicas nas prefeituras, que são em detrimento...

É fato, e nós estamos acostumados a ver no Paraná, que Municípios que são lindeiros, que fazem divisas, fazem fronteiras, têm uma realidade totalmente diferente do outro. Mas é fruto de gestão administrativa municipal. E está na hora de o eleitor olhar isso, começar a perceber isso no seu Município e ver que aquele Município está passando por um momento de estagnação, que não acompanha o crescimento do Estado do Paraná e não acompanha o crescimento do Brasil, que chegou à sexta maior economia.

Pesquisas, Sr. Presidente, têm dito, principalmente no meu Estado, em Municípios do meu Estado, que o cidadão vê que sua vida melhorou nesses últimos anos por conta da sua ação própria, não por conta de uma intervenção de prefeitura municipal ou de prefeito municipal. Isso é muito claro. Lógico, repito, que há exceções.

Então, Sr. Presidente, são várias as formas de mau uso de recursos públicos por gestores e, assim, é imperioso que estejamos sempre atentos e vigilantes para os compromissos assumidos ao longo de uma campanha e à condução dos mandatos vitoriosos.

Por exemplo, senhoras e senhores, caros telespectadores, cidadãos e cidadãs deste País, qual foi a proposta de governo do seu candidato a prefeito lá em 2008? Ele cumpriu? Era utópica? Era simplesmente eleitoreira? Como está o seu Município hoje em relação a quatro anos atrás? As arrecadações do seu Município melhoraram. Temos certeza disso. E você tem esse acesso hoje na página do Tribunal de Contas do seu Estado, na página eletrônica do seu Município. É só comparar como a arrecadação melhorou. Se a arrecadação melhorou, seu Município também melhorou? Vamos analisar isso porque este é um momento importante.

Eu chamo essa responsabilidade porque não podemos perder a oportunidade de escolher bons gestores, olhar o currículo dos nossos candidatos, olhar as propostas dos nossos candidatos, se são coerentes, se não são absurdas, se são palpáveis. E olhar o passado e o presente dessas pessoas que colocaram os seus nomes para disputar as eleições nas câmaras de vereadores e também nas prefeituras municipais. Olhar o histórico desse cidadão. Qual é a sua postura? Qual é a história que ele tem com o seu Município? Qual o comprometimento que ele tem com a sua cidade, com o campo e com a cidade?

Então, Sr. Presidente, mesmo sabendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal coíbe várias práticas eleitoreiras, ainda é possível verificar decisões e ações de gestores cuja finalidade única é garantir visibilidade exatamente no momento em que se deflagra o processo eleitoral.

Quantos são os exemplos que todos nós conhecemos de mandatários que realizam suas obras levando em consideração justamente o ano eleitoral?

As cidades brasileiras e paranaenses viraram, neste momento, um canteiro de obras. Estão mexendo nas cidades. Por quê? Para ludibriar o cidadão brasileiro, o eleitor, no sentido de tentar mostrar que esse prefeito que aí está, que nos três primeiros anos nada ou quase nada fez, reservou fôlego para o último ano, justamente para mostrar que ele é o realizador. A população, uma grande parcela, acaba achando isso.

Infelizmente temos memória curta. O processo eleitoral envolve o cidadão de tal forma que do mês passado, do mês de julho já não se fala mais no processo de eleição. Do mês de agosto, poucos se lembram da primeira semana. A partir de agora, começou o horário eleitoral no rádio e na televisão, mas, daqui a 15 dias, não vamos mais lembrar do que aconteceu quinze dias atrás. Imaginem se vamos lembrar do que aconteceu há dois ou três anos: se a nossa cidade estava bonita ou não estava bonita, se as obras estavam sendo realizadas de acordo com as necessidades, se

a saúde em nossa cidade atendia à população, se a educação era de qualidade, se existia mobilidade urbana e também se havia cuidado com as estradas rurais e atendimento ao produtor rural, ao empresário, ao cidadão, como um todo, e como isso estava sendo feito em nossos Municípios.

Tenho certeza de que, na grande maioria dos Municípios brasileiros, a realidade um ano atrás era diferente da realidade de hoje, porque hoje os cidadãos estão enxergando um verdadeiro canteiro de obra em seus Municípios, e o eleitor está observando isso.

Espero que o eleitor observe isso como um avanço para a qualidade do seu Município, mas, principalmente, veja que ele tem um cunho eleitoreiro e que esse gestor não tem compromisso com o futuro do seu Município porque ele está fazendo agora isso tudo, inclusive endividando o Município, comprometendo as contas municipais para o futuro, justamente para continuar gestor e, nesse sentido, manter o poder.

Se o eleitor não souber escolher bem o seu representante, isso repercutirá em empregos gerados, em propaganda, que determinarão a corrente política no momento estratégico, muitas vezes em detrimento do bem-estar de toda a população ao longo dos primeiros anos do mandato.

Outra prática corriqueira e que também merece o nosso repúdio e o repúdio dos eleitores, dos cidadãos brasileiros, é a contratação de pessoal pela Administração com interesse diverso da verdadeira necessidade do Município. Nesses casos, além do custo para o Erário que tais funcionários acarretam, em geral, estamos diante de um absurdo ainda maior, qual seja a contratação de cabos eleitorais pagos com o dinheiro público.

A distorção no processo eleitoral se mostra...

Voltando um pouquinho ao que diz respeito à contratação de funcionários públicos, é livre a nomeação e exoneração, no período eleitoral, dos cargos em comissão. No entanto, nesse período eleitoral, normalmente, a máquina pública incha com o preenchimento de todos os cargos em comissão para que trabalhem em campanha, inclusive promovendo alguns funcionários de carreira e dando a eles qualquer licença permitida, claro, por lei para que o cidadão vá trabalhar, obrigatoriamente, na campanha daquele que vai à reeleição.

A distorção no processo eleitoral se mostra, sim, mais danosa à sociedade, pois os gestores que incorrem nesse tipo de delito subvertem a função essencial do Estado, que é exatamente atuar em prol do cidadão.

É absolutamente essencial para qualquer sociedade evolutiva algo que temos almejado, ou seja, a extinção de qualquer possibilidade de uso particular do bem público. O que se busca num processo eleitoral,

Sr. Presidente Tomás Correia, é o equilíbrio do pleito. Como é que vai haver equilíbrio do pleito se aquele que está no poder, que está apoiando alguém à reeleição ou que está concorrendo à reeleição, meu caro Senador Cidinho, do Mato Grosso, como é que aquele que está no pleito, se usa a máquina pública em favor do processo eleitoral, não estará desequilibrando o pleito em desfavor de um interesse da sociedade?

Lógico, eu reconheço que há centenas, milhares de gestores probos e que atuaram em favor da sua cidade e vão agora à reeleição. Esses cidadãos merecem a reeleição. Mas nós sabemos também que muitos usaram a máquina pública em proveito próprio e estão respondendo na Justiça ou perante a sociedade, nas estão usando de novo a máquina em favor de um processo eleitoral.

Para tanto, Sr. Presidente, correções no nosso instrumental legal já foram realizadas, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal; outras ainda deverão ser produzidas, como pode ser o fim do instituto da reeleição. Mas, independentemente dessas mudanças, o que podemos fazer, desde já, como cidadãos, é estarmos sempre vigilantes para a conduta dos atuais gestores das nossas cidades. Temos que avaliar como procederam, como mandatários, depois de exitosos no processo eleitoral anterior, aferindo se cumpriram, efetivamente, os compromissos assumidos em suas campanhas e, ainda, como estão se portando durante o processo eleitoral: se estão usando ou não a máquina pública em proveito da sua campanha.

Nos casos em que são candidatos à reeleição, é fundamental, Sr. Presidente, avaliar como estão usando a máquina pública – repito: se no interesse do bem comum ou apenas para autopromoção exatamente no momento do pleito. E, nos casos em que apoiam alguma candidatura para a sua sucessão, se há algum favorecimento dirigido a campanhas patrocinado com recursos públicos.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, é fundamental que o eleitor saiba que a principal arma que ele possui para defender os seus interesses comuns é o voto. É o voto! Essa é a arma do eleitor. Se ele vender sua arma, ele fica desprotegido não no processo eleitoral, mas por quatro anos, na sequência. É assim, Sr. Presidente. Nós temos que ter todo o cuidado – e ainda é pouco – na hora de utilizarmos essa ferramenta que é o voto. Estejamos sempre atentos ao uso indevido da máquina pública. Afinal, como eleitores que somos todos, os verdadeiros donos do nosso destino somos nós mesmos, eleitores. E nós vamos responder efetivamente por nossos atos, porque o próximo gestor do seu Município vai governar

da mesma forma como conduziu o processo eleitoral. Não tenham dúvidas disso.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto tem conseqüências, sim, positivas ou negativas. E quem tem a arma e o poder de decidir isso, se quer uma consequência positiva ou negativa para a sua cidade, é o cidadão, é o eleitor, ou seja, somos todos nós.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tomás Correia.

O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Sérgio Souza, e o convido a presidir a sessão, porque preciso usar a palavra, se V. Ex^a puder me fazer esse favor.

O Sr. Tomás Correia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra, pelo tempo regimental, ao Senador Tomás Correia, nobre colega do Estado de Rondônia. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sérgio Souza, é uma honra falar neste momento, sob a Presidência de V. Ex^a, ilustre Senador pelo grande Estado do Paraná.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todos sabemos que uma das questões mais críticas para o desenvolvimento do País é a infraestrutura. Optamos, há muito tempo, pelo transporte rodoviário como principal modal interno. As estradas não apenas levam ao progresso, como se dizia antigamente, mas também permitem o escoamento da produção e a circulação geral das riquezas.

Quero anunciar, daqui desta tribuna, o significativo investimento que o meu Estado, o Estado de Rondônia, tem feito na manutenção e ampliação de sua estrutura viária, reafirmando o compromisso do Governador Confúcio Moura com o desenvolvimento da nossa região. As principais ações estão estruturadas em grandes projetos e programas, que têm sido levados a cabo desde os primeiros momentos da atual administração, a do Governador Confúcio Moura.

O Projeto Estradão, desenvolvido pelo Departamento Estadual de Rodagem (DER), que tem na sua direção o engenheiro Lúcio Mosquini, dinâmico, trabalhador, que vem fazendo um grande trabalho nesse setor, prevê a recuperação de estradas sob a responsabilidade estadual, com encascalhamento de 100% das estradas de terra, substituição das pontes de madeira por construções de concreto,

com a devida canalização dos cursos d'água, abertura lateral das estradas, sinalização geral e iluminação dos trevos estaduais.

Iniciado no ano de 2011, no início da gestão Confúcio Moura, o Projeto Estradão recuperou, naquele ano, mais de 7 mil quilômetros de vias não pavimentadas; de janeiro a julho de 2012, foram mais de 7 mil, e as obras continuam, aproveitando a temporada mais seca, visando à meta anual de 8,5 mil quilômetros até o início das chuvas mais pesadas, a ocorrer proximamente. Existe a preocupação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) no sentido de aumentar sua capilaridade, instalando novas residências, como no caso de Ponta do Abunã, responsável por 800 quilômetros de estradas nos distritos de Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia. No total, temos 11 residências do DER instaladas em pontos estratégicos, com 350 máquinas e cerca de 800 funcionários. O investimento, ao longo de 2011, foi de cerca de R\$20 milhões, com previsão para dobrar esse valor no ano corrente.

Quero aqui, Sr. Presidente, abrir um parêntese para dizer que, só este ano, neste ano e meio do Governo Confúcio Moura, o DER já adquiriu 240 equipamentos pesados. Destes, 9 usinas de asfalto, instaladas em pontos estratégicos do Estado de Rondônia, mais de 40 caçambas, pás carregadeiras, patrôis, tratores. O DER vem se estruturando para fazer frente às necessidades de consertar e recuperar a nossa malha viária. Esse trabalho vem sendo desenvolvido, com muita competência, com muita responsabilidade, pelo Diretor-Geral do DER, Dr. Lúcio Mosquini, a quem rendo minhas homenagens pelo trabalho desenvolvido no Estado de Rondônia. E cumprimento o Governador Confúcio Moura por ter tido a felicidade de ter escolhido um diretor tão dinâmico como o Dr. Lúcio Mosquini.

Até o momento, foram concluídos ou estão em andamento 168km de pavimentação em cinco importantes rodovias estaduais, com custos de R\$134,5 milhões, restando ainda 88km, que vão consumir mais R\$70 milhões, sem contar a restauração da pavimentação em 116km na região de Rolim de Moura, Nova Brasilândia e Mirante da Serra.

Novas frentes de trabalho estão sendo iniciadas, com o objetivo de pavimentar mais 211km de rodovias, ao custo de R\$200 milhões, beneficiando Porto Velho, Ariquemes, Alta Floresta, Alto Alegre, Espigão d'Oeste, Campo Novo, Monte Negro, Pimenteiras e Cerejeiras, entre outras localidades.

Estão previstas, para o corrente ano, construções de cinco novas pontes de concreto, nos rios Palha, Palhinha, Preto, São Domingos e Córrego Taboquinha, com investimento aproximado de R\$6,4 milhões.

Também serão instalados 23 bueiros de concreto em diversas localidades.

Começaram recentemente as obras do programa Asfalto Bom, que vai lançar 500km de pavimentação urbana em 43 Municípios do Estado de Rondônia, beneficiando a população desses Municípios, incluindo a capital Porto Velho. Já estão em execução ou finalizados neste ano aproximadamente 35 quilômetros de ruas em Ouro Preto, Jaru, Ji-Paraná, zona sul de Porto Velho e Mirante da Serra e Ariquemes. Para facilitar as obras e diminuir seu custo, foram instaladas novas usinas de asfalto quente nos Municípios de Porto Velho, Ouro Preto e Nova Brasilândia. São três usinas de asfalto quente e mais seis usinas de asfalto frio, também instaladas em diversos pontos do Estado de Rondônia. Esse investimento foi de mais de R\$10 milhões.

Essas usinas vão permitir obras de pavimentação por administração direta, com funcionários do próprio DER, e redução de 40% do custo dessas obras.

Ressaltamos a preocupação do Governo do Estado de Rondônia, do Governador Confúcio Moura, em pavimentar as vias de acesso e do entorno de importantes unidades de pronto-atendimento da capital, tais como as UPAs do bairro Mariana, do bairro Cidade Nova e do Hospital Infantil Cosme e Damião. Isso não apenas facilita o acesso da população, como também melhora as condições de atendimento nas próprias unidades, que estarão livres da poeira e da lama nas ruas.

Mas a preocupação não é apenas com asfalto. Temos o problema das populações ribeirinhas, às quais se destina o programa “Canais da Cidadania”, que visa à revitalização e à desmarginalização de áreas de córregos e igarapés, ocupadas por famílias de baixa renda, com drenagem dos córregos e igarapés urbanos, construção de ciclovias e calçadas, paisagismo e travessias. O programa beneficiará inicialmente Porto Velho, Ariquemes, Buriti e Ji-Paraná, contemplando depois outros Municípios que têm áreas de córregos e igarapés margeados por habitação, como é o caso do próprio Município de Jaru.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Rondônia tem trabalhado muito, de forma organizada, planejada e consequente, numa área que historicamente sempre foi a maior dificuldade do Estado: manter as vias de transporte abertas e em condições estáveis de uso para toda a população. Isso nos dá plena condição de cobrar do Governo Federal igual atenção àquelas vias que são de sua responsabilidade, como é o caso da BR-364, verdadeira espinha dorsal do sistema viário do Estado de Rondônia, cujos problemas relatei aqui, em outra oportunidade.

Investimos pesado em manutenção e lançamento de infraestrutura viária e somos dignos de um melhor

tratamento por parte do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Queremos dizer que o Governador do meu Estado, o Governador Confúcio Moura – que é médico, não é engenheiro –, quando prefeito do Município de Ariquemes, construiu de forma inédita, naquele Município, mais de cem quilômetros de asfalto urbano no primeiro mandato do seu governo.

Por isso, não tenho dúvidas de que o Governador Confúcio Moura fará um grande trabalho no Estado de Rondônia e vai remodelar o seu sistema viário, recuperando as estradas vicinais, fazendo parceria com os Municípios, repassando, através de convênios, recursos para que os Municípios recuperem as suas estradas, mas também o Governo assumindo, ele próprio, outras estradas que seriam de responsabilidade dos Municípios, como é o caso do meu Município querido de Jaru, onde o DER assumiu duas importantes rodovias municipais, como é o caso das Linhas 628 e 634.

Assim, Sr. Presidente, quero dizer que agora, já começando a chuva, o DER já está com toda a malha viária do Estado praticamente concluída, com pontes, com drenagens, com bueiros, substituindo pontes de madeira por pontes de concreto. Inclusive, temos estudo – que depois trarei aqui – para mostrar quanto o Estado de Rondônia está economizando em madeira, deixando de desmatar para fazer ponte de madeira. Estamos substituindo essas pontes por pontes de concreto, com isso fazendo uma grande benfeitoria, com uma grande vantagem para o meio ambiente.

Quero concluir minhas palavras, Sr. Presidente, saudando o meu Estado, saudando o Governo de Rondônia na pessoa do Governador Confúcio Moura, e dizer que a expectativa é de que, no seu Governo, teremos uma boa infraestrutura rodoviária para atender às necessidades do povo do meu Estado.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Tomás Correia, pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que, em aditamento ao comunicado proferido na sessão do dia 15 de agosto do corrente, sobre as proposições anexadas ao **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012**, nos termos do art. 374, inciso II, do Regimento Interno, as matérias abaixo relacionadas continuam a tramitar autonomamente, uma vez que dispõem também sobre normas jurídicas e que não estão sendo objeto de deliberação pela Comissão Temporária.

– **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006;** e

– **Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008; 176 e 177, de 2009; 660, de 2011; 4, 38 e 111, de 2012.**

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Cidinho Santos, do Estado do Mato Grosso, pelo tempo regimental.

V. Ex^a, Senador, tem a palavra.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Sérgio Souza, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, primeiramente, Presidente, quero parabenizá-lo pela sua colocação, há pouco, em relação à questão do abuso do poder econômico e político por parte dos candidatos à reeleição e também a preocupação em relação aos cabos eleitorais, que é uma preocupação nossa, porque, hoje, se transformou em uma verdadeira compra de votos a contratação de cabos eleitorais. Então, isso torna o processo eleitoral desigual. Em alguns Municípios do interior do Brasil, vêm-se candidatos usando do poder econômico de forma bastante, digamos, descarada, e isso faz com que se desequilibre a disputa eleitoral. E esses cabos eleitorais, que são contratados dessa forma, assim dizendo, na verdade, se transformam numa compra de voto de forma indireta. É preciso que o Senado e a Câmara estudem formas de limitar essas contratações.

Hoje, temos algumas experiências positivas vindas do Poder Judiciário. Em alguns Municípios, juízes, promotores têm feito termos de conduta entre os candidatos, limitando isso e, às vezes, até extinguindo. Mas é preciso que haja uma lei, uma emenda no Código Eleitoral brasileiro limitando a contratação de cabos eleitorais, que, hoje, realmente, nos envergonha.

Mas venho aqui, hoje, para falar sobre a Proposta de Emenda à Constituição 35/2012, de autoria do nosso colega Senador Cyro Miranda. Nesse último final de semana, viajei o interior do Estado de Mato Grosso e pude receber por parte dos vereadores das pequenas cidades, das médias cidades a preocupação de durante a tramitação de um processo eleitoral, a proposta de emenda do ilustre Senador Cyro Miranda, que simplesmente acaba com o salário dos vereadores dos Municípios até 50 mil habitantes. Isso desmotiva os candidatos e faz com que as pessoas comecem a repensar.

Os motivos justificados pelo nobre Senador Cyro Miranda para apresentação dessa PEC com objetivo de vedar o pagamento de subsídios aos vereadores em Municípios com população de até 50 mil habitan-

tes, como disse antes, devem ser analisados com mais cuidado. Não acredito que o melhor caminho seja o de acabar com a remuneração dos vereadores.

Na minha avaliação, Sr. Presidente, como presidente da Associação Matogrossense dos Municípios do Estado do Mato Grosso durante dois mandatos, como prefeito de um pequeno Município por três mandatos, não é acabando com o subsídio dos vereadores em 90% dos municípios do Brasil que vamos resolver os problemas dos Municípios, e consequentemente do País.

Entretanto, concordo em parte com a proposta do Senador Cyro Miranda, ao limitar um teto máximo para o repasse às Câmaras Municipais, que, na proposta dele está em 3,5% até 50 mil habitantes, e 7% de 50 a 100 mil habitantes. Essa limitação acredito que seja importante para evitar os abusos que hoje acontecem, mas, na maioria das vezes acontecem nas Câmaras Municipais dos Municípios de médio e grande porte, onde o vereador muitas vezes tem uma estrutura totalmente desigual à situação dos Municípios pequenos onde o vereador tem 15, 17, 20 assessores às vezes sem necessidade.

Agora, cortar o salário dos vereadores não é a solução. De repente, a estrutura, o modelo, os recursos repassados à Câmara Municipal poderiam ser usados em outras áreas mais importantes. Mas também devemos considerar que temos Municípios no Brasil, inclusive no Estado do Mato Grosso, em que as câmaras municipais, apesar de terem um limite para recebimento de recursos, ao final do ano devolvem esses recursos que sobraram ao Poder Executivo. Temos vários exemplos disso no Estado do Mato Grosso. E isso é perfeitamente possível. Basta que os vereadores e a presidência da Câmara e a diretoria da câmara trabalhem com seriedade.

Sabemos que nos Municípios pequenos as reuniões das Câmaras Municipais ocorrem duas a três vezes na semana. Mas o trabalho do vereador acontece todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados. São os vereadores que no dia a dia, em seu gabinete ou não, recebem os munícipes, para ouvir sugestões, críticas, reclamações, reivindicações e que aproximam o cidadão do governo municipal, estadual e federal.

As atribuições dos vereadores – e eu gostaria de citar algumas –, entre outras, quando elabora as leis, o vereador exerce a função legislativa; quando fiscaliza os atos do prefeito, exerce a função fiscalizadora, que é uma das competências da câmara municipal e também a câmara municipal julga e fiscaliza as contas do prefeito.

A função administrativa de um vereador compreende a organização de seus serviços, de sua estrutura organizacional, de suas diretorias, setores, da composição da Mesa e formação de Comissões, dentre outras.

O vereador também exerce a função judiciária, que é caracterizada quando a câmara processa e julga o prefeito e os vereadores por infração político-administrativa prevista em lei, cuja pena máxima a ser aplicada pode ser a perda do mandato do prefeito, do vice-prefeito e até mesmo do próprio colega vereador.

A câmara exerce, ainda, por meio dos vereadores que a compõem também, a função de assessoramento quando envia indicações ao prefeito, sugerindo medidas que sejam de interesse da administração, como, por exemplo, a limpeza de vias públicas, abertura de estradas municipais, situações envolvendo a área de saúde, na área da educação etc., além de ouvir e atender, no que é possível, o cidadão.

Em alguns Municípios e bairros, o vereador exerce a função do verdadeiro agente social, do agente comunitário, em que a pessoa que mora naquele bairro sabe que qualquer necessidade, que qualquer demanda vai bater à porta do vereador e ele é seu interlocutor junto ao prefeito. O vereador exerce muitas vezes a função como a de um síndico em um condomínio, onde todas as pessoas daquele prédio batem à porta do síndico quando têm qualquer dificuldade no seu apartamento, ou seja, por falta de água, para cortar a grama, vazamento de um cano. Então, esse também é o papel dos vereadores no interior do Brasil, onde fazem esse trabalho.

Todas as dificuldades, Senador Sérgio, Presidente desta sessão, naquele bairro, hoje, a eleição se tornou regional, a gente observa pelo interior do Brasil, do Mato Grosso, nosso Estado, que, nos bairros, cada um elege o seu vereador, o vereador é do Município, mas representa tal bairro. Então, aquele bairro já sabe que tem o seu vereador e em todas as dificuldades – as pessoas que residem naquele bairro – recorre ao vereador. Então, ele não tem hora para trabalhar, seja no sábado, no domingo, no meio de semana. E a gente tem que entender o trabalho dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Um minuto, por favor.

Só para registrar a presença na nossa Casa, no plenário do Senado, dos alunos da Escola Adventista da cidade do Guará, aqui no Distrito Federal.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Que sejam bem-vindas as crianças, futuro do nosso Brasil.

Há muitas dificuldades no trabalho dos vereadores nos Municípios pequenos, como disse há pouco.

Então, devemos discutir o total das despesas repassadas ao Poder Legislativo Municipal, que também é parte da proposta do Senador Cyro Miranda, e com ela concordamos, em não acabar com o subsídio dos vereadores.

Recebemos, em nosso gabinete, na última semana, vários *e-mails* de pessoas se manifestando sobre esse tema. Um dos *e-mails* que gostaria de transmitir aqui diz o seguinte: *“Todos sabem que a base das políticas públicas é desenvolvida pelos Municípios, por isso as prefeituras e as câmaras municipais têm papel fundamental. Também sabemos que ninguém trabalha de graça”*. Justifica um dos vereadores que nos mandou o *e-mail*.

Estamos, como disse no início da minha fala, em um processo eleitoral. As eleições são um momento importante, pois forçam a todos os brasileiros e brasileiras a discutirem as situações e as dificuldades de seus Municípios e as possíveis soluções para resolvê-las.

E é esse o aspecto mais importante das eleições. Devemos valorizar o voto e escolher o candidato a vereador, a prefeito no próximo dia 7 de outubro e cobrar os compromissos assumidos por ele perante a população durante a campanha eleitoral.

O que devemos discutir aqui no Senado Federal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e existem várias propostas nesse sentido, é a redução talvez dos repasses às Câmaras Municipais e um teto desses repasses, e não a questão da extinção do salário dos vereadores dos Municípios de até 50 mil habitantes. A meu ver, isso não vai resolver a situação.

Para encerrar, quero esclarecer que o vereador é uma extensão da nossa função legislativa e está muito mais próximo da população do que nós Senadores e Deputados Federais. E é ele que, muitas vezes, quando vamos ao interior, nos aproximamos dos munícipes, fazem as reivindicações, por exemplo, da solicitação de uma emenda para beneficiar o seu bairro, da solicitação de recurso, da solicitação de projetos de lei ou de apoio a algum projeto que está tramitando aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados, que possa vir a ser de interesse deles ou da classe que representam.

Então, eu gostaria aqui de colocar a nossa posição como municipalistas que somos, como ex-prefeito, como presidente da Associação dos Municípios e solidarizarmo-nos com a União das Câmaras de Vereadores.

dores do Brasil, com a União da Câmaras do Estado de Mato Grosso, de que o projeto de lei do Senador, nosso colega, Cyro Miranda, é, apesar de ter uma boa intenção de limitar os gastos e os repasses das prefeituras e câmaras municipais, peca pela questão de acabar com o subsídio, com o salário dos nossos vereadores.

Eram somente essas as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Cidinho Santos.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel pelo tempo regimental.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Sérgio Souza, Srs. Senadores, eu quero começar registrando que ontem, dia 20 de agosto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário esteve no interior do nosso Estado, o Estado do Ceará, mais precisamente na cidade de Morada Nova, para fazer o lançamento do programa Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, e, ali, apresentava o montante de R\$960 milhões a serem investidos no custeio e no investimento da nossa agricultura familiar. Desse montante, R\$750 milhões serão destinados ao investimento, ao financiamento, e o restante, ao custeio.

Exatamente por isso, para esses créditos em 2012/2013, a exemplo do programa Safra Nacional lançado ainda no final do primeiro semestre, no montante de R\$22,3 bilhões para a agricultura familiar, houve uma diminuição significativa da taxa de juros e mesmo a prática de taxa de juros negativa em grande parte desses créditos.

Quando nós analisamos o montante de recursos destinado aos assentamentos rurais, no caso da Região Nordeste, do Semiárido, verificamos que se praticam taxas de juros negativas, juros em torno de 1% ao ano, sem correção monetária; enquanto que a inflação para 2013 está projetada na casa de 4,5% a 5%. O mercado trabalha com 5% e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que nós aprovamos para 2013, trabalha com 4,5%.

É bom lembrar também que, para os trabalhadores que integram a agricultura familiar, que são aqueles que têm até quatro módulos fiscais de terra... E na nossa região, o módulo fiscal de terra, nosso Presidente Sérgio Souza, diferentemente lá do Paraná, é em torno de 70 hectares o módulo. É bom lembrar que é preferível ter um módulo no Paraná que dois módulos no nosso Ceará, em face da produtividade, mas a diferença

é muito grande, ou seja, quem tem em torno de 280 hectares de terra lá, no nosso Ceará, na região dos Inhamuns, do Sertão central, onde fica Morada Nova, e outras regiões do Ceará, ele pode ter até 280 hectares de terra e integra a agricultura familiar, enquanto que, no Paraná e em Santa Catarina, o módulo é em torno de 3 hectares, 4 hectares, ou seja, 12 módulos, 15 módulos, 12 hectares, 15 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – No Paraná, é em torno de 16 a 20 hectares o módulo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Dependendo da região.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Noventa e cinco por cento do território do Paraná, 18 hectares.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É nessa faixa de 8 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Dezoito hectares.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Dezoito hectares. Portanto, é um terço, basicamente, aliás, menos de um terço. O nosso são 70 hectares, o módulo fiscal naquela região. Só que a produtividade, por conta da qualidade do solo, das novas tecnologias que são utilizadas, nos 18 hectares do Paraná, é superior à produtividade dos 70 hectares que ali nós possuímos. E essa política tem como objetivo também a regularização fundiária de grande parte das propriedades da agricultura familiar no nosso Ceará, no nosso Nordeste, no nosso Brasil.

Ali, no Nordeste, a grande parte das propriedades não tem ainda a sua escritura, e, no nosso Ceará, não é diferente. E, nesse evento realizado pelo MDA no dia de ontem, nessa solenidade, foram entregues 26.116 títulos de propriedade. São propriedades de direito de herança, há 100 anos, 150 anos que não se fazia a partilha, são propriedades que se compram, mas não se transfere a escritura, e isso dificultava muito a operação da agricultura familiar, particularmente do Pronaf, que é o Programa Nacional de Agricultura Familiar, porque esses pequenos proprietários não tinham a sua escritura, e esses 26.116 títulos dizem respeito apenas a 14 Municípios do Estado do Ceará – o Ceará tem 184 Municípios – e esses 14 Municípios, que são Abaiara, Barbalha, Beberibe, Caridade, Itapipoca, Itarema, Milagres, Morada Nova, Russas, Salitre, Santa Quitéria, Tamboril, Solonópole e Tauá, receberam os seus títulos. E é também fruto de uma ação integrada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual e com os Municípios,

destinada à regularização dessas propriedades, que, além de facilitar o crédito, assessoria técnica e ter a titulação da terra, também para as questões previdenciárias elas são decisivas, porque desde 2010 aquele que tem escritura da terra e a terra tem até 4 módulos, os benefícios da Previdência Social dependem exclusivamente da apresentação da titulação da terra, seja a licença-maternidade para a agricultora familiar, a licença saúde para o trabalhador rural quando adoece, a aposentadoria, que era uma das maiores dificuldades. A comprovação da agricultura familiar com a escritura da terra, esse é o único documento.

Eu lembro muito bem que, como Ministro da Previdência Social, nos anos de 2008 a 2010, uma das grandes mudanças que nós ali aplicamos foi exatamente a aposentadoria do saco de documentos, que o trabalhador rural, o agricultor familiar tinha que levar às agências da Previdência Social para comprovar a sua condição de trabalhador rural, pela substituição do reconhecimento automático do direito previdenciário, que é fruto exatamente de uma lei complementar, a de nº 128, aprovada no Congresso Nacional. Desde janeiro de 2010, os agricultores familiares que têm a titulação da sua propriedade, o único documento apresentado é exatamente a escritura da terra para poder receber os seus benefícios.

E é por isso que nessa época o melhor e o maior Presidente de toda a história do Brasil resolveu lançar o Programa de Regularização Fundiária, para que todo proprietário, em qualquer parte do Território nacional brasileiro, possa ter a sua escritura.

E para essa escritura da agricultura familiar, o Governo Federal paga os custos de cartório, o Governo estadual fornece a mão de obra dos agrimensores e daqueles que processarão toda a documentação, e o Governo municipal auxilia com o sistema de transporte, quando pode.

E essa parceria do Pacto Federativo permitiu que, já em janeiro de 2010, nós tivéssemos 5,319 milhões de micro e pequenos proprietários rurais da agricultura familiar com a escritura regularizada; mas tínhamos e temos, particularmente nas Regiões Norte e Nordeste, um conjunto de pequenos proprietários que não têm condições de pagar as custas cartorárias e regularizar a sua propriedade, além dos conflitos de direito de herança, de reconhecimento do tamanho da propriedade, das lutas locais pela terra. E essa ação integrada com a participação direta do Governo Federal tem ajudado muito a superar essas dificuldades e a regularizar essa titulação.

Só no dia de ontem, na cidade de Morada Nova, 26.116 pequenos proprietários receberam a escritura da sua propriedade, exatamente porque estavam nesta situação: tinham boa-fé, eram herdeiros de fato, mas não eram proprietários de direitos. E, com essa ação, estamos regularizando.

Essa política continua, porque o objetivo do Governo Federal é que, até 2014, todos os pequenos proprietários do Brasil tenham a escritura da sua terra para terem mais acesso ao crédito, às políticas públicas e para aumentarem a renda da sua família, e que, ao mesmo tempo, no reconhecimento do direito previdenciário, retirem o atravessador, que é aquele que diz que vai mediar a concessão do benefício, mas que, na verdade, é o que muito lucra, às custas da ignorância, da pobreza e da falta de reconhecimento do direito do pequeno proprietário.

Essa ação para a safra 2012/2013 da agricultura familiar também fortalece em muito as chamadas Ater, assessorias técnicas e de extensão rural, resgatadas no ano de 2010 com a criação desse grande programa por uma lei federal, pelo qual o Governo Federal paga e contrata os técnicos, e o Município tem a locação e a gestão, em parceria com os Governos estaduais e, particularmente, com os agentes de crédito, em especial, aqui, os bancos públicos, o Banco do Brasil e o nosso, no caso concreto da Região Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil, que tem uma ação muito forte também voltada para a agricultura familiar.

Essa sistemática da assessoria técnica tem permitido a recuperação de solos, diminuindo a erosão naquelas regiões onde chove muito, como, por exemplo, novamente, nosso Senador Sérgio Souza, do Paraná, a Região Sul, a Região Sudeste e a Região Norte, onde temos graves problemas de erosão. Já a erosão da Região Nordeste é de outra natureza, é de verdadeira desertificação. Como chove menos e a nossa vegetação é frágil, com a sua derrubada, com as suas queimadas, com a sua supressão, temos assistido a uma desertificação muito forte em várias áreas da Região Nordeste, do nosso Ceará, como na região dos Inhamuns.

Essa política dos técnicos agrícolas tanto ajuda na melhoria da produtividade, na melhoria do cultivo e, conseqüentemente, na substituição de vários cultivos para que aumentemos a nossa produtividade, como também orienta sobre a preservação ambiental, a questão da preservação do meio ambiente. É por isso que o Congresso Nacional tem se debruçado muito nesse debate do novo Código Florestal. Em um país continental como o nosso, com diferenças muito

profundas climáticas, fica difícil ter um código florestal que enfrente as diferenças regionais e locais. Essa matéria é o principal ponto de discordância na Comissão Mista do Congresso Nacional que trata da Medida Provisória nº 571 sobre esse tema.

Nós precisamos ter a tranquilidade e a clareza de compreender essas diferenças para que possamos construir, como estamos fazendo – e o Senado, na primeira versão do Código Florestal, foi muito feliz em compreender essas diferenças –, um código que, efetivamente, dê conta das demandas de um país continental, o sexto país do mundo em território, o quinto país do mundo em população e a sexta potência econômica do Planeta e que quer ser, em um curto espaço de tempo, o maior produtor de grãos do Planeta. Em alguns setores, já o somos, a exemplo da soja, mas temos condições de ser o maior produtor de milho, o maior produtor de algodão, preservando o ambiente e deixando claro para o mundo, que, através do diálogo franco entre as instituições e do respeito ao Estado democrático de direito, podemos construir um código de proteção ambiental que dê conta dessa demanda, mas que, também, permita ao Brasil ser um grande produtor de grãos, um grande produtor de carne, ou seja, um grande produtor daquilo que a sociedade, a humanidade, necessita, que é o alimento.

É por isso que, na agricultura familiar, temos a presença muito forte, na produção do que vem para a mesa da família brasileira, do feijão, do milho, do arroz e de uma série de outros produtos. O agronegócio é outro parceiro fundamental para um país que precisa gerar divisas. E isso se dá através do sistema de exportação, de preenchimento dos vazios que existem nos mercados, com preço competitivo, e, acima de tudo, com um preço que assegure, também, aos nossos micro, pequenos, médios e grandes produtores uma renda compatível com o seu trabalho e com o capital ali investido.

É por isto que toda a sociedade brasileira acompanha de perto tanto o Plano Safra como o Plano Agrícola, que foi lançado neste ano de 2012/2013, envolvendo os vários setores da sociedade, convidando-os todos para esse diálogo franco: para que nós possamos ter o aumento da produtividade, o aumento da produção de grãos sem precisar aumentar a derrubada de nossa vegetação. Para isso, é necessário investir fortemente em tecnologia. Nós temos a felicidade de ter a nossa Embrapa, a nossa indústria da produção de cultivares, da melhoria da produtividade. Cada vez mais, precisamos investir

nessa empresa para que ela possa desenvolver pesquisas em prol do desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo, precisamos ter um sistema de escoamento de nossa produção com a diminuição do desperdício. Há indicadores que mostram que chegamos a ter 30% de desperdício de grãos em solo brasileiro por falta de tecnologia na colheita e de um sistema de armazenamento e de escoamento da produção. Por este motivo, nossa Presidenta Dilma, na semana passada, lançou um grande programa de infraestrutura, voltado para o sistema de rodovias e ferrovias, especificamente, em parceria com a iniciativa privada: por ter clareza de que um Estado feito para todos não pode abrir mão da iniciativa privada por sua experiência, competência e forma de administrar. Tem-se clareza de que o Estado é o parceiro forte nesse processo, mas não o agente único para resolver esses problemas.

O modal de ferrovia que já tivemos no final do século XIX e início do século XX, com grande presença em território nacional, com o acordo das montadoras nos anos 50, nós fomos obrigados a desativar grande parte dessa rede ferroviária brasileira. Não inovando em tecnologia, chegamos ao século XXI e estamos com esse estrangulamento da produção e do transporte, porque naquela metade do século XX não tivemos a visão estratégica do papel de nossas ferrovias.

Agora estamos tentando encurtar esses tempos para que possamos, com nossas ferrovias, novamente integrar todo o território nacional.

Lá na minha Região Nordeste, estamos reconstruindo a Transnordestina, uma rodovia do século XIX e que até a metade do século XX era o grande instrumento de transporte de pessoas e de cargas naquela Região. Foi desativada nos anos 90. Boa parte dos seus trilhos foi retirado para fazer mata-burros, para fazer escoras, para outros destinos e não mais para as ferrovias. Agora, estamos construindo 1.740 quilômetros de ferrovias com a Transnordestina, unindo inicialmente três Estados: os cerrados do Piauí, grande produtor de grãos, com o Porto de Suape, em Pernambuco, e um outro ramal com o Porto do Pecém, no meu Estado do Ceará. Essa ferrovia foi privatizada e, através dessa parceria entre o setor público e o setor privado, estamos refazendo-a.

Nesse novo modal lançado na semana passada, a Transnordestina está sendo integrada à Norte-Sul, que se inicia lá no Porto do Itaqui, no Amazonas, e vem até aqui, Goiás, aos cerrados de Goiás e se integra, à altura de Eliseu Martins, no Piauí, a Norte-Sul.

Com isso, nós passaremos a integrar toda essa parte produtora dos cerrados da Região Centro-Oeste com a Região Nordeste e três grandes portos, que são o Porto do Itaqui, no Maranhão; o Porto do Pecém, no Ceará e o Porto de Suape, em Pernambuco, pois é dita a sobrecarga que temos hoje no Porto de Santos, no Porto de Paranaguá, lá no seu Estado do Paraná, e em outras regiões do Brasil.

É essa a visão estratégica de uma mulher que conhece o Brasil por ter sido Ministra da Casa Civil, por ter sido a coordenadora do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, que nos permite dizer que vamos ser, em 2022, quando o Brasil completar 200 anos da sua independência, o maior produtor de grãos com baixo custo e tendo a tecnologia que permita ao Brasil dizer para o mundo: “Somos grandes produtores, mas também somos grande preservador do meio ambiente”.

Por isso, esperamos, na próxima semana, concluir, na Comissão Mista da Medida Provisória 571, a votação do Código Florestal, fazendo as mediações que a sociedade reclama e em que o Congresso Nacional tem clareza do seu papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Pimentel. V. Exª tem razão no que diz respeito à necessidade de nós promovermos ação neste País para o destravamento ou para o incentivo à diminuição do custo Brasil.

De fato, o Governo brasileiro tem promovido grandes ações que têm inserido regiões que até outrora ficavam distantes de portos importantes como os do Nordeste e também do Porto de Paranaguá.

Registro aqui a presença, na nossa tribuna de honra, do Sr. João Climaco, que é Presidente da Associação dos Procuradores Autárquicos do Estado de São Paulo, acompanhado do Dr. Marcos Stam, representante da Associação Brasileira dos Advogados e Procuradores Autárquicos dos Estados do Brasil.

Sejam bem-vindos também todos os senhores que se encontram na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa, como membro titular, o Senador Paulo Bauer, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passa à condição de suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 576, de 2012**, conforme **Ofício nº 154, de 2012**, da Liderança do PSDB, no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 154/12 – GLPSDB

Brasília, 21 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Paulo Bauer para integrar, como titular, a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 576 de 2012, em substituição ao Senador Álvaro Dias, que passará a integrá-la como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Essa Medida Provisória trata da criação da EPL, a Empresa de Planejamento e Logística do Brasil, assinada pela Presidente Dilma no último dia 14 de agosto.

Eu gostaria de fazer também uma referência ao Dia do Maçom, comemorado ontem aqui, no Senado Federal, em sessão especial, conduzida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, nosso digno representante da maçonaria brasileira.

Faço esta referência, meu caro amigo Senador Pimentel, dirigindo-me ao Venerável Mestre da minha loja, Loja União Curitibana, lá no Paraná, da Grande Loja do Paraná, que é uma pessoa que conduz os trabalhos de forma profícua. Tenho na maçonaria muitos ensinamentos que trago para o Senado Federal, principalmente na questão ética e moral, que preceituam a base da maçonaria. São os ensinamentos filosóficos voltados ao convívio em sociedade na maior harmonia possível, mas sempre pregando os ensinamentos éticos e morais.

Faço este registro, esta homenagem à maçonaria reportando-me ao Venerável Mestre da Loja União Curitibana nº 122, de Curitiba, que pertence à Grande Loja do Paraná, o Manoel Jeremias.

Saúdo todos os irmãos das potências, tanto Grande Loja do Brasil, do Grande Oriente do Brasil, Grande Oriente do Paraná e das demais Grandes Lojas.

Sr. Presidente, também faço uma breve referência a uma matéria publicada na Agência Senado, na data de hoje, pela manhã, sobre o ano eleitoral, que está estimulando um novo modelo de financiamento de campanha.

Eu sou relator, aqui no Senado Federal, de um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque para criar o Fundo Republicano de Campanha. Tenho meditado sobre isso e tenho me posicionado sobre nós pensarmos numa forma correta de financiamento de

campanha, e o financiamento público de campanha é um dos modelos que tenho sustentado. No entanto, penso que nós precisamos que haja uma transição desse modelo para um próximo modelo e, lógico, que esse outro modelo, que seria o modelo de financiamento público de campanha, venha a ser a solução para nós extirpamos por vez a corrupção do nosso País.

É muito claro para mim que a corrupção é muito grande neste País. No entanto, o financiamento público representaria tão somente 1% do custo da corrupção para o Brasil. Seria uma das soluções, lógico, promovendo outras ações, como um novo modelo da lei de licitações e contratos, modelo que seja mais moderno e que permita... Nós estamos assistindo, no dia a dia, os grandes debates, que passam por essa questão de caixa dois, de financiamento público de campanha.

Quanto a financiamentos de campanha, estamos vivendo, agora, neste exato momento, nas eleições municipais, uma disparidade, com grupos econômicos que bancam campanhas, sustentam campanhas, lógico, com interesses futuros, e isso é sempre em detrimento do nosso País.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, eu também tenho clareza de que um dos motivos que colaboram, em muito, para acirrar o debate, para aumentar os custos da campanha e, também, o processo de corrupção é o sistema privado de campanha.

Todas as comissões parlamentares de inquérito que tenho acompanhado nos últimos 18 anos... Cheguei aqui em fevereiro de 1995, como Deputado Federal, devo isso às famílias cearenses; fiquei 16 anos, quatro mandatos consecutivos, e, em seguida, as famílias cearenses me mandaram para o Senado Federal. Durante esse período, fui autor e membro de grande parte das comissões parlamentares de inquérito, seja na Câmara, ou das mistas, no Congresso Nacional. E o debate sobre financiamento de campanha sempre está presente. E grande parte dos indiciamentos está vinculado a esse processo.

Portanto, eu sou daqueles que compreendo também que é chegada a hora de nós implantarmos o financiamento público de campanha, como fez a Alemanha, e o mantém até hoje; como fez a Inglaterra, e o mantém até hoje; como fez a França, e o mantém até hoje; como fez a Espanha, e o mantém até hoje.

E, nos Estados Unidos, há um sistema misto: eles têm financiamento público e também conjuga com o financiamento privado. Mas só que, lá, o financiamento não é ao candidato, é ao partido, é à instituição. E o partido faz, através dos seus mecanismos internos, essa distribuição. No Brasil, o financiamento é exclusivamente ao candidato, não é nem ao partido.

Com as mudanças que nós fizemos, em 1998, para as eleições de 1998, passamos a ter também o financiamento ao partido.

Mas o grave problema é o financiamento ao candidato, porque, se o candidato não aceita as regras, não tem o financiamento. E se ele não tem o financiamento, ele não é eleito. Portanto, ele passa a ser um delegado dos interesses daquele que está financiando. Evidentemente que isso também era mantido para os partidos políticos. Com a criação do fundo partidário, na reforma de 1996, nós conseguimos criar o fundo partidário, e o financiamento do fundo partidário já é público. E, agora, precisamos dar o segundo passo.

E, junto com isso, veio o fortalecimento do partido, porque não há Estado democrático de direito se não houve instituições consolidadas. E, junto com o partido, precisamos discutir também o mecanismo de acesso e de democratização nas suas instâncias, que é uma das preocupações. E, com isso, a fidelidade partidária, tanto que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que o mandato pertence ao partido. E está correto, porque são pouquíssimos os que têm votos suficientes para atingir o coeficiente eleitoral. De modo geral, é o somatório dado à legenda e também dado aos candidatos daquele partido para assegurar a eleição de um vereador, de um Deputado estadual e de um Deputado Federal.

Portanto, acredito que esse conjunto de normas em que vem o financiamento público, o mandato pertencendo ao partido e a democratização do partido, nós teremos mais um avanço na reforma política partidária deste País.

V. Ex^a, que é um profundo conhecedor desta matéria como advogado militante que é, e hoje membro do Congresso Nacional, pode nos ajudar muito nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Percebo que, no tempo e no espaço, se perdeu um pouco a noção da função de um partido político. O partido político nasce, e se cria um estatuto, uma programática, uma proposta. Como nasce um partido político? Um grupo de pessoas que comungam da

mesma ideia – chamamos isso de ideologia – passa a formar um partido político.

No Brasil, há o pluripartidarismo, tão questionado, mas isso quer dizer que o País dá acesso às minorias, não somente às maiorias. É por isso que há tantos partidos no Brasil. Mas se perdeu a noção de ideologia partidária. Tenta resgatar isso o nosso Poder Judiciário, na medida em que faz uma jurisprudência dizendo que, de fato, o mandato é do partido, criando a Resolução nº 22.610, de 2007, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso traz uma nova era para o Brasil no sentido de repensarmos o seguinte aspecto: se o mandato, de fato, é do partido, então temos de rever, inclusive, as funções programáticas do partido, porque as pessoas, os partidários, os correligionários ou aqueles que são filiados têm de ter a mesma ideologia, ou seja, não podem estar naquele partido por conveniência, mas, sim, porque defendem aquela ideia.

A partir disso, temos de conseguir traduzir essas ideias do partido em propostas, que são levadas, exatamente neste momento, ao crivo do eleitor. O eleitor brasileiro está recebendo na sua casa, no dia a dia, neste exato momento, no processo eleitoral, a proposta do candidato. Essa proposta do candidato tem de ser feita em cima da base ideológica do seu partido. Deveria ser assim, a regra é assim. É lógico que fugimos disso nos últimos anos, tanto que as pessoas votam nas pessoas, não votam mais nos partidos. É muito claro isso no Brasil. Por isso, temos de repensar uma série de coisas. Essa proposta oferecida ao eleitor é que tem de ser a vencedora, não aquele que lidera a proposta, o candidato, porque essa proposta vai passar a ser lei.

A diferença entre o público e o privado, Senador Pimentel, senhoras e senhores, é justamente isto: na vida privada, podemos fazer tudo o que queremos, desde que a lei não nos coíba; na vida pública, nós só podemos fazer aquilo que a lei permite. E, para que se venha a permitir que minha proposta seja executada, ela tem de se transformar em lei, indo à Câmara dos Vereadores, à Assembleia Legislativa, ao Congresso Nacional, na forma de PPA – Plano Plurianual, que vale por quatro anos, que é exatamente o período de um mandato no Brasil.

Então, temos de rever muitos conceitos, principalmente. Qual é a função da lei? Aproveito este nosso momento e o tempo que temos aqui, Senador Pimentel, para debater esta questão: o que são as nossas leis? As nossas leis nada mais são que um reflexo do anseio da sociedade, dos costumes. Nós doamos ao Estado o poder de legislar e de regular nossa vida em sociedade e fazemos isso há milênios. E o Estado tem

de regular isso. Então, o Estado regula os costumes em sociedade. Por isso, estamos fazendo, João Clímaco, o novo Código Penal. Aqui, há uma comissão especial para isso.

O Brasil vive uma nova era, em que houve um avanço social e econômico. Nós somos a sexta economia do mundo. Isso é grandioso, gente! Nós precisamos avançar mais em cultura. Estamos avançando muito, mas é preciso haver cidadãos mais conscientes, esses cidadãos que vão ser os representantes deste País amanhã. Não tenham dúvida disso!

Então, precisamos promover uma reformulação no sistema político brasileiro. Aqui, no Congresso, está tramitando a reforma política. Há alguns projetos já prontos para serem votados no Senado Federal. E pretendo, como relator do Fundo Republicano de Campanha, dar uma solução ao Brasil, para que possamos transmitir a realidade que vivemos hoje no Brasil.

Por fim, antes de encerrar esta sessão, registro que, hoje, toma posse, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Ministra Assusete, que foi votada aqui, por este Senado Federal. Foram encaminhadas à Presidente Dilma recomendações pela sua indicação.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, desejando uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Os Srs. Senadores Mário Couto e Aloysio Nunes Ferreira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno. S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Iguals a tudo o que está aí”, publicada pela revista *Época* em sua edição de 25 de junho de 2012.

A matéria destaca que no passado em mundos opostos, o ex-presidente Lula e o ex-governador biônico Paulo Maluf unem-se a partir da sede pelo poder, que falou mais alto que suas carreiras e a história política do país.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

o tempo

POLÍTICA

Alberto Bombig e Leandro Loyola

Iguais a tudo o que está aí

No passado em mundos opostos, o ex-presidente Lula e o ex-governador biônico Paulo Maluf unem-se a partir da sede pelo poder, que falou mais alto do que suas carreiras e a história política do país

O senador Antônio Carlos Magalhães, morto em 2007, dizia que em política “a ocasião faz o aliado”. Também faz companheiros. Na segunda-feira passada, uma imponente casa localizada em bairro nobre de São Paulo foi palco de um encontro histórico. Nos jardins da propriedade, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, preso pela ditadura em 1980, selou o apoio do industrial Paulo Maluf, candidato dos militares à Presidência da República em 1985. O objetivo: eleger Fernando Haddad (PT) prefeito da capital paulista.

Maluf, inimigo declarado do PT por duas décadas, queria colocar um aliado no governo federal petista. Lula desejava o tempo de propaganda na televisão do PP de Maluf (um minuto e meio) para a campanha de Haddad. A ocasião era propícia, a aliança estava formada, e o vale tudo da política brasileira, que já aproximara o mesmo Lula dos antigos rivais José Sarney e Fernando Collor de Mello, produzia mais um monstro político-eleitoral. Lula parecia confiante que a cena seria deglutida rapidamente pelo eleitor. O roteiro, no entanto, não saiu exatamente como ele desejava. Símbolo das forças conservadoras da política brasileira e com uma carreira consolidada dentro do regime militar, Maluf mandou avisar ao líder petista que gostaria de sua presença no ato que selou seu companheirismo. Lula concordou. No PT paulista, Lula é hoje uma espécie de Luís XIV, o absolutista francês autor da frase “o Estado sou eu”. Ao aceitar comparecer à casa de Maluf, onde posou, apertou mãos e sorriu, Lula parecia dizer ser o próprio PT. Podia assumir o risco que quisesse sem consultar o partido.

A cena já pode ser considerada a mais sintomática da nova carreira política de Lula, depois que deixou a Presidência. Tomado por uma ambição política que

nem mesmo a preocupação com sua saúde foi capaz de aliviar, Lula mostrou-se implacável na perseguição de seus objetivos. Muitos petistas dizem que ele foi obrigado a comparecer ao ato, sob o risco de Maluf, presidente estadual do PP, não fechar o acordo. O secretário-geral do PP e antigo aliado de Maluf, Jesse Ribeiro, rebate a tese e diz que Lula apenas respondeu a um “convite” de seu partido. “Um ex-presidente com a popularidade dele ia aceitar exigências de alguém? Isso é para descaracterizar o fato histórico.” O flerte entre Lula e Maluf havia começado em maio, no lançamento da Comissão da Verdade, em Brasília, quando o ex-presidente cobriu o ex-prefeito de afagos.

Resolvido o assunto Maluf, como Felipe Patury antecipou em *epoca.com.br*, Lula não esperava pela ação de uma ex-companheira, a deputada federal Luiza Erundina (PSB). Ex-prefeita de São Paulo pelo PT entre 1989 e 1993 e indicada a vice de Haddad três dias antes da aliança com Maluf, Erundina estragou a festa. A divulgação das imagens dos bons companheiros Lula e Maluf provocou uma onda de indignação de antigos admiradores do PT nas redes sociais da internet. Em seguida vieram mensagens de alívio e admiração por Erundina, logo que ela confirmou que deixaria a chapa, incomodada com a presença de Maluf na campanha.

A lógica dos políticos, tão bem resumida na frase de ACM, alterou a biografia de Lula assim que ele chegou ao Palácio do Planalto, em 2003. Antes de Lula atrair Maluf, ele já se reconciliara com Sarney, depois de ter dito que ele era um dos “maiores ladrões” do país. Também “reconhecera” a força do apoio de Collor, seu adversário na agressiva campanha de 1989. A lógica da também nordestina Luiza Erundina foi outra – e lhe rendeu dividendos. A pequena mesa de reuniões em seu gabinete no Congresso ficou

decorada com dois vasos de orquídeas brancas, recebidas em homenagem à decisão de abandonar o barco luloma-lufista. “Aquele imagem do Maluf e do Lula de mãos dadas, com o Maluf acarinhando o cabelo do Haddad... Aquilo me chocou”, disse Erundina a *ÉPOCA*. “Não me via mais naquela chapa.”

Fora do PT há 14 anos, Erundina fora chamada para fazer dupla com Haddad pelo mesmo motivo que uniu Lula a Maluf: o interesse eleitoral. Sem o apoio de Marta Suplicy, que se recusou a abraçar a candidatura imposta por Lula, os petistas paulistanos acreditavam ser possível aproximar a chapa de eleitores da periferia com a ex-prefeita do PSB. Erundina fora chamada ao Recife na semana anterior para uma reunião com o presidente de seu partido, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Aliado cortejado pelo PT, Campos costurou o acordo que a transformaria em vice, pacote formalizado num ato na sexta-feira 15.

Migrante nordestina, assistente social e militante de grupos de sem-teto, Erundina foi a primeira prefeita eleita por um partido de esquerda na cidade de São Paulo. Enfrentou forte oposição, especialmente do então PDS, o partido de Paulo Maluf. Sem maioria na Câmara, a gestão de Erundina foi prejudicada. Projetos ficaram parados e até as contas de sua gestão foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas municipal – as contas de Maluf e de seu sucessor, Celso Pitta, acusados de corrupção, sempre foram aprovadas com facilidade pelo mesmo tribunal. A resistência aos “conchavos políticos”, no entanto, garantiu a Erundina um eleitorado fiel, que a reelege para a Câmara Federal com boa votação desde 1998. Erundina é um caso raro de político que, com mais de 20 anos de carreira, não é rico. Mora até hoje no

Tempo

POLÍTICA

Rir para não chorar

A aliança explícita entre Lula e Maluf gerou piadas das mais diversas na Internet, todas explorando as acusações de corrupção ao ex-governador paulista

de Maluf e de seu sucessor, Celso Pitta, acusados de corrupção, sempre foram aprovadas com facilidade pelo mesmo tribunal. A resistência aos “conchavos políticos”, no entanto, garantiu a Erundina um eleitorado fiel, que a reelege para a Câmara Federal com boa votação desde 1998. Erundina é um caso raro de político que, com mais de 20 anos de carreira, não é rico. Mora até hoje no mesmo apartamento de dois quartos, numa travessa da Rua das Rosas, em Mirandópolis, bairro de classe média na Zona Sul de São Paulo. Nunca foi envolvida em denúncias de corrupção.

Erundina seria uma vice com apoio popular e capacidade de mobilizar eleitores em prol de Haddad. “Perguntei a Haddad sobre Maluf”, diz Erundina, ciente desde o início de que a presença do adversário poderia azedar seu acordo. Derrotado por Erundina em 1988 na disputa pela prefeitura, Maluf lhe sucedeu em 1992. Desfez muitas das ações dela. “A resposta que ele (*Haddad*) me deu é que ainda não estava acertado, porque o Maluf estava conversando com o (*candidato*

do PSDB, José) Serra. Mas que ele poderia apoiar, porque o PP é da base do governo.”

Erundina reuniu-se com um grupo de seguidores, que a acompanha desde seu tempo de prefeita de São Paulo, na véspera da reunião entre Lula e Maluf. Os integrantes do grupo festejaram a escolha de Erundina a vice na chapa petista, mas demonstraram preocupação com a sombra de Maluf. Naquele domingo, Erundina jantou na casa de Haddad. Conversou amigavelmente com ele e sua mulher e perguntou sobre Maluf. “Ele disse que não estava nada certo. Não deu certeza, mas sinalizou que o apoio poderia ocorrer.” Erundina saiu da casa de Haddad por volta das 23 horas. A segunda-feira seria dia de feijoada na casa de Maluf, com Lula, Haddad, o presidente do PT, Rui Falcão, e muitos outros.

Lula e Maluf apostam que o eleitor paulistano não tem boa memória. A única meta, tomar o poder, justificaria qualquer meio aplicado. Não é o que pensam muitos dos que haviam se acostumado a ver Lula e Maluf em campos ▶

Dentro do PT, a lógica lulista encontra eco. O partido hoje poderia se chamar POT, ou Partido que Odeia os Tucanos. Foi tomado pelo puro e simples objetivo de manter e expandir o poder contra seu inimigo declarado, o PSDB, que também chegou a cortejar Maluf. “Se a gente mantiver apenas nossos aliados históricos, a gente deixará o PSDB governar para sempre em São Paulo. opostos da política e da ética e protestaram na internet contra a nova amizade. “Achei um absurdo. O PT sempre se colocou como inimigo número um do Maluf em São Paulo”, diz Larissa Rebello, de 27 anos, coordenadora de projetos culturais, para quem nem mesmo Luiza Erundina saiu ilesa do episódio. “A Erundina deveria ter saído logo de início. Isso demonstra que ela inicialmente concordaria com uma aliança espúria com o PP do Maluf, mas, porque a opinião pública contra foi muito forte, ela recuou.” O produtor Fernando Cardoso, de 48 anos, acredita que a política brasileira tornou iguais aqueles que pareciam ter identidade própria. “Vejo que não sobrou nada do PT de 15, 20 anos. Não acho diferença entre o Lula e nenhum outro político.”

Ou a gente amplia ou perde a eleição”, diz o deputado Jilmar Tatto, líder do PT na Câmara dos Deputados. Político jovem e em ascensão, aos 47 anos Tatto talvez não se lembre das palavras de Lula na primeira convenção do partido, no início dos anos 1980. “Não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. (...) Nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas. (...) Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.” O PT e o Brasil

mudaram, diria Tatto. Em alguns aspectos, para pior.

Antes dessa mudança, o mesmo PT do vale tudo era o partido do vale nada. Radical em seu purismo, o Partido dos Trabalhadores não aceitava se aliar com quase ninguém – nem com o quase santo Tancredo Neves, eleito presidente indiretamente em 1985, ao vencer Paulo Maluf. Em 1993, o PT ameaçou expulsar Luiza Erundina, que aceitara ser ministra de Itamar Franco (PMDB) – governo que buscava reconstruir o país após o impeachment de Collor. Lula relaxou a punição, e Erundina foi apenas suspensa. Em 1998, ela trocou o PT pelo PSB. Em 2008, candidata a prefeita de São Paulo, aliou-se ao PMDB de Orestes Quércia, morto em 2010 e também um nome associado a suspeitas de corrupção. “Os dois têm suspeitas éticas, mas Quércia foi perseguido pela ditadura militar”, diz Erundina. “Maluf foi um instrumento da ditadura.”

Ex-governador biônico, prefeito por duas vezes (biônico na primeira) e famoso por obras suspeitas de superfaturamento, Maluf já passou 40 dias preso na prisão da Polícia Federal. É procurado pela Interpol, acusado de lavagem de dinheiro nos Estados Unidos. Há anos não pode sair do Brasil, sob o risco de ser preso em mais de 100 países. Maluf sempre negou tudo e diz ser vítima da perseguição de adversários. Continua ativo na política por acreditar que os brasileiros não se importam com sua longa ficha policial. Lula acaba de deixar claro que pensa da mesma maneira. ◆

Com Danilo Thomaz

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do ex-governador José Serra, intitulado: “Menos marketing, mais qualidade”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 8 de março de 2012.

Segundo o autor, é possível mudar a realidade da educação no País, desde que se façam as escolhas certas.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Menos marketing, mais qualidade

JOSSÉ
SEKRA

Ao fim de nove anos de governo do PT, a política educacional brasileira resultou numa verdadeira sopa de pedras. Não tem consistência e as iniciativas desconexas se vão sucedendo – pedras jogadas na panela aquecida por vultosos recursos públicos produzindo pouca substância. Os Estados e os municípios cuidam da pré-escola, do ensino fundamental e médio. Mas a esfera federal detém capacidade legislativa e normativa, além de recursos em grande escala, para atuar no setor. No ensino superior público, o grande agente é o Ministério da Educação (MEC), com a exceção de uns poucos Estados que têm grandes universidades.

O mais recente exemplo dessa inconsistência é o Plano Nacional de Educação 2011-2020, resumido no Senado pelo novo titular da Educação, Aloísio Mercadante. A superficialidade e a confusão das falas do ministro afligem aqueles que consideram a educação o principal desafio brasileiro neste século.

Nem no plano nem nas falas há nenhuma pista para enfrentar o fato de que o ensino superior público no Brasil, na era petista, foi além da estagnação. Acredite-se: quiser em 2010 formou menos 24 mil estudantes do que em 2004, segundo estimativa de Carlos Brito, da Fapesp, destoando da fase de forte expansão no governo Fernando Henrique Cardoso e do ministro Paulo Renato.

No momento, a pedra mais vistosa atirada na sopa são os tablets, a serem distribuídos de graça. Ninguém responsável pode rejeitar a chegada das modernas tecnologias às salas de aula. Mas não passa de mistificação barata – ou muito cara, a depender de como se faça – essa história de que a educação só melhora se cada aluno e cada professor tiverem nas mãos um iPad, como promete o ministro. Rejeitar a adoção de modernas tecnologias seria o mesmo que combater a luz elétrica e a água encanada. Mas um professor mal preparado o será em qualquer circunstância. Um aluno que mal sabe escrever e multiplicar não será redimido por um tablet. A distribuição de material eletrônico sem bons guias curriculares e

programas de formação e qualificação dos professores é dessas firulas atrás de manchetes. O governo Lula fez isso em 2005 com laptops – “Um Computador por Aluno”, lembram? O fracasso foi retumbante.

Como noticiou este jornal, 3,8 milhões de crianças e jovens não estão na escola; na faixa dos 15 aos 17 anos, nos oito anos de FHC e Paulo Renato, o percentual fora da escola caiu de 33% para 18%. Depois disso a inclusão se desacelerou e 14% ainda não frequentam nenhuma instituição de ensino. Acredite-se: quiser em 2010 houve menos concluintes do ensino médio do que em 2003, com um decréscimo anual de 0,5% ao ano.

Com ou sem tablets – eles são uma ferramenta, não uma política pública em si –, o governo federal deveria empenhar-se em pôr na escola essa imensa fatia da juventude e elevar o padrão de ensino, em especial expandindo o ensino profissionalizante. Não é o que se vê. Tome-se o Pronatec, programa copiado do Protec, proposta nossa durante a campanha de 2010, tão combati-

É possível mudar a realidade da educação no País, desde que se façam as escolhas certas

da pelos petistas. Além do atraso para dar início ao programa, foram excluídas as bolsas em escolas técnicas particulares, precisamente as que atendem jovens mais pobres. Isso exclui cerca de 50% dos alunos dessas escolas.

Em São Paulo, em 11 anos, foram criadas 104 escolas técnicas de nível médio, abrindo 150 mil vagas adicionais. É preciso pensar mais no estudante e menos nas manchetes, mais em dar uma resposta aos problemas reais dos alunos e de suas famílias e menos em soluções marcadas pela publicidade e pelo acodamento. A improvisação é tanta que a capacitação técnica de professores e o método pedagógico que deveriam orientar a utilização dos milhões de tablets prometidos só estão previstos para depois da chegada dos aparelhos!

Outra pedra atirada na sopa da educação petista foi a tentativa de transformar o Exame Nacional do Ensino Médio

(Enem) numa prova de acesso à universidade. Sob o pretexto de pôr fim ao vestibular nas universidades federais, criou-se o maior vestibular do mundo ocidental. Assistiu-se a um festival de trapalhadas, injustiças, arbitrariedade, subjetivismo e falta de critério na correção das provas. No fim, o aluno nem sabe direito por que tirou essa ou aquela nota. Pior: as críticas corretas e sensatas foram consideradas tentativas de sabotagem. A incompetência flerta frequentemente com o autoritarismo.

Ao abordar as dificuldades do Enem como “vestibulão”, o novo ministro produziu mais uma pérola, dizendo que os problemas decorrem do fato de o Brasil ser muito grande, e alegou que isso não é culpa do MEC. Será que o PT vai esperar que o País encolha para começar a governá-lo com competência? Ou, quem sabe, seus ministros possam candidatar-se ao cargo de gestor na Escandinávia, cujos países são bem menores que o Brasil e solicitam menos dos homens públicos, pois muitas das condições que ainda infelicitam o nosso povo já estão resolvidas por lá. É sempre bom lembrar que o Brasil, afinal de contas, já tinha esse tamanho antes de o PT chegar ao poder.

Em 2009, 65 nações participaram do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), que verifica o conhecimento de estudantes de 15 anos em Matemática, leitura e Ciências. O resultado é vexaminoso: o Brasil obteve o 54.º lugar, junto com Panamá e Azerbaijão, atrás de países como Bulgária, Romênia, México, Chile e Uruguai.

O que nos falta? Tablets? Sem uma política pública consequente de valorização e qualificação do professor eles são inúteis. Servem à propaganda, não aos estudantes; servem à demagogia, não à elevação das sofríveis condições de ensino no País.

É possível, sim, mudar essa realidade, desde que se façam as escolhas certas. As autoridades nacionais da área educacional precisam perseguir menos a publicidade e mais a qualidade. Se o fizerem, as notícias fatalmente os alcançarão.

* EX-GOVERNADOR E EX-PREFEITO DE SÃO PAULO

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB –
PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO

PROJETO DE LEI N.º 22, de 2012- CN

MENSAGEM

N.º 00075/2012 – CN
(Nº 00325/2012, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 14.510.591,00 (quatorze milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e noventa e um reais), para os fins que especifica.”

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Índice de Emendas

Projeto de Lei N.º 022/2012 - CN

Parlamentar	Emendas	Quantidade	Total por Parlamentar
ANÍBAL GOMES	00009 a 00011	3	3
EDUARDO SCIARRA	00005	1	1
FÁBIO RAMALHO	00001 a 00004	4	4
MARINHA RAUPP	00012	1	1
WELLINGTON ROBERTO	00006 a 00008	3	3
Total de Emendas:			12

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****Emenda - 00001****PLN 022/2012**

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 22 / 2012 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar:

2075 – Transporte Rodoviário

Construção de Trevo de Acesso ao Campus Tancredo Neves (CTAN) na BR-494 – Km 2 –
Colônia do Bengo no Município de São João Del-Rei no Estado de Minas Gerais

Valor: R\$3.000.000,00

Cancelamento:

- 26.782.2075.7R68.0041 – Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$1.500.000,00

- 26.783.2072.10HH.0035 – Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$1.000.000,00

- 26.783.2072.14MM.0035 – Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A obra permitirá o acesso ao campus da Universidade Federal de São João Del-Rei com maior segurança, já que o trecho é de tráfego intenso e há incidência constante de acidentes. A entrada principal do referido campus encontra-se à margem da rodovia, em uma curva, o que torna seu acesso extremamente perigoso devido ao alto movimento de caminhões, automóveis, motocicletas, bicicletas e pedestres.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

12/08/2012

FABIO RAMALHO

Fábio Ramalho

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00002

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 22 / 2012 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Cancele-se o cancelamento:

26.783.2072.10H8.0031 – Construção de Contorno Ferroviário – no Município de Divinópolis – no Estado de Minas Gerais.

Valor – R\$1.386.840,00

Cancelamento:

26.782.2075.14MW.0031 – Esfera: 1 – GND 4 – Mod.Aplic. 90 – Fonte 100

Valor – R\$1.386.840,00

JUSTIFICAÇÃO

A obra, priorizada no PAC e Plano Estratégico de Logística de Transportes do Governo do Estado de Minas Gerais – PELT/Minas e já em andamento, permitirá o isolamento do tráfego ferroviário no perímetro urbano de Divinópolis – MG – um dos maiores centros ferroviários do Estado -, eliminando as interferências diárias dos trens de carga com veículos e pedestres.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

12/08/2012

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****Emenda - 00003****PLN 022/2012**

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 22 /2012 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescente-se:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

2075 – Transporte Rodoviário

26.782.2075.13UU.0031 – Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa ES/MG – Entroncamento
MG-422 (Resplendor) – na BR-259 – no Estado de Minas Gerais.

Valor: R\$7.000.000,00

Cancelamento:

- 26.783.2072.13KH.0035 - Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$3.000.000,00.

- 26.782.2075.7R65.0021 – Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$2.000.000,00

- 26.783.2072.13JW.0041 – Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A obra proposta complementarará o encabeçamento das laterais da ponte sobre o Rio Manhuaçu, para liberação do tráfego no trecho, ora em adequação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

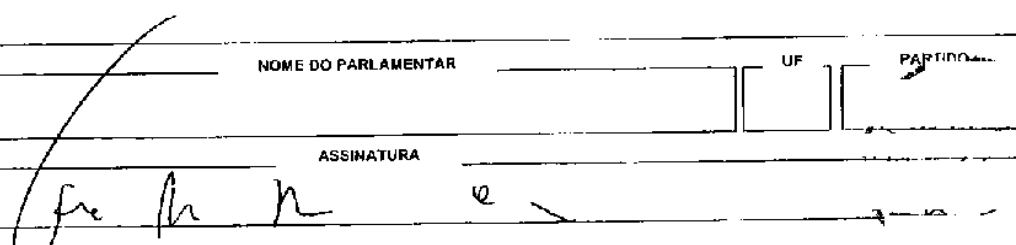
UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

12/08/2012



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****Emenda - 00004**

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 22/2012 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

2075 – Transporte Rodoviário

- Construção de Acesso Rodoviário na BR-262 – Quilombo do Gaia - no Município de São Gonçalo do Pará - no Estado de Minas Gerais.

Valor: R\$2.000.000,00

Cancelamento:

- 26.784.2073.127G.0201 - Esfera: 1 – GND: 4 – Mod: 90 – Fonte: 100

Valor: R\$1.000.000,00.

- 26.782.2075.7R65.0021 – Esfera: 1 – GND 4 – Mod. 90 – Fonte 100

Valor: R\$1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A obra proposta é de vital importância para maior segurança aos usuários daquele trecho, onde há intenso tráfego de veículos pesados.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

12/08/2012

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00005

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 022/2012- CN

1 DE 1

TEXTO

Alterar título da ação orçamentária da seguinte programação, constante do anexo I:

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

FUNCIONAL: 26.782

PROGRAMÁTICA: 2075.7R68 – Construção de Intersecção em Desnível – no Município de Cascavel (Km 585) – na BR-277 – no Estado do Paraná.

2075.7R68.0041 - Construção de Intersecção em Desnível – no Município de Cascavel (Km 585) – na BR-277 – no Estado do Paraná – No Estado do Paraná.

Obra executada (% de execução física): 44

ESF: F; GND: 4; RP: 2; MOD: 90; IU: 0; FONTE: 100

Valor: R\$1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda pretende alterar o título de ação orçamentária 7R68. A ação em tela é um projeto que aperfeiçoa a infraestrutura rodoviária no município de Cascavel/PR (Km 585) na BR 277. A boa técnica orçamentária orienta que o título da ação deve ser claro, sucinto, identificando de forma objetiva e delimitada o que será realizado, permitindo a identificação da ação orçamentária, pela sociedade, na Lei Orçamentária, e tornando claros os parâmetros de fiscalização para os órgãos de controle.

Para que cumpra este propósito, parte do título da ação deve ser alterado de “passagem rodoviária inferior” para “intersecção em desnível”.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

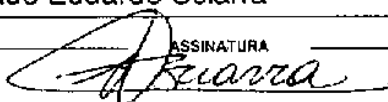
PARTIDO

Deputado Eduardo Sciarra

PR

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00006

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 022/2012 - CN

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se a Programação Constante do Anexo I:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Funcional Programática: 26.782.2075.XXXX.XXXX - Construção de Ponte na BR-230 ligando Porto de Cabedelo a PB-025 - No Estado da Paraíba

GND: 4

MOD: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Funcional Programática: 26.782.2075.7R65.0021 - Adequação de Travessia Urbana - no Município de Bom Jardim - na BR-316 - no Estado do Maranhão.

GND: 4

MOD: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Para solucionar o problema do transporte de cargas, o que se propõe é a construção de uma Ponte sobre o Rio Paraíba com aproximadamente 2.000m de comprimento, ligando a BR-230 (município de Cabedelo) à PB-025 (localidade de Costinha no município de Lucena). Para isto já existia uma previsão no PNLT-Plano Nacional de Logística e Transporte, no valor de R\$ 450 milhões para o período 2008 - 2011; no Plano Plurianual 2008-2011 em igual valor e no PPA com valores de R\$ 53,5 milhões em 2009, R\$ 73,0 milhões em 2010 e R\$ 73,5 milhões para 2011, mas nada foi feito e nosso Estado continua convivendo com os problemas no transporte de cargas e com isso oferecendo grandes perdas tanto de investidores como em arrecadações de impostos, pois apesar de termos um porto adequado sua logística deixa a desejar e perde a preferência para outros portos no nordeste. Essa obra é indispensável porque com sua realização, vai permitir a ligação direta da BR-101/PB, a partir do km 74,1, com o Porto de Cabedelo mediante a utilização da rodovia estadual PB-025(que deverá ser FEDERALIZADA), com aproximadamente 30 km de extensão. Ela se desenvolve totalmente em zona rural e vai promover o encurtamento em 1/3 (um terço) do percurso (15 km), retirando o tráfego de caminhões da zona urbana da Região Metropolitana (Bayeux, João Pessoa e Cabedelo), permitindo uma redução considerável nos tempos de viagem e consequentemente nos custos do transporte. Por tudo isso a Ponte ligando a BR-203 à PB-025, representa um grande passo de desenvolvimento ao Estado da Paraíba, pois vai encurtar a distância do Porto a várias cidades, e ainda contaremos com mais uma opção de acesso ao Porto de Cabedelo, diminuindo o constante fluxo de veículos, e consequentemente melhorando a logística do transporte de carga no Estado.

CÓDIGO 1277	NOME DO PARLAMENTAR WELLINGTON ROBERTO	UF PB	PARTIDO PT
DATA 12/08/12	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00007

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 022/2012 - CN

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se a Programação Constante do Anexo I :

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Funcional Programática: 26.782.2075.XXXX.XXXX - Adequação de Trecho Rodoviário - Km 0 ao Km 28 - na BR-230 - No Estado da Paraíba

GND: 4

MOD: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Funcional Programática: 26.783.2072.13JW.0041 - Adequação de Linha Férrea no município de Rolândia - No Estado do Paraná

GND: 4

MOD: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Adequar o Trecho compreendido entre o KM 0 e KM 28, é de grande importância para a capital do Estado que sofre com o grande trânsito nesse trecho. A realização obras para adequação do trecho é de grande importância por abranger um número expressivo de usuários, proporcionando melhorias tanto na segurança quanto na qualidade da rodovia, beneficiando os milhares de motoristas, pedestres e moradores da região, que sofrem diariamente devido a falta das adequações necessárias para o bom funcionamento do trânsito nesse trecho.

CÓDIGO

1277

NOME DO PARLAMENTAR

WELLINGTON ROBERTO

UF

PB

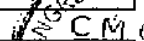
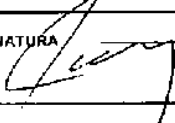
PARTIDO

PR

DATA

12/08/12

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00008

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 022/2012 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se a Programação Constante do Anexo I :

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Funcional Programática: 26.782.2075.XXXX.XXXX - Adequação de Trecho Rodoviário -
Trecho Km 237 ao Km 245 (Binário de Juazeirinho) - na BR-230 - No Estado da Paraíba

GND: 4

MOD: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Funcional Programática: 26.783.2072.13KH.0035 - Transposição de Linha Férrea - no
Município de Guararema - no Estado de São Paulo - No Estado de São Paulo

GND: 4

MOD: 90

Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva o melhoramento no tráfego na BR-230, especialmente em um de seus trechos mais críticos, entre o Km 237 e o Km 245, (Binário de Juazeirinho), além de melhorar a funcionalidade operacional, aumentando a fluidez e a segurança de tráfego de veículos e de pedestres, uma vez que com o passar dos anos deu-se um grande aumento do tráfego na rodovia principalmente no transporte de carga e de turistas, sem contar com os diversos trabalhadores que percorrem essa malha diariamente de casa ao trabalho.

CÓDIGO

1277

NOME DO PARLAMENTAR

WELLINGTON ROBERTO

UF

PB

PARTIDO

PR

DATA

12/08/12

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****Emenda - 00009****PLN 022/2012**

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 22/2012 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

INCLUA-SE**39000** – Ministério dos Transportes**39252** – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**26.782.2075.14MW.xxxx** – Adequação de Acesso Rodoviário no Distrito Tapuio - No Município de Cariré - BR-403 - no Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 100

Valor: 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO**39000** – Ministério dos Transportes**39252** – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**26.782.2075.7S81.0021** - Adequação de Trecho Rodoviário – Perímetro Urbano de Imperatriz/MA – na BR-010 – Estado do Maranhão.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 100

Valor: 1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

26.782.2075.7S68.0041 – Adequação de Trecho Rodoviário – Ibiaporã – Cambé – na BR-369 – No Estado do Paraná.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 100

Valor: 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo a adequação de acesso rodoviário do Distrito de Tapuio no Município de Cariré – BR-403 - no Estado do Ceará, para melhoria do tráfego e redução de riscos de acidentes.

Diante do exposto, peço pela aprovação da emenda.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

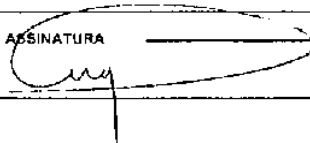
Deputado Aníbal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****Emenda - 00010****PLN 022/2012**

Mensagem: 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº **22/2012 - CN**

PÁGINA

01 de 01

TEXTO**INCLUA-SE****39000** – Ministério dos Transportes**39252** – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**26.782.2075.14MW.xxxx** – Adequação de Acesso Rodoviário no Distrito de Anil - No Município de Cariré - BR-403 - no Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 100

Valor: 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO**39000** – Ministério dos Transportes**39252** – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**26.782.2075.7S81.0021** - Adequação de Trecho Rodoviário – Perímetro Urbano de Imperatriz/MA – na BR-010 – Estado do Maranhão.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 100

Valor: 1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

26.782.2075.7S68.0041 – Adequação de Trecho Rodoviário – Ibiporã – Cambé – na BR-369 – No Estado do Paraná.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 100

Valor: 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo a adequação de acesso rodoviário do Distrito de Anil no Município de Cariré – BR-403 - no Estado do Ceará, para melhoria do trafego e redução de riscos de acidentes.

Diante do exposto, peço pela aprovação da emenda.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Aníbal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00011

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 22/2012 - CN

PÁGINA

01 de 01

TEXTO

INCLUA-SE**39000** – Ministério dos Transportes**39252** – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**26.782.2075.14MW.xxxx** – Adequação de Acesso Rodoviário - No Município de Cruz - BR-403 - No Estado do Ceará.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 40 - Município

Fonte: 100

Valor: 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO**39000** – Ministério dos Transportes**39252** – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**26.782.2075.7S81.0021** - Adequação de Trecho Rodoviário – Perímetro Urbano de Imperatriz/MA – na BR-010 – Estado do Maranhão.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 100

Valor: 1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

26.782.2075.7S68.0041 – Adequação de Trecho Rodoviário – Ibiporã – Cambé – na BR-369 – No Estado do Paraná.

Gnd: 4 - Investimento

Mod: 90 - Direta

Fonte: 100

Valor: 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo a adequação de acesso rodoviário no Município de Cruz – BR-403, no Estado do Ceará, para melhoria do tráfego e redução de riscos de acidentes.

Diante do exposto, peço pela aprovação da emenda.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Aníbal Gomes

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

Emenda - 00012

PLN 022/2012

Mensagem 075/2012-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 022, de 2012PÁGINA
01 DE 02

TEXTO

Incluir

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação – CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO – NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – NA BR-364 – NO ESTADO DE RONDÔNIA

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 3.000.000,00

Cancelar

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: 26.782.2075.7R65.0021

Ação – ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA – NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM – NA BR-316 – NO ESTADO DO MARANHÃO

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 500.000,00

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: 26.783.2072.13KH.0035

Ação – TRANSPOSIÇÃO DE LINHA FÉRREA – NO MUNICÍPIO DE GUARAREMA – NO ESTADO DE SÃO PAULO

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 500.000,00

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: 26.783.2072.10HH.0035

Ação – OBRAS COMPLEMENTARES DO CONTORNO FERROVIÁRIO – NO MUNICÍPIO DE BARRETOS – NO ESTADO DE SÃO PAULO

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 500.000,00

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: 26.782.2075.14MW.0031

Ação – ADEQUAÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO – NO MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA – NA BR 354 – NO ESTADO DE MINAS GERAIS

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 500.000,00

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: 26.782.2075.7R68.0041

Ação – CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM RODOVIÁRIA INFERIOR – NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL (KM 585) – NA BR 277 – NO ESTADO DO PARANÁ

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 500.000,00

ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT

Funcional Programática: 26.784.2073.127G.0201

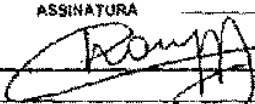
Ação – CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS FLUVIAIS NA REGIÃO NORTE – NO MUNICÍPIO DE CARACARAI - RR

GND 4; MOD 90; Fonte 100

Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se faz necessária para Construção de Anel Rodoviário - no Município de Ji-Paraná no Estado de Rondônia. Tendo em vista, a importância deste segmento rodoviário que foi projetado como variante do atual traçado da BR – 364, que desviará o tráfego interno da cidade melhorando a segurança dos usuários e da população. Além do imenso alcance social que fortalecerá o principal modal viário da Amazônia, integrando os Estados de Rondônia, Acre e Amazonas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3430	Deputada MARINHA RAUPP	RO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 25

PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Assis Gurgacz.	PDT/RO
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Marta Suplicy.	PT/SP
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Clovis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13

PTB-6 / PR-6 / PSC-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

PSD - 2

Kátia Abreu.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	13
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Marta Suplicy** (Bloco-PT-SP)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Tomás Correia** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury** (Bloco-DEM-MA)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delecidio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1ª VICE-PRESIDENTE

Marta Suplicy - (PT-SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (26)</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (11,13)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <hr/> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme Of. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

Instalação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹³⁾	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Cidinho Santos (PR) ^(4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

**. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 090/2012/BLUFOR/SF).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

VAGO ⁽¹⁾

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 05/09/2012

Relatórios Parciais - prazo final: 20/09/2012

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 27/09/2012

Parecer Final da Comissão - prazo até: 04/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Senador Clovis Fecury (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n^{os} 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Designação: 15/08/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim Argello (PTB)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício n^o 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício n^o 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício n^o 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios n^{os} 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Tomás Correia (PMDB) ^(37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 10. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** . Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** . Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Dimiz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(25,26,50,52)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,51)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(14,16,40,51,53,54)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

***** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCIJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,31,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(32,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) ^(46,49,50,51)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,26)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁶⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDb).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDb/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDb nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDb nº 181/2012).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Tomás Correia (PMDB) ^(43,44)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,25)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁵⁾
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ^(7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(1,13,28,29,30,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,31)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁷⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

***** Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** . Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,29)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) ^(13,14,15,22,28)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Cidinho Santos (PR) ^(26,27)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. VAGO ^(9,10)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
 2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
 6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,8)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

*** Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(16,18)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(15,17)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Assis Gurgacz (PDT) ^(32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁸⁾	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁷⁾	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário n° 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(3,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. N°058/2012 - CI).

2. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

6. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

7. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,23,28,33,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,31,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB).
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

- Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
- Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
11. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
12. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁰⁾	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,43,44)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) ^(26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
 12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
 13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
 14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
 15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
 20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
 21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
 22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
 23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
 25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾		
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾		
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾		
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾		
PT			
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)		
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)		
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)		
PSDB			
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)		
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾		
PTB			
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)		
DEM			
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)		
PR			
Vicentinho Alves (TO)	1.		
PP			
Ciro Nogueira (PI)	1.		
PDT			
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹¹⁾	1.		
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.		
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012**Notas:**

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(9,16)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
VAGO ^(8,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PSD
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
VAGO ^(11,20,21)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ^(17,23)
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(13,14)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,18,19)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(2,16)
PSD

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾**Atualização:** 28/06/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
14. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
19. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
23. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾
PSC
PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁸**COMPOSIÇÃO** ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ⁴

Instalação: 27-3-2012**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares ⁶**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá ⁶**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty ⁶**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
⁹	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSDPR) ^{16 e 17}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.

12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.

13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.

14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.

15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.

16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza ^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24 – Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1.
	2.
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Senador Fernando Collor ⁶**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013 ¹⁷**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁸	5. ¹⁸
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedita uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedita uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁶
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores ⁸ e 17 (dezessete) Deputados ⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) ^{2, 11 e 12}
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

12 - Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Íris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3, 6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁵	1. Paulo Foletto (PSB/ES) ¹⁵
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) ^{5 e 11}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **ARCEBISPO DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELso AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARCEBISPO DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 08.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2 -Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.

20 - Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 396 páginas

(OS: 13988/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

